

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
Faculdade de Letras
Programa de Pós-Graduação em Letras: Estudos Literários

Marcelo Rocha Brugger

**A DIDÁTICA DOS BICHOS:
MORAL E POLÍTICA EM FEDRO, VARRÃO E VIRGÍLIO**

Belo Horizonte
2022

Marcelo Rocha Brugger

A DIDÁTICA DOS BICHOS:

MORAL E POLÍTICA EM FEDRO, VARRÃO E VIRGÍLIO

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras: Estudos Literários, da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial à obtenção do título de Doutor em Letras, na área de Literaturas Clássicas e Medievais. Linha de Pesquisa: Literatura, História e Memória Cultural.

Orientador: Prof. Dr. Matheus Trevizam

Belo Horizonte
2022

B891d Brugger, Marcelo Rocha.
A didática dos bichos [manuscrito] : moral e política em Fedro, Varrão e Virgílio / Marcelo Rocha Brugger. – 2022.
1 recurso online (217 f. : il., color.) : pdf.

Orientador: Matheus Trevizam.

Área de concentração: Literaturas Clássicas e Medievais.

Linha de Pesquisa: Literatura, História e Memória Cultural.

Tese (doutorado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Letras.

Bibliografia: f. 207-217.

Exigências do sistema: Adobe Acrobat Reader.

1. Literatura latina – História e crítica – Teses. 2. Fedro – Crítica e interpretação – Teses. 3. Virgílio, 70 a.C.-19 a.C. – Geórgicas – Crítica e interpretação – Teses. 4. Varrão, 116-27 a.C. – De Re Rustica – Crítica e interpretação – Teses. 5. Animais na literatura – Teses. 6. Imitação na literatura – Teses. 7. Fábulas latinas – Teses. 8. Literatura e moral – Teses. I. Trevizam, Matheus. II. Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Letras. III. Título.

CDD : 870.9

Para os meus tios
Elizabeth Brugger (*in memoriam*)
e
Iderci Magno Antônio Rocha (Idê Magno).



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE LETRAS
PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS: ESTUDOS LITERÁRIOS

PARECER

A Banca Examinadora da tese intitulada *A didática dos bichos: moral e política em Fedro, Varrão e Virgílio*, de autoria de **MARCELO ROCHA BRUGGER**, reunida no dia 22 de agosto de 2022, após ter avaliado o trabalho acadêmico, assistido à apresentação e arguido o candidato, considera que:

O candidato desenvolveu de forma original, no texto de sua tese de doutorado, discussões que levam em conta importantes aspectos das obras antigas que analisa. Também incorpora à análise do 'corpus' bibliografia em geral pertinente e vasta, encaminhando suas discussões de forma autônoma e adequada ao nível do trabalho em pauta. Outro aspecto destacado pela banca como positivo no texto da tese diz respeito à abordagem interdisciplinar da pesquisa, com incursões pela poética, história, direito antigo entre outras áreas. A escrita da tese revela muito bom domínio do instrumental da Norma culta em língua portuguesa e clareza, inclusive por meio de traduções próprias de outros idiomas. O candidato respondeu com segurança e boa disposição aos questionamentos da banca e comprometeu-se a acatar sugestões de melhora e correção.

Tendo em vista o exposto acima, a Banca Examinadora considera o candidato habilitado a receber o grau de Doutor em Letras: Estudos Literários, área de concentração Literaturas Clássicas e Medievais/Doutorado.

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Matheus Trevizam - FALE/UFMG - Orientador

Profa. Dra. Sandra Maria Gualberto Braga Bianchet - FALE/UFMG

Profa. Dra. Heloísa Maria Moraes Moreira Penna - FALE/UFMG

Profa. Dra. Júlia Batista Castilho de Avellar - UFU

Profa. Dra. Renata Senna Garraffoni – UFPR

Obs.: este documento deve ser assinado, pelo menos, pelo(a) Presidente da banca e pela Coordenação do Programa.



Documento assinado eletronicamente por **Matheus Trevizam, Professor do Magistério Superior**, em 22/08/2022, às 14:02, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Heloisa Maria Moraes Moreira Penna, Professora do Magistério Superior**, em 22/08/2022, às 14:49, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Sandra Maria Gualberto Braga Bianchet, Diretor(a)**, em 22/08/2022, às 15:10, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Renata Senna Garraffoni, Usuária Externa**, em 22/08/2022, às 16:32, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Júlia Batista Castilho de Avellar, Usuário Externo**, em 22/08/2022, às 19:32, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Antonio Orlando de Oliveira Dourado Lopes, Coordenador(a)**, em 23/08/2022, às 10:30, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufmg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **1648969** e o código CRC **C15F78C0**.

AGRADECIMENTOS

A Deus, pela silenciosa e carinhosa companhia ao longo das horas solitárias de escrita — e ao longo das horas solitárias de não-escrita (sem Ele, estas últimas não teriam fim).

Ao meu orientador, Prof. Matheus Trevizam, pelo auxílio e confiança constantes desde o primeiro dia do doutorado; pela disponibilidade e atenção em todos os momentos; pela partilha da bibliografia; pela valorosa sugestão de Varrão e Virgílio para a pesquisa que resultou nesta tese.

À minha família, sempre afetuosa, sempre acolhedora. À minha avó, Maria da Conceição, pelas doses de muito alegre sabedoria — e pelas outras doses.

Aos amigos com os quais a academia me presenteou: Bruna Amarante, Carlos Guedes, Luana Lins, Verônica Gomes e Wagner Fredmar. Eu não poderia estar em melhor companhia ao longo dessa tão longa década.

À minha prima Marcela Morena, por ouvir-me durante incontáveis horas, ao longo da elaboração desta tese, e por ser a companheira fraterna.

À minha mãe, Iderzi Izabel Brugger, pelo afeto ilimitado.

Às professoras Heloísa Penna, Sandra Bianchet e Júlia Avellar, membros da qualificação desta tese, pelas valiosas sugestões.

Aos professores da Faculdade de Letras da UFMG, que, ao longo dos anos da graduação, mestrado e doutorado, ofereceram-me uma formação de excelência.

Aos meus colegas membros do Diretório Acadêmico Carlos Drummond de Andrade – gestão Travessia –, companheiros da mais rica experiência da minha trajetória na universidade.

Aos amigos profa. Fernanda Codevilla e Will Pena, que, com maestria e bom humor, apresentaram-me a Arqueologia, ciência da qual me vali para boa parte das reflexões presentes nesta tese.

Às minhas amigas do Centro Pedagógico da UFMG: Bárbara Alves, Jéssica Tosatti, Marcelle Freire, Mariana Morandini, Marília de Fátima, Sérgia Priscila. E ao Caetano Ameno, claro... Pelas gargalhadas que já duram mais de duas décadas.

À Edilma Rodrigues, por inspirar-me confiança desde o primeiro dia em que nos falamos e pela doce amizade de tão felizes e breves anos.

Aos membros da banca pela disponibilidade e interesse em ler esta tese: Profa. Heloísa Penna, Profa. Sandra Bianchet; Profa. Júlia Avellar; Profa. Renata Garraffoni; Prof. Paulo Sérgio de Vasconcellos; Prof. Rafael Scopacasa.

Aos meus colegas do Pós-Lit, pelas tão ricas conversas e trocas ao longo dos anos de pós-graduação.

À Misnai Rosa. Nos últimos momentos da composição desta tese, ouvi as suas palavras, que poderiam mudar, se não tudo, muita coisa. Mudaram-me, de toda forma — e isso é tudo.

Ao Carlos Viana, pela bem-vinda (e breve) inspiração para o capítulo IV.3.1 desta tese.

Vivamus!

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior (CAPES/Brasil), pela bolsa concedida durante o doutorado.

Costumes e instituições, tudo perece.
(Machado de Assis, *Memorial de Aires*)

RESUMO

A literatura ocidental, desde a Antiguidade Clássica, tem-se servido da imagem de animais para veicular críticas veladas a pessoas reais. Nos epodos de Arquíloco, o poeta, ao reclamar uma promessa de casamento não cumprida, se reveste da figura da raposa, ao passo que emprega o leão para representar Neobula, a noiva que lhe fora negada. Também Hesíodo, em *Trabalhos e Dias* (vv. 202-212), empregou, em narrativa fabular, uma possível crítica à soberba dos reis. Não é, portanto, por acaso que essas figuras bestiais surgem como elementos de denúncia/crítica/exortação; tampouco o é, como vimos, uma novidade a assimilação de sua presença a contextos e pessoas reais. A presente tese apresenta uma proposta de análise comparativa dos livros III e IV das *Geórgicas* de Virgílio, livros II e III do *De Re Rustica* de Varrão e algumas fábulas de Fedro, estas distribuídas em todos os livros do fabulista. Para tanto, à luz de outras disciplinas (História, Arqueologia, Filosofia, Economia e Direito), apresentamos uma análise histórico-política dos textos destacados a fim de que compreendamos como estes se relacionam e refletem valores e costumes da sociedade romana. Há que se apontar, no entanto, que o *corpus* escolhido para o nosso estudo se vale da figura de animais, de modo que possamos refletir, ainda, como os três autores articularam alegorias antropomorfizantes para refletir sobre a sociedade romana e, por vezes, denunciar/criticar costumes.

Palavras-chave: Moral, política, Fedro, Varrão, Virgílio.

ABSTRACT

It so happens that Western literature, since Classical Antiquity, has used the image of animals to convey veiled criticisms of real people. In the epodos of Archilochus, the poet, when claiming an unfulfilled marriage promise, takes on the figure of the fox, while he uses the lion to represent Neobula, the bride that was denied to him. Hesiod also, in *Works and Days* (vv. 202-212), used, in a fabled narrative, a possible criticism of the pride of kings. It is not, therefore, by chance that these bestial figures appear as elements of denunciation/criticism/exhortation; nor, as we have seen, is the assimilation of its presence to real contexts and people a novelty. The present dissertation presents a proposal for a comparative analysis of books III and IV of Virgil's *Georgicon*, books II and III of Varro's *De Re Rustica* and some fables by Phaedrus, which are distributed in all of the fabulist's books. Therefore, in the light of other disciplines (History, Archeology, Philosophy, Economics and Law), we present a historical-political analysis of the highlighted texts in order to understand how these texts relate to and reflect values and customs of Roman society. It must be pointed out, however, that the corpus chosen for our study uses the figure of animals, so that we can also reflect on how the three authors articulated anthropomorphizing allegories to reflect on Roman society and, sometimes, to denounce/criticize customs.

Keywords: morality; politics; Phaedrus; Varro; Virgil.

Sumário

CAPÍTULO I: INTRODUÇÃO AO UNIVERSO DAS FERAS	13
I.1 - <i>Bestiae et homines</i>	13
I.1 - <i>Bestiae Romanae</i>	18
I.2 - A caça (<i>venatio</i>)	21
I.3 - <i>Ludi bestiarum</i>	26
I.4 - <i>Damnatio ad bestias</i>	30
I.5 - <i>Fundus rusticus</i>	34
CAPÍTULO II: IMITAÇÃO E LITERATURA	37
II.1 - <i>De origine imitationis</i>	37
II.2 - <i>De imitatione Romanorum</i>	43
II.3 - <i>Quomodo imitari</i>	51
II.4 - <i>De allegoria</i>	57
II.5 - <i>Pactum allegoricum</i>	65
II.6 - <i>Speculum allegoricum</i>	69
Capítulo III: DIDATISMO	75
III.1 O discurso moralizante e a fábula.....	75
III.2 - <i>Geórgicas</i> poema didático.....	79
III.3 - A prosa técnica do <i>De Re Rustica</i> de Varrão	81
III.4 - O didatismo em Fedro	84
CAPÍTULO IV: ANÁLISES.....	87
IV.1. <i>De Re Rustica</i> de Varrão	87
IV.1.1. Os porcos.....	87
IV.1.2. Os asnos.....	92
IV.1.3. Os cavalos	96
IV.1.4 - As aves	105
IV.1.5 As abelhas	115
CAPÍTULO IV.2 - Fábulas de Fedro	127
IV.2.1 – Os pavões e as gralhas (fábula I, 3).....	127
IV.2.2 – Os zangões e outras abelhas (fábula III, 13)	140
IV.2.3 – Porcas e lobos (fábula A, 17)	149
IV.2.4 – Outros cavalos (fábula A, 19).....	160
CAPÍTULO IV.3 – Livros III e IV das <i>Geórgicas</i> de Virgílio	170
IV. 3.1 - <i>Geórgicas</i> , Livro III – <i>estne amor omnibus idem?</i>	170

IV.3.2 – <i>Geórgicas</i> , Livro IV: no fundo do rio, muitas abelhas.....	193
Considerações finais	202
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	206

CAPÍTULO I: INTRODUÇÃO AO UNIVERSO DAS FERAS

I.1 - *Bestiae et homines*

Ameaça, alimento, ferramenta, divindade, amigo e fantasma.¹ Essas e outras categorias, ao longo da História, foram e são ocupadas por animais na sua complexa relação com os seres humanos. Pensar o mundo humano sem o animal não é possível, uma vez que estes estiveram atrelados às atividades dos homens ao longo de toda a história de que se tem notícia:

Os animais deram ao homem o que comer e com o que se vestir, deram-lhes serviços e companhia, inspiraram poetas, pintores e músicos. No fim do período pré-histórico, aos animais foi atribuído também um valor mágico e divino: em diversas culturas, eram considerados imagens ou atributos dos deuses, ou seus emissários ou intérpretes (MALOSSINI, 2006, p. 254).²

Embora o *passato prossimo* italiano sugira, à primeira vista, na supracitada consideração de Malossini (2006), que a relação material entre homens e animais se dá como superada, é preciso considerar que o trabalho do estudioso examina essa relação em vários momentos distintos da história. Assim, ainda que o seu início tenha como marcas a caça e a pintura, os laços dos seres humanos com os animais não têm necessariamente um fio evolutivo. Apesar disso, direta ou indiretamente, os animais estiveram (e estão) presentes na vida humana. O caçador que recolhia o óleo de animais nos confins gelados do mundo em meados do século XIX;³ um jovem boêmio de família abastada bailando nos requintados e bem iluminados salões do Rio de Janeiro do mesmo século;⁴ ou em maior contraste, um rico investidor do petróleo do século XXI ou um adivinho que lê o

¹ Aqui, em alusão ao φάντασμα, ou aos animais como criação mimética nas artes e na ficção.

² Do original: *Gli animali hanno dato all'uomo di che cibarsi e vestirsi, gli hanno offerto servizi e compagnia, hanno ispirato poeti, pittori e musicisti. Fin dai tempi della preistoria, agli animali è stata anche attribuita una valenza magica o divina: in diverse culture erano considerati immagini o attributi degli dei, o loro emissari o interpreti.* Tradução nossa.

³ Segundo Amorim, Soares e Pena (2019, p. 131), a empresa de exploração do continente antártico era próspera no período. A fim de suprir a demanda de vestuário das sociedades chinesa e europeia, como também a iluminação das grandes cidades, a iniciativa privada investia em buscas por pele de lobos marinhos e óleo de cetáceos e elefantes nos então chamados “Mares do Sul”.

⁴ Encontramos este exemplo no instigante trabalho de Melo (2014), *Educação do corpo – bailes no Rio de Janeiro do século XIX: o olhar de Paranhos*. Lembremo-nos de que a iluminação pública do século XIX era dependente da caça, uma vez que o óleo de animais era a fonte de combustível.

futuro nas entranhas de um touro na Antiguidade; todos esses atores dependeram materialmente de animais.

Segundo Malossini (2006, p. 256), com o surgimento do *Homo Sapiens*, “a documentação sobre a atividade venatória torna-se mais frequente e de mais segura interpretação”.⁵ A caça foi a primeira relação voluntária que a humanidade teve com os animais. Como discute o autor, a caça foi uma prioridade das sociedades primitivas até o advento da agricultura (MALOSSINI, 2006, p. 258). A partir de então, com um aumento populacional e uma diversificação das fontes de alimentação, surgem diferenças entre estratos sociais, estas não apenas referentes a caçadores e agricultores, mas também a guerreiros, mercadores, artistas e intelectuais. Assim, a caça, já uma atividade secundária, permanece como fonte alimentar primária para as populações mais pobres. Em contrapartida, essa atividade tornar-se-á, milênios mais tarde, uma fonte de lazer para monarcas e membros de camadas mais abastadas (MALOSSINI, 2006, p. 274). Ora, por esse exemplo, não seria estranho dizer que a relação entre humanos e animais não só delineou a forma de vida das sociedades, mas também moldou sua organização interna, contribuindo para as diferenciações entre uma mesma população.

Vale lembrar, ainda, que a chamada *Revolução Neolítica* ou *Revolução Agrícola*, ocorrida há 10.000 anos a.C., é reconhecida pela Arqueologia e História como um marco do desenvolvimento da humanidade. Não por acaso, entre as principais mudanças ocorridas no período está a domesticação de animais:

Esse momento é conhecido como Revolução Neolítica, que marca a transição do nomadismo (mudança constante de local) para a vida sedentária (com local fixo) do *Homo sapiens* e caracteriza-se pela domesticação de plantas e animais, desenvolvimento da capacidade tecnológica avançada e aumento populacional (SILVA, 2018, p. 20).

Uma descoberta recente é particularmente significativa para o nosso trabalho. Trata-se da evidência da relação entre cães e seres humanos durante o *Pré-neolítico*. Guagnin *et al.* (2017, p. 9) discutem a presença de cães em uma empreitada humana de caça a animais selvagens, empreitada esta grafada em rocha nos sítios *Shuwaymis* e *Jubbah*, na Arábia Saudita (Figura 1):

⁵ Do original: *la documentazione sull'attività venatoria diventa più frequente e di più sicura interpretazione*. Tradução nossa.

Figura 1: Homem caçando um leão com o auxílio de dois cães



Fonte: Guagnin *et al.* (2017, p. 9)

Segundo a autora, essa imagem “representa a evidência mais antiga de cães na Península Arábica, anterior à primeira evidência faunística para cães por milhares de anos”.⁶ A representação também “sugere um auxílio completo dos cães nas estratégias de caça na Península Arábica”⁷ (GUAGNIN *et al.*, 2017, p. 10). No entanto, a imagem *per se* evidencia um outro aspecto da relação entre humanos e animais. Como nos mostra Malossini (2006), não é apenas materialmente que os animais se inserem na vida humana. As artes e as religiões também carregam marcas de animalidade, pois os seres humanos não só se revestem na pele de figuras bestiais, tal como veremos neste trabalho, como também sacralizam e divinizam essas mesmas figuras:

A importância central do mundo animal para o homem pré-histórico é evidente nas pinturas rupestres, que se desenvolveram ao longo de um período de cerca de 20.000 anos, do Aurignaciano (cerca de 30.000 atrás) até o Magdaleniano recente (cerca de 10.000 anos atrás), e os exemplos os mais espetaculares foram encontrados em cavernas na região franco-cantábrica. (...) Os animais, muitas vezes retratados com realismo e precisão dos detalhes anatômicos, totalizam cerca de

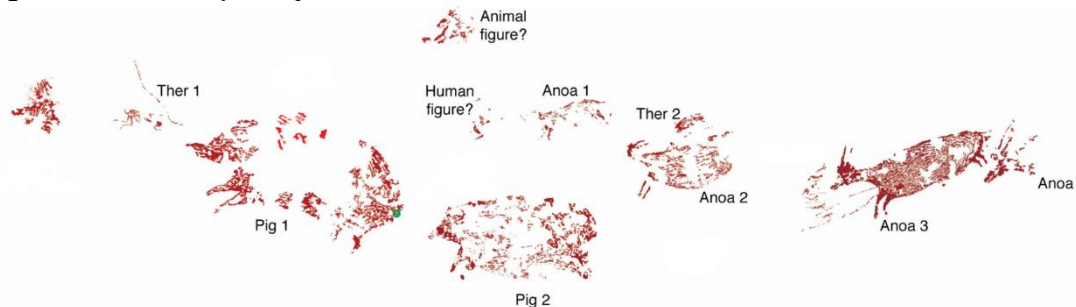
⁶ Tradução nossa do original: (...) represent the earliest evidence of dogs on the Arabian Peninsula, predating the first faunal evidence for dogs by thousands of years. Guagnin *et al.*, 2017, p. 10.

⁷ Tradução nossa do original: This suggests complex dog-assisted hunting strategies on the Arabian Peninsula began in the Pre-Neolithic. Guagnin *et al.*, 2017, p. 10.

cinquenta espécies, atestando a profunda imersão [do homem] no mundo animal (MALOSSINI, 2006, p. 258).⁸

As representações de animais no mundo humano (ou no mundo que se pretende apenas humano) são tão antigas quanto as artes. É o que sugere Brumm *et al.* (2019), em trabalho que descreve a mais antiga pintura rupestre de arte figurativa até então encontrada. A imagem (Figura 2), com pelo menos 44 mil anos de idade, se encontra em uma caverna da Indonésia. Ela apresenta, segundo os autores, uma cena de caça, em que possivelmente uma figura humana captura porcos adultos e búfalos (BRUMM *et al.*, 2019, p. 4):

Figura 2: homem caçando porcos e búfalos



Fonte: adaptado de Brumm *et al.* (2019, p. 3)

Ainda que o primeiro contato entre seres humanos e animais tenha provavelmente se dado sob a aura do antagonismo (MALOSSINI, 2006), antagonismo esse moldado pela predação, tal como representado nas figuras 1 e 2, data do período Aurignaciano⁹ uma escultura de marfim em que um leão é retratado com características humanas. O chamado “homem-leão” foi encontrado em 1939 na gruta Hohlenstein-Stadel, na Alemanha, (EBINGER-RIST *et al.*, 2018, p. 3) e, por conter elementos tanto de um leão da caverna (a cabeça, bem como focinho e orelhas) e de um ser humano (como o tronco, umbigo, pernas e joelhos), trata-se de um teriantropo (*idem*, p. 19):

Figura 3: O homem-leão de Hohlenstein Stadel em três ângulos

⁸ Do original: *L'importanza centrale del mondo animale per l'uomo preistorico risulta in chiara evidenza dalle pitture rupestri, evolutesi in un arco di tempo di circa 20.000 anni dall'Aurignaciano (circa 30.000 fa) al Magdaleniano recente (circa 10.000 anni fa) e i cui esempi più spettacolari sono stati trovati in grotte della regione franco-cantabrica. (...) Gli animali, ritratti spesso con realismo e precisione di dettagli anatomici appartengono complessivamente ad una cinquantina di specie, a testimonianza della profonda immersione nel mondo animale.* Tradução nossa.

⁹ Não pretendemos, aqui, discutir as dificuldades envolvidas na datação do objeto. Kind *et al.* (2014, p. 133) apresentam, após análises com radiocarbono, possível idade de 39 a 41 mil anos para a figura.



Fonte: site da preservação estatal de Baden-Württemberg¹⁰

Não se sabe se o homem-leão tivera algum valor mitológico ou religioso para os seres humanos de seu tempo. No entanto, é seguro dizer que havia, entre o artista e o que ele representara, alguma identificação, seja ela qual fosse. Alguém do Paleolítico criou um homem-leão; imaginou que os seres humanos e os leões pudessem ser semelhantes o suficiente para se tornarem um único ser:

O autor do homem-leão mostrou um grande senso de observação e habilidade, bem como uma criatividade inegável, na medida em que um ser como o homem-leão não existe. Esta figura atesta a fantasia e a imaginação dos homens do Paleolítico, apenas alguns séculos após a expansão do *Homo sapiens* na Europa¹¹ (EBINGER-RIST *et al.*, 2018, p. 20).

¹⁰ Foto de Yvone Mühleis. Disponível em: <https://www.denkmalpflege-bw.de/geschichte-auftragstruktur/archaeologische-denkmalpflege/> Acesso em jun. 2020.

¹¹ Tradução nossa do original: *L'auteur(e) de l'homme-lion a fait preuve d'un grand sens de l'observation et d'un grand savoir-faire, ainsi que d'une créativité indéniable, dans la mesure où un être tel que l'homme-lion n'existe pas. Cette figurine atteste de la fantaisie et de l'imagination des Hommes du Paléolithique, seulement quelques siècles après l'expansion de l'Homo sapiens en Europe.*

Embora o homem-leão seja uma figura significativa por ser a maior e mais antiga escultura em marfim, logo a mais representativa mesmo dentre os teriantropos,¹² representações como essa não faltam nas artes e nas religiões. Não podemos deixar de mencionar, já no Egito Antigo, as figuras dos deuses Hórus e Seth, representados como teriantropos de um falcão e um chacal, respectivamente. Além disso, a sacralização de figuras bestiais não é um mérito das sociedades antigas; há, ainda hoje, exemplos de culturas que consagram animais, como fazem os hindus com o gado, ou asiáticos com o louva-a-deus.

Assim, a presença dos animais na vida prática e no imaginário dos seres humanos perpassa pelos tempos e culturas. Não é, portanto, uma exclusividade de nenhum povo, e apresentar todos os exemplos dessa interação homem/besta nos renderia um outro trabalho com objetivos distintos deste. Cabe, no entanto, discorrer brevemente sobre a presença dos animais em alguns aspectos do mundo romano, a fim de que tenhamos suporte para compreender os costumes em que se inserem nossos autores ao sugerirem, em seus textos, que homens e animais se assemelham a ponto de o universo de um se (con)fundir no sistema do outro.

I.1 - *Bestiae Romanae*

Jaqueline Amat (2002), em trabalho sobre os animais domésticos em Roma, *Les animaux familiers dans la Rome antique*, apresenta-nos a relação que os romanos tinham com os animais a partir de alguns prismas. O primeiro deles é a Filosofia. A autora justifica essa escolha apoiando-se no fato de que a relação que os sujeitos têm com os animais depende intimamente do modo como os animais são por eles considerados religiosa e filosoficamente (AMAT, 2002, p. 7). Ao longo da nossa discussão, valer-nos-emos dessa premissa para sustentar a percepção prioritariamente utilitarista que os romanos tinham dos animais, seja para deleitar-se ou adquirir proveito financeiro ou político.

A primeira doutrina filosófica apresentada pela autora é o epicurismo. Os epicuristas concebiam o homem e o animal como fruto de uma mesma matéria. Os átomos (*corpora*), elementos invisíveis de que são constituídas todas as coisas, toda a matéria,

¹² Kind *et al.* (2014, p. 142) cita algumas outras figuras, como a Venus II de Willendorf, com 23 cm, e o Pequeno homem-leão, com 3,1 cm.

são imutáveis. Nunca desaparecem; apenas se reorganizam: “(...) logo coisa alguma volta para o nada, mas todas as coisas, por separação, voltam aos elementos da matéria”.¹³

Assim, formados da mesma matéria, animais e seres humanos compartilham a existência fugaz, submetida ao tempo e ao acaso. Como observa Amat (2002, p. 8), Lucrécio atribui aos animais até mesmo uma sensibilidade apurada, exemplificando com passagem do livro II (v. 355 sq.) da obra *De rerum natura*, quando uma vaca, tendo sentido o cheiro do sangue de seu vitelo recentemente sacrificado nos altares, procura pela sua cria sem se distrair seja com as ervas frescas ou com outros vitelos.

Embora o epicurismo gozasse, por sua origem grega, de certo prestígio entre os jovens oriundos de famílias da aristocracia romana, a doutrina não teve tanta adesão em Roma, como esclarece Almeida (2015):

(...) muito da doutrina epicureia contradizia as concepções da classe dirigente romana: as ideias de que os deuses estivessem distantes dos homens, de que não pretendessem nem orações nem ofertas, de que a vontade deles não se deixava captar mediante práticas de adivinhação e de que a participação na vida pública fosse coisa de néscios, dificilmente poderiam se conciliar com experiências caracterizadas pela religião de estado e com as ambições orientadas pelo *cursus honorum* de um senador romano. Entretanto, a escola tinha expoentes de destaque. Exemplo disso é o escolarca Fedro, que teve Cícero entre os ouvintes de suas lições (ALMEIDA, 2015, p. 28).¹⁴

Contrariamente, o estoicismo teve uma adesão muito mais significativa, seja no âmbito da condução das coisas públicas, legitimando as instituições estatais, seja nas aspirações do espírito, apresentando uma explicação palatável ao povo romano para as ações dos deuses (ALMEIDA, 2015, p. 28).

A doutrina de Zenão distinguia sensivelmente os seres humanos dos animais. Para os estoicos, a alma seria um privilégio dos seres humanos em detrimento dos animais e dos vegetais, conferindo-lhes uma superioridade na cadeia gradativa dos seres. Como aponta Amat (2002, p. 10), os animais contariam, para sua sobrevivência, apenas com o

¹³ Do original: *igitur redit ad nihilum res ulla, / sed omnes discidio redeunt in corpora materiai*. Lucr. 1, vv. 248 e 249. Tradução nossa.

¹⁴ Todavia, Eichler (2015), sobre a baixa adesão ao epicurismo pela elite romana, apresenta contrapontos. Para a autora, os homens públicos de inclinação epicurista “passaram a considerar, em seus cálculos políticos, que o destino da preeminência de Roma, longe de estar nas mãos dos deuses, precisa ser encarado como transitório. Assim, a “função social emancipadora” desempenhada pelo epicurismo na Roma do tempo das guerras civis se realizou por meio do questionamento, levantado por membros da elite dirigente, a respeito da escolha por fundamentar a *salus publica* na *pietas* a que os romanos atribuíam sua grandeza”. Assim, consideramos pertinente certa cautela em afirmações que desvinculem os escritos epicuristas da política romana, reduzindo-os a aspirações literárias e teorias pouco práticas para o cotidiano dos romanos.

instinto. Os seres humanos, sendo racionais, têm uma proximidade com os deuses, ou o ‘deus Razão’ dos estoicos. É o que reforça Sêneca na carta CXXIV, XIV: “Existem quatro naturezas: das árvores, dos animais, dos seres humanos e dos deuses: estes dois últimos, racionais, têm a mesma natureza, mas são diferentes porque um é imortal e o outro mortal”.¹⁵

A noção de superioridade humana também encontra ecos em passagem do *De officiis* de Cícero, como observa Amat (2002, p. 11):

Logo, as coisas que interessam ser consideradas para a vida dos seres humanos em parte são inanimadas, como o ouro, a prata e o que cresce da terra, bem como outras coisas do mesmo gênero; em parte, são seres animados, os quais têm seus próprios ímpetos e desejos. Desses, alguns são privados de razão, outros se servem da razão. Privados da razão são os cavalos, os bois e os do seu tipo, as abelhas, por cujo trabalho é produzido algo para o uso e vida dos seres humanos. Por outro lado, dois são os tipos de seres animados que gozam da razão: os deuses em primeiro plano, depois os seres humanos. A piedade e a probidade fazem aplacar os deuses; por outro lado, depois dos deuses, os homens podem ser mais úteis aos homens.¹⁶

Vieira (2017) discute a exposição de animais domésticos e selvagens na *Naturalis Historia* de Plínio, o Velho. Segundo a autora, são constantemente citados, nessa obra, animais domésticos ou selvagens. “A descrição leva em conta critérios nítidos: contato, local, aspecto, tamanho, hábitos e utilidade para os romanos” (VIEIRA, 2017, p. 92).

Não podemos deixar de notar que, para além da superioridade da espécie humana, há entre os autores latinos uma percepção utilitária dos animais, que produzem, com seu trabalho, algo (*aliquid*) necessário para a vida humana. Catão, no seu tratado *De agricultura*, representa bem essa perspectiva utilitária, em que animais e escravos devem permanecer na *villa* somente o tempo em que forem úteis:

Avalie o gado. Que faça negócios no mercado: venda óleo, se tem preço; o vinho, o trigo que sobra venda também; os bois velhos, as manadas imperfeitas, as ovelhas imperfeitas, a lã, as peles, a carroça

¹⁵ Do original: *Quattuor hae naturae sunt, arboris, animalis, hominis, dei: haec duo, quae rationalia sunt, eandem naturam habent, illo diuersa sunt quod alterum inmortalis, alterum mortale est.* Sêneca, *Cartas a Lucílio*, CXXIV, XIV. Tradução nossa.

¹⁶ Do original: *Quae ergo ad uitam hominum tuendam pertinent, partim sunt inanima, ut aurum, argentum, ut ea, quae gignuntur e terra, ut alia generis eiusdem, partim animalia, quae habent suos impetus et rerum appetitus. Eorum autem rationis expertia sunt, alia ratione utentia. Expertes rationis equi, boues, reliquae pecudes, apes, quarum opere efficitur aliquid ad usum hominum atque uitam. Ratione autem utentium duo genera ponunt, alterum unum, alterum hominum. Deos placatos pietas efficiet et sanctitas; proxime autem et secundum deos homines hominibus maxime utiles esse possunt.* Cícero, *De officiis*, II, XI. Tradução nossa.

velha, as ferramentas velhas, o escravo idoso, o escravo doente, e se qualquer coisa sobrar, que venda. Convém ao *pater familias* ser um vendedor, não um comprador.¹⁷

Para o romano, o mundo, o *orbis terrarum*, era um território a ser conquistado. A missão civilizatória romana foi um processo que, em seu apogeu, fez do *imperium*¹⁸ *Romanum* “uma das mais vastas e coerentes construções políticas e militares da história da humanidade” (MENDES, 2007, p. 26). Esse domínio territorial foi, em grande medida, utilitarista, voltado para a aquisição de recursos humanos e materiais. Assim, não é estranho ter o estoicismo conquistado espaço entre os romanos. Ora, na Itália primitiva, foram os etruscos dominadores expansionistas, cujo legado herdou a própria Roma (GIORDANI, 1968, p. 25).

Não pretendemos afirmar que a doutrina estoica foi uma motivação para que o caráter dominador e utilitário do romano se afirmasse, pois essa seria uma perspectiva até mesmo anacrônica. Sobre isso, concordamos com Veyne (2011): “o verdadeiro fim de uma ideologia ou fraseologia não é convencer e fazer obedecer, mas antes proporcionar prazer, dando às pessoas uma boa opinião de si mesmas”, isto é, uma ideologia só convence os convencidos, aqueles já bem dispostos a recebê-la.¹⁹

Apresentaremos, adiante, algumas relações sociais e econômicas romanas que tinham os animais como instrumento.

I.2 - A caça (*venatio*)

Malossini (2006, p. 263) esclarece-nos que, como a economia romana baseou-se essencialmente na agricultura,²⁰ a prática venatória não teve, durante a República, o

¹⁷ Do original: *Pecus consideret. Auctionem uti faciat: uendat oleum, si pretium habeat; uinum, frumentum quod supersit, uendat; boues uetulos, armenta delicula, oves deliculas, lanam, pelles, plostrum uetus, ferramenta uetera, seruum senem, seruum morbosum, et si quid aliud supersit, uendat. Patrem familias uendacem, non emacem esse oportet.* Catão, *De agri cultura*, II. Tradução nossa.

¹⁸ Valemo-nos aqui do termo em sentido estrito, do verbo *impero*, que designa, como observam Mendes *et al.* (2005, p. 18), a soberania e o comando, portanto, não limitada ao período do Principado romano.

¹⁹ Com essa afirmação, o estudioso discute a adesão dos romanos ao poder imperial legitimado pelo Deus cristão no fim do século IV. O povo, evidentemente, já reconhecia o trono antes de 312 d.C., quando Constantino se converte. Assim, “o altar se apoiava sobre o trono, mais do que o contrário” (VEYNE, 2011, p. 86). Embora sejam temas diversos, acreditamos ser pertinente a reflexão do autor também no que diz respeito à melhor aceitação da doutrina estoica na cultura romana; a *praxis* romana era terreno fértil para uma escola que entendia os humanos como seres superiores aos demais.

²⁰ Também Rostovtzeff (2003), ao longo do seu estudo sobre a história econômica e social romana, mostra-nos como, na Itália, a agricultura teve um papel significativo no processo de desenvolvimento e segurança econômica (ROSTOVITZEFF, 2003, p. 10). Ainda, o autor lembra que, embora as famílias abastadas

mesmo prestígio encontrado nas sociedades grega e orientais, qual seja, para a formação militar. A caça era uma atividade restrita às pessoas dos baixos estamentos sociais:

A prática venatória, realizada principalmente a pé e com as armas de costume, mas também com grande uso de armadilhas e redes, era geralmente considerada, pelo menos em sua origem, uma atividade predominantemente servil, com o fim de fornecer animais selvagens aos mestres; javalis, veados, corças, lebres e pássaros diversos eram apreciados nas mesas de todos os estamentos, mas ainda eram apenas alimentos (MALOSSINI, 2006, p. 263).²¹

O autor aponta ainda a caça não ter sido uma atividade apreciada naquele período. O contato de uma restrita elite com a civilização helênica não foi o suficiente para elevar a caça a um estatuto de prestígio na sociedade romana. Houve apenas um caso em que ela foi reconhecida como lazer:

Após a sua vitória em 168 a.C. sobre Perseu, o cônsul Emílio Paulo veio a conhecer os parques dos reis macedônicos e toma posse, entre outros troféus, das matilhas de cães e daqueles designados à caça do rei macedônico, envolvendo nisso o jovem Cipião Emiliano. De volta a Roma, Cipião continua a dedicar-se com gosto à caça, dedicando ali o tempo que os seus contemporâneos empregavam na atividade forense e nas saudações; o seu exemplo permaneceu praticamente isolado (MALOSSINI, 2006, p. 263).²²

Logo, a caça foi, durante a República, associada a fins estritamente utilitários. No entanto, Malossini (2006, p. 263) esclarece que, no fim da República, Cícero (86-35 a.C.) e Salústio (106-43 a.C. (*Bellum Catilinae*, IV, 1) atribuíram à caça um estatuto diverso.

Como observa Malossini (2006, p. 263), Cícero, em passagem do seu elogio à velhice, *De senectute*, XVI, 56, reconhece a vida campestre como a melhor forma para um homem passar o fim dos seus dias. Cícero afirma ainda que o bom senhor é aquele que mantém, em sua propriedade, certa reserva de provisões, como o vinho e o azeite,

tenham-se distanciado fisicamente da vida no campo, principalmente no curso do século I a.C., sua riqueza e renda dependiam do campo (ROSTOVTZEFF, 2003, p. 41).

²¹ Do original: *La pratica venatoria, condotta prevalentemente a piedi con le consuete armi, ma anche con ampio ricorso a trappole e reti, era anzi considerata, almeno in origine, un'attività prevalentemente servile, finalizzata alla fornitura di selvaggina ai padroni; cinghiali, cervi, caprioli, lepri e uccelli vari erano apprezzati sulle mense di ogni ceto sociale, ma erano pur sempre solo delle derrate alimentari.* Tradução nossa.

²² Do original: *A seguito della sua vittoria nel 168 a.C. su Perseo, il console Paolo Emilio venne a conoscere i parchi dei re macedoni e si impadronì, fra gli altri trofei, delle mute di cani e degli addetti alla caccia del re macedone, facendone partecipe il giovane Scipione Emiliano. Tornato a Roma, Scipione continua a dedicarsi con passione alla caccia, dedicandovi il tempo che i suoi contemporanei impiegavano nell'attività forense e nelle salutazioni; il suo esempio rimase quindi praticamente isolato.* Tradução nossa.

além de contar com a criação de porcos, cabritos, cordeiros e frangos. Um pouco adiante, o arpinate diz que “esses prazeres são ainda aumentados, nas horas de lazer, pela caça às aves e animais”.²³ Ora, é preciso considerar o trecho anterior, em que Cícero diz não haver velhice mais feliz do que a daqueles que dedicaram o final de sua vida ao campo, aos trabalhos ali executados: “De minha parte, desconheço o que possa ser mais agradável, não apenas pelo trabalho, pois o cultivo do campo é salutar para todo o gênero humano, mas pelo prazer, como eu falei”.²⁴ Para Cícero, todos os trabalhos do campo são salutares porque são úteis e prazerosos. A caça, não inclusa nessa lida, acontece nos intervalos, no tempo vago, e ela própria é também útil ao senhor, pois aumenta em quantidade e variedade o seu ‘estoque’. Assim, percebemos que tanto a lida agrária quanto a caça são, para Cícero, prazerosas e dignas, havendo, no entanto, uma íntima relação dessas atividades com a utilidade.

Já Salústio, ainda segundo Mallossini (2006, p. 263), no seu texto histórico *Bellum Catilinae*, não vê a lida do campo como ideal para os seus dias derradeiros:

Então, quando meu espírito se afastou de tantas inquietudes e perigos e decidi que deveria passar minha velhice distante da República, não quis desgastar o meu bom ócio com a estupidez e a indiferença, tampouco passar a vida cuidando do campo ou caçando, em trabalhos servis. Mas, voltando-me para o mesmo plano e estudo de que me afastara a má ambição, determinei escrever, em detalhes, os feitos do povo romano, conforme essas coisas me pareciam dignas de ser memoradas.²⁵

Ao atribuir a lida do campo e a caça a trabalhos servis, o autor reconhece nessas atividades a indignidade daqueles que não viviam o bom ócio, ou seja, os escravos e trabalhadores. Veyne (2016, p. 114) esclarece-nos que essa perspectiva era comum no mundo greco-romano:

Para Aristóteles, escravos, camponeses e negociantes não poderiam ter uma vida “feliz”, quer dizer, ao mesmo tempo próspera e cheia de nobreza: podem-no somente aqueles que têm os meios de organizar a

²³ Do original: *Conditoria facit haec supervacaneis etiam operis aucupium atque venatio*. Cícero, *De senectute*, XVI, 56. Tradução nossa.

²⁴ Do original: *Mea quidem sententia haud scio an nulla beatior possit esse, neque solum officio, quod hominum generi universo cultura agrorum est salutaris, sed et delectatione, quam dixi (...)*. Cícero, *De senectute*, XVI, 56. Tradução nossa.

²⁵ Do original: *Igitur ubi animus ex multis miseris atque periculis requievit et mihi reliquam aetatem a re publica procul habendam decevi, non fuit consilium socordia atque desidia bonum otium contere neque vero agrum colundo aut venando servilibus officiis, intentum aetatem agere; sed, a quo incepto studioque me ambitio mala detinuerat, eodem regressus statui res gestas populi Romani carptim, ut quaeque memoria digna videbantur*. Salústio, *Bellum Catilinae*, IV, 1. Tradução nossa.

própria existência e fixar para si mesmos um objetivo ideal. Apenas esses homens ociosos correspondem moralmente ao ideal humano e merecem ser cidadãos por inteiro (VEYNE, 2016, p. 114).

No entanto, é preciso considerar que, nem no tempo, nem no espaço, a Grécia de Aristóteles tinha valores simétricos com a Roma de Salústio, com suas raízes rurais. Joly (2017), em seu estudo sobre o estatuto da escravidão em Roma, lembra que a cidadania romana se inseria "num *continuum* de direitos e deveres outorgados por Roma e seus aliados. Esse aspecto, conjugado com sua desvinculação a critérios étnicos e geográficos, permeou igualmente a instituição da escravidão" (JOLY, 2017, p. 26). Não falamos aqui, evidentemente, de um *cursus honorum* para os escravos. Joly comenta que, para Cícero, a escravidão não era uma questão ontológica tal como para Aristóteles, mas sim política. Tendo em vista a expansão territorial romana, a escravidão é uma necessidade pública e, para o escravo, ela seria um 'período de prova'. "Diz Cícero que a liberdade é a recompensa daqueles prisioneiros de guerra que se mostraram honestos e diligentes. Ora, remete-se aqui à identidade entre *libertas* e *civitas* que a manumissão do escravo podia operar na Roma antiga" (JOLY, 2017, p. 50).

Assim, ainda que Roma compartilhasse do ideal de inferioridade do escravo, sendo este privado tanto da liberdade quanto dos prazeres que dela se retiravam (o ócio, em especial), havia ali um senso de possibilidade de acesso à liberdade.

Salústio considera a caça e a lida do campo atividades opostas ao ócio, qual seja, trabalho. Assim, o autor coloca em um mesmo plano os animais selvagens, que precisam ser caçados, e o campo, a propriedade. Desse modo, embora exista em Roma uma percepção 'estranha' da caça com relação à cultura helênica, Salústio não deixa de associá-la a uma atividade utilitária, para o proveito prático, e servil.

Malossini assinala, ainda, o modo como Virgílio, nas *Geórgicas*, apresenta a atividade venatória:

Também para Virgílio a caça é uma atividade tranquila, à qual os camponeses se dedicam durante a morta estação de inverno, estendendo os laços (*pedicae*) para os groues e redes (*retia*) para os cervos, perseguindo lebres e atingindo os veados com a funda (*funda*) (MALOSSINI, 2006, p. 263).²⁶

²⁶ Do original: *Anche per Virgilio la caccia è un'attività tranquilla, alla quale i contadini si dedicano durante la morta stagione invernale, tendendo lacci (pedicae) alle gru e reti (retia) ai cervi, inseguendo le lepri e colpendo i caprioli con la fionda (funda)*. Tradução nossa.

A passagem a que Malossini (2006) se refere para seus comentários sobre a caça em Virgílio é o da *Geórgicas* I. Destacamos o trecho a seguir:

Mas este é, então, o tempo para colher as bolotas de carvalho e os frutos do loureiro, também a azeitona e a murta vermelha; em seguida, preparar armadilhas para os grouns, redes para os cervos; perseguir as lebres orelhudas e traspasar os gamos (...)²⁷

No trecho em questão, é estabelecida a relação entre a colheita e a caça como atividades a serem executadas no inverno. Mais uma vez, os animais são apresentados como elemento a ser colhido, tal como os frutos, servindo de sustento para os camponeses.

Na *Eneida*, Virgílio relaciona a caça — por ser recomendado ao gênero épico — a uma atividade prazerosa e até revestida de luxo. No livro IV, Dido, de origem tária, propõe uma caçada a Eneias, e o que se segue, ao longo dos versos 129-139, é a descrição dos preparativos dos caçadores e da rainha, com muita pompa:

Nesse meio-tempo, a Aurora, surgindo, deixou o Oceano.
Erguido o sol, vai pelos portões a juventude escolhida;
redes de larga malha, arapucas, lanças com ponta de ferro,
cavaleiros massílios e a força olfativa dos cães se apressam.
Os maiores dos púnicos aguardam no limiar a rainha retida no tálamo,
e seu distinto cavalo, imóvel, com púrpura e ouro,
mastiga feroz o bocal espumante.
Enfim sai a rainha à frente, seus auxiliares em torno;
vestindo manto sidônio circundado com fimbria colorida,
tinha aljava de ouro, cabelos presos em ouro,
fíbula dourada prende a veste de cor púrpura.²⁸

Assim, a caça não foi uma atividade estritamente voltada apenas para encher as mesas e a dispensa do povo romano. Como veremos em outro tópico, a criação de alguns animais nas propriedades rurais (*fundus rusticus*) dependia, inicialmente, da caça.

Cabe ainda observar que, como aponta Charles-Picard (1951, p. 78), a caça adquiriu um novo estatuto no mundo romano tardio:

²⁷ Do original: *sed tamen et quernas glandes tum stringere tempus / et lauri bacas oleamque cruentaque myrta, / tum gruibus pedicas et retia ponere ceruis / auritosque sequi lepores, tum figere damnas*, Virgílio, *Geórgicas*, I, vv. 305-308. Tradução nossa.

²⁸ Do original: *Oceanum interea surgens Aurora reliquit. / it portis iubare exorto delecta iuventus, / retia rara, plagae, lato venabula ferro, / Massylique ruunt equites et odora canum vis. / reginam thalamo cunctantem ad limina primi / Poenorum exspectant, ostroque insignis et auro / stat sonipes ac frena ferox spumantia mandit. / tandem progreditur magna stipante caterva / Sidoniam picto chlamydem circumdata limbo; / cui pharetra ex auro, crines nodantur in aurum, / aurea purpuream subnectit fibula vestem*. Virgílio, *Eneida* IV, vv. 129-139. Tradução nossa.

De fato, a caça aparece, a partir do II século d.C., não apenas como forma de lazer, ou um retorno momentâneo da civilização às condições de vida primitiva, mas como um meio de o homem, e por vezes a mulher, provar o conjunto de qualidades viris a que os romanos chamavam *virtus* (CHARLES-PICARD, 1951, p. 78).²⁹

O autor comenta, ainda, que a caça fora adotada como atividade prazerosa pela elite da *Vrbs* graças ao seu contato, cada vez mais próximo no século II, com as nobrezas provinciais (CHARLES-PICARD, 1951, p. 73).

I.3 - *Ludi bestiarum*

Roma foi também uma cidade de espetáculos e do lazer (BRANDÃO, 2015, p. 293). No circo, aconteciam jogos e apresentações diversas, eventos muito apreciados pelo romano. Era no circo que a população se reunia em um divertimento comum. Como aponta Guarinello (2007):

Os assentos eram repartidos segundo as classes da população e o próprio anfiteatro era um espaço onde a população, não apenas via, mas se fazia ver e ouvir, no qual imperador e plebe, dirigentes e dirigidos, se confrontavam face a face, onde o anonimato da massa conferia força e consistência para o apoio ou as reivindicações da plebe (GUARINELLO, 2007, p. 128).

Os espetáculos eram financiados pelo imperador. Segundo Carcopino (1984, p. 321), eram “oferecidos aos habitantes da *Vrbs* em vários recintos religiosos ou seculares da Cidade – Fórum, teatros, estádio, anfiteatro, naumaquias” e entretinham e disciplinavam a população nas horas vagas. O autor acrescenta ainda que os espetáculos eram, junto com a distribuição de trigo, uma forma de os imperadores entreterem e agradarem ao povo.³⁰ Outra forma de financiamento dos espetáculos, principalmente nas

²⁹ Do original: *C'est qu'en effet la chasse apparaît à partir du II siècle ap. J.C., non seulement comme un délassement, un retour momentané du civilisé aux conditions de vie primitive, mais comme un moyen pour l'homme et même à l'occasion pour la femme d'éprouver cet ensemble de qualités viriles que les Romains désignaient sous le nom de Virtus.* Tradução nossa.

³⁰ Embora tenhamos optado por apresentar uma perspectiva tradicional para a questão dos jogos e espetáculos em Roma, é interessante considerar que a História da segunda metade do século XX percebe os jogos e espetáculos públicos não mais como uma forma de entreter e apaziguar o povo, este visto como um mero objeto a ser manipulado pelas cordas dos imperadores, como observam Araujo e Vieira (2015). Assim, em trabalho publicado em 2014 sobre jogos de gladiadores, os autores sugerem o povo romano tornar-se também sujeito de seus prazeres e divertimentos. Favarsani (2000) argumenta que a plebe romana não era integralmente alimentada pelo Estado, como se via tradicionalmente nos estudos históricos, tampouco todo o seu divertimento estava limitado ao circo: “Assim, fica claro que a plebe teria que

províncias, era por meio do evergetismo, como aponta Veyne (2016, p. 104), quando os notáveis locais “financiavam os espetáculos públicos que anualmente alegravam a cidade, desde que tivessem o suficiente, pois quem alcançava uma dignidade municipal devia pagar”.

Ao longo da história romana, os dias dedicados aos jogos e espetáculos foram aumentando, como observa Brandão (2015, p. 293):

Na vida de lazer em Roma, de que o teatro era um componente, várias características nos impressionam: o número de dias consagrados a festivais, que foi aumentando exponencialmente, com o objetivo de ocupar a crescente população de Roma, em especial a plebe urbana.³¹

Entre os espetáculos, destacamos os *ludi circenses*, evento de competições variadas, os *munera*, lutas de gladiadores, e os *ludi scaenici*, apresentações teatrais, geralmente tragédias e comédias (PIQUERO e VAQUERO, 2011). Como aponta Giordani (1968, p. 220), “os espetáculos do anfiteatro eram principalmente os combates de gladiadores entre si (*ludi gladiatorii*), combates de homens contra feras (*venationes*) e de feras contra feras”.

Atentemo-nos às *venationes*, ou caçadas, espetáculos especialmente dedicados às lutas que envolviam animais e/ou homens e animais. Maillard (2016, p. 192) aponta que o emprego de animais em ocasião dos *ludi* teve, a princípio, um caráter religioso, associado à celebração agrária e, portanto, limitado aos animais locais. A estudiosa acrescenta, ainda, que, no curso das dominações romanas, o contato com animais exóticos tornou-se mais frequente.

Segundo Giordani (1968, p. 221), essas apresentações contavam com animais “provenientes de toda parte do império, mas principalmente da África: hipopótamos, rinocerontes, touros, girafas, crocodilos, tigres, panteras, leões”. Brandão (2015, p. 293) acrescenta que, entre os animais exóticos, havia também o elefante, “uma das mais temíveis armas militares que os romanos tiveram de enfrentar”. O autor diz-nos, ainda, que

A mais antiga *venatio* de animais exóticos ter-se-á dado em 186 nos jogos triunfais de Marco Fúlvio Nobilior (Liv. 39.22.2), e foi a partir de então que o circo começou a ser o lugar privilegiado para o efeito, sem

desenvolver outras estratégias de sobrevivência e ter mecanismos de lazer diversos do ‘Circo’” (FAVERSANI, 2000, p. 86).

³¹ Também Carcopino (1984, p. 323) aponta esse aumento, em especial no período do Principado. O autor, ainda, apresenta uma extensa lista dos dias dedicados aos jogos (*ludi*), aos eventos religiosos e às *feriae publicae*. Esses dias teriam ocupado, na Roma Imperial, metade do ano (CARCOPINO, 1984, p. 322).

prejuízo de o próprio espaço teatral também para isso ter sido adaptado. Ao fornecimento de animais ferozes não eram alheios a diplomacia e o clientelismo: pelo ano 100 o rei Boco da Mauritânia oferece 100 leões a Q. Múcio Cévola; Cleópatra envia uma girafa para os jogos de César em 46; embaixadores da Índia trazem a Augusto o primeiro tigre no ano 11 (BRANDÃO, 2015, p. 293).

Segundo Maillard (2016), as *venationes* foram eventos que, para além de divertir o povo, serviam como demonstração pública do poder romano sobre terras estrangeiras e da extensão do próprio império, uma vez que os animais distantes eram oriundos de territórios romanizados: “Os animais selvagens das províncias conquistadas participam, de maneira particularmente eficaz, da construção ou consolidação da identidade romana, ligando a vila romana aos confins do império” (MAILLARD, 2016, p. 198).³²

Essa perspectiva apresentada pela estudiosa, embora não esteja necessariamente atrelada ao *panem et circenses*, ao divertimento do povo, é também política, e foi expressa nos seguintes versos de Marcial (*De spectaculis*, X):

O pérfido leão, com a boca ingrata, machucara seu mestre,
ousando manchar as mãos que tão bem conhece,
mas recebeu, por tão grande crime, dignos castigos,
e quem não suportara os chicotes, suportou as armas.
Que costumes dos homens convêm sob tal príncipe,
que ordena amansar a natureza das feras!³³

Há que se considerar, ainda segundo Maillard (2016), que a representação do poderio romano nas *uenationes* ocorria de forma violenta³⁴ e sangrenta. Aos animais que se apresentavam na arena era reservado um único destino: a morte. Por essa razão, não é espantoso o fato de as *uenationes* terem sido eventos em que milhares de animais foram mortos (GIORDANI, 1968, p. 221):

³² Do original: *Les animaux sauvages des provinces conquises participent, de manière particulièrement efficace, à construire ou conforter l'identité romaine, liant la ville de Rome aux confins de l'empire.* Tradução nossa.

³³ Do original: *Laeserat ingrato leo perfidus ore magistrum, / ausus tam notas contemere manus, / sed dignas tanto persoluit crimine poenas, / et qui non tulerat uerbera, tela tulit. / Quos decet esse hominum tali sub principe mores, / qui iubet ingenium mitius esse feris!* Tradução nossa.

³⁴ A violência dos espetáculos é discutida em trabalho de Guarinello (2007), em que o autor, apoiado na perspectiva do relativismo histórico, questiona a noção de violência formada a partir de um olhar para o ‘outro’: “Muitos pequenos atos de nosso cotidiano, para nós absolutamente normais e corriqueiros, podem parecer absolutamente violentos, quando vistos por um estranho, quando encarados da fronteira que separa o “nós” do “outro”. A violência, assim, antes de ser um fato sociológico é, primordialmente, um fato antropológico, que se desvenda e se constrói na diferença. E, portanto, é também um fato histórico, na mesma medida em que o passado, que a história estuda, é uma terra estrangeira, é um outro, diferente de nós (GUARINELLO, 2007, p. 125).

É objetivo das *venationes* colocar em cena a morte espetacular, frequente e violenta de milhares de animais exóticos: não se trata apenas de estabelecer laços com as divindades, mas também de celebrar, com pompa e sangue, a dominação romana sobre o mundo (MAILLARD, 2016, p. 198).³⁵

Vale notar que o sangue e a morte não eram de todo agradáveis para todos os romanos. Sêneca, nas *Cartas a Lucílio* (1, 7), tecendo comentário sobre execuções de criminosos na arena, desaprova espetáculos sanguinolentos em Roma. O filósofo diz que, em lugar de uma luta tradicional, em que competidores aclamados pelo povo exibiam sua técnica³⁶ de combate, há, na verdade, um espetáculo de sangue e violência propositais, cujo fim é sempre a morte:

Por acaso, cá num espetáculo de meio-dia, esperando jogos e animação, algum relaxamento com o qual os olhos das pessoas descansassem do sangue humano. Aconteceu o contrário: o que quer que se tenha lutado cedo era misericórdia; agora, negligenciadas essas ‘bagatelas’, restam os assassinatos explícitos. Nada têm com o que se proteger; expostos de corpo inteiro aos golpes, nunca atacam em vão! A maioria das pessoas prefere isso aos pares comuns e aos favoritos. E por que não haveriam de preferir? Não repelem a lança nem capacetes nem escudos! Proteção para quê? Habilidade? Por qual razão? Todas essas coisas são um atraso para a morte certa. Pela manhã, homens são lançados a leões e ursos; ao meio-dia, aos seus espectadores. Ordenam que os matadores sejam lançados aos que os matarão, e preservam o vitorioso para outra carnificina; pois o fim dos lutadores é sempre a morte. Assim mesmo, a ferro e fogo! Essas coisas também acontecem quando a arena está vazia.³⁷

Percebemos, também, uma instrumentalização dos animais nos *ludi* romanos. As feras estiveram presentes nas comemorações e celebrações, seja para entreter, seja para representar o poderio romano sobre os próprios animais e, em contrapartida, sobre os povos estrangeiros a que esses animais eram associados. O senso prático e utilitário

³⁵ Do original: *Car c'est le rôle des venationes de mettre en scène la mort spectaculaire, fréquente et violente de milliers d'animaux exotiques : il ne s'agit plus seulement de tisser un lien avec les divinités mais aussi de célébrer, avec faste et sang coulant, la domination romaine sur le monde.* Tradução nossa.

³⁶ Sobre a questão da *ars* dos combatentes, é interessante o apontamento que fazem Araujo e Vieira (2014, p. 51) sobre o empenho no ofício da gladiatura pelos romanos, que incluía desde uma alimentação adequada ao treinamento em “escolas de gladiatura” (VEYNE, 2008, p. 176 *apud* ARAUJO e VIEIRA, 2014).

³⁷ *Casu in meridianum spectaculum incidi, lusus exspectans et sales et aliquid laxamenti quo hominum oculi ab humano cruore acquiescant. Contra est: quidquid ante pugnatum est misericordia fuit; nunc omissis nugis mera homicidia sunt. Nihil habent quo tegantur; ad ictum totis corporibus expositi numquam frustra manum mittunt. Hoc plerique ordinariis paribus et postulatiticiis praeferunt. Quidni praeferant? non galea, non scuto repellitur ferrum. Quo munimenta? quo artes? omnia ista mortis morae sunt. Mane leonibus et ursis homines, meridie spectatoribus suis obiciuntur. Interfectores interfecturis iubent obici et victorem in aliam detinent caedem; exitus pugnantium mors est. Ferro et igne res geritur. Haec fiunt dum vacat harena.* Sêneca, *Epistulas ad Lucilium*, 1, 7, 3-5. Tradução nossa.

romano colocou os animais a serviço do seu lazer e do seu orgulho, encenando, com “pompa e sangue”, o imaginário romano no que diz respeito à sua força e poder de dominação.

I.4 - *Damnatio ad bestias*

Os romanos dedicavam um dia inteiro aos espetáculos públicos. Entre as *venationes*, que ocorriam pela manhã, e os *munera* ou *ludi gladiatorii*, estes ao longo da tarde, havia o mais questionável momento das apresentações públicas: a *damnatio ad bestias*, evento em que os réus condenados pela lei³⁸ eram lançados às feras para expiar seus crimes com a morte. Em trabalho sobre esse evento, Muñoz-Santos (2016, p. 149) esclarece que às feras eram lançados “desertores do exército, feiticeiros que usaram a magia contra outras pessoas, envenenadores, falsificadores, criminosos políticos, parricidas, instigadores de revoltas e sequestradores de crianças (...)”³⁹, em execuções que deveriam ser realizadas diante do público, servindo, assim, para diverti-lo. A autora esclarece, ainda, que a *damnatio ad bestias* começou ainda na República, como forma de punir desertores e prisioneiros de guerra. Os escravos só eram submetidos a essa pena caso se confirmasse sua culpa em crime capital.

Muñoz-Santos (2016) aponta ainda que a *damnatio ad bestias* acontecia de duas formas: *bestiarius* ou *noxius*. Na primeira, ‘mais branda’, era permitida ao condenado a posse de armas para se defender. Não havia, no entanto, chance de esse indivíduo sair vivo da arena, uma vez que a sua condenação era a morte. Tendo vencido algum animal, era-lhe lançado outro e mais outro, até que se cumprisse sua pena. A *noxius*, pena mais violenta, não permitia que o condenado se defendesse, estando, assim, vulnerável. A autora destaca que essa segunda modalidade provavelmente era aplicada a criminosos cujo delito contra a sociedade fosse mais danoso:

O criminoso era conduzido até a arena, ou seja, para o centro do anfiteatro, praticamente nu, amarrado com uma corda ou corrente no

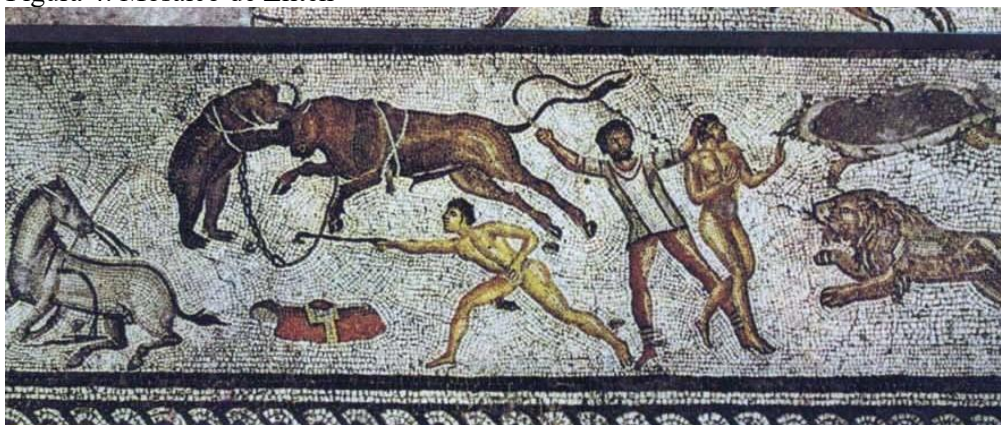
³⁸ Giordani (1968, p. 190) observa que havia uma “diferença profunda entre os cidadãos romanos que a lei protege e os outros que ela submete”. Ainda segundo o autor, senadores e generais cumpriam suas penas com o exílio (às vezes, voluntário) ou o governo de alguma província longínqua; a plebe e os escravos, multidão sem garantias, eram submetidos a castigos como a crucificação ou o trabalho forçado (GIORDANI, 1968, p. 193).

³⁹ Do original: *desertores del ejército, los hechiceros que utilizaban la magia contra otras personas, envenenadores, falsificadores, criminales políticos, parricidas, instigadores de levantamientos y secuestradores de niños (...)*. Tradução nossa.

pescoço. Às vezes, ele levava a sua sentença à vista do público, ou presa a ele. A sua condenação era proclamada na frente de todos os espectadores. Era amarrado a um poste, desarmado, é claro, e então era solto o animal que seria o executor da pena de morte. (MUÑOZ-SANTOS, 2016, p. 150)⁴⁰.

A condenação às feras, *damnatio ad bestias*, é, pois, um evento em que os animais foram tomados como instrumento pela sociedade romana. Muñoz-Santos (2016, p. 150) observa que, para que se efetivasse a punição, era necessário que as feras fossem incitadas por algum auxiliar do anfiteatro, como se observa no destaque do Mosaico de Zliten, Líbia (Fig. 4), em que um homem, com uma mão, entrega um condenado ao leão e, com a outra, incita a fera. Ao lado, o outro homem incita outro animal.

Figura 4: Mosaico de Zliten



Fonte: Oxford University Press's⁴¹

Marcial, em *De spectaculis*, VI, refere-se a uma *damnatio ad bestias* comparando-a com o mito de Prometeu:

Assim como Prometeu, preso à rocha da Cítia,
alimentou, com seu imenso peito, assídua ave,
também Lauréolo, preso a uma cruz verdadeira,
ofereceu as nuas vísceras ao urso da Caledônia.
As articulações feridas viviam, os membros pingavam,
e em todo o corpo, nenhum corpo havia.
Enfim, recebeu suplício digno: o assassino
havia perfurado a garganta do seu pai,

⁴⁰ Do original: *El delincuente era llevado a la arena, es decir, al centro del anfiteatro, prácticamente desnudo, atado con una cuerda o una cadena al cuello. A veces llevaba el veredicto a la vista del público o unido a él. Era proclamada su condena delante de todos los espectadores. Se le ataba a un poste, desarmado, por supuesto, y se soltaba al animal que iba a ser el ejecutor de la pena de muerte.* Tradução nossa.

⁴¹ Disponível em: https://blog.oup.com/2016/09/roman-gladiators-facts/?utm_source=facebook&utm_medium=oupacademic&utm_campaign=oupblog. Acesso em: 20 ago. 2020

ou senhor, com a espada; ou saqueara os templos
removendo o ouro escondido; ou te havia lançado,
Roma, chamas cruéis! O criminoso superara
os crimes da velha lenda: nele, mera fábula foi castigo.⁴²

O poeta articula o presente romano dos violentos espetáculos e condenações com a cena mitológica de Prometeu,⁴³ comparando elementos do mito com o que se passa na arena: *cruce / rupe, urso / auem, membris / uiscera*. A estruturação temática opõe, ainda, Roma ao Olimpo e, por extensão, César a Júpiter, uma vez que os crimes cometidos pelo condenado são prejudiciais à *Vrbs* tanto quanto o foi o roubo de Prometeu aos deuses.⁴⁴

Também no *Satyricon* de Petronônio, ao longo da *cena Trimalchionis*, o conviva Équion comenta sobre um espetáculo de gladiatura (*munus*) que acontecerá em três dias. Tito, o promotor do espetáculo, oferecerá ferro da melhor qualidade (*ferrum optimum*) e um carnívoro (*carnarium*) para arena.⁴⁵ Équion comenta, ainda, que o tesoureiro de Glicão será entregue ao *munus*, uma vez que foi pego em flagrante com a esposa de seu senhor.

Isso é que é se exhibir! Em que o escravo pecou, se ele foi forçado a fazer isso? Aquela prostituta, sim, é que merecia que um touro a arremessasse para bem longe. Mas quem não consegue bater no burro, bate na cangalha.⁴⁶

Já Apuleio, ao narrar uma cena de *damnatio ad bestias* no romance *As metamorfoses de um burro de ouro*, constrói, a nosso ver, uma subversão. Na cena, Lúcio, tendo sido escolhido por um nobre senhor que lhe tinha afeto para participar de um espetáculo de *damnatio ad bestias*, vê-se numa situação constrangedora. Ora, como ele

⁴² Do original: *Qualiter in Scythica religatus rupe Prometheus / adsiduam nimio pectore pauit auem, / nuda Caledonia sic uiscera praebuit urso / non falsa pendens in cruce Laureolus. / Viuebant laceri membris stillantibus artus / inque omni nusquam corpore corpus erat. / Denique supplicium dignum tulit: ille parentis / uel domini iugulum foderat ense nocens, / templa uel arcano demens spoliauerat auro, / subdiderat saeuas uel tibi, Roma, faces. / vicerat antiquae sceleratus crimina famae, / in quo, quae fuerat fabula, poena fuit.* Marcial, *De spectaculis*, VI. Tradução nossa.

⁴³ Cf. Ésquilo, *Prometeu acorrentado*.

⁴⁴ Rodrigues (2012, p. 1) esclarece que o *Liber de Spectaculis* de Marcial fora publicado pouco depois da inauguração do Anfiteatro de Flávio, o Coliseu de Roma, evento de dimensões principescas. O estudioso aponta, ainda, que “os versos de Marcial aludem a condenados que na arena teriam interpretado personagens da mitologia clássica, algumas delas com histórias particularmente sangrentas”.

⁴⁵ Atentemo-nos ao fato de Tito promover um espetáculo de gladiatura como forma de evergetismo. Ele empregou a quantia de 400 mil sestércios, valor que, não por acaso, era o censo equestre Giordani (1968, p. 191); Brunt e Carme (1967, p. 1097); Leonard (2004, p. 1). A nosso ver, a ostentação da personagem compõe toda a *cena Trimalchionis*, um exagerado exibicionismo digno da *aemulatio* dos estamentos mais elevados. Em capítulo posterior do nosso trabalho (V.2), essa questão será mais bem discutida.

⁴⁶ Do original: *Hoc est ipsum tradudere. Quid seruus peccauit, qui coactus est facere? Magis illa matella digna fuit quam taurus iactaret. Sed qui asinum non potest, stratu caedit.* Sat. XLV. Trad. Sandra Bianchet.

tinha sido transformado em um animal, o seu lugar na arena era no papel de uma *bestia* e não de um condenado. A condenada, uma mulher que havia cometido uma série de assassinatos (marido, filha e um casal de vizinhos), apresentar-se-ia na arena ao lado de um burro. Ocorre que a punição não seria, em um primeiro momento, a morte, mas sim um coito público com Lúcio, o burro.

De repente, certo soldado entrou em cena, correndo pelo meio da rua, e, atendendo aos pedidos insistentes do povo, foi em direção à cadeia pública, para buscar a famosa mulher que, como eu já disse, tinha sido condenada às bestas, por causa dos assassinatos em série, e teve o privilégio de ser eleita para se casar comigo. Já preparado com o máximo de capricho, havia um leito nupcial – evidentemente nossa futura cama, em um luminoso aposento em formato de tartaruga da Índia, com um amontoado de almofadas, coberto com uma colcha de seda com estampa floral.⁴⁷

Em seguida, Lúcio comenta seu medo de uma provável segunda etapa da condenação: a chegada das verdadeiras feras:

Eu, por outro lado, além da vergonha de ter relação sexual em público, além do contato com uma mulher celerada e contagiosa, estava sofrendo bastante com o medo de morrer já, já, pensando eu comigo mesmo que, quando estivéssemos grudados um no outro – evidentemente num entrelaçamento que agrada a Vênus, qualquer besta que viesse a ser solta para aniquilar a mulher, não haveria de ser perita em discernimento, ou profissional em astúcia, ou moderada em apetite, a ponto tal de ser possível acontecer de ela dilacerar a mulher deitada a meu lado, mas me poupar, como se, na verdade, soubesse que eu não tinha sido condenado e não era culpado de nada.⁴⁸

Esse trecho explora, a nosso ver, o pavor de um animal pela arena. Lúcio temia tanto o vexame do coito público quanto as verdadeiras feras violentas, típicas de uma arena. A personagem, que teve apenas a sua forma física metamorfoseada em burro, mantinha também um medo dúbio: temia a vergonha e a morte: o primeiro, apenas

⁴⁷ Do original: *Ecce quidam miles per mediam plateam dirigit cursum petiturus iam populo postulante illam de puplico carcere mulierem, quam dixi propter multiforme scelus bestis esse damnatam meisque praeclaris nuptiis destinatam. Et iam torus genialis scilicet noster futurus accuratissime disternebatur lectus Indica testudine perlucidus, plumea congerie tumidis, veste serica floribus.* Apuleio, *As metamorfoses de um burro de ouro* X, 334. Trad. Sandra Bianchet.

⁴⁸ Do original: *At ego praeter pudorem obeundi publice concubitus, praeter contagium scelerae pollutaeque feminae, metu iam mortis maxime cruciabar sic ipse mecum reputans, quod in amplexus Venerio scilicet nobis cohaerentibus, quaecumque ad exitium mulieris bestia fuisset immissa, non adeo vel prudentia sollers vel artificio docta vel absistenta frugi posset provenire, ut adiacentem lateri meo laceraret mulierem, mihi vero quasi indemnato et innoxio parceret.* Apuleio, *As metamorfoses de um burro de ouro*, X, 334. Trad. Sandra Bianchet.

atribuído a seres humanos devido ao pudor; o segundo, comum a homens e animais. No entanto, mesmo o seu pavor da morte tinha qualquer coisa humana: baseava-se em expectativas a respeito da inconsciência animal sobre o processo de condenação da mulher — se ele fosse visto por feras em uma arena, também ele seria condenado. Mas as feras não se apresentaram, mantendo-se apenas no universo de expectativas de um ser consciente — e humano.

I.5 - *Fundus rusticus*

A economia romana, assim como grande parte das civilizações antigas, tinha como pilares a agricultura e a criação de animais (GIORDANI, 1968, p. 124). A produção agrícola contava com os animais não só como fonte de recursos (queijo, leite, lã etc.), mas também como força motora em um período em que as máquinas ainda não tinham rompido os estreitos laços entre os animais e a economia (LEPETZ, 1996, p. 81). Como observa Giordani (1968, p. 124), os animais estiveram intimamente relacionados à economia romana desde os seus primórdios:

Podemos julgar da importância da criação de gado nesses tempos distantes da História da península itálica se considerarmos que os estalões de valor eram fixados em cabeças de gado, donde a palavra *pecunia* (de *pecus* = gado), para designar, em épocas posteriores, dinheiro (GIORDANI, 1968, p. 125).

O estudioso acrescenta que, entre os animais criados ainda pelos antigos romanos, “figuravam carneiros, cabras, porcos, asnos, cavalos e bois. Os cavalos serviam principalmente para a guerra; os bois eram utilizados como animais de tração” (GIORDANI, 1968, p. 125). Havia, ainda, especial atenção dispensada à apicultura, uma vez que o mel fazia, para os romanos, as vezes do nosso açúcar — e era também bastante requisitado!

Também Lepetz (1996, p. 81) aponta que os animais estiveram no centro de todas as atividades rurais em Roma, participando, assim, ativamente da economia antiga:

A produção de fibras vegetais ou animais (linho, cânhamo, lã) para a confecção de vestimentas, a produção de ovos, de carne, de leite, de fertilizantes (estrumes indispensáveis para os campos), de produtos manufaturados (objetos feitos de osso, chifre, couro...), o transporte de matéria prima para a cidade, dos produtos finais ou processados para os

mercados; tudo isso faz do animal um elemento motor da vida econômica (LEPETZ, 1996, p. 81).⁴⁹

É em passagens do *De Re Rustica* de Columela que o estudioso encontra o fundamento para sua reflexão acerca dos animais na agricultura romana:

“É hoje em dia tarefa deste animal, quase invariavelmente, mover o moinho e moer o trigo. Por isso toda a fazenda, tal como o instrumento mais necessário, precisa de um asno, o qual, como eu havia dito, pode levar para a cidade a maioria dos utensílios e trazer de volta no dorso ou pescoço, em boas condições”.⁵⁰

Nos *fundi* romanos, os animais eram fonte de lucro e, ao lado dos *villici* e *coloni*, cumpriam a função de força motora. Observamos, no trecho supracitado de Columela, o emprego do vocábulo *instrumentum* para referir-se ao que é necessário na fazenda (*rus*), de modo que o asno (*asellum*), igualado ao instrumento de maior necessidade, é ele próprio um instrumento fundamental. Em seguida, Columela faz considerações sobre os ovinos e, de modo semelhante, coloca o animal na posição estrita de um instrumento ou utensílio:

“Depois desse quadrúpede [o burro], é dos ovinos o segundo lugar, os quais têm o primeiro, se consideras sua maior utilidade. Pois esse animal é o que melhor nos protege contra a violência do frio, e fornece aos nossos corpos a mais generosa cobertura; e, com a abundância de queijo e leite, não apenas sacia os camponeses, mas também abastece as mesas dos elegantes com agradáveis e numerosas refeições. A alguns povos, que não conhecem o trigo, os ovinos fornecem o sustento; por isso, muitos dos nômades e dos getas se dizem ‘bebedores de leite’”.⁵¹

⁴⁹ Do original: *La production des fibres végétales ou animales (lin, chanvre, laine) pour la confection des vêtements, la production d'œufs, de viande, de lait, d'engrais (fumures indispensables pour les champs), de produits manufacturés (objets en os, en corne, en cuir...), l'acheminement des matières premières vers la ville, des produits finis ou transformés vers les marchés; tout cela fait de l'animal un élément moteur de vie économique.* Tradução nossa.

⁵⁰ Do original: *Iam vero molarum et conficiendi frumenti paene sollemnis est huius pecoris labor. Quare omne rus tamquam maxime necessarium instrumentum desiderat asellum, qui, ut dixi, pleraque utensilia et vehere in urbem et reportare collo vel dorso commode potest.* Columella, *De Re Rustica*, VII, III. Tradução nossa.

⁵¹ Do original: *Post huius quadrupedis ovilli pecoris secunda ratio est, quae prima fit, si ad utilitatis magnitudinem referas. Nam id praecipue nos contra violentiam frigoris protegit corporibusque nostris liberaliora praebet velamina, tum etiam casei lactisque abundantia non solum agrestis saturat, sed etiam elegantium mensas iucundis et numerosis dapibus exornat. Quibusdam vero nationibus frumenti expertibus victum commodat, ex quo Nomadum Getarumque plurimi γαλακτοπόται dicuntur.* Columella, *De Re Rustica*, VII, II. Tradução nossa.

É interessante observar que o “agrônomo” estabelece uma escala de valor entre os quadrúpedes a partir da sua “utilidade” (*utilitas*), sendo dos ovinos a segunda categoria se considerado o seu emprego na propriedade. No entanto, o autor estabelece que, quanto à utilidade, é desse animal o primeiro lugar, apresentando os seus usos: a lã para confecção de cobertores, o queijo e o leite para a alimentação.

No que diz respeito à instrumentalização dos animais (e homens) utilizados no *fundus*, algo semelhante se observa em Varrão:

“Agora falarei com o que se cultivam os campos. Uns dividem tais coisas em duas partes, os homens e o apoio aos homens, sem o que não podem cultivar; outros em três partes, o tipo vocálico do instrumento, o semivocálico e o mudo: vocálico, em que se incluem os escravos; semivocálico, em que se incluem os bois; mudo, em que se incluem os carros”.⁵²

A fazenda, a criação e a agricultura constituem outro aspecto da sociedade romana em que os animais são instrumentalizados, seja como ferramenta, força motora, fonte de produtos alimentícios (como o queijo, o leite ou o mel) ou de matéria prima para a confecção de bens (como a lã).

A partir do exposto acima, não é difícil afirmar que a presença dos animais, assim como ocorreu na história da humanidade desde os primórdios, é marcante na sociedade romana. Seja como fonte de alimento, vestimenta, artigos de luxo, símbolo de poder, elemento lúdico ou instrumento jurídico, os animais são peça importante na manutenção da economia e manifestação do poderio romano.

Este trabalho tem o objetivo de discutir a figura dos animais como forma alegórica nos textos de Varrão, Virgílio e Fedro. Por essa razão, não nos esquivamos de uma contextualização material da presença dos animais na sociedade romana a fim de que possamos, adiante, apresentar como as *bestiae* são empregadas, na literatura, como elemento alegórico.

⁵² Do original: *Nunc dicam agri quibus rebus colantur. Quas res alii diuidunt in duas partes, in homines et adminicula hominum, sine quibus colere non possunt; alii in tres partes, instrumenti genus uocale et semiuocale et mutum, uocale, in quo sunt serui, semiuocale, in quo sunt boues, mutum, in quo sunt plaustra.* Varrão, *De Re Rustica*, I, 17, 1. Trad. Matheus Trevizam.

CAPÍTULO II: IMITAÇÃO E LITERATURA

II.1 - *De origine imitationis*

Neste capítulo, trataremos da imitação como conceito e prática na Antiguidade — valendo-nos, também, de exemplos da Modernidade. Ao percorrer algumas concepções desse conceito, que também será apresentado quando aplicado à literatura latina, daremos ao leitor o fôlego necessário para que nos acompanhe e se aproxime, com maior sustentação, da alegoria também como conceito e prática na Antiguidade — quando apresentaremos exemplos de alegoria tanto na literatura latina quanto na Modernidade.

Nas obras que são objeto deste trabalho, as *Fabulae* de Fedro, o *De Re Rustica* de Varrão e o *Georgicon* de Virgílio, houve, como tentaremos mostrar, a atribuição de características humanas a figuras bestiais, processo conhecido como antropomorfismo, a fim de que as mensagens expostas naqueles textos se tornassem ora mais palpáveis,⁵³ ora invisíveis às estruturas de poder em Roma. Não podemos dizer, de forma alguma — e veremos isso ao longo deste capítulo —, que os dizeres de Fedro ficaram obscuros o suficiente a ponto de os animais de suas fábulas não deixarem jamais cair suas ‘máscaras’, pois parte do jogo (*iocus*) poético empregado pelo autor consistia em poder ser descoberto na sua empresa.⁵⁴ No entanto, não assumimos aqui o papel de Particulão,⁵⁵ a quem Fedro dedicou um livro de fábulas e a quem julgava digno de avaliar seus versos, ou de Mecenas,

⁵³ É o que Portella (1983, p. 126) diz sobre a ‘verdade camuflada’ da narrativa fabulística: “Da boca de uma raposa, de um corvo, de um cordeiro ou de um leão, o homem não se nega a ouvir verdades ou lições que a princípio parecem não ser dirigidas a ele, mas, aos poucos, agem sobre seu subconsciente e, quando o homem menos espera, está frente a frente com ela”.

⁵⁴ Esse jogo é anunciado pelo próprio poeta: *Ioculare tibi uideamur, et sane leui, / dum nihil habemus maius, calamo ludimus ; / sed diligenter intuere has nenas; / quantam sub titulis utilitatem reperies. / Non semper ea sunt quae uidentur dispici; / frons prima multos; rara mens intellegit / quod interiore condidit cura angulo*, “Para ti, parece que brinco, e, com a pena leve, / enquanto não tenho nada maior, realmente brinco; / mas com muito cuidado observa estes versinhos; / quão grande utilidade encontrarás abaixo deles! / Nem sempre são aquilo que se parece observar; / a primeira aparência engana a muitos; já as mentes raras / percebem aquilo que, com cuidado, escondi num cantinho”. Fedro, *Fabulae*, IV, pr. vv. 1-7. Tradução nossa.

⁵⁵ Fedro dedica o IV livro de fábulas a Particulão, personagem obscuro que o poeta trata como um homem douto e cuja opinião, nos parece, lhe é cara: *Mihi parta laus est quod tu, quod similes tui / uestras in chartas uerba transfertis mea, / digna ut quae longa iudicetis memoria; / inlitteratum plausum non desidero*, “A minha glória nasceu, pois tu e teus semelhantes / transferistes as minhas palavras para os vossos escritos / e as julgareis dignas de longa memória. / Não desejo aplausos dos iletrados”, Fedro, *Fabulae*, IV, pr. vv. 17-20.

destinatário das *Geórgicas* de Virgílio.⁵⁶ Aqui, de modo diferente, assumimos o papel do leitor interessado em terceira via, pois nem para nós foram escritos os versos de Fedro e Virgílio, nem a nós se dirigem os preceitos agrários varronianos.⁵⁷ Na verdade, interessamos o processo. Cientes da metamorfose empregada pelos três autores, pois sabemos que as figuras bestiais em questão não são exatamente animais, dispomo-nos aqui ao trabalho inverso: desfazer essas mesmas metamorfoses, identificando-as e apontando quais daqueles homens e mulheres possivelmente viram de suas faces nascerem bicos ou focinhos, em suas costas surgirem caudas longas e belas ou vergonhosos traseiros, ou penas e asas brotarem de seus membros superiores.

O primeiro passo para desfazer as metamorfoses provocadas pelos três autores, após compreender que correspondem a representações fictícias, é uma reflexão sobre como esse processo era visto na Antiguidade, quais nomes lhe eram dados e de que maneira foi (e continua sendo) empregado pelos autores antigos (e modernos).

A verdade cabe ao criador; a matéria, ao artesão; a mentira, ao pintor. Essa antiga divisão apresentada por Platão é bem-vinda à nossa reflexão:

“Assim, tais leitões se nos apresentam sob três formas: uma, que se encontra na natureza, obra, segundo penso, de Deus. De quem mais poderia ser?
De ninguém, creio.
Outra, feita pelo carpinteiro.
Perfeitamente, respondeu.
E outra mais, a do pintor, não é isso mesmo?
Que seja.
Logo, pintor, carpinteiro, Deus: aí temos os três mestres das três espécies de leitão.
Sim, três”.⁵⁸

O pintor é um eterno fingidor, aquele que, não conhecendo, por ser homem, a verdade absoluta (*idéa*), e não dominando a matéria (*phýsis*) nada além do que um ou outro aspecto seu, entrega-se ao espelho do mundo, espelho esse que modela, sendo o senhor da imagem que apresenta. Um pouco pior: o seu olhar é reduzido à terceira categoria, pois a imagem, o reflexo, nada mais é do que uma tentativa de aproximação da matéria, a qual, por sua vez, já é menos do que a verdade. A esse processo ao qual Platão

⁵⁶ Trevizam (2014, p. 72) discute que, embora a Mecenas caberia formalmente o papel de destinatário das *Geórgicas*, a dinâmica de produção de sentidos da poesia didática, que carrega os “elementos constitutivos de uma integral situação de aula” (p. 73), não se limitaria a um único receptor.

⁵⁷ Tratamo-nos, aqui, como leitores não pertencentes ao universo de expectativas tanto dos destinatários (fictícios ou não) dos textos objeto desta tese quanto dos próprios leitores em geral da Antiguidade.

⁵⁸ Platão, *A república*, X, II 597b. Trad. Carlos Alberto Nunes.

associa um pintor, para mais tarde estender à figura do poeta, chamou *mimesis* (μίμησις), ou imitação.

Bem; e o pintor, será também obreiro e fabricante desse mesmo objeto?
De forma alguma.
Então, como designarás sua relação com o leito?
“Quer parecer-me, disse, que a designação mais acertada seria a de imitador daquilo que os outros são os obreiros.
Que seja, lhe disse. Dás, assim, o nome de imitador ao que produz o que se acha três pontos afastado da natureza”.⁵⁹

Ainda segundo Platão, a *mimesis*, se é uma sombra ou reflexo da matéria, precisa antes dessa mesma matéria. Ora, o pintor, ou poeta, precisam ter algo para imitar, e, portanto, uma vaga ideia daquilo que pretendem atingir por meio da imitação. É por essa razão que Platão sugere dever o artista apresentar algum conhecimento sobre o que imita; mais ainda, que esse conhecimento seja capaz de iludir os desatentos:

“Logo, a arte de imitar está muito afastada da verdade, sendo que por isso mesmo dá a impressão de poder fazer tudo, por só atingir parte mínima de cada coisa, simples simulacro. O pintor, digamos, é capaz de pintar um sapateiro, um carpinteiro ou qualquer outro artesão, sem conhecer absolutamente nada das respectivas profissões. No entanto, se for bom pintor, com o retrato de um carpinteiro, mostrado de longe, conseguirá enganar pelo menos crianças ou pessoas simples e 39evalas a imaginar que se trata de um carpinteiro de verdade”.⁶⁰

Ainda, para o filósofo, a ilusão provocada pela *mimesis* é tão poderosa que submete os homens, fazendo-os viver um reflexo, distanciando-se da verdade ao passo que a experimentam a partir de uma sombra ruim; pois os poetas, quando imitam, o fazem não considerando o melhor das ações, pelo contrário, apresentam a experiência de paixões incontroladas e risos extravagantes; mesmo Homero tirou dos deuses a sua dignidade ao fazê-los gargalhar desmedidamente⁶¹ (ἄσβεστος γέλως). Eis o motivo de a república ideal de Platão não considerar saudável a presença de charlatões imitadores:

“Ora, esse princípio, quero dizer, o irascível, dispõe de material múltiplo e variado para a imitação, ao passo que o caráter calmo e ponderado e que se mantém sempre mais ou menos igual, nem é difícil de imitar, nem, quando imitado, fácil de compreender, principalmente por uma multidão em dia de festa ou por indivíduos da mais variada

⁵⁹ Platão, *A república*, X, II, 597e. Trad. Carlos Alberto Nunes.

⁶⁰ Platão, *A república*, X, II, 599b-c. Trad. Carlos Alberto Nunes.

⁶¹ Platão, *A república*, III, 389a. Trad. Carlos Alberto Nunes.

procedência reunidos num teatro. Para todos seria a imitação um estado de alma inteiramente estranho.

Perfeitamente.

É mais do que claro que o poeta imitador não nasceu para esse princípio racional da alma, não estando sua arte em condições de satisfazê-lo, na hipótese de querer alcançar o aplauso das multidões, porém para o princípio irascível e variado, muito mais fácil de imitar”.⁶²

Aristóteles, que se opunha sistematicamente ao pensamento de Platão em vários pontos de sua obra (TOLEDO, 2005, p. 33), não fez diferente quando tratou da *mimesis*. O estagirita, segundo Toledo, criticou a teoria platônica do mundo das ideias; Aristóteles dizia que, se a verdade se encontra em um plano inalcançável e inacessível, e o mundo sensível é o seu reflexo, este só poderia ser igualmente ininteligível, sendo, assim, igualmente impossível de ser percebido. Aristóteles pretendia compreender o mundo tal como ele se apresenta, observando as coisas tais como são. E desse modo procedeu com a *mimesis*, que, embora não seja estritamente discutida em sua obra, é apresentada ao longo de seus textos, em especial na sua *Poética*, quando faz certa distinção de alguns tipos de imitação:

“A epopeia, o poeta trágico, bem como a comédia, o ditirambo e, em sua maior parte, a arte do flauteiro e a do citaredo, todas vêm a ser, de modo geral, imitações. Diferem entre si em três pontos: imitam ou por meios diferentes, ou objetos diferentes, ou de maneira diferente e não a mesma. Assim como alguns imitam muitas coisas figurando-as por meio de cores e traços (uns graças à arte; outros, à prática) e outros o fazem por meio da voz, assim também ocorre naquelas mencionadas artes; todas elas efetuam a imitação pelo ritmo, pela palavra e pela melodia, quer separados, quer combinados”.⁶³

Podemos perceber, por esses trechos, um esforço de Aristóteles em compreender todas as artes as quais dá como miméticas. Consideramos essa postura, por si só, uma forma de se opor a Platão. Ora, enquanto o mestre da academia enumerou na *República* dois modos de imitação, quais sejam aqueles que fazem aflorar paixões, apresentando o caráter irascível, irritado, e aqueles que, imitando o espírito tranquilo e prudente, fazem elogios aos deuses⁶⁴ e aos homens de bem, Aristóteles, mais pragmático, categoriza a

⁶² Platão, *A república*, X, 604e a 605a. Trad. Carlos Alberto Nunes.

⁶³ Aristóteles, *Poética*, I, 1447a, 14-25. Trad. Ana Maria Valente.

⁶⁴ “Assim, Glaucos, lhe falei, quando ouvires os admiradores de Homero declarar que esse poeta foi o educador da Hélade e que é digno de ser estudado no que entende com problemas da educação e das relações humanas, e também que devemos viver de acordo com seus ensinamentos, precisarás acatá-los e beijá-los como a pessoas de muito merecimento, e concordar que Homero não só é poeta máximo como o primeiro dos trágicos, porém não te esqueças de que em matéria de poesia só devemos admitir na cidade hinos aos

imitação, numa tentativa de não só racionalizá-la, mas também de apresentá-la em lugares mais ou menos definidos pelo seu *modus operandi*; Aristóteles pretendia, como já dissemos, observar o mundo tal como ele é, e as artes miméticas faziam parte desse mundo:

(...) Aristóteles, partindo de seu método usual do fato da existência da poesia na sociedade humana - fato este que, por essa razão mesma, merece ser explicada por uma descrição racional e sistemática, - toma a defesa da poesia contra a condenação pronunciada por seu mestre (WASZINK, 1972, p. 241).⁶⁵

É possível, assim, dizer que o olhar de Aristóteles para as artes miméticas tinha uma certa ‘boa vontade’, um desejo de compreendê-las tal como existiam em vez de negar-lhes um lugar no seio da sociedade:

A poesia, bem como as outras artes miméticas, não estariam assim fora do espectro da racionalidade para Aristóteles. No nosso entendimento, a tragédia seria então uma forma de conhecer o homem no seu mais íntimo, no lugar onde racional e irracional confluem. A disputa entre racional e irracional que se dá no interior da tragédia é o conflito próprio da condição humana (TOLEDO, 2005, p. 36).

Além disso, assim como aponta Lemos (2009), vale dizer que, para Aristóteles, a *mimesis* não corresponde literalmente a uma reprodução da natureza. Para compreendermos melhor essa ideia, precisamos retomar algumas palavras do autor sobre a arte enquanto reprodução da natureza na concepção do estagirita, a qual seria “um modo de produzir, sempre daquele ponto de vista, com maior regularidade e segurança aqueles processos da natureza que são úteis para os homens” (LEMOS, 2009, p. 87). Se a arte é um ‘passo à frente’ dado pelo homem com relação a uma natureza que lhe falta, que é indiferente à sua existência, a *mimesis*, ainda segundo o autor, é a imitação não servil dessa natureza, mas apurada. Nesse ponto, podemos nos lembrar brevemente do conceito de ‘verossimilhança’ discutido por Aristóteles em sua *Poética*, pois a imitação, embora não deva ser idêntica ao objeto, precisa perceber esse mesmo objeto a partir de possibilidades que não lhe escapem de todo: “Pelo exposto se torna óbvio que a função

deuses e elogios de varões prestantíssimos. Porém, se aceitares as Mudas açucaradas, ou seja, na lírica ou seja na epopeia, o prazer e a dor passarão a governar tua cidade, em lugar da lei e do princípio racional que em todos os tempos foi considerado pela comunidade como o melhor”. Platão, *A república*, X, VII, 607a. Trad. Carlos Alberto Nunes.

⁶⁵ Do original: *Aristote, partant selon sa méthode usuelle du fait de l'existence de la poésie dans la société humaine — fait qui, pour cette raison même, mérite d'être expliqué par une description rationnelle et systématique, — prend la défense de la poésie contre la condamnation prononcée par son maître.* Tradução nossa.

do poeta não é contar o que aconteceu mas aquilo que poderia acontecer, o que é possível, de acordo com o princípio da verossimilhança e da necessidade”.⁶⁶ Logo, as artes miméticas seriam não uma forma de apresentar a natureza com três níveis de distanciamento como sugere Platão, mas sim uma representação intencionalmente infiel em sua essência, ou seja, com o fim não de uma fidelidade irrestrita, mas sim como um processo ordenado, estruturado, características que definem a própria imitação segundo Aristóteles.

Vale dizer que a ideia de imitação como um processo também é discutida na *Poética*, pois é nesse texto que Aristóteles apresenta críticas e pressupostos de formas para a boa imitação:

“Além disso, uma coisa bela — seja um animal seja toda uma acção — sendo composta de algumas partes, precisará não somente de as ter ordenadas, mas também de ter uma dimensão que não seja ao acaso: a beleza reside na dimensão e na ordem (...)”.⁶⁷

Ora, a ideia de um ordenamento, de uma observação estrutural para a composição nada mais é do que uma concepção artística que muito se assemelha à construção de uma casa: escolhe-se o que é bom, o que é mediano e separa-se o que é ruim; dispõem-se as partes de um modo ordenado e ‘voilà’.⁶⁸ Assim, a imitação para Aristóteles não é submissa ao objeto imitado, tampouco fruto do acaso; pelo contrário, é manipulada, atendendo a alguns preceitos que, de certa forma, ditam o que é a boa composição. É mister observar que esses preceitos são dados por Aristóteles a partir de composições já reconhecidas em seu tempo, tal como a *Iliada*, a *Odisseia* e tragédias mencionadas ao longo da obra, as quais o autor dá como referência para as formas compositivas adequadas ou não. Lembremo-nos de que o estagirita, diferentemente de Platão, aceitando as coisas tal como se se lhe apresentavam, discorria sobre elas.

Como constatamos, havia uma diferença entre os modos como Platão e Aristóteles viam a *mimesis*, diferença essa que beirava a moralidade: um depreciava o processo de imitação, julgando-o nocivo à sociedade; o outro, mais benevolente, entendia a imitação como uma atividade natural do ser humano, devendo o poeta escolher o meio e delimitar o que era conveniente imitar e de que modo (BARBOSA *et alii*, 2018, p. 33). No entanto,

⁶⁶ Aristóteles, *Poética*, IX, 1451b. Trad. Ana Maria Valente.

⁶⁷ Aristóteles, *Poética*, VII, 1450b. Trad. Ana Maria Valente.

⁶⁸ O tema do ordenamento e da consecução das partes foi amplamente discutido por Santos (2000) em trabalho sobre a concepção de *monstrum* no prólogo da *Epistula ad Pisones / Ars Poetica* de Horácio.

é interessante observar que em ambos os autores a discussão sobre a *mimesis* perpassa dois sentidos já percebidos na Antiguidade: a noção filosófica e a literária.

A discussão platônica sobre o conceito de imitação, muito evidente no livro X da *República* (mas não só), inicia-se com uma exposição de Sócrates a Glaucos sobre a ideia da representação em três níveis, como já discutimos. Um pouco mais adiante, Platão aplicará essa percepção à Literatura, como nos mostram Barbosa *et al.* (2018, p. 34), uma vez que fará a distinção de três modos de enunciação poética: “uma forma narrativa simples (*ἀπλή διήγησις/haplé diégesis*), não mimética, exemplificada pelo ditirambo; uma forma inteiramente mimética, fundada na imitação, presente na tragédia e na comédia; e uma mistura de ambas as formas, como nas epopeias e outros gêneros”. Ora, percebemos, já em Platão, essa dupla forma de compreender a imitação. O filósofo começa descrevendo a essência desse processo, apontando qual categoria ocupa na realidade, essa descrição sendo de caráter filosófico; em seguida, apresenta como o processo se dá na prática, apontando quais lugares ocupa no fazer poético, aqui apontando a *mimesis* relacionada à Literatura, ao processo técnico da escrita. Já Aristóteles, ainda que trate, em sua *Poética*, da imitação como um processo puramente técnico, que vislumbra o que havia de melhor entre os autores e desaconselha os meios considerados piores, há, na perspectiva do filósofo, e ainda segundo Barbosa *et alii* (2018, p. 36), uma noção filosófica para a *mimesis*: “é necessário imitar, sempre que possível, de três, uma: ou as coisas tais como elas eram ou são, ou como se diz ou parecem ser ou tal como deveriam ser” (*Poet.* 1460b, trad. T. V. Barbosa).

II.2 - *De imitatione Romanorum*

A breve explanação anterior sobre a *mimesis* nas perspectivas de Platão e Aristóteles, paradigmáticas para a compreensão do conceito talvez mais importante da Literatura do Ocidente, ainda que se pareça com o início de uma discussão com fim ao seu desdobramento no universo latino — e, na verdade, é disso mesmo que se trata! —, é, antes de tudo, um passo cauteloso. O que buscamos neste capítulo, necessário lembrar, é antes um caminho teórico até a ‘construção’ dos animais de que trata o nosso trabalho.

A Literatura latina, ou o advento de textos escritos e estruturados escritos em latim, teve, desde o seu primeiro expoente, Lívio Andronico, que traduziu para a língua do Lácio a *Odisseia* de Homero, o gene da Literatura grega. Waszink (1972, p. 243), em uma proposta de ‘evolução’ da imitação em Roma, lembra-nos que a tradução se insere

no processo chamado *interpretatio*, ou seja, sem grande influência do autor na obra traduzida. O estudioso, no entanto, aponta a *Odisseia* de Andronico como um primeiro passo em direção a uma romanização dos textos gregos. É consensual que, salvo a sátira, toda romana,⁶⁹ a pátria de Rômulo e Remo conformou sua cultura literária a partir do mundo helênico.

No entanto, não pretendemos apenas dizer que os romanos ‘aprenderam’ a fazer Literatura com os gregos a partir de suas técnicas e formulações, em interpretações e traduções inicialmente da épica, tragédia e drama (WASZINK, 1972, p. 243), mas, um pouco mais além, podemos afirmar que Roma adotou conceitos gregos para pensar a Literatura. Quintiliano, em comentário sobre a elegia romana, aponta esse aspecto da literatura latina:

Também desafiamos os gregos na elegia, cujo Tibulo, poeta, considero muitíssimo elegante e esmerado. Existem os que preferem Propércio. Ovídio é mais lascivo que os dois, enquanto Galo é mais sério. A sátira, por outro lado, é toda nossa (...)⁷⁰

O verbo *prouocamus*, empregado pelo retor, foi por nós traduzido como ‘desafiamos’. No entanto, a sua formação se dá a partir da preposição *pro* (à frente de, em favor de, em lugar de etc.) e do verbo *uoco* (chamar, interpelar). Ora, o seu sentido etimológico no contexto do trecho supracitado seria, a nosso ver, “chamamos à nossa frente”, sentido do qual o verbo “desafiar” dá conta. O desafio a que Quintiliano se refere é a *aemulatio*, conceito que define uma imitação literária cujo objetivo é, de início, superar a obra original. “Portanto, inserida no processo maior da *imitatio*, a *aemulatio* implica, segundo esse autor, um desejo de rivalizar, competir com o predecessor imitado e superá-lo” (BARBOSA et al. 2018, p. 38).

Waszink (1972, p. 243) aponta que “a reflexão do poeta sobre a sua atividade existiu na Literatura latina desde o seu estado primordial, e foi a existência mesmo de uma tal reflexão que preparou o terreno para a acepção da imitação literária em Roma como algo natural e mesmo evidente”. Em seguida, o autor pondera sobre o conceito: “falo sobre a imitação literária — é óbvio que uma *interpretatio latina* dos textos gregos

⁶⁹ *Satura quidem tota nostra est, in qua primus insignem laudem adeptus Lucilius*. “A sátira, por outro lado, é toda nossa, na qual o primeiro a alcançar glória distinta foi Lucílio”. Quintiliano, *Institutio Oratoria*, X, I, 93. Tradução nossa.

⁷⁰ Do original: *Elegia quoque Graecos provocamus, cuius mihi tersus atque elegans maxime videtur auctor Tibullus. sunt qui Propertium malint. Ovidius utroque lascivior, sicut durior Gallus. Satura quidem tota nostra est (...)*. Quintiliano, *Institutio Oratoria*, X, I, 93. Tradução nossa.

não poderia elevar-se à concepção de imitação no sentido filosófico, ou seja, a uma concepção da arte como imitação da realidade, como *speculum vitae*". E é nesse ponto que podemos tentar nos aproximar, de um modo latino, da *mimesis* aristotélica, que, vista com 'bons olhos' pelo estagirita, é natural ao ser humano e corresponde a um processo de reinterpretação (da natureza e do que já fora feito pelos mais antigos).

Consideremos o verbo *imitor*, do qual deriva o substantivo *imitatio*, conceito tão caro para o modo romano de fazer a Literatura. Ernout & Meillet (1951, p. 552), sobre esse verbo, remetem-nos a *imago* ("representação, retrato, fantasma, aparência em oposição à realidade"⁷¹) substantivo que, por sua vez, corresponde a vocábulos gregos da mesma classe gramatical: φάντασμα ("fantasma; imagem ilusória, espectro, visão aterradora")⁷² e εἰκών ("imagem, quadro, figura, estátua, comparação, representação, parábola").⁷³ Platão, quando diz que o artista não cria nada senão uma imagem da verdade, um reflexo ou fantasma distante dela três níveis, vale-se do vocábulo φάντασμα.⁷⁴ Podemos, assim, dizer que este substantivo mantém relações semânticas muito próximas com *imago* e, por extensão morfológica, com *imitor* e *imitatio*. Logo, é possível dizer que a *imitatio* latina tem, já em sua forma, os fantasmas da *mimesis* grega.

A semelhança semântica não é a única que se impõe entre *mimesis* e *imitatio*. Os romanos, como discutimos, ao se inserirem na tradição literária com a tradução da *Odisseia* de Lívio Andronico, tomaram como modelo o universo grego. Névio, seguindo os passos de Andronico, escreveu outro poema épico, *Guerras Púnicas*, que, composto em latim, tratava da guerra dos romanos contra os cartagineses, de 264 a 241 a.C., como aponta Cardoso (2011, p. 9), mesclando "a história à mitologia, atribuindo causas sobrenaturais aos acontecimentos". No entanto, ainda segundo a estudiosa, o poema de Névio valeu-se do verso satúrnio, não usual para a épica clássica. Cardoso (*idem, ibidem*) lembra-nos também que Ênio, pouco mais tarde (239 – 169 a.C.), compôs os *Annales* ("Anais"), poema épico bastante extenso em que é narrada a história de Roma. O poema foi escrito em hexâmetro datílico grego, metro conveniente à épica. "Como Névio, Ênio deteve-se em considerações sobre a origem mitológica da cidade, reservando os seis primeiros livros para explorar histórias lendárias, referentes à época dos reis", observa

⁷¹ Do original: *représentation, portrait, fantôme, apparence (par opposition à la réalité)*. Cf. Ernout & Meillet, 1951, p. 552. Tradução nossa.

⁷² Cf. Bolting, 1953, p. 611.

⁷³ Cf. Bolting, 1953, p. 216.

⁷⁴ Platão, *A república*, II, 382a; VI, 510a; VII, 516b; VII, 532c; IX, 584a; X, 598b; X, 599a. Trad. Carlos Alberto Nunes.

Cardoso (2011, p. 9). Ora, a narrativa histórica, geralmente envolvendo guerra(s), com ênfase em feitos pátrios e mesclada a eventos sobrenaturais, muito se parece com o que Homero apresentou na *Iliada*. Isso não se deu por acaso, evidentemente, uma vez que esse período, chamado *helenístico*, corresponde ao “momento em que os escritores de Roma se exercitam na produção de textos poéticos, procurando imitar a Literatura da Grécia” (CARDOSO, 2011, p. XIII).

As empresas de Andronico, Névio e Ênio, assim, evidenciam que a Literatura latina, já desde o seu início, para além de tomar como modelo a Literatura grega, vincula-se conceitualmente ao que Aristóteles entendia como *mimesis*. Atentemo-nos para o sentido literário do conceito, ou seja, o vínculo que uma obra tem com uma tradição, em que “obras precedentes configuram-se como modelos para as novas produções” (BARBOSA *et al.*, 2018, p. 36): foi essa a atitude dos primeiros poetas latinos. Barbosa *et alii* comentam, ainda, a obra do historiador Dionísio de Halicarnasso (I a.C.), o qual, segundo os estudiosos, foi o responsável por ‘codificar’ a perspectiva literária da *mimesis*:

Tal perspectiva, estreitamente vinculada à retórica, teria sido primeiramente codificada por Dionísio de Halicarnasso, no século I a.C., muito embora sua existência já remontasse ao período clássico grego (Bompaire, 2000, p. 60). Em seu tratado *Sobre a imitação*, Dionísio de Halicarnasso expõe os princípios da arte imitativa e os principais modelos a se imitar, a fim de oferecer meios àqueles que desejem falar e escrever bem; ele atende, pois, a uma finalidade retórica (BARBOSA, *et al.*, 2018, p. 37).

Barbosa *et alii* também discutem as considerações de Quintiliano (I d.C.), gramático dedicado à eloquência, para a *imitatio* enquanto uma transposição da *mimesis* como um processo criativo apoiado na tradição. Os autores apontam trecho da obra em que o *rhetor* discorre, no livro X da *Institutio oratoria*, sobre a *imitatio*:

Destes e outros autores dignos de leitura, há uma vastidão de palavras que devem ser tomadas para si, além de várias figuras e modelos de composição; então, a mente deve ser alinhada com o exemplo de todas as virtudes. Não se pode duvidar que grande parte das artes consista em imitação. Na verdade, porque o inventar ocorreu primeiro e é único, assim, é útil seguir aquelas coisas que foram bem inventadas. E consta também que, como ordem da vida de todos, nós mesmos queiramos fazer o que aprovamos nos outros.⁷⁵

⁷⁵ Quintiliano, *Institutio Oratoria*, X, II, 1-2: *Ex his ceterisque lectione dignis auctoribus et verborum sumenda copia est et varietas figurarum et componendi ratio, tum ad exemplum virtutum omnium mens derigenda. Neque enim dubitari potest quin artis pars magna contineatur imitatione. Nam ut invenire*

É importante ressaltar que a obra de Quintiliano, um extenso tratado de eloquência do qual nos serviremos em outro momento deste trabalho, não era uma obra com o objetivo de descrever os melhores meios para a composição de uma obra artística, tal como fazem Aristóteles e Horácio em suas respectivas poéticas. Rezende (2009, p. 62) lembra-nos que o *rhetor* latino formulou um “método de ensino para um estudante de nível mais avançado e também para os professores de todos os estágios”. Sobre essa constatação, podemos sugerir que, para além da prática dos poetas, a definição da *imitatio*, à época de Quintiliano, era um tema escolarizado, e, assim, bem definido pelos romanos. Vale ressaltar que, ainda segundo Rezende (2009, p. 67), quando falamos em Literatura à luz da obra de Quintiliano, falamos de “*litteratura*, termo que representa o conjunto de saberes que permitiam as várias formas de acesso à obra escrita, muito além, portanto, do que representaria um acervo da produção poética latina”.

No entanto, como pretendemos, no decorrer desta discussão, servir-nos da *imitatio* na perspectiva da composição artística vinculada à tradição, ou uma *ars poetica*, termo sugerido por Quintiliano no livro VIII da *Institutio oratoria*, faz-se necessária uma breve explanação do mais conhecido expoente da ‘doutrina’ poética no universo latino.

Se desejasse um pintor unir o pescoço de um cavalo
a uma cabeça de homem, e várias penas juntasse a
cada um dos membros colados, a fim de que uma mulher
formosa na parte de cima tenha seu corpo findo em um
peixe horrendamente escuro, por acaso, meus amigos,
vendo esse espetáculo, conteríeis o vosso riso?
Acreditai, Pisões, muito semelhante a esse quadro
haverá de ser o livro do qual, assim como os sonhos
de um homem febril, vãs espécies hão de ser fingidas,
de modo que nem os pés, nem a cabeça concordem em
uma forma única. ‘Pintores e também poetas sempre
tiveram igual poder de ousar no que desejam’.
Sabemos disso, e essa boa vontade pedimos
e damos em retorno, mas não para que as coisas
selvagens se colem nas plácidas, não para que
serpentes se geminem a aves, ou cordeiros a tigres.⁷⁶

primum fuit estque praecipuum, sic ea quae bene inventa sunt utile sequi. II. Atque omnis vitae ratio sic constat, ut quae probamus in aliis facere ipsi velimus. Tradução nossa.

⁷⁶ Do original: *Humano capiti ceruicem pictor equinam/iungere si uelit et uarias inducere plumas / undique conlatis membris, ut turpiter atrum / desinat in piscem mulier formosa superne, / spectatum admissi, risum teneatis, amici? / Credite, Pisones, isti tabulae fore librum / persimilem, cuius, uelut aegri somnia, uanae / fingentur species, ut nec pes nec caput uni / reddatur formae. “Pictoribus atque poetis quidlibet audendi semper fuit aequa potestas”. / Scimus, et hanc ueniam petimusque damusque uicissim, / sed non ut placidis coeant immitia, non ut / serpentes auibus geminentur, tigribus agni.* Horácio, *Epistula ad Pisones*, vv. 1-14. Tradução nossa.

Com os versos acima, Horácio (I. a.C.) inicia seu mais longo poema. A *Epistola ad Pisones*, ou *Ars Poetica*, objetivava apresentar preceitos e considerações sobre a boa composição poética. Esta afirmação é o que talvez possamos dizer com maior segurança no que diz respeito ao conteúdo do texto.⁷⁷ Embora, talvez por intermédio da *Fortuna*, não sejam objetos da nossa discussão, é preciso apontar as inúmeras ambiguidades que se inserem na poética de Horácio. De início, temos o problema da datação: como aponta Flores (2019, p. 234), a *Epistula ad Pisones* é a “obra de mais difícil datação do *corpus* horaciano, tanto para definir sua composição quanto para determinar minimamente sua primeira publicação”. O estudioso, ao passo que tenta apresentar uma solução para a questão a partir dos ‘destinatários’ do texto, os Pisões, podendo, assim, concluir que a obra fora composta por volta do ano 10 a.C., quando Lúcio Calpúrnio Pisão retorna de sua campanha na Trácia, encontra uma outra questão: talvez Horácio não dedicasse sua *Epistola* a Lúcio, mas sim a Cneu Calpúrnio Pisão, o que tornaria mais plausível atribuir ao poema o ano de 20 a.C. como data de publicação.

Outra problemática que os comentadores de Horácio enfrentam é no que diz respeito à forma do texto. Ainda segundo Flores (2019), a organização interna não corresponde à tratadística antiga, tendo uma variação formal que poderia ser incluída tanto no gênero epistolar quanto no gênero didático ou tratadístico. Sobre isso, Russell (2006, p. 325) comenta que as diferenças da *Ars Poetica* com o gênero epistolar são mais importantes para a sua compreensão do que as suas semelhanças, havendo, na verdade, uma ‘performance epistolar’ ao longo do texto. Como exemplo dessa performance, o autor aponta o verso 306, *munus et officium nil scribens ipse, docebo* (“eu próprio nada escrevendo, ensinarei o ofício e a função”), pois embora Horácio adote uma postura de não-escritor, mas de um *magister* estrito, o texto é composto por princípios poéticos. Essa análise nos parece interessante por apresentar uma oposição entre a forma e o tema do texto, em que o autor diz não escrever poesia ao passo que escreve (o que pode ser verificado pelo hexâmetro datílico com o qual o poema é composto, metro dedicado a temas elevados, didáticos, como a *De rerum natura* de Lucrécio, ou narrativos, como a épica). No entanto, Flores (2019, p. 235) sugere que a expressão *nil* “pode ser lida apenas

⁷⁷ A propósito, sobre adequação, é interessantíssimo o trabalho de Santos (2000), *O monstrum da Arte Poética de Horácio*, em que se encontra uma bastante densa discussão sobre o ‘prólogo’ da *Epistula ad Pisones*.

como marca de que o poeta daria preceitos sobre drama e épica, sem que ele próprio escrevesse nesses gêneros”.

Um dos eixos mais importantes da *Epistula ad Pisones* é a separação que Horácio faz entre a *ars* e o *ingenium*. Segundo ele, a *ars* seria o empenho técnico do poeta, a disposição para o trabalho, disposição essa que Horácio alude à força física quando diz “colocai a vossa matéria, ó vós que escreveis, em igualdade com vossa força, e examinai sem pressa o que vossos ombros suportam carregar, o que rejeitam”.⁷⁸ Já o *ingenium* é reconhecido por Horácio como o talento nato, a ‘veia poética’ como é dito hodiernamente. O poeta augustano considera, para a boa composição, igualmente necessárias as duas instâncias, pois nem o ‘rude talento’ (*rudis ingenium*), nem o empenho técnico sem ‘rica veia’ (*studium sine diuite uena*) pode, separadamente, sustentar um ‘louvável canto’ (*laudabilis carmen*). Todavia, seria estranho dizer que a harmonia entre *ars* e *ingenium* seja, no texto de Horácio, uma associação equitativa, uma vez que o próprio texto dispense parte considerável de seus versos ao tratamento da *ars*. Sobre isso, Maciel (2017, 98) sugere que “a defesa da conciliação parece ser, a todo momento, desmentida pela demasiada preocupação com a técnica”. Assim, o *ingenium*, embora tido como necessário, não é abordado com tanta frequência; ora, considerado nato, o *ingenium* não seria passível de ensinamento.

Vale notar, ainda, a representação que faz Horácio do *poeta uesanus*, o poeta insano, aquele que não se ocupa da *ars* e acredita ser o *ingenium* muito mais valoroso para a composição poética. Nestes versos, Horácio descreve o *modus uiuendi* do *poeta uesanus*, associando a sua predileção pelo *ingenium* à insalubridade:

O engenho ser mais afortunado do que a mísera arte
acreditou Demócrito, e excluiu os poetas sãos do Hélicon;
boa parte não cuida das unhas nem da barba,
procura lugares secretos, evita os banhos;
pois assim obterá um nome e valor de poeta,
se a cabeça insana, por causa das três Antíciras, nunca
levar ao barbeiro Lícino.⁷⁹

⁷⁸ Horácio, *Epistula ad Pisones*, vv. 38-40: *Sumite materiam uestris, qui scribitis, aequam uiribus et uersate diu quid ferre recusent, quid ualeant umeri*. Tradução nossa.

⁷⁹ Do original: *Ingenium misera quia fortunatius arte / credit et excludit sanos Helicone poetas / Democritus, bona pars non unguis ponere curat, / non barbam, secreta petit loca, balnea uitat; / nanciscetur enim pretium nomenque poetae, / si tribus Anticyris caput insanabile nunquam / tonsori Licino commiserit*. *Epistula ad Pisones*, vv. 295-302. Tradução nossa.

Maciel (2017, p. 92) aponta que Horácio, na *Epistula ad Pisones*, constrói “a personagem do poeta louco (*poeta uesanus*), uma espécie de corporificação do delírio poético”. O poeta que se vale excessivamente do *ingenium* na sua composição é, para Horácio, um louco, alguém acometido pelo *error*:

Tal como aquele a quem terrível coceira ou a doença real
acomete, ou o exaltado exagero ou a irascível Diana,
os doutos temem ter tocado o insano poeta,
os meninos incautos agitam-no e perseguem-no.
Ele, errante, arrota versos sublimes (...).⁸⁰

Afora as várias discussões que pode levantar a *Epistula ad Pisones*, além das dúvidas sobre sua própria composição, interessa-nos, aqui, a *imitatio* e a concepção que dela faz Horácio. Vale lembrar que, para além da aproximação semântica entre *mimesis* e *imitatio* discutida anteriormente, a *imitatio* latina é uma transposição direta do conceito grego da imitação, em especial do sentido positivo aristotélico. Recordemo-nos também das duas concepções de *mimesis*: a literária, que vê na *mimesis* um vínculo necessário com a tradição, com a recuperação do que há de melhor das obras do passado; e a filosófica, que atribui à *mimesis* uma relação com o mundo, pois a arte representa, à sua maneira, a realidade. Sobre isso, Barbosa *et al.* sugerem que o texto de Horácio apresenta ambas as acepções:

A questão da *imitatio* é tratada por ele a partir das duas perspectivas que distinguimos, embora a imitação literária seja mais amplamente desenvolvida e discutida do que a imitação em sentido filosófico. Esta última pode ser vislumbrada quando, ao enfocar o fazer poético na *Epistola aos Pisões*, Horácio afirma: “Aconselharei que o douto imitador observe/ o modelo da vida e dos costumes e dali tome vivas palavras”. Desse modo, na medida em que a vida (*uita*) e os costumes (*mores*) são apresentados como modelo (*exemplar*) para o douto imitador (*doctus imitator*), o que se entrevê é uma possível relação entre o mundo e a obra literária, em que esta o imita. Esse mesmo vocabulário, no entanto, é usado pelo poeta também para recomendar a *imitatio* no sentido literário, ao aconselhar a leitura constante das obras dos predecessores gregos: “(...) Vós, folheai os modelos gregos/ com a mão de noite, folheai de dia”. Assim, àqueles que desejam se aplicar ao fazer poético, é necessária a leitura incessante das obras dos escritores gregos, identificados como o modelo (*exemplar*) a ser seguido pelos poetas romanos” (BARBOSA *et al.* 2018, p. 42).

⁸⁰ Do original: *Vt mala quem scabies aut morbus regius urget / aut fanaticus error et iracunda Diana, / uesanum tetigisse timent fugiuntque poetam, / qui sapiunt; agitant pueri incautique sequuntur. / Hic dum sublimis uersus ructatur et errat (...)* *Epistula ad Pisones*, vv. 453-457. Tradução nossa.

Por outro lado, Waszink (1972, p. 244), retomando a reflexão de La Drière (1939), considera que o termo *imitator*, o qual, observa o autor, ocorre apenas duas vezes ao longo da *Epistula ad Pisones*,⁸¹ nos versos 134 e 318, não se refere a um imitador da vida (*μίμητης του βίου*). O autor justifica seu (breve) posicionamento ao dizer que a acepção filosófica da *imitatio* não teve grande relevância no universo literário latino. Já La Drière (1939), ao longo da sua reflexão sobre teoria horaciana da *imitatio*, conclui que o verso 134 trata da imitação de obras anteriores, ao passo que a palavra designa, no verso 318, o poeta dramático. Não há, no entanto, uma explanação aprofundada sobre a forma como Horácio percebia a *imitatio* nesses versos, se considerando a concepção filosófica (*imitatio vitae*) ou literária (*imitatio exemplorum*). Sobre a questão, o autor afirma que Horácio entendia a poesia dramática e épica como *mimesis* de homens superiores (*uirorum clarorum*), apresentando contrastes com o *sermo*, estilo da comédia, a qual, segundo o autor, seria a ‘*μίμησις* par excellence’ (LA DRIÈRE, 1939, 295), por imitar o homem comum. Consideraremos, portanto, que a concepção horaciana da *mimesis* abrange tanto a corrente filosófica quanto a literária, ou seja, ao poeta cabe tanto retirar do mundo vívidas vozes quanto acrescentar-lhes o que convém à tradição.

II.3 - *Quomodo imitari*

A relação entre mundo e obra, à qual Horácio parece se referir na expressão *imitatio vitae*, fia-se na concepção aristotélica da *mimesis* e, portanto, dá-se, como vimos, não a partir de uma fidelidade absoluta, mas sim de uma adequação da obra à natureza no que diz respeito a aspectos formais, considerando ainda aspectos técnicos que visam a uma semelhança próxima à verdade, ou verossimilhança. Essa semelhança, vale lembrar, não significa que a obra deve pautar-se estritamente na verdade, mas sim articular suas partes a fim de que sejam tão coerentes quanto seriam se fossem a verdade, se dela tratassem. Assim, aos poetas e pintores é dada a permissão de ousar (*audendi*). Não é reprovável que, na imitação, forje-se uma mulher com cabelos de serpentes, com olhos capazes de transformar em pedra a carne viva; no entanto, há que se convir que, uma vez

⁸¹ É preciso considerar, aqui, que o autor tivesse em mente apenas o substantivo *imitator*, uma vez que, no verso 34, há o verbo *imitor* flexionado no futuro passivo, *imitabitur*. Já La Drière (1939, p. 298), em atenção também à forma verbal, relaciona-a à escultura, forma de arte de que Horácio, assim como faz com a pintura, vale-se como metáfora para a escrita.

descrita a criatura, não se lhe deve atribuir, de repente, um dorso equino, e dar a semelhante *monstrum* voz doce e palavras amáveis. Pois, para Aristóteles,

a *mimesis* é imitação idealizada e verossímil da natureza, em que a razão das leis e proporções mantém-se como elemento comum entre a realidade imitada e a obra. A verossimilhança torna-se o novo ideal a ser buscado pela poesia, que passa a ser definida por um caráter mais técnico e operacional, em oposição ao caráter ontológico subjacente à noção de Verdade almejada por Platão (SALTARELLI, 2009, 253).

Sobre isso, Santos (2000) apresenta minuciosa investigação a respeito da verossimilhança de que trata Horácio, com especial atenção à pintura monstruosa descrita no ‘prólogo’ da *Epistula ad Pisones* (vv. 1-11). O autor pontua a insistência de Horácio no termo *unus*, que ocorre “três vezes em fim de verso (v. 8: [...] *uni*; v. 23: [...] *unum*; v. 29: [...] *unam*)” (SANTOS, 2000, 193), ao qual opõe a expressão *uariare prodigialiter* (“variari profusamente”), a fim de sustentar o argumento de que Horácio não desaprova as (boas) partes do *monstrum*, mas sim a sua união desmedida. O autor salienta, assim, dever haver uma adequação das partes ao caso,⁸² em que o caso diz respeito à *inventio*, ou seja, à busca do assunto ou tema, e as partes, ou ‘pedaços’ da obra, a fim de que a obra exista como um todo e seja *una*. Em outras palavras, quando as partes concordam com o caso, há a coerência. Santos trata ainda da *elocutio*, ou das palavras que compõem a obra; também elas devem estar submetidas ao caso, serem adequadas a ele, a fim de que as partes sejam elegantes:

Agora, porém, de dois modos se podem reler o prólogo da AP, em geral, e a pintura monstruosa, em particular. De um modo, pois, Horácio, como se disse, preceitua no prólogo da AP que, de um lado, as palavras concordem com o caso, para que as partes sejam elegantes, e, de outro lado, as partes concordem em caso, para que o todo seja uno. Agora, porém, pode-se dizer que, de um lado, as palavras têm de se acomodar ao caso de modo a configurar um gênero de discurso, que é o ténue ou o médio ou o grave, e, de outro lado, as partes têm de ordenar o caso de modo a atingir o fim do discurso, que é o ensinar ou o deleitar ou o comover (SANTOS, 2000, p. 229).

Sobre a eleição do caso e a adequação das partes, podemos dizer que a obra de arte tem a verdade como parâmetro formal e estrutural, mas não necessariamente precisa se manter fiel à verdade no que diz respeito à sua temática. Pode, mas não deve; e pode

⁸² Santos (2011) traduz o termo *genus*, recorrente no livro VIII de Quintiliano, como 'caso'.

fazê-lo, inclusive, em partes, quando um autor, por exemplo, articula elementos ficcionais/fantásticos com os ditos verdadeiros. É o que acontece, por exemplo, no romance histórico *Quo Vadis* (1900), obra moderna em que Henryk Sienkiewicz narra os eventos do envolvimento amoroso entre o patricio e comandante militar romano Marco Vinícius e a jovem cristã Lígia, personagens fictícios que vivem as consequências das desigualdades abismais do Império Romano e dos desmandos de Nero. Ora, o contexto histórico, as diferenças entre um patricio tradicional e uma moça cristã cuja cultura é hostilizada pela ordem vigente atestam-nos a História;⁸³ já os caracteres de Vinícius e Lígia, forjados pelo autor, adaptam-se a essa verdade já conhecida e aceita pelo leitor,⁸⁴ ou a obra não cumpriria o princípio de adequação das partes ao caso de que fala Horácio na *Epistula ad Pisones*. Se Vinícius se mostrasse, de início, repleto de compaixão pelos cristãos, renegando a estrutura escravocrata da qual se beneficiava a fim de que se aproximasse de Lígia, teríamos uma incoerência, e o personagem se transformaria num *monstrum*; no entanto, é no decorrer da obra, no desenvolvimento do enredo, após crises de identidade por parte do personagem e questionamentos da condição material de que ele abriria mão ao aceitar o sacrilégio da ‘igualdade’ tão almejada pelos seguidores de Cristo, que o leitor passa a acreditar que aquele homem pode, sim, até mesmo se tornar um cristão.

“Quanto mais se repetiam as vitórias de Vinícius sobre si mesmo, mais ela se prendia a ele. No entanto, submeter a sua violência à disciplina cristã, podia o jovem tribuno fazê-lo sem esforços excessivos. Inclinar o seu espírito a simpatizar com a doutrina propriamente dita, era algo muito diferente, e muito mais difícil. Não ousava pôr em dúvida a origem sobrenatural de Cristo, nem a sua ressurreição, nem todos os outros milagres. Mas a nova doutrina destruía toda a ordem, toda a supremacia e fazia desaparecer todas as diferenças sociais. Que aconteceria então ao domínio e ao poder romanos? Poderiam os Romanos renunciar ao império do mundo, reconhecer como seus iguais aquele rebanho de povos vencidos? Não, aquilo não podia entrar na cabeça de um patricio” (*Quo Vadis*, trad. Lemos de Nápoles, edição Kindle).

⁸³ Salvo, é claro, as imprecisões comuns a uma obra de ficção. Wolff (2002, p. 224), em estudo sobre a releitura da obra no início do século XXI, apresenta algumas dessas imprecisões. Destacamos a perseguição aos cristãos, que, segundo o autor, não foi tão vasta como representada na obra de Henryk Sienkiewicz (WOLFF, 2002, p. 225).

⁸⁴ O leitor da época, vale dizer. Ainda segundo Wolff (2002, p. 219), os poloneses do início do século XX tinham um apreço especial pela história do cristianismo.

Ora, o caso, ou tema a ser imitado, é retirado seja de outras obras, seja de “vivas vozes”, estas, evidentemente, subordinadas à sabedoria, à filosofia, aos “escritos socráticos” para Horácio. Henryk Sienkiewicz retirou a temática de *Quo Vadis*⁸⁵ da história oficial da Roma neroniana, e não seria estranho propor que o romance de Vinícius e Lígia seja fruto de uma leitura atenta do romance sentimental grego, como *Quéreas e Calíroé*, em que o par amoroso, após se conhecer e estar no limiar da felicidade conjugal, se separa devido a um erro, e daí se sucedem eventos de encontros e desencontros até o fim do romance, quando as personagens encontram, enfim, a felicidade conjugal. Eleito o caso, disponham-se as partes de modo adequado, e a obra é um todo. Sabemos, logo, que a adequação das partes ao caso é condição *sine qua non* para a boa imitação. Além de as partes deverem estar bem-dispostas, é necessário que se adaptem ao caso a fim de que não se juntem serpentes a aves, ou cordeiros a tigres, como exemplifica Horácio. Não podemos afirmar que Henryk Sienkiewicz tenha seguido os preceitos horacianos de forma sistemática; no entanto, a eleição do tema e a adequação aos casos, como comentamos acima, são evidências de que os mesmos preceitos constituem também a Literatura moderna.

Vale dizer, ainda, que Henryk Sienkiewicz viveu numa Polônia russa, um país dividido, desde 1815, entre Áustria, Prússia e Rússia, situação que se encerraria com o fim da Primeira Guerra Mundial (WOLFF, 2002, p. 218). Católico e conservador moderado, o autor questionou, em sua obra, justamente a opressão estatal: “por trás dos cristãos perseguidos por Nero se esconde a Polônia humilhada pelos russos, a qual encontra sua redenção através da religião e dela tira força para suportar seu destino; pois a nação dos Lígios, de onde vêm Ursus e Lígia, se confunde com a Polônia”⁸⁶ (WOLFF, 2002, p. 222). Assim, *Quo Vadis* foi uma alegoria da Polônia do início do século XX.

Santos (2000) também discute, em sua busca pelo *monstrum* horaciano, as palavras, ou *elocutio*, pois delas, como vimos, depende a elegância das partes. O autor aponta que “o preceito da subordinação das palavras ao caso Horácio retoma-o no v. 311 da AP, em que diz que as palavras devem seguir, de bom grado, o caso previsto: *verbaque provisam rem non invita sequentur*” (Santos, 2000, p. 204). Ora, o caso (*rem*) de que fala Horácio é seguido pelas palavras (*verba*) de modo que estas concorram com aquele, não

⁸⁵ A narrativa teve uma adaptação para o cinema sob a direção de Mevyn LeRoy. Também intitulado *Quo Vadis*, o filme estreou em 1951.

⁸⁶ Do original: (...) *derrière les chrétiens persécutés par Néron se cache la Pologne humiliée par les Russes, qui trouve la rédemption par la religion et y puise la force de supporter son destin; car la nation des Lygiens, d'où viennent Ursus et Lygie, se confond avec la Pologne.* Tradução nossa.

sendo ali postas a contragosto (*invita*), forçadamente. Isso não significa que a escolha das palavras seja submetida a um rigor absoluto; não, pois Santos lembra-nos que Horácio, ainda no ‘prólogo’ da *Epistula ad Pisones*, convida o poeta a ousar:

(...) é no prólogo da AP que Horácio diz que o poeta tem licença (id. ib. 51: *licentia*; 58: *licuit semperque licebit*) para forjar palavras novas (id. ib. 52: *nova*; 57: *nova*), inauditas para os Cetegos (id. ib. 50), com que a língua de Catão enriqueceu o vernáculo (id. ib. 57: *sermonem patrium ditaverit*), e que é lícito produzir um nome (id. ib. 59: *producere nomen*), e que muitos vocábulos renascerão que já caíram em desuso, e cairão os que estão em honra (id. ib. 71: *in honore*), se o uso quiser (id. ib.: *usus*). (SANTOS, 2000, p. 206)

Assim, o poeta tem a liberdade de ousar na escolha das palavras se estas forem convenientes ao caso. Como exemplo, tomemos a tragédia *Oedipus*, de Sêneca, em que a palavra *filius* não é usada em nenhum dos versos. Escolha providencial, uma vez que a tragédia, um gênero “alto”, valia-se de termos igualmente “nobres”. Tomemos os vv. 1009-1012, quando Jocasta, tendo compreendido a infâmia de seu matrimônio, tenta aplacar os ânimos de Édipo:

*IOCASTA: Quid te uocem?
gnatumne? dubitas? gnatus es: gnatum pudet
inuite loquere gnate - quo auertis caput
uacuosque uultus?*

“Jocasta: Como te chamarei? Meu filho? Duvidas? És meu filho; e 'filho' te envergonha; contra a tua vontade, fala, filho - por que viras a cabeça e o rosto inexpressivo?”⁸⁷

É possível afirmar que o emprego do vocábulo *filius* é raro nas tragédias senequianas. Apenas em *Agamemnon* encontramos o seu emprego, em contexto bastante curioso:

*Nutrix: Meminisse debes sobolis ex illo tuae.
Clitemnestra: Equidem et iugales filiae memini faces
et generum Achillem: praestitit matri fidem.*

Nutrix: Deves lembrar-te da sua prole, que dele saiu.
Clitemnestra: Da mesma maneira, lembro-me das núpcias da minha filha, das chamas e do genro Aquiles: quão distinta a fidelidade à mãe!⁸⁸

⁸⁷ Sêneca, *Oedipus*, vv. 1009-1013. Tradução nossa.

⁸⁸ Sêneca, *Agamemnon*, vv. 156-159. Tradução nossa.

A *nutrix*, tentando aplacar o furor de Clitemnestra, que planejava o assassinato do marido, sugere que ela se recorde de seus filhos. A personagem, no entanto, vale-se do vocábulo *suboles*, formado a partir da preposição *sub* e do verbo *alo*, daí, em tradução etimológica, “os necessitados de alimentação ou cuidados”. Assim, a escolha vocabular reforça, pela etimologia, o peso semântico do clamor da *nutrix*: os filhos precisam de cuidados — precisam também do pai. Já a rainha, tomada de paixão por Egisto e enfurecida pela morte da filha, Ifigênia, diz ser também capaz de se lembrar das núpcias da filha (*iugales*), o que, evidentemente, não aconteceu. Clitemnestra, além disso, emprega o vocábulo *filiae* para referir-se a Ifigênia. Ora, entre um verso e outro, temos o emprego de dois vocábulos distintos para referir-se a um mesmo significante: os filhos, a prole. A *nutrix*, ao fazê-lo, reforça a necessidade dos filhos; Clitemnestra, por outro lado, estando motivada pelo *furor*, rebaixa seu discurso ao não se valer de *gnata* — o que seria apropriado a gêneros “altos”, como exemplificamos acima.

Não por acaso, encontramos, na *Eneida* de Virgílio, o emprego do mesmo vocábulo quando Acates, companheiro de Eneias, refere-se ao herói: *Nate dea, quae nunc animo sententia surgit?*⁸⁹ (“Filho da deusa, depois disso, que pensamento surge em teu espírito?” – tradução nossa).

A relação das palavras com o caso é bastante ampla. O jogo da tessitura, da construção de um todo, ou de uma obra, engendra formações diversas. Substituem-se palavras, emprestam-se significações, diz-se uma coisa sugerindo outra, apresenta-se uma parte com remissão ao todo. Entre o caso, as partes e as palavras pode haver trocas não monstruosas, mas que enriquecem a rede de sentidos. É o que acontece, por exemplo, no verso 441, do livro VI da *Eneida* de Virgílio, quando Enéias encontra a sombra de Dido ostentando vívida ferida (*recens a uulnere Dido*) nos “Campos dos Lamentos”⁹⁰ *lugentes campi*. Ora, é certo que nenhum campo ou região possa lamentar alguma coisa. No entanto, a fim de representar uma característica daqueles que ali se encontravam, a saber, aqueles que morreram por amor, o poeta emprestou um termo comum a seres humanos para que determinasse um substantivo inanimado. O efeito poético se dá pela adequação

⁸⁹ Virgílio, *Eneida*, I, v. 582.

⁹⁰ Embora concordemos com Vasconcellos (2001, p. 138), que considera “quase intraduzível” a expressão *lugentes campi*, tomamos, aqui, liberdade para a incomum tradução, cientes das dificuldades provenientes de um participio presente latino, o qual transformamos em adjunto adnominal.

a um caso de um termo referente a outro, sem, no entanto, alterar o caso original ou dar-lhe ares de outro.⁹¹

Um outro exemplo de remissão de casos ocorre nos versos do poema 2 de Catulo:

“Pardal, delícias de minha menina,
com quem brincar e no regaço manter,
a quem, em ataque, dar as pontas dos dedos
e incitar a duras mordidas ela costuma
quando, para meu inflamado desejo,
lhe agrada brincar não sei qual coisa cara”.⁹²

Serignolli (2013, p. 83) observa que o *passer-deliciae* pode ser associado tanto a um animal como a um suposto amante ou escravo da *puella*, o qual “dispusesse dos favores dessa mulher, e que pudesse desfrutar de sua intimidade, recostando-se em seu peito e mordiscando seus dedos”. Há, ainda, leituras que entendam *passer* como um simbolismo para o órgão viril, como lembra Minaud (2001, p. 1052). Podemos, assim, dizer que a palavra *passer*, ainda que literalmente indique um animal, carrega uma potência de sentido, uma vez que transmuta todo o caso, aliando-se tanto ao primeiro (o literal) quanto ao(s) segundo(s), sem desarmonizar nem um, nem outro. Ora, o texto tem um sentido completo quer *passer* indique um animal, um escravo/amante ou, até mesmo, o órgão viril.⁹³

Assim como Catulo, os poetas de que tratamos neste trabalho elegeram figuras bestiais para representar temas e/ou figuras humanos(as). Continuemos nosso caminho para a compreensão dessa trama — e sua reversão.

II.4 - De allegoria

⁹¹ Conte (2007, p. 73) comenta que o uso da enálage na *Eneida* garante ao texto um aspecto sublime justamente por essa incongruência sintática: *The semantic incongruity produced by the syntactical incongruity renders the meaning of the new construction problematic and thereby individualizes the meaning of every single one of the words involved, heightening each one's specific value*. “A incoerência semântica produzida pela incoerência sintática torna o sentido da nova construção problemático e, assim, individualiza o sentido de cada uma das palavras envolvidas, aumentando o valor representativo de cada uma”. Tradução nossa.

⁹² *Passer, deliciae meae puellae, / quicum ludere, quem in sinu tenere, / cui primum digitum dare appetenti / et acris solet incitare morsus, / cum desiderio meo nitenti / carum nescio quid lubet iocari*. Catulo, II, vv. 1-6. Tradução nossa.

⁹³ A leitura metafórica do *passer* como membro viril remete à acepção do poema ainda na Antiguidade, como destaca Torrão (2004). Cf. Marcial: 1.109.1; 4.14.12-13; 7.14.3-4; 11.6.13-16.

Os exemplos dados acima, poema 2 de Catulo e *Eneida* VI, 441 de Virgílio, constituem dois *tópoi* do discurso bastante próximos e apropriados para a nossa discussão. O sintagma *lugentes campi*, “Campos dos Lamentos”, de Virgílio, em que o poeta atribui ao substantivo *campi* um adjetivo incomum para seres inanimados, corresponde, como vimos, a uma construção em que há um entrelace entre palavras e casos. Ao fazê-lo, Virgílio sugere não que os campos choram, como seria se se fizesse uma leitura estritamente literal do termo, mas sim que aquela região do Hades é reservada para as almas que choram. A conformação do tema do canto, ou caso, que é a triste ‘existência’ *post-mortem*, se dá de modo que palavras referentes a sentidos diferentes se unem, sem haver incoerência. O gramático Marco Fábio Quintiliano (35 d.C. – 100 d.C.), em sua *Institutio oratoria*, atribui a esse efeito o nome de ‘metáfora’:

Começemos, então, com aquele [tropo] que é, por um lado, muito comum e, por outro, muito belo – falo na *translatio*, que os gregos chamam de ‘metáfora’. Ela, decerto, tanto foi concedida a nós pela própria natureza – de modo que amiúde se sirvam dela até os incultos e inconscientemente –, quanto é agradável e elegante – de modo que, num discurso notabilíssimo, entretanto brilhe com luz própria. Nem, com efeito, pode ser vulgar, baixa ou desagradável, desde que corretamente empregada. Ainda, aumenta os recursos da linguagem, por trocas ou empréstimos do que não tem, e, algo bem difícil, consegue que a nada pareça faltar um nome. Um nome ou verbo, portanto, transfere-se de um lugar que lhe é próprio para outro onde falta o próprio, ou é melhor o transferido. Nós o fazemos por ser preciso, por se expressar melhor o sentido ou, como disse, por ser mais conveniente. Quando o que se transfere não conseguir nada disso, haverá impropriedade. Por precisão, os camponeses dizem ‘gema’ para a vinha (que outra palavra usariam?), que ‘as searas têm sede’ e que ‘os frutos sofrem’; por precisão, dizemos ‘um homem duro’ ou ‘áspero’: não havia, com efeito, um nome próprio para dar a tais afetos. E ‘queimando de ira’, ‘inflamado de desejo’ e ‘caído por erro’ devido à significação, pois nada disso, por seus próprios termos, será mais adequado do que com tais empréstimos.⁹⁴

⁹⁴ *Incipiamus igitur ab eo qui cum frequentissimus est tum longe pulcherrimus, tralatione dico, quae metaphora Graece vocatur. Quae quidem cum ita est ab ipsa nobis concessa natura ut indocti quoque ac non sentientes ea frequenter utantur, tum ita iucunda atque nitida ut in oratione quamlibet clara proprio tamen lumine eluceat. Neque enim vulgaris esse neque humilis nec insuavis haec recte modo adscita potest. Copiam quoque sermonis auget permutando aut mutuando quae non habet, quodque est difficillimum, praestat ne ulli rei nomen deesse videatur. Transfertur ergo nomen aut verbum ex eo loco in quo proprium est in eum in quo aut proprium deest aut tralatum proprio melius est. Id facimus aut quia necesse est aut quia significantius est aut, ut dixi, quia decentius. Vbi nihil horum praestabit quod transferetur, in proprium erit. Necessitate rustici "gemmam" in vitibus (quid enim dicerent aliud?) et "sitire segetes" et "fructus laborare", necessitate nos "durum hominem" aut "asperum": non enim proprium erat quod daremus his adfectibus nomen. Iam "incensum ira" et "inflammatum cupiditate" et "lapsum errore" significandi gratia: nihil enim horum suis verbis quam his arcessitis magis proprium erit. Quintiliano, *Institutio Oratoria*, VIII, VI, 4-7. Tradução nossa.*

A metáfora é, pois, ou necessária, ou acessória ao discurso. Necessária se vem a substituir um nome que falta; acessória se substitui um nome que já existe, mas que não seria tão representativo quanto uma associação do significante a um outro nome de caráter parecido. Ela é de uso sutil, uma vez que não interfere na significação de todo o discurso, estando, assim, presente em partes ou expressões localizadas. Dizer, por exemplo, que alguém é um “touro”, em uma descrição das características de uma pessoa, não significa que o contexto, que o caso seja de matéria agrária ou pastoril, ainda que como uma significação subliminar. A metáfora existe isoladamente no discurso. Como disse Quintiliano, ela traz mais brilho para o que já é nítido. Assim, nosso exemplo não deixaria dúvidas de que “alguém é forte”.

Diferentemente, o *passer* de Catulo não se limita a uma significação isolada; não há uma associação particular entre um homem e um pássaro enquanto o todo trata de um homem, ou vice-versa. Não há dúvidas de que o poema narre a relação entre a *puella* e o *passer*. Há, inclusive, uma interessante assonância no verso 9 desse poema *tecum ludere sicut ipsa posse* (poder brincar contigo como faz ela própria), em que a vogal *i* se repete em contexto em que há aliteração em *p*, aludindo, assim, ao piado do pássaro.⁹⁵ Ora, se o texto for lido como se tratando de um pássaro e uma menina, sem que se faça uma associação secundária, haverá sentido, haverá um caso uno. Mas o sentido o qual se atribui à figura do *passer* não se limita; o poema de Catulo permite uma segunda leitura. Sua organização semântica, em que o afeto da menina pelo pássaro e as ações do pássaro descritas espelham o que poderia se passar entre um jovem e uma menina. Isso não significa, de forma alguma, que tudo o que uma menina faz com um jovem é o mesmo que faria com um pássaro. Não. A aproximação se dá de modo intencional, pelo que o poeta decide narrar. Suas escolhas é que aproximam as duas relações possíveis. Seria estranha, por exemplo, uma leitura em que o pássaro espelhasse um leão na arena, pois dificilmente esse animal seria representado por *acris morsus*; mas um jovem rapaz, ou até mesmo o órgão viril, cabem na imagem de “sutis pontadinhas” em uma menina que guarda no colo o seu “querido”. O *passer* é, assim, uma alegoria, palavra de origem grega (*ἀλληγορία*) que significa “dizer o outro”. Pois a alegoria permite uma segunda camada de leitura, produzindo, assim, um segundo caso. Permite sem limitar, pois não há

⁹⁵ Efeito semelhante pode ser encontrado no sexto verso da fábula I, 9 de Fedro, *Passer ad leporem consiliator*, tal como apresentamos em nossa dissertação (BRUGGER, 2018, p. 131): *Dum loquitur, ipsum accipiter necopinum rapit.*

necessariamente nem a substituição, nem a permutação de um caso por outro. As duas coisas são possíveis na representação alegórica:

A alegoria, que se traduz como *inversio*, mostra uma coisa com as palavras e outra com o sentido; ou, por vezes, faz ainda o caminho inverso. O primeiro tipo se dá, em geral, por metáforas continuadas, tal como: ‘Ó navio, novas ondas te levarão/ ao mar! Que fazes? Ocupa o porto com firmeza!’, e toda aquela passagem de Horácio, em que representa a república como uma ‘nau’, as guerras civis como ‘ondas e tempestades’, a paz e a concórdia como um ‘porto’. Assim como nos versos de Lucrecio, ‘percorro a desconhecida região das Piérides’; e de Virgílio, ‘mas nós percorremos um imenso espaço plano, / e já é tempo de soltar o colo fumegante dos cavalos.’⁹⁶

É importante considerar que essa relação proposta por Quintiliano entre a alegoria e a metáfora vincula-se primeiramente ao aspecto formal. Como a metáfora é uma substituição de vocábulos, e a alegoria pode se dar a partir de uma sucessão de metáforas, é no nível da elocução que se inicia o processo alegórico. Daí, uma possível segunda intelecção, e um segundo caso, sem haver, insistimos, descompasso entre caso e palavras (vide a improvável leitura do *passer* de Catulo como um leão perante sua vítima). Santos (2011, p. 255) comenta que essa produção de um segundo caso é chamada “subintelecção”, uma vez que o primeiro caso já é a própria intelecção:

Assim, Teodorico de Chartres, ao comentar a definição de permutação da *Retórica a Herênio*, descreve aquela como imposição de palavras em significação própria, pela qual significação, todavia, se faz notar o outro caso. Assim, vê-se de tal descrição, primeiro, que há, de um lado, a significação própria e, de outro, a notação do caso alheio; depois, que as palavras próprias de um caso, ao fazer notar o outro, não só não perdem o significado próprio, mas por meio deste, sim, é que fazem notar o outro caso. Demais, Teodorico equipara, de um lado, significação e intelecção do caso alheio e refere, de outro, subintelecção do caso alheio. Disso poderia inferir-se, primeiro, que, assim como há duas intelecções, assim também, duas significações e, daí, que a primeira significação é tão-só intelecção, e a segunda significação, subintelecção. (SANTOS, 2011, p. 255)

⁹⁶ *Allegoria, quam inuersionem interpretantur, aut aliud uerbis, aliud sensu ostendit, aut etiam interim contrarium. Prius fit genus plerumque continuat, is translationibus, ut "O nauis, referent in mare te noui fluctus: o quid agis? Fortiter occupa portum", totusque ille Horati locus, quo nauem pro re publica, fluctus et tempestates pro bellis ciuilibus, portum pro pace atque concordia dicit. Tale Lucretii "auia Pieridum peragro loca", et Vergili "sed nos immensum spatiis confecimus aequor, et iam tempus equum fumantia soluere colla". Quintiliano, Institutio Oratoria VIII, VI, 44-45. Tradução nossa.*

Voltemos ao exemplo proposto por Quintiliano. Quando Horácio, na ode I, 14, sugere a relação entre as guerras civis e “ondas e tempestades”, oferece ao leitor uma metáfora. O termo *novi fluctus* poderia ser inserido em um discurso bastante claro, em que o orador apenas se referisse à guerra como uma tempestade de forma a reforçar a sua gravidade, sem necessariamente vincular a república à imagem de uma nau que sofre as intempéries de um mar agitado. A relação alegórica se dá na inserção da metáfora em um contexto em que há sucessão de metáforas, de sugestões semânticas; é a partir dessa sucessão que se apresenta um segundo caso. É o que Santos (2011, p. 260) parece inferir das palavras de Cícero: “Ora, o mesmo Cícero explica que a alegoria, que flui do gênero da translação, não está na translação de uma única palavra, mas da continuação de várias se entrelaça, ou ainda, que a alegoria se faz quando várias translações contínuas se implicaram”.

No entanto, como observa Santos (2011, p. 263), Quintiliano faz um “reparo” na definição de Cícero:

E não há metáforas nas *Bucólicas*: ‘Certamente eu ouvira, onde as colinas começam/ a descer e baixar do alto em doce declive,/ até o rio e os galhos agora quebrados da velha faia,/ que vosso Menalcas tudo salvara com poemas’. Neste verso, fora o nome, o restante foi traçado com palavras próprias, mas não o pastor Menalcas, e sim Virgílio é preciso entender. A oratória emprega com frequência tal alegoria, embora raramente pura, pois em geral se mescla a termos claros. Tal alegoria pura é encontrada em Cícero: ‘Admiro-me disto, disto me queixo, um homem querer arruinar outro, de modo que perfure o barco no qual ele mesmo navega’. A alegoria mista é muito frequente: ‘Na verdade, outras tempestades e procelas sempre julguei que deviam ser afrontadas por Milão, ao menos naquelas vagas das assembleias’. Se não se tivesse posto ‘ao menos... das assembleias’, seria uma alegoria pura (sem mescla); mas fez frase mista. Nesse tipo, tanto se obtém beleza, pelas palavras importadas, quanto inteligibilidade, pelas literais.⁹⁷

⁹⁷ *Sine translatione uero in Bucolicis: "certe equidem audieram, qua se subducere colles incipiunt mollique iugum demittere cliuo, usque ad aquam et ueteris iam fracta cacumina fagi, omnia carminibus uestrum seruasse Menalcan". Hoc enim loco praeter nomen cetera propriis decisa sunt uerbis, uerum non pastor Menalcas sed Vergilius est intellegendus. Habet usum talis allegoriae frequenter oratio, sed raro totius, plerumque apertis permixta est. Tota apud Ciceronem talis est: "hoc miror, hoc queror, quemquam hominem ita pessumdare alterum uelle ut etiam nauem perforet in qua ipse nauiget". Illud commixtum frequentissimum: "equidem ceteras tempestades et procellas in illis dumtaxat fluctibus contionum semper Miloni putauit esse subeundas". Nisi adiecisset "dumtaxat contionum", esset allegoria: nunc eam miscuit. Quo in genere et species ex arcessitis uerbis uenit et intellectus ex propriis. Quintiliano, Institutio Oratoria VIII, VI, 46. Tradução nossa.*

O gramático sugere dever haver uma transferência total de caso,⁹⁸ em todas as partes, e para isso todas as palavras devem ser passíveis dessa transferência. Ora, como o termo *contionum* só pode se referir a uma assembleia, a um comício, em nada deixando transparecer o caso aludido pela subintelecção, o contexto náutico, não há, naquela frase, uma alegoria pura. Com efeito, para Quintiliano, a alegoria pura só pode acontecer quando a sucessão de metáforas for ininterrupta.

A diferença entre as conceituações dos dois rétores é sutil; pois que, também para Cícero, a alegoria se faz de um contínuo de metáforas: “Já quando vieram muitas metáforas contínuas, forma-se outro tipo de discurso, bem diferente. A esse tipo os gregos chamam ‘alegoria’: o nome convém, mas é melhor aquele que chama ‘metáforas’ a esse tipo”.⁹⁹

No entanto, não há um posicionamento de Cícero que exclua a alegoria caso falte a uma palavra a transferência de caso, tal como ocorre nos dizeres de Quintiliano. Cícero apenas sugere que a alegoria não se faz a partir de uma única metáfora, mas sim de um contínuo.

[Cícero] Assim, porém, parece admitir que a intelecção pertence, não à palavra, mas a toda a oração, ou melhor, que o caso não se depreende das partes da oração, mas se compreende no todo. Por isso, de um lado, a metáfora não chega a alhear a intelecção, porque se confina numa única palavra, e, daí, a oração conserva o caso próprio; por isso, de outro lado, a alegoria altera a intelecção, porque torce a oração toda, e, daí, esta envereda para outro caso. (SANTOS, 2011, p. 261)

Embora seja tênue a diferenciação dos dois rétores no tocante à constituição da alegoria, a questão nos parece profícua. Para que se possa percebê-la mais nitidamente, propomos uma divisão entre ‘alegoria pura’ e ‘alegoria das partes’. Ainda que as definições apresentadas tratem muito mais de palavras, pois de palavras alusivas (ou metáforas) constitui-se a alegoria, adotamos o termo “partes” uma vez que, em se tratando apenas de palavras, e não de uma sucessão de metáforas, temos apenas metáforas. Portanto, é nas partes que se faz a alegoria, pois uma única metáfora não constitui uma alegoria, e nisso tanto Cícero quanto Quintiliano estão de acordo.

⁹⁸ Não há, no trecho em questão, nenhum vocábulo a que nos referimos como ‘caso’. No entanto, recorreremos ao termo em Santos (2011), que, decerto, entendeu *genus*, recorrente no livro VIII de Quintiliano, como ‘caso’.

⁹⁹ *Iam cum fluxerunt continuae plures tralationes, alia plane fit oratio. Itaque genus hoc Graeci appellant ἀλληγορίαν: nomine recte, genere melius ille qui ista omnia tralationes uocat.* Cícero, *De oratore*. XXVII, 94. Tradução nossa.

Chamamos ‘alegoria pura’ aquela que corresponde ao que Quintiliano entende como a alegoria; ou seja, aquela que se constitui inteiramente de metáforas, ou palavras que podem permutar o caso por completo. Assim, ela se dá quando um caso inteiro se apresenta de modo que, também inteiramente, possa ser outro. O *passer* de Catulo é um exemplo de alegoria pura, pois, como já dissemos, o poema tanto pode referir-se inteiramente a uma ave quanto a um amante da *puella*.

Já a ‘alegoria das partes’ se dá de modo mais brando. Quando, embora haja alusões a um segundo caso, não são todas as palavras passíveis de transferência; a sucessão de metáforas é interrompida, de modo que algumas partes se limitem a um único caso (geralmente, à inteligência). Assim, a alegoria das partes conta com termos ora mais alusivos, ora menos, ora de modo algum. Mas o todo, a inteligência de modo geral, pode ser outro, subinteligência, não se excluindo, assim, a imagem alegórica. Como exemplo da alegoria das partes, vejamos a ode III, 30 de Horácio:

Edifiquei um monumento mais duradouro que o bronze,
e mais alto que as pirâmides reais, que nem a chuva voraz,
nem o Aquilão de cego furor possam desfazer,
nem mesmo os incontáveis anos ou o passar fugidio dos tempos.
Não morrerei completamente e muitas partes de mim
hão de evitar a Libitina; eu crescerei sempre
atual com o elogio da posteridade, enquanto subir
ao Capitólio, com tácita virgem, o pontífice.
Serei cantado onde faz barulho o violento Áufido
e onde Dauno, pobre de água, governou povos agrestes.
De humilde a prestigioso, fui o primeiro a trazer eólio
verso aos ritmos itálicos. Aceita o merecido orgulho
e cinge-me propícia, Melpômene, de louro délfico a coma.¹⁰⁰

Nesses versos, o poeta descreve e anuncia a grandiosidade de sua obra, criando, para isso, a imagem de um monumento (*monumentum*) erigido para ser mais duradouro que o bronze (*aere*) e mais alto que as pirâmides reais (*situ regali pyramidum*). A ideia de um edifício de dimensões monumentais e com grandes pretensões temporais, vale dizer, nos remete ao ideal augustano de uma Roma ilimitada, erguida em mármore, e não coincidentemente ratificada no verso I, 278 e 279 da *Eneida* de Virgílio, quando Júpiter,

¹⁰⁰ Do original: *Exegi monumentum aere perennius / regalique situ pyramidum altius, quod non imber edax, non Aquilo inpotens / possit diruere aut innumerabilis / annorum series et fuga temporum. / Non omnis moriar multaque pars mei / uitabit Libitinam; usque ego postera / crescram laude recens, dum Capitolium / scandet cum tacita uirgine pontifex. / Dicar, qua uiolens obstrepit Aufidus / et qua pauper aquae Daunus agrestium / regnauit populorum, ex humili potens / princeps Aeolium carmen ad Italos / deduxisse modos. Sume superbiam / quaesitam meritis et mihi Delphica / lauro cinge uolens, Melpomene, comam.* Horácio, ode III, 30. Tradução nossa.

interpelado por Vênus, anuncia: “Para os romanos não imponho metas nem tempos, deilhes um império sem fim”.¹⁰¹ Para reafirmar a confiança que tem em sua obra e seus feitos poéticos, Horácio enriquece sua alegoria com a imagem de intempéries, como vento e chuva, impotentes contra seus versos, alegando, ainda, que nem o passar do tempo poderá lançar seus cantos ao esquecimento. Horácio faz uma alusão ao crescendo do seu prestígio quando diz que será cantado no Capitólio e na Apúlia, sua região natal como aponta Penna (2007, p. 191), o que possibilita a interpretação de *ex humilis potens* no verso 12 como uma referência ao seu prestígio tanto na *Vrbs* quanto nas províncias do império. A imortalidade do poeta será garantida pelos seus versos, e ele, sempre atual (*usque recens*), será cantado em tempos futuros.

A imagem de um monumento perene, resistente a tempestades e ao decurso do tempo, é alegórica. No entanto, ocorre que a subintelecção faz as vezes de intelecção: não há nenhum indício, nos versos iniciais, de que Horácio fale de sua obra poética. O caso se mantém na sua ambivalência, e o leitor vê, no eu poético, um “arquiteto”. No entanto, a partir do décimo terceiro verso do poema, o vocábulo *carmen* (versos), que compõe o sintagma *carmen Aeolium* (verso eólico), evidencia o caso principal (ou a intelecção) do poema. Ora, até então, embora o leitor tivesse todos os elementos para acreditar que o poema era um elogio a um monumento arquetônico, tratava-se, na verdade, de uma alegoria pura; Horácio manteve ambivalência de sentidos até o momento em que não mais faz alusões a um edifício majestoso, mas sim aos seus versos, chegando mesmo a limitar a significação a partir do décimo terceiro verso (*deduxisse carmen Aeolium ad Italos*). Assim, há, na ode III, 30 de Horácio, uma alegoria que se limita a uma parte do poema.

Também, no próêmio de *Geórgicas* III, Virgílio fala em construir um “templo” para César:

É preciso buscar um caminho por onde eu possa, a mim também, erguer do chão e voejar vencedor pela boca dos homens. Eu, pioneiro, levarei comigo as Musas para a pátria, bastando que me reste vida, ao voltar dos cumes Aônios; pioneiro trarei a ti, ó Mântua, as palmas idumeias, e fundarei um templo de mármore no campo verde junto d'água, onde o Míncio enorme erra em curvas lentas e orla suas margens com canas macias. César vai ficar-me no meio e dominar o templo (...).¹⁰²

¹⁰¹ *His ego nec metas rerum nec tempora pono; imperium sine fine dedi. Eneida, I, vv. 278-279. Tradução nossa.*

¹⁰² Do original: *temptanda uia est, qua me quoque possim / tollere humo uictorque uirum uolitare per ora. / primus ego in patriam mecum, modo uita supersit, / Aonio rediens deducam uertice Musas; / primus Idumaeas referam tibi, Mantua, palmas, / et uiridi in campo templum de marmore ponam / propter aquam, tardis ingens ubi flexibus errat / Mincius et tenera praetexit harundine ripas. / in medio mihi Caesar erit templumque tenebit. Virgílio, Geórgicas, III, vv. 8-16. Trad. Matheus Trevizam.*

Crofton-Sleigh (2014, p. 155), sobre o trecho em questão, argumenta que o subtexto se trata, na verdade, não de um “templo”, mas de uma futura obra épica, ainda florescendo em sua mente: “Essa interpretação pode ser apoiada pelo verbo *ponam*, que significa não apenas construir, mas também retratar ou expressar na arte”.¹⁰³

II.5 - *Pactum allegoricum*

É preciso salientar que a alegoria, para além de uma ambivalência de sentido, é antes um acordo entre autor e leitor. Diferentemente do pacto ficcional, em que o leitor aceita o *fingimento*, voluntariamente se esquecendo do fantasma para tomá-lo como homem real, a alegoria pede um pouco mais do que uma disposição de espírito. Ao dizer uma coisa enquanto diz outra, a alegoria pede que o interlocutor compreenda ambas, pois o jogo alegórico ocorre na plena recepção dos casos envolvidos. Noejgaard (1964, p. 59) sugere haver uma “arbitrariedade” na alegoria, o que torna menos evidente o significado da subintelecção. Tomemos, mais uma vez, nosso exemplo da ode III, 30 de Horácio. Se o poema fosse uma alegoria pura, encerrando-se no nono verso, ou se nada naqueles versos indicasse que o *monumentum* de que fala o poeta é sua obra literária e não um edifício de concreto, seria necessário que o leitor soubesse de antemão que Horácio foi um poeta que, até onde se sabe, não construiu nenhum edifício em Roma. Do contrário, não haveria o jogo alegórico. Mas, se o leitor tem conhecimento do ofício de Horácio, a ambivalência dos versos se torna evidente e a alegoria passa a existir.

Assim, a plena recepção da alegoria exige do leitor qualquer coisa de laboriosa, um apuro interpretativo. O jogo alegórico pede ao leitor sensibilidade e disposição para desvendar as representações e dizeres outros que não aqueles aparentes, declarados. O leitor deve ter ‘em mãos’ algum conhecimento preexistente de ambos os casos.

Ainda segundo Noejgaard (1964, p. 59), a semelhança não é o princípio fundamental para a compreensão da alegoria, mas sim a inserção da parte alegórica em um contexto. Assim, sugerimos que, para a construção da alegoria, o poeta se vale não do “ser tal como”, mas do “ser/agir tal como em lugar tal qual”. Ora, um *passer*, se isento do contexto em que o apresenta Catulo, em nada se assemelha a um amante; no entanto, além

¹⁰³ Do original: *This interpretation can be supported by the verb ponam, which means not only to build or construct but also to depict or express in art.* Tradução nossa.

de ser um animal pequeno e delicado, está em posição sugestiva (brincando no colo da *puella*), disposto a submeter-se às vontades da *puella* tal qual um jovem poeta elegíaco se apresenta.

Vale apontar, no entanto, os limites da alegoria, que se transforma em um enigma precisamente quando se torna obscura,¹⁰⁴ convidando o leitor não a perceber um segundo caso (a subintelecção), mas a se distanciar até mesmo do primeiro (a intelecção). A alegoria sugere e indica; o enigma, obscurece. O enigma pede ao leitor que se dedique integralmente à compreensão do caso único ao passo que as suas partes, alegorias sucessivas, pouco o auxiliam e a nada o conduzem.

Se no jogo alegórico ambos os casos tratados precisam estar ao alcance do leitor, devendo fazer parte do seu repertório interpretativo, e se cabe ao autor garantir, nas partes, as vias para a recepção, percebemos certa cumplicidade nesse processo. Ora, não seria estranho pensar, então, em um “pacto alegórico” entre autor e leitor/locutor e interlocutor, uma vez que ambos precisam estar ‘um degrau acima’ do pacto ficcional, ou seja, em plena disposição para não só criar/receber um fantasma (φάντασμα¹⁰⁵), mas também para sugerir/perceber outra coisa que não apenas um fantasma. O pacto alegórico, assim como o ficcional, é fundamental para a plena realização da alegoria e, por consequência, do jogo interpretativo.

Façamos, no entanto, algumas considerações sobre o autor e a autoria.

As modernas teorias a respeito da figura do autor e sua influência no texto sugerem que o autor é uma figura construída pelos contornos de certos tipos de texto, devendo, assim, ser objeto de reflexão.

Conseqüentemente, poder-se-ia dizer que há, em uma civilização como a nossa, um certo número de discursos que são providos da função "autor", enquanto outros são dela desprovidos. Uma carta particular pode ter um signatário, ela não tem autor; um contrato pode ter um fiador, ele não tem autor. Um texto anônimo que se lê na rua em uma parede terá um redator, não terá um autor. A função autor é, portanto, característica do modo de existência, de circulação e de funcionamento de certos discursos no interior de uma sociedade. (FOUCAULT, 2009, p. 274)

¹⁰⁴ Nas palavras de Quintiliano (*Institutio Oratoria* VIII, VI, 52): *sed allegoria quae est obscurior 'aenigma' dicitur*. “A alegoria que é mais obscura é chamada ‘enigma’”. Tradução nossa.

¹⁰⁵ Cf. Pinezi (2018). Platão, na *República*, vale-se de termos derivados de φάντασμα para designar o produto da mimese nas artes.

Foucault estabelece que o autor é uma figura construída pelos contornos de um texto, assim como o discurso autoral. O autor existe para certos discursos. O autor é uma função, a qual estaria entre o locutor e o escritor (FOUCAULT, 2009, p. 279). O estudioso afirma, ainda, que todos os discursos que possuem a função autor comportam uma pluralidade de 'egos'. O seu exemplo, um livro de Matemática, teria, por exemplo, aquele 'eu' do prefácio apresentando seu trabalho, e o 'eu' dos problemas matemáticos ("eu suponho"). Este último "designa um plano e um momento de demonstração que qualquer indivíduo pode ocupar, desde que ele tenha aceitado o mesmo sistema de símbolos, o mesmo jogo de axiomas, o mesmo conjunto de demonstrações preliminares" (*idem, ibidem*). Assim, o autor seria um construto apropriado a certos discursos, e o discurso literário é um deles.

O leitor, quando recebe o discurso e dele se apropria no seu universo de demandas, também dele participa. Ora, a interpretação cria, em certo nível, um outro texto, ainda que não escrito, ainda que não institucionalizado. Em grau mais elevado, parece-nos que Foucault se refere a esse movimento ao sugerir os "fundadores de discursividade", aqueles autores responsáveis por tantos outros discursos surgidos a partir do seu. *O Capital*, de Karl Marx, tornou possíveis, até mesmo, discursos opostos ao marxismo.

Assim, não pretendemos, de modo algum, afirmar que o autor exerce sobre o texto um controle absoluto. No entanto, Vasconcellos (2007), refletindo sobre a questão autoral nas artes alusivas, discute a questão do autor. Segundo o estudioso, faz-se necessário considerar a História. Dessarte, a própria questão do autor tem o seu contexto no curso do tempo.

Entretanto, é interessante ressaltar que a ênfase na negação da categoria do autor na análise literária se deu num contexto em que leituras biografistas da poesia antiga eram comuns; na verdade, em nosso país, como em outros, elas ainda resistem. A ênfase no texto em detrimento da idéia de intenção representou uma reação a um tipo ingênuo de leitura, evadido de romantismo, que tomava o que dizia o "eu" do texto poético como confissão do autor de carne e osso. (VASCONCELLOS, 2007, p. 243)

Ora, a figura do autor, ainda que possa ser questionada, ainda que esteja inexistente no plano de expectativas sobre um discurso (nem todo texto declara sua autoria, como aponta Foucault), ainda que o autor, quando apresentado, não detenha o controle absoluto do texto, há um texto. Um texto foi produzido. A despeito do emprego da voz passiva, o resultado é um texto (e o seu agente). E o texto é, principalmente no

caso dos estudos clássicos, a principal fonte sobre ele próprio. As nossas análises, neste trabalho, embora estejam ancoradas em outras disciplinas (Direito, História, Sociologia, Arqueologia, Economia), curvam-se diante do texto, do *corpus* escolhido, do texto literário.

Vasconcellos (2007) sugere, em seu estudo, que, ainda que as interpretações e leituras possam ser muito variáveis, ainda que novos discursos sejam produzidos a partir dos textos literários (lembremo-nos: esses discursos, muitas vezes, não são escritos), algumas leituras terão maior ou menor prestígio social; isso ocorre porque, a depender do acesso do leitor à língua de origem (no caso, o latim), do seu conhecimento a respeito da sociedade romana e, principalmente, da sua teia alusiva, haverá sempre uma aproximação maior ou menor não da Verdade, mas, a nosso ver, do outro. O outro seria o sujeito responsável pela escrita, pela construção, pela grafia, pela leitura — e o outro, em nosso trabalho, é o sujeito romano. Vasconcellos (2007), dá como exemplo a passagem por nós lembrada em seção anterior: a declaração de Júpiter a Vênus na *Eneida* (I, vv. 278 e 279).¹⁰⁶ O pai dos deuses, consolando a filha sobre as desventuras de Enéias, garante que ao povo romano deu um império sem fim (*imperium sine fine*). Vasconcellos (2007, p. 247) sugere que um leitor moderno pode sentir-se tentado a relacionar a dominação romana com a influência das grandes navegações do Ocidente, as quais, em grande parte, levou as línguas românicas além dos limites europeus; há, ainda, a possibilidade de uma leitura que afirme o pai dos deuses estar equivocado, uma vez que, no curso da História, a dominação romana não chegou, de modo algum, a *todo* o mundo. No entanto, o autor salienta que:

Pensando no horizonte de expectativas do leitor da época e, assim, respeitando um aspecto da alteridade do objeto cultural que nos foi transmitido, compreendemos que Júpiter prevê uma abrangência universal e uma eternidade ao império romano (apesar das advertências que a própria *Eneida* traz sobre a efemeridade dos impérios: Troia, Cartago...). (VASCONCELLOS, 2007, p. 247)

Assim, é preciso considerar o sujeito romano, autor ou leitor, em uma análise de textos produzidos em sua época, imersos em seu universo de expectativas. Ora, negar a esse sujeito a sua própria voz explicitada no texto, afirmando que sua existência pode ser

¹⁰⁶ Vide nota 101.

confundida com a nossa porque nós também existimos, nos parece uma atitude pouco respeitosa com a História e com a alteridade.

Assim, o pacto alegórico ocorre a partir de uma via de interpretação textual a qual permite ao leitor o acesso à subintelecção a partir da alteridade. O texto carrega, em si, a História do outro, a voz do outro, os acessos do outro (no que diz respeito a outros textos). Aproximar-se do outro é, a nosso ver, uma postura necessária ao pacto alegórico, e esse outro existe em um momento, em um lugar.

II.6 - *Speculum allegoricum*

Das sentenças, vocábulos e todo o aspecto formal inerente a qualquer comunicação, a obra que se pretende poética, literária, carrega uma ‘intensificada’ relação entre significantes e significados. Dizemos ‘intensificada’ porque o seu sentido, a exposição do(s) caso(s), torna-se muito mais dependente do signo linguístico. Ora, a narrativa literária é uma imagem, ou uma cena, retratada não pela pintura ou escultura, mas pelo texto. Lembremo-nos da éfrase do escudo de Eneias (VIII, 617-731): a história do povo romano é narrada a partir da descrição do escudo; o leitor, ao ser convidado a “ver” o objeto, tem “diante dos olhos” uma narrativa secundária. É pelo texto que o narrado se torna “visível”,¹⁰⁷ mas no nível da representação. Tratamos, afinal, da *mimesis*, da relação entre os fantasmas e a realidade.

No processo de imitação textual, é preciso que tanto o locutor quanto o interlocutor tenham estabelecida uma noção imagética da narrativa, noção essa que, claro, não será a mesma, mas deverá corresponder ao narrado, ao texto. Aristóteles estabelece, como discutimos, que a representação não deve ser equivalente ao objeto real; a verossimilhança é o ideal da representação para o Estagirita. A realidade é buscada, dela o poeta se aproxima, mantendo, no entanto, certa liberdade para alterá-la. Na diferença entre o real e o representado está a percepção imagética do poeta; e o representado despertará a mesma percepção no leitor, que fará a associação com o real.¹⁰⁸

(...) aprender não é só agradável para os filósofos mas é-o igualmente para os outros homens, embora estes participem dessa aprendizagem em menor escala. É que eles, quando vêem as imagens, gostam dessa

¹⁰⁷ Vale, aqui, uma nota sobre esse aspecto do texto literário, a que Aristóteles, na *Poética*, faz menção: “Além disso, a tragédia, tal como a epopeia, mesmo sem nenhum movimento, produz seu efeito próprio: de facto, a sua qualidade é visível através da leitura”.

¹⁰⁸ Considerando o leitor munido da teia alusiva, como sugeriu Vasconcellos (2007).

imitação, pois acontece que, vendo, aprendem e deduzem o que representa cada uma, por exemplo, “este é aquele assim e assim”. Quando, por acaso, não se viu anteriormente o objecto representado, não é a imitação que causa prazer, mas sim a execução, a cor ou qualquer outro motivo do género”.¹⁰⁹

Ao vermos uma representação da realidade, somos levados imediatamente, pelo intelecto, pelo reconhecimento, ao objeto real. A *mimesis*, assim, faz com que o espectador/leitor acesse sua memória a fim de identificar o simulacro. Nesse estágio, segundo Aristóteles, dá-se o prazer. Ora, não há o mesmo prazer na contemplação da realidade; a imagem especular, por outro lado, proporciona o aprendizado, a dedução. O prazer da identificação faz com que busquemos a representação com mais disposição do que o objeto real. Buscamos o *phantasma*.

A alegoria corresponde a um processo um pouco mais complexo, embora fundamentado também na identificação. Apresentaremos uma proposta de identificação da alegoria baseada na ideia do fantasma, da realidade forjada.

Imagine o leitor que, colocado diante de um objeto qualquer, um espelho plano reflita a sua imagem. Não há, nesse processo, qualquer apuro artístico, qualquer disposição de um poeta, pois o espelho plano reflete o que está à sua frente, havendo, apenas, a inversão da disposição — o que não altera o formato, o tamanho ou a distância do reflexo em relação ao espelho, que é sempre idêntica à distância entre o objeto e o espelho. A atitude do poeta, para Aristóteles, é diferente; cabe a ele recriar o espelho e decidir, de acordo com o que (lhe) convém, quais traços serão representados/refletidos, quais reforçados, quais deixarão de existir.

Não abandonemos, no entanto, a ideia do espelho; ainda que não mais reflita fielmente o objeto real, concordemos que o faça, ainda que de outro modo. Se um espectador se aproximasse desse espelho, não veria a si mesmo, uma vez que a superfície fora estilizada para apenas refletir, com os traços que convêm ao poeta/artista, o objeto ali disposto. O espectador veria, assim, um fantasma, e poderia identificá-lo com o objeto real. A contemplação do espectro lhe desperta prazer ao ponto de não mais se importar com o objeto real. Satisfaz-se o espectador com a imagem estilizada.

Imaginemos que, em seguida, ao longo de poucos segundos, o espectro refletido e estilizado sofra uma leve deformação. Os seus traços, embora se mantenham fiéis ao objeto que representa, adquirem uma textura diferente; a paisagem ao fundo, se antes era

¹⁰⁹ Aristóteles, *Poética*, 1448b, 14-19. Trad. Ana Maria Valente.

um dia claro, agora é noite estrelada; o espectador, enquanto dura a deformação do reflexo, não mais identifica o objeto disposto em frente ao nosso espelho. O espectro, embora carregue os mesmos traços e a mesma ordenação do objeto, não é mais o seu espectro. Parece ser de outra coisa. O prazer do espectador, nesse momento, se intensifica, uma vez que a relação de identificação não lhe é mais clara; é preciso, assim, que ele opere sua memória mais uma vez. É preciso que ele perceba não mais as semelhanças entre o objeto e o espectro, reconhecendo este naquele, mas sim as semelhanças entre o espectro e outra coisa que não está ao seu alcance, mas lhe é familiar. O espelho estilizado reflete uma coisa ao passo que pretende refletir outra.

O espelho alegórico reflete não um ou dois objetos, mas o mesmo objeto duas vezes. O reflexo subvertido, para além de uma imagem voluntariamente infiel, como é o caso da *mimesis per se*, apresenta uma imagem que se distorce de modo a parecer refletir outra coisa, embora sem abandonar os traços que permitam a identificação do objeto original.

A critério de exemplo, valer-nos-emos da Dido virgiliana. A personagem fictícia apresentada por Virgílio, embora tenha uma repercussão milenar, está, segundo Pinheiro (2010), distante da figura histórica da rainha de Cartago. A autora destaca também que:

Macróbio reconhece, assim, o poder da poesia virgiliana e as consequências do prestígio desta, especialmente no que diz respeito à obnubilação da verdadeira história de Dido, conservada nos relatos de historiógrafos como Timeu e Justino, que situam a vida da rainha de Cartago longe do espaço lendário que subjaz à fundação de Roma. (PINHEIRO, 2010, p. 106)

Ora, estaríamos diante de um exemplo da capacidade de uma imitação, de um *fantasma*, obliterar o seu modelo, o objeto que representa. No caso de Dido, a representação virgiliana fez com que tanto o povo romano quanto os séculos vindouros ‘rejeitassem’ a histórica rainha casta que “põe termo à sua vida para evitar um segundo matrimônio” (PINHEIRO, 2010, p. 108).

No entanto, a ação do espelho alegórico não se encerra com o simples encanto do espectador pelo seu reflexo estilizado. É preciso que o espelho reflita outra coisa diferente do objeto real, embora ao mesmo tempo semelhante. Para a Dido de Virgílio, consideramos as palavras de Weeda (2015, p. 137), que apresenta um paralelo entre a personagem e a rainha Cleópatra. O autor sustenta que a descrição da rainha cartaginesa era baseada em “um modelo cuja aparição pública poderia ser reconhecida por todos os

leitores, imediatamente e sem reservas”.¹¹⁰ Em seguida, nos são apresentadas várias características da rainha egípcia que, segundo o autor, teriam sido modelo para a construção de Dido na épica romana.

A Dido mitológica, rainha de Cartago, ocupou, em sua sociedade, uma posição excepcional para uma mulher. Do mesmo modo, a posição da Cleópatra histórica era geralmente inatingível para as mulheres no fim daquela era. Dido e Cleópatra eram ambas soberanas independentes: promulgavam leis, administravam a justiça e comandavam suas tropas. Elas governavam reinos na costa sul do Mediterrâneo, e ambas chegaram ao poder após conflitos e contendas em suas famílias. A Dido mitológica era uma ameaça para Roma por dois motivos: em primeiro lugar, Roma não teria sido fundada se ela tivesse conseguido convencer Eneias a ficar com ela; em segundo lugar, Dido construiu Cartago, uma ameaça futura para Roma. Cleópatra era um perigo real para Roma e, aos olhos dos romanos contemporâneos a ela, um agente fundamental em um momento crucial na história romana. A continuidade das suas dinastias era uma questão primordial para ambas, tanto para Dido em sua relação com Eneias, como para Cleópatra em seu ‘casamento’ com Antônio. Ambas as mulheres viram grandes oportunidades para construir um poderoso império com seus novos parceiros. (WEEDA, 2015, p. 137)¹¹¹

A figura da Dido histórica, assim, foi o objeto que Virgílio pretendeu representar, estilizando o espelho alegórico a fim de que refletisse um fantasma dessa personagem. O poeta, no entanto, garantiu que o reflexo da rainha cartaginesa se transformasse, por vezes, na imagem de outra soberana que não estava, *a priori*, diante do espelho. Vale lembrar que ambos os reflexos se referem aos casos tratados pelo poeta; ora a figura histórica de Dido, ora a rainha do Egito, sendo essa ambivalência dependente do conhecimento prévio do leitor.

O reflexo subvertido também é encontrado na obra *Revolução dos Bichos* (“Animal Farm”) de George Orwell, obra que narra a tomada de uma fazenda por um

¹¹⁰ Do original: *a model whose public appearance could be recognized by every reader, immediately and without reserve.* Tradução nossa.

¹¹¹ Do original: *The mythical Dido, queen of Carthage, held a position in her virtual society that was exceptional for a woman. Equally, the position of the historical Cleopatra was in general unattainable for women at the close of that age. Dido and Cleopatra were both independent sovereigns: they enacted law, administered justice and commanded their troops. They ruled kingdoms on the southern coasts of the Mediterranean, and both came to power after conflicts and strife within their families. Mythical Dido was a threat to Rome for two reasons. Firstly, Rome would not have been founded if she had managed to tempt Aeneas to stay with her, and secondly Dido built Carthage, a future threat to Rome. Cleopatra formed an actual danger to Rome and in the eyes of her Roman contemporaries she was a fundamental player at an important junction in Rome’s history. The continuity of their dynasties was a prime issue for both of them, as much for Dido in her relation to Aeneas as for Cleopatra in her “marriage” with Antony. Both women saw great opportunities to build a powerful empire with their new partners.* Tradução nossa.

grupo de animais. Após a rápida tomada do poder, os animais se organizam de forma a que todo o fruto de seu trabalho seja para o seu próprio proveito. O conflito da obra se inicia quando os porcos, tidos como lideranças e responsáveis pela organização da fazenda, se mostram, pouco a pouco, tão ou mais autoritários do que o seu antigo senhor e proprietário da fazenda, o Sr. Jones. Vale lembrar que o autor, ao retratar a revolução ocorrida na fazenda, faz claras alusões à Revolução Russa de 1917, quando a classe operária do país toma, à força, o poder dos Czares.

No fim da narrativa, livres dos grilhões e da produção de excedentes que só faziam enriquecer o seu algoz, o Sr. Jones, os animais acabam se dando conta de que pior opressão lhes foi imposta por aqueles que se dispuseram a liderá-los na revolução, os porcos. A obra se encerra com uma memorável cena de metamorfose, quando os animais, já assenhoados pelos porcos, observam seus novos ‘patrões’ se fartarem à mesa, na casa antes pertencente à raça humana:

(...) se detiveram ante o vozerio alto que vinha lá de dentro. Voltaram correndo e tornaram a espiar pela janela. De fato, era uma discussão violenta. Gritos, socos na mesa, olhares irados, furiosas negativas. A origem da briga, aparentemente, fora o fato de Napoleão e o sr. Pilkington terem, ao mesmo tempo, apresentado um ás de espadas. (...) Doze vozes gritavam, cheias de ódio, e eram todas iguais. Não havia dúvida, agora, quanto ao que sucedera à fisionomia dos porcos. As criaturas de fora olhavam de um porco para um homem, de um homem para um porco e de um porco para um homem outra vez; mas já era impossível distinguir quem era homem, quem era porco.¹¹²

O autor, para evidenciar o segundo caso da narrativa alegórica, valeu-se da estupefação dos animais da fazenda ao verem que os porcos, agora senhores da fazenda, eram reflexos de homens. Nessa cena, a alegoria deixa de ser apenas um recurso discursivo para ser incorporada à narrativa, tornando-se, assim, um elemento fantasioso. Temos, assim, uma relação entre fantasmas; é o mundo do outro lado do espelho alegórico que se apercebe do objeto refletido. Ora, os outros animais, ao observarem os porcos pela janela da casa, percebem que aqueles não são mais como eles, mas sim como o Sr. Jones, ou como os homens referenciados a que a obra faz referência alegórica. Desse modo, o segundo caso fica aparente nos lapsos propositais do discurso “porco para um homem, de um homem para um porco e de um porco para um homem outra vez”.

¹¹² ORWELL, George. *A revolução dos bichos*. Trad. Heitor Aquino Ferreira, posfácio de Christopher Hitchens. São Paulo: Companhia das Letras, 2009, p. 111 e p. 112.

É a partir das reflexões expostas neste capítulo que apresentaremos nossa análise das obras de Varrão, Virgílio e Fedro no que diz respeito às representações alegóricas de que se valeram esses autores para denunciar/criticar a sociedade romana de seus respectivos períodos. Tentaremos mostrar como os autores se apropriaram da alegoria para construir seus personagens — ora animais, ora homens.

CAPÍTULO III: DIDATISMO

III.1 O discurso moralizante e a fábula

O título deste nosso trabalho, “A didática dos bichos”, é uma evidente tentativa de provocar algum estranhamento — pois animais, seres inconscientes, não poderiam ensinar coisa alguma —, a fim de que o leitor se sinta interessado em nossa reflexão sobre os três autores do subtítulo, Fedro, Varrão e Virgílio. No entanto, não há nada de estranho — e tampouco original — em uma associação entre animais e didatismo; essa inusitada combinação existe desde tempos imemoriais, se considerarmos que a memória humana se sustenta em registro do passado. Explicar-nos-emos.

No início de seu estudo a respeito da tradição fabular, Ferreira (2014, p. 23) reflete sobre a transmissão de saberes entre indivíduos de uma determinada cultura, em especial quando essa transmissão se dá ao longo de gerações. Técnicas como a caça, a horticultura, a pesca e a construção são transmitidas através dos tempos a fim de que uma comunidade não precise mais despende tempo e esforço no desenvolvimento dessas mesmas técnicas e, assim, apenas delas retirar os frutos — e seguir o curso da vida. Ocorre que esse processo se dá também quando do aprendizado de costumes. Ora, se determinada região é perigosa, se determinado comportamento é nocivo (para o grupo ou para o indivíduo), cabe aos mais velhos alertar a juventude sobre esses riscos. Hábitos e costumes garantem não só a sobrevivência de uma comunidade e de um indivíduo no seio dessa comunidade, mas também a sua identidade. É o que nos diz Ferreira:

De certa forma, estes saberes são o garante da protecção do indivíduo porque o auxiliam na obediência e no entendimento do comportamento moral humano. Note-se que a moralidade não é, neste âmbito particular, um conceito cerrado a interpretações ou transversal a todo o universo dos homens. Na verdade, quando comentamos as expressões “comportamento moral” ou “preservação da moral”, temos apenas em consideração o objectivo primário da transmissão destes conhecimentos populares: a sobrevivência do ‘eu’ e da sua comunidade. (FERREIRA, 2014, p. 23)

Os sintagmas “comportamento moral” e “preservação moral” conduzem-nos a um vocábulo latino bastante significativo para a nossa discussão: *mos*. Segundo Ernout & Meillet (1951, p. 738), *mos* seria uma “maneira de se comportar, modo de agir, física ou

moralmente, determinada, não pela lei, mas pelo uso”.¹¹³ A palavra portuguesa “moral” provém de *mos*. Desse modo, a conservação da moral seria a manutenção de modos de agir, de comportamentos necessários para a sobrevivência ou proveito de uma comunidade. Ocorre que um costume, um saber ou um comportamento precisam ser transmitidos a fim de que não se percam no tempo. A comunidade se encarrega disso. Quem entre nós não ouviu, desde a infância, que a folha de boldo é um “santo remédio”? Em algumas famílias, certas palavras são proibidas de serem ditas, pois podem “atrair coisas ruins”:

Esta sabedoria popular pode ou não ser válida quando analisada à luz do empirismo crítico. Todavia, independentemente da sua correcção ou ciência, obedece ao princípio cognitivo do senso comum e à analogia com o mundo natural – dado que esse mundo natural não só está enraizado na experiência do indivíduo, que com ele toma contacto, como também na experiência tradicional do seu contexto social. (FERREIRA, 2014, p. 24)

A correlação com o mundo natural, com o mundo que cerca uma comunidade, é parte da transmissão dos costumes. Não seria verossímil a história de um indivíduo que, tendo nascido e se criado nos polos, conhecesse os milagres da folha de boldo. No entanto, esse indivíduo teria ali os seus próprios costumes, seu *mos*, e muito provavelmente o gelo estaria muito mais presente no seu imaginário, na rede de sentidos de que ele se valeria para transmitir seus costumes. O exemplo de Ferreira é providencial para esclarecer o que dizemos:

lembramos o significado da palavra portuguesa ‘cobra’, quando usada como forma de insultar alguém. Esta palavra por si só explica a perfídia de algum que ataca quando menos se espera e, ainda por cima, é peçonhento, envenenando ideias e relações. Ora, toda esta definição está contida na imagem da ‘cobra’ e na analogia que o senso-comum faz entre a imagem deste animal e o comportamento dos homens. Em suma, a analogia é por excelência a ferramenta que transforma a definição de ideias algo complexas em imagens imediatamente concretizáveis no pensamento abstracto humano. (FERREIRA, 2014, p. 25)

Apenas uma pessoa que carrega, em seu imaginário, a ideia da perfídia de uma cobra pode se sentir insultada quando comparada a esse animal, ainda que com ele jamais

¹¹³ Do original: *Manière de se comporter, façon d'agir, physique ou morale, déterminée, non par la loi, mais par l'usage*. Tradução nossa.

tenha tido contato. Isso significa que, na comunidade daquele indivíduo, já se consolidou o saber popular sobre os perigos de uma cobra. Os indivíduos não precisam mais ter contato com a cobra para que conheçam os riscos desse encontro; o costume, o *mos*, já existe: não se pode confiar em uma cobra, evitem-na!

Victorri (2002) discorre, em seu breve ensaio sobre a linguagem humana, a respeito do conceito de *Homo narrans*. Segundo o autor, em algum momento da evolução humana, um grupo de *Homo sapiens* arcaicos, que já contava, segundo ele, com o neocórtex plenamente desenvolvido — seus membros não sendo mais absolutamente dependentes do instinto —, aprendeu a aplacar crises e a evitar perigos a partir de experiências do passado. Segundo um exemplo que o estudioso oferece, em momentos de crise, tendo todos os indivíduos sido afetados por uma situação dramática (um conflito entre dois líderes, por exemplo), algum dentre eles foi capaz de evocar um evento semelhante, evocar o passado. Esse indivíduo teria a chance, assim, de apresentar a solução do mesmo problema a todos os outros, evitando a experiência desastrosa e, em última instância, a extinção da espécie (VICTORRI, 2002, p. 121):

Assim, os primeiros usos da função narrativa teriam consistido em evocar crises passadas para impedir comportamentos prejudiciais à sobrevivência da espécie, criando, por assim dizer, uma organização social totalmente inédita no reino animal, o que nos leva ao que Donald (1991) chama de estado da "cultura mítica", o que teria permitido à nossa espécie escapar dos desajustes que teriam conduzido à extinção outros *Homo sapiens* arcaicos (VICTORRI, 2002, p. 122).¹¹⁴

Desse modo, é possível dizer que a humanidade, tal como a conhecemos, é dependente da função narrativa, pois a partir dela sobreviveu e se desenvolveu.

Ainda segundo Victorri (2002, p. 123), é provável que, no desenvolvimento de uma língua, a protolinguagem não teria sido absolutamente substituída pelas funções mais complexas da primeira. Ocorre que, segundo o estudioso:

Se aceitamos a ideia de que a protolinguagem possuía um léxico rico, uma parte desse léxico pôde ser emprestado pela língua, funcionando, no entanto, de uma maneira diferente. Por exemplo, nosso primeiro narrador poderia ter utilizado palavras da protolinguagem para evocar o personagem que ele desejava inserir em seu discurso, pronunciando o

¹¹⁴ Do original: *Ainsi, les premiers usages de la fonction narrative auraient consisté à évoquer des crises passées pour interdire des comportements nuisibles à la survie de l'espèce, créant ainsi une organisation sociale totalement inédite dans le règne animal, conduisant à ce que Donald (1991) appelle le stade de la « culture mythique », et c'est ce qui aurait permis à notre espèce d'échapper aux dérégulations sociales ayant conduit à l'extinction des autres Homo sapiens archaïques.* Tradução nossa.

nome de uma planta ou de um fruto pelos quais esse último fosse afeiçoado, ou de um animal ao qual ele poderia ser comparado. Em outros termos, o narrador teria inventado as operações fundamentais da semântica lexical: a metonímia e a metáfora (VICTORRI, 2002, p.123).¹¹⁵

Assim, a língua, valendo-se de elementos da protolinguagem, alocou-os em um sistema mais complexo. Um pouco adiante, Victorri (2002, p. 123) dá como exemplo a palavra “leão”; em uma protolinguagem, esse vocábulo referia-se tão somente a um animal. No entanto, em uma língua complexa, a palavra “leão” pode se referir não apenas ao animal, mas também servir como significante do caráter de um indivíduo e, por extensão, a esse próprio indivíduo. É o que Ferreira (2014, p. 31) sugere quando diz que, no discurso didático, da experiência (da prática ou dos costumes), é atribuída aos animais a função de um signo linguístico:

A propósito, é nossa intenção notar que alguns animais têm características físicas e comportamentais passíveis de serem convertidas em signos linguísticos. E esses signos enraizavam-se de tal forma na cultura, que a simples evocação da imagem do animal implicava e implica o entendimento espontâneo dessas características. (FERREIRA, 2014, p. 31)

Tendo essas coisas colocadas, parece-nos mais palpável a ideia de o gênero fabular, enquanto discurso moralizante/didático, valer-se de animais de modo a universalizar sua “moral”, referindo-se não a um único indivíduo, mas a um grupo de pessoas que carregam, em dado momento, uma característica a ser explorada no texto. Não é nosso objetivo, neste trabalho, discutir a origem da fábula e a que sociedade ou grupo ela remonta; não há, nem mesmo, um consenso sobre isso, uma vez que a própria palavra “fábula” como significante de um gênero teve início com Fedro, já durante o Império Romano (NOEJGAARD, 1964, p. 22). A fábula existe antes mesmo de sua concepção como gênero (FERREIRA, 2014, p. 40), uma vez que essas narrativas, como vimos brevemente, fizeram parte do desenvolvimento da comunicação do *Homo sapiens* (ou, como preferimos, *Homo narrans*). Importa-nos, aqui, refletir sobre o emprego de

¹¹⁵ Do original: *Notamment, si l'on accepte l'idée que le protolangage possédait un lexique riche, une partie de ce lexique a pu être empruntée par le langage, mais pour servir d'une toute autre manière. Par exemple, notre premier apprenti narrateur pourrait avoir utilisé des mots du protolangage pour évoquer le personnage qu'il voulait mettre en scène, en prononçant le nom d'une plante ou d'un fruit dont ce dernier était très friand, ou d'un animal auquel on pouvait le comparer. En d'autres termes, il aurait inventé les opérations fondamentales de la sémantique lexicale: la métonymie et la métaphore.* Tradução nossa.

animais na comunicação humana e, mais especificamente, no discurso didático — ao qual a fábula, e a fábula de Fedro, se vincula.

III.2 - *Geórgicas* poema didático

A *Poética* de Aristóteles, obra fundamental para os estudos literários, não menciona, em parte alguma, a poesia didática (TREVIZAM, 2014a, p. 24). O filósofo discorre sobre a épica e a tragédia, apresentando, como principal diferença entre as duas artes, o modo de representação, seja a imitação direta pela ação dos personagens, como ocorre no teatro, e a representação por meio da narração mesclada à ação. Houve, assim, um silenciamento no que diz respeito às obras que tentam não representar, mas ensinar.

No entanto, há um conjunto de obras que, ainda que se valham do hexâmetro datílico (como é o caso das *Geórgicas*), não se aliam à épica clássica. Ora, Virgílio, ao se propor a descrever e (supostamente) ensinar sobre a criação das abelhas no livro IV, não faz uma narração *stricto sensu* (não nos esqueçamos dos mitos de Aristeu e Orfeu, presentes no final da obra!). O poeta, de outro modo, elaborou uma longa descrição daqueles insetos que, embora seja repleta de alusões a mitos e narrativas outras, presta-se, a princípio, a prescrever os cuidados do apicultor com as abelhas.

Segundo Trevizam (2014a, p. 26), Quintiliano (*Institutio Oratoria*, X, I, 46-57) insere num mesmo grupo (ou gênero) as obras cujo metro é o hexâmetro datílico. Assim, de acordo com o rétor, a *Eneida*, narrativa sobre os feitos de Enéias no curso do seu objetivo delineado pelos deuses, pertenceria ao mesmo gênero da *Ars poetica* horaciana, cujo objetivo, embora mascarado sob os modos da epístola, é apresentar preceitos sobre a composição poética — ou, em outras palavras, ensinar a fazer boa imitação a partir daquilo que já havia sido feito. A opção de Quintiliano em privilegiar o metro como característica principal para a separação de gêneros parece-nos limitada, pela discrepância apresentada anteriormente. Ainda segundo Trevizam (2014a), faz-se necessária, assim, uma atenção ao tema apresentado pelos poemas que, embora compartilhem de um mesmo metro, não se associam, de modo algum, no que diz respeito ao assunto:

A própria expressão “poema (ou poesia) didático”, correntemente empregada pela crítica moderna no exame de certas obras literárias antigas, já contém as sementes orientadoras de nossa reflexão sobre o presente subtópico de análise. De fato, a palavra portuguesa “didático” remonta ao verbo grego didásco (lat. *Doceo*, de mesma raiz indo-europeia), cujos sentidos oferecidos em dicionários especializados

incluem “ensinar” e “instruir”. Assim, de início podemos dizer que todo poema didático compromete-se, essencialmente, com a instrução de seu público. (TREVIZAM, 2014a, p. 30)

O estudioso ainda relata haver, no que diz respeito ao tema da poesia didática antiga, dois recortes:

‘der Stoff’ e ‘das Thema’: corresponde o primeiro componente, conforme procura estabelecer, ao assunto explícito de um dado poema, àquilo que, em princípio, propor-se-ia um autor de imediato a ensinar (como é o caso, numa leitura superficial e ingênua, da agricultura nas *Geórgicas* virgilianas); *‘das Thema’*, porém, seria o verdadeiro objeto de ensinamento de uma obra desta natureza, o qual pode coincidir ou não com *‘der Stoff’*, segundo as opções compositivas de cada autor. (TREVIZAM, 2014a, p. 44)

Quando o estudioso sugere que a leitura das *Geórgicas* pode ser superficial ou ingênua, refere-se à intelecção e à subintelecção. Os quatro livros das *Geórgicas* propõem-se, a princípio, a ensinar a lida no campo. A divisão do poema em livros seria, por si só, um artifício facilitador, pois divide a obra em temas bem definidos (as plantas rasteiras, as árvores, os animais de grande porte e as abelhas). No entanto, neste trabalho, veremos, sustentados por Weeda (2015) e Kronenberg (2009), que Virgílio mascara seu próprio texto, ocultando um debate com o véu da lida agrária. O poeta, ao longo de seus livros, elabora denúncias e reflexões a respeito da estrutura política e econômica romana; qual seja, Virgílio trata, nas *Geórgicas*, de temas muito mais urbanos do que pareceria em uma leitura superficial — pois nem o poeta nem o seu público conheceriam com profundidade o tema agrícola (TREVIZAM, 2014a, p. 72). O poema não teria, assim, uma congruência entre *‘der Stoff’* e *‘das Thema’*, pois o tema proposto não é apenas aquele apresentado pelo poeta. Tomemos como exemplo o trato dos cavalos. Embora os preceitos do treino do animal de modo que ele se habitue aos freios (III, 184) possam ser aproveitados — pois, de fato, o cavalo precisa ser habituado a esse instrumento desde a tenra idade —, não é exatamente esse o tema tratado, como veremos nos capítulos destinados à análise dos textos.

Ainda que Virgílio não ensine com tanto rigor sobre a lida com o campo, com os animais, o poeta ensina outra(s) coisa(s). Trevizam (2014a, p. 81) aponta que o plano temático de uma leitura mais profunda é de difícil definição. Faz-se necessário considerar, de início, a polifonia do poema; o autor da *Eneida* dificilmente trataria de um único tema em seus versos, principalmente se esses versos têm seu plano temático mascarado por um

outro de melhor vínculo com a tradição (o agrário). Cabe-nos, aqui, propormo-nos a uma análise das reflexões apresentadas no texto a respeito dos costumes e das instituições imperiais — especificamente aquelas cuja composição se vale da alegoria animal — mostrando certo descontentamento do poeta com essas instâncias. Se ainda considerarmos que a narrativa da experiência está na raiz do didatismo, não nos parece difícil apreciar esse plano temático aceitando que também ele é um aspecto didático das *Geórgicas* de Virgílio.

III.3 - A prosa técnica do *De Re Rustica* de Varrão

Existe, entre nós, uma concepção que separa os discursos. O modo de dizer/escrever, o emprego de tal ou tal palavra, o uso de interjeições, as escolhas estruturais, esses aspectos não apenas compõem o aspecto formal de um texto, como também delimitam seu tema. Não se escreve, por exemplo, um artigo científico apreciando o seu objeto de modo a enfatizar suas características (ditas) subjetivas. Vejamos este exemplo:

Tubo triangular a circular em secção transversal, com uma a cinco quilhas longitudinais, a mais dorsal possivelmente formando uma projeção anterior pontiaguda ou achatada; alvéolos e/ou cristas transversais possivelmente presentes. Radiolos organizados em espiral ou semicírculos. Membrana interradiolar presente. Fotorreceptores radiolares de tipos variados, ocelos simples, olhos compostos pareados ou individuais (...). (BRANDÃO, 2020, p. 115)

O trecho acima, retirado de um trabalho de Biologia Marinha, publicado em 2020, consiste em uma longa descrição de um animal marinho (poliqueta). Notemos o esforço objetivo do autor, empregando uma sucessão de substantivos e adjetivos, evitando verbos e, quando possível, conjunções:

Daí, podemos seguramente concluir que, caso pudéssemos modificar ligeiramente os instintos da melípona, que por si só não são tão assombrosos, esta abelha poderia construir uma estrutura tão maravilhosamente perfeita como a da abelha comum. Teríamos que supor que a melípona faz seus alvéolos de forma realmente esférica e de tamanhos iguais; e isso não seria surpreendente, se notarmos que, em certa medida, ela já os faz e se notarmos, também, os furos perfeitamente cilíndricos feitos na madeira por muitos insetos que, aparentemente, giram em torno de um ponto fixo. (DARWIN, 2018, p. 237. Trad. Daniel Moreira Miranda.)

Já o excerto da *Origem das Espécies*, obra de Charles Darwin, publicada em 1859, foi retirado do capítulo em que o naturalista trata das abelhas e seus instintos. O trecho supracitado corresponde a uma suposição a respeito da abelha melípona, logo após o autor descrever os alvéolos da abelha comum (daí, mais objetivo, embora não tanto quanto o trecho de Brandão (2020)). Ora, Darwin, em seu trabalho com objetivos muito semelhantes aos de Brandão (descrever uma espécie), parece-nos muito mais subjetivo que o deste último; adjetivos como “assombrosos” e “perfeita” ou advérbios como “maravilhosamente” e “surpreendente” marcam o juízo do autor a respeito de seu objeto.

A diferença compositiva entre os trechos supracitados é evidente, embora tenham sido retirados de textos com objetivos semelhantes (informar) e inseridos em uma mesma área do conhecimento humano, a Biologia, especificamente a Zoologia (hoje assim denominada a subárea que trata dos animais). Trevizam (2014b), sobre essa questão, aponta:

(...) herdeiros que somos do Romantismo em vários pontos de nosso entendimento valorativo, convencionou-se com alguma frequência, a partir de fins do século XVIII, compreender os âmbitos das artes e das ciências, ou saberes especializados, como domínios mutuamente excludentes do fazer espiritual humano, como se não mais houvesse chances de intercomunicação entre formas de pensar (ou escrever) esteticamente comprometidas com a expressão ou com o imediato rigor expositivo de quaisquer matérias. (TREVIZAM, 2014b, p. 15)

Citando exemplos da Antiguidade, o estudioso aponta a diferença compositiva entre as *Geórgicas* de Virgílio e o *De Bello Gallico*, de César. Ambas são obras com intento descritivo que, no entanto, se diferenciam pela estrutura mais ou menos formal (valendo-nos de termos hodiernos); nas *Geórgicas*, o texto, embora informativo, se presta a outros fins, por exemplo, ao narrar os episódios de Aristeu e Orfeu quando da morte das abelhas do primeiro; já o *De Bello Gallico* de César dá-nos, desde o início, uma descrição razoavelmente objetiva do espaço geográfico e dos povos presentes na Gália Cisalpina:

A Gália é toda dividida em três partes, das quais uma é habitada pelos belgas, a outra pelos aquitanos e a terceira por aqueles que, em sua própria língua, são chamados celtas; na nossa, gauleses.¹¹⁶

¹¹⁶ Do original: *Gallia est omnis diuisa in partes tres, quarum unam incolunt Belgae, aliam Aquitani, tertiam qui ipsorum lingua Celtae, nostra Galli appellantur*. César, *De Bello Gallico*, I, 1. Tradução nossa.

Trevizam (2014b, p. 30) aponta que a prosa técnica, tipologia à qual o *De Re Rustica* se alia, não é, de modo algum, uma forma única, tal como ocorre com a poesia didática, quase sempre composta em hexâmetro datílico, por exemplo. Citando como exemplo o *De Re Rustica* varroniano, o *De Architectura* de Vitrúvio e o *De agri cultura* de Catão, textos bastante diferentes em sua composição, o estudioso afirma não haver, assim, uma forma rigorosa na composição da prosa técnica. Ocorre que o *De Re Rustica* de Varrão, aliando-se ao gênero dialógico (TREVIZAM, 2014b, p. 33), tem um maior compromisso com a organização dos temas (diferente do que acontece com o *De agri cultura* catoniano, composto em capítulos não ordenados de modo a manter uma mínima progressão temática); assim, o *De Re Rustica* de Varrão, embora tendo algum rigor objetivo na escrita e apresentação dos temas, recorre à tradição e a elementos literários que o afastam, em alguma medida, desse mesmo rigor.

Varrão compôs um texto informativo mantendo uma unidade em seus capítulos ao mesmo tempo em que realizou, nesse mesmo texto, uma empresa estética que aproxima sua obra do gênero dialógico e da comédia antiga (TREVIZAM, 2014b, 108). Além disso, como aponta Kronenberg (2009, p. 74), o *De Re Rustica* de Varrão, ao modo da sátira menipeia, expõe a hipocrisia da elite romana e seus costumes; segundo a autora, ao passo que Varrão aparenta apresentar a ideologia dos mais abastados (o elogio à agricultura), ele faz, na subintelecção, uma crítica a esses mesmos costumes, os quais existiriam tão somente como forma de manter o *status quo* da elite romana. Acrescentamos a isso a noção de *nobilitas*, qual seja, uma minoria que detinha as mais altas magistraturas e os proveitos da glória militar e gestão de províncias, realidade distante da maioria dos homens da ordem senatorial, formada, essencialmente, por proprietários de terra (THÉBERT, 1980, p. 902). É muito provável que Varrão e os demais personagens dos diálogos do *De Re Rustica* representassem essa “subclasse” senatorial, qual seja, ricos proprietários dependentes da terra. Sobre esses personagens, é interessante observar que o emprego de ‘nomes falantes’ é, para além de um elemento cômico, um modo de representação limitante, ou seja, ao passo que o nome Vácio possa fazer rir o público por sua aproximação com a palavra *uacca* — daí, Vácio é a personagem que vai discorrer sobre o trato bovino —, esse nome é também um modo de o próprio Varrão apontar a limitação da lida agrária para aquela personagem, tirando-lhe a própria identidade. O mesmo podemos dizer para a personagem Ápio, que carrega uma clara relação formal com o substantivo *apis* [abelha].

A nosso ver, embora as personagens do *De Re Rustica* pertencessem a uma elite, sua posição social ainda seria desfavorecida perante a *nobilitas* e o próprio Estado romano. As nossas análises do *De Re Rustica* mostrarão, ao longo do penúltimo capítulo deste trabalho, como Varrão e as demais personagens se mostravam insatisfeitos, por exemplo, com os deveres produtivos e morais de seu estamento. A sua prosa técnica instrui e deleita, mas instrui em, ao menos, duas camadas: sobre a lida no campo e sobre as limitações a que eram submetidos os cidadãos romanos mais abastados.

III.4 - O didatismo em Fedro

Fedro, no promítio de uma de suas fábulas, diz que "ninguém está suficientemente munido contra os poderosos".¹¹⁷ O caráter político de suas fábulas não poderia ser mais evidente. Em seu estudo a respeito da fábula fedriana, Noejgaard (1967, p. 172) sugere que Fedro representa uma sociedade que se articula em dois partidos: os grandes e os pequenos. Essa estrutura bipartida também fora apresentada por Esopo, mas o fabulista grego restringia essa oposição entre o fraco e o forte. É originalidade de Fedro essa associação entre a virtude e estamentos e estatutos políticos.

É latente que, nos textos de Fedro, o contexto sociopolítico de seu tempo é parte fundamental da estrutura temática. Como exemplo, tomemos a fábula I,5 de Fedro, *Vacca et capella, ouis et leo*:

A vaca, a cabra, a ovelha e o leão.

Nunca é de boa-fé a sociedade com o poderoso;
esta fábula atesta o meu propósito.
A vaca, a cabra e a ovelha que sofre injúria
tornaram-se sócias do leão, nas pastagens.
Tendo eles capturado um cervo de vasto corpo,
assim o leão falou sobre a divisão das partes:
Tomo a primeira parte, pois sou chamado rei;
a segunda, porque sou um sócio, dareis a mim;
então, porque tenho mais força, será minha a terceira;
se alguém tocar a quarta parte, estará em má posição.
Assim a improbidade levou para si toda a presa.¹¹⁸

¹¹⁷ Do original: *Contra potentes nemo est munitus satis*, Fedro, *Fabulae*, II, 6, v.1. Tradução nossa.

¹¹⁸ Do original: *Vacca et capella, ouis et leo Numquam est fidelis cum potenti societas; / testatur haec fabella propositum meum. / Vacca et capella et patiens ouis iniuriae / socii fuere cum leone in saltibus. / Hi cum cepissent ceruum uasti corporis, / sic est locutus partibus factis leo; / Ego primam tollo; nominor quia rex meast; / secundam, quia sum socius, tribuetis mihi; / tum, quia plus ualeo, me sequetur tertia; / malo adficietur siquis quartam tetigerit. / Sic totam praedam sola improbitas abstulit.* Fedro, *Fabulae*, I, 5. Tradução nossa.

Na fábula supracitada, são empregados termos relacionados à estrutura social romana. A palavra sociedade (*societas*), por exemplo, remete-nos ao contrato de sociedade existente no Direito Romano, que garantia um “acordo entre duas ou mais partes que se obrigam reciprocamente a pôr em comum determinados bens ou trabalho com vista à obtenção de um fim patrimonial comum” (JUSTO, 2015, p. 12). O próprio conflito da fábula encontra ecos na jurisprudência romana.¹¹⁹

Esse aspecto dos textos de Fedro é apontado pelo próprio fabulista, no prólogo do seu terceiro livro, ao dizer estas palavras: “na verdade, não é meu objetivo apontar indivíduos, mas sim mostrar os costumes e a própria vida dos homens”.¹²⁰ Ora, ao apontar o costume dos homens (*mores hominum*) em suas narrativas, Fedro intentava dizer alguma coisa aos seus contemporâneos. Noejgaard (1964, p. 72) sugere uma distinção entre a ação da fábula e as personagens. Segundo o autor, a ação fabular, ao contrário do que se passa com as personagens, não é alegórica. A ação representa situações do universo humano, das relações em comunidade. Ocorre que, em Fedro, essa ação, a temática dos textos, volta-se muito diretamente para a esfera política, jurídica e, por vezes, econômica. Como vimos (e como veremos!), os termos empregados por Fedro, por exemplo, são, muitas vezes, aqueles de que juristas romanos se valiam em seus tratados. A vaca, a cabra, a ovelha e o leão são personagens alegóricos de uma ação absolutamente possível na realidade: a desigualdade dos ganhos por um mesmo trabalho, a vã confiança naqueles que se valem do seu poder desproporcional para impor seus interesses. Neves (2013) comenta esse caráter particular das fábulas de Fedro:

(...) as fábulas de Fedro não devem ser lidas apenas como ensinamentos abstratos e universais, mas também como estratégias discursivas que visam denunciar, através da *insinuat*o satírica, fatos concretos e particulares. Com efeito, o autor latino serve-se da fábula para dissimular, através da ficção e da alegoria, antagonismos sociais e políticos, transformando-a num instrumento subversivo de crítica encoberta (NEVES, 2013, p. 144).

¹¹⁹ Gaio aponta uma discordância entre Quinto Múcio e Sêrvio Sulpício. Este último, que teve sua opinião favorecida, aponta que um dos sócios, tendo os seus trabalhos sido considerados mais valiosos, pode receber mais lucros. Cf. Justo, 2015, p. 16.

¹²⁰ Do original: *neque enim notare singulos mens est mihi, uerum ipsam uitam et mores hominum ostendere*. Fedro, *Fabulae*, III, pr., vv. 25 e 26. Tradução nossa.

É preciso, ainda, apontar o espaço social ocupado por Fedro, ou pelo eu poético fedriano. É ao longo dos prólogos e epílogos de seus livros que Fedro compõe seu caráter. É no prólogo do livro III que encontramos, a nosso ver, o traço fundamental da *persona* de Fedro e do aspecto de seus textos: “A sujeição servil, sempre culpada, porque não ousava dizer o que desejava, expressou seus próprios sentimentos por meio das fábulas, e expôs a injustiça com palavras jocosas”.¹²¹ Marinho (2016, p. 53) aponta uma inscrição manuscrita na obra de Fedro: *Phaedri Augusti liberti fabulae Aesopiae* (“As fábulas esópicas de Fedro, liberto de Augusto”), inscrição que parece sustentar a figura de um liberto do Império. Além disso, no prólogo do livro III, Fedro dedica algumas fábulas a um benfeitor, Eutico, aparentemente um homem de negócios, o que atesta uma relação de dependência, mas não necessariamente de fidelidade a um possível antigo senhor. De todo modo, é nos textos de Fedro que encontramos o olhar do eu poético: alguém que, motivado pela inconformidade, escreve fábulas para denunciar os abusos existentes nas relações de poder em Roma.

O prólogo do livro I é, a nosso ver, uma evidente manifestação do intento didático da obra de Fedro: “O livrinho tem duplo objetivo: tanto provocar o riso, quanto advertir a vida com prudente conselho”,¹²² uma referência à *Ars poetica* de Horácio (vv. 333 e 334),¹²³ outra obra com intentos didáticos. Ora, quando nos deparamos com o trecho “advertir a vida com prudente conselho”, lembramo-nos da discussão acima a respeito da transmissão de saberes e experiências por meio do discurso. Fedro, ou o eu poético fedriano, conhecia bem a experiência da submissa escravidão (*seruitus obnoxia*) e pretendia, por meio das fábulas, advertir aos seus que não se poderia, por exemplo, acreditar em uma sociedade com um poderoso.

¹²¹ Do original: *Seruitus obnoxia, quia quae uolebat non audebat dicere / affectus proprios in fabellas transtulit / calumniamque dictis elusit iocis*. Fedro, III, pr. Tradução nossa.

¹²² Do original: *Duplex libelli dos est, quod risum mouet / et quod prudentis uitam consilio monet*. Fedro, *Fabulae*, I, pr., vv. 3 e 4. Tradução nossa.

¹²³ *Aut prodesse uolunt aut delectare poetae / aut simul et iucunda et idonea dicere uitae*. ‘Ou ser úteis ou deleitar querem os poetas / ou, ao mesmo tempo, dizer coisas tanto agradáveis quanto proveitosas para a vida’. Horácio, *Epistula ad Pisones*, vv. 333 e 334. Tradução nossa.

CAPÍTULO IV: ANÁLISES

IV.1. *De Re Rustica* de Varrão

IV.1.1. Os porcos

Pocetti (2009, p. 137) observa que, em Roma, “a alimentação à base de porco e seus derivados tornou-se símbolo de riqueza e prosperidade”.¹²⁴ Segundo o autor, a carne de porco à mesa, nos jantares (*cena*) e grandes ocasiões, mostrava que o anfitrião tinha posses. Salvo algumas diferenças entre regiões e modos de consumo, a carne de porco, curiosamente, aliava-se ao estilo de vida da *Vrbs* e sua alimentação suntuosa, em oposição à dieta do campo, baseada em legumes (POCETTI, 2009, p. 137). É o que se vê, por exemplo, na *cena Trimalchionis* do *Satyricon* de Petrônio: Trimalquião, liberto que adquiriu posses com o comércio, mantendo-se, todavia, sem o necessário refinamento para participar dos ciclos sociais de prestígio, oferece um jantar em que seus convidados são libertos como ele ou escravos. A personagem se esforça para ostentar uma erudição que não possuía, em meio a recitais e apresentações de qualidade duvidosa. Uma cena marcante dos episódios do jantar é a apresentação do banquete, cujos pratos, Aquati (2006, p. 253), em estudo sobre o grotesco no *Satyricon*, insere na categoria “repugnância”. Como também nos lembra Pocetti (2009, p. 139), o porco apresentado por Trimalquião torna-se, tamanha extravagância (havia sido servida carne de porco moldada em forma de um pato gordo, peixe e aves), monstruoso, e seus convivas preferem morrer de fome a comer aquele animal.¹²⁵ Apesar do exagero de Trimalquião, não se pode deixar de reforçar o fato de a personagem simular a vida e os banquetes dos altos estatutos sociais romanos.

Varrão, ao tratar da criação de porcos no trecho II, IV do *De Re Rustica*, dá voz à personagem Tremélio Escrofa,¹²⁶ que discorre sobre a reprodução, alimentação, proventos e lucros derivados desse animal. No início do trecho, Escrofa é convidado a falar sobre os porcos em razão de seu nome, como se observa no trecho: “Mas quem vem

¹²⁴ Do original: *la nourriture à base de porc et de ses dérivés devient symbole de richesse et prospérité*. Tradução nossa.

¹²⁵ Referimo-nos, aqui, ao trecho 69 do *Satyricon* de Petrônio: *Et haec quidem tolerabilia erant, si non fericulum longe monstruosius effecisset ut uel fame perire mallems*, “E aquelas coisas seriam toleráveis se não houvesse o prato o mais monstruoso, fazendo-nos preferir morrer de fome”. Tradução nossa.

¹²⁶ Trevizam (2012, p. 269) nos recorda que Tremélio Escrofa era um “verdadeiro e respeitado agrônomo de Roma nos tempos de Varrão”.

de um porto, de preferência da Itália, e explica sobre as varas de porcos? Seu cognome mostra que Escrofa, antes de mais ninguém, deve falar desse assunto”.¹²⁷ Assim, ao aceitar o convite, é curiosa a discussão que a personagem faz sobre o seu próprio nome (*scrofa* é a palavra latina que, como também observa Pocetti (2009, p. 126), designa a fêmea do porco):

“Pareces ignorar”, disse, “por que me chamo Escrofa. E assim, para que também eles saibam por tua causa, entende que minha *gens* não tem um nome suíno, nem provim de Eumeu. Meu avô, em primeiro lugar, foi chamado Escrofa. Sendo ele o questor deixado na província da Macedônia sob o pretor Licínio Nerva e comandando o exército até a volta do pretor, os inimigos, por julgarem que era a hora de sua vitória, começaram a fazer incursões contra os acampamentos. O avô, exortando os soldados a pegar em armas e atacar, disse que ele rapidamente os dispersaria, como uma porca os leitõezinhos, e acabou por fazê-lo. De fato, aquela batalha, de tal modo dispersou e afugentou os inimigos que, por ela, Nerva foi chamado de *imperator*, e meu avô recebeu o cognome de Escrofa. E assim, nem meu bisavô nem ascendente algum dos Tremélios foram chamados de Escrofa, e eu não deixo de ser, na sucessão, o sétimo ex-pretor em nossa *gens*.”¹²⁸

O emprego de um *cognomen* que evoca um animal é comum ao longo de toda a obra. Não por acaso, é Escrofa que vai tratar da criação de porcos. Escrofa, no entanto, ao apontar a origem do seu cognome, faz a breve digressão do trecho exposto acima, em que trata da presença do avô, o questor Cneu Tremélio Escrofa.

Kronenberg (2009, p. 77) discute o Escrofa apresentado por Varrão, comparando a personagem com suas menções no *De Re Rustica* de Columela e na *Naturalis Historia* de Plínio, obras nas quais os estudiosos se apoiam para considerar mais seriamente a personagem como um agrônomo respeitado da Antiguidade. No entanto, a estudiosa sugere haver incoerências entre as descrições apresentadas nessas obras e aquela que faz Varrão no seu tratado:

¹²⁷ Do original: *Sed quis e portu potius Italico prodit ac de suillo pecore expedit? Tametsi Scrofam potissimum de ea re dicere oportere cognomen eius significat.* Varrão, *De Re Rustica* II, IV. Trad. Matheus Trevizam.

¹²⁸ Do original: *Cui Tremelius, Ignorare, inquit, uidere, cur appeller Scrofa. Itaque ut etiam hi propter te sciant, cognosce meam gentem suillum cognomen non habere, nec me esse ab Eumaeo ortum. Auus meus primum appellatus est Scrofa, qui quaestor cum esset Licinio Neruae praetori in Macedonia provincia relictus, qui praeesset exercitui, dum praetor rediret, hostes, arbitrati occasionem se habere uictoriae, impressionem facere coeperunt in castra. Auos, cum cohortaretur milites ut caperent arma atque exirent contra, dixit celeriter se illos, ut scrofa porcos, disiecturum id quod fecit. Nam eo proelio hostes ita fudit ac fugauit, ut eo Nerua, praetor imperator sit appellatus, auus cognomen inuenerit ut diceretur Scrofa. Itaque proauos ac superiores de Tremeliis nemo appellatus Scrofa, nec minus septimus sum deinceps praetorius in gente nostra.* Varrão, *De Re Rustica* II, IV. Trad. Matheus Trevizam.

Ainda, um olhar atento para essas referências revela que é difícil conciliar o Escrofa de Varrão com elas, tendo ele tomado algumas liberdades criativas em sua representação. Nossas duas fontes principais para Escrofa, o agrônomo, Plínio, o Velho, e Columela, apresentam-no não como um homem moderno e inovador, mas como um antigo e antiquado agrônomo. (KRONENBERG, 2009, p. 77)¹²⁹

A autora aponta, ainda, outras inconsistências do Escrofa apresentado por Varrão, como as datas das conquistas militares da personagem ou o silêncio sobre suas obras ao longo do *De Re Rustica* (KRONENBERG, 2009, p. 78).¹³⁰ A estudiosa argumenta que há, mesmo na estrutura do *De Re Rustica*, algumas inconsistências da personagem como um agrônomo. Ela afirma que, no contexto do livro I – quando Escrofa debate com Estolão sobre os princípios da agricultura, apresentando subdivisões no ensinamento do trato com a terra e com os animais:

Escrofa perde o controle da sua “arte do cultivo” no início de seu discurso: depois de dividir o tópico da agricultura em outros quatro grandes tópicos, cada um com seus subtópicos (1.5.3-4), ele confunde completamente essas categorias apresentadas por ele próprio. Não apenas as suas habilidades organizacionais são deficientes, e Skydsgaard documentou bem as falhas adicionais nos ensinamentos de Escrofa e Estolão. Além de dar instruções geralmente impraticáveis, substituindo as informações agrícolas mais importantes por etimologias, Escrofa e Estolão frequentemente citam Teofrasto de modo equivocado, ou usam seus conselhos em contextos errados, e às vezes apresentam desinformação sobre a agricultura. Assim, tanto Escrofa quanto Estolão parecem ser pedantes inexperientes, que sabem muito pouco sobre a agricultura. (KRONENBERG, 2009, p. 84)¹³¹

Há, assim, não apenas um afastamento entre essa personagem de Varrão e aquela que a História construiu através das (poucas) fontes deixadas pela Antiguidade, mas

¹²⁹ Do original: *Yet, closer inspection of these references reveals that Varro's version of Scrofa is hard to square with them and that he took some creative liberties in his portrayal. Our two main sources for Scrofa the agronomist, Pliny the Elder and Columella, present him not as a modern innovator, but as an old, and old-fashioned, practitioner.* Tradução nossa.

¹³⁰ Sobre isso, a autora comenta que alguns estudiosos consideram que, quando da escrita do tratado agrícola varroniano, essas obras não tinham sido escritas, o que explica o silêncio de Varrão. No entanto, isso não explica as incoerências entre a personagem apresentada por Varrão e aquela descrita por Columela e Plínio.

¹³¹ Do original: *Scrofa loses control of his “art of farming” early in his discourse: after dividing the topic of agriculture into four main divisions with two subdivisions each (1.5.3–4), he completely bungles his own categories when he actually discusses them. It is not just his organizational skills that are faulty, and Skydsgaard has well documented the further failings in both Scrofa's and Stolo's teachings. In addition to giving generally impractical instructions, which substitute etymologies for the most important farming information, Scrofa and Stolo also frequently misquote Theophrastus, or use his advice in the wrong contexts, and at times give complete misinformation about farming. Thus, both Scrofa and Stolo come across as out-of-touch pedants, who know very little about actual farming.* Tradução nossa.

também de um agrônomo sério no contexto ficcional do *De Re Rustica*. Escrofa seria, assim, na perspectiva da autora, uma paródia, performando o pedantismo ao oferecer uma vastidão de informações e até reflexões etimológicas nada práticas ou pouco úteis para a agricultura. O Escrofa de Varrão seria uma personagem problemática se interpretada como um retrato histórico.

Assim, a digressão apresentada por Escrofa a respeito de seu nome seria não uma explanação real das origens de uma personagem real, mas sim um introito que prepara o leitor tanto para a sua discussão sobre a suinocultura quanto para a crítica que a personagem, como porta-voz de Varrão, apresenta.

Nossa interpretação considera não só o fato de Escrofa apresentar a origem do seu cognome referindo-se a uma metáfora atribuída a seu avô ao convocar os soldados para a batalha (em aproximação dessa imagem à de uma porca que dispersa seus filhotes), mas também o fato de que o cognome fora ‘criado’ num contexto bélico (em eventos ocorridos na Macedônia em 142 a.C.),¹³² algo bastante diferente do diálogo sobre a agricultura.

A digressão histórica/mitológica não se encerra aí, como se observa no seguinte trecho: “A esse respeito, escreve-se que há muito tempo ocorreu a porca de Eneias, em Lavínio, ter parido trinta leitões brancos. E, assim, isso pressagiou que trinta anos depois os de Lavínio fundariam a cidade de Alba”.¹³³ O termo *Lauinienses* parece-nos um trocadilho, pois deixa dúvidas, na construção sintática, se se trata dos porcos ou dos homens de Lavínio, principalmente levando-se em consideração o trecho seguinte, que volta (ou continua!) a falar dos animais: “Dessa porca e seus filhotes ainda agora há sinais, pois ainda agora resta uma estátua deles em exposição pública”.¹³⁴ Assim, a mistura entre porcos e humanos se dá em três planos: lexical, como expôs Escrofa a respeito da origem de seu cognome, semântico, por relacionar a fundação de Alba (e, por extensão, do povo romano) ao presságio dos trinta porcos que definiriam o local de fundação da cidade, e sintático, pelo que foi dito acima:

(...) a ênfase repetida na importância de selecionar animais de boa linhagem encontra uma contrapartida na importância que as famílias romanas davam à sua própria linhagem. Escrofa ilustra isso quando

¹³² TREVIZAM, 2006, p. 125

¹³³ *In quo illud antiquissimum fuisse scribitur, quod sus Aeneae Lauini triginta porcos peperit albos. Itaque quod portenderit factum, post tricesimum annum ut Lauinienses condiderint oppidum Albam.* Varrão, *De Re Rustica* II, IV. Trad. Matheus Trevizam. O trecho em questão encontra eco na *Eneida* de Virgílio (*Aen.* III, 389-393).

¹³⁴ *Huius suis ac porcorum etiam nunc uestigia apparent, quod et simulacra eorum ahenea etiam nunc in publico posita.* Varrão, *De Re Rustica* II, IV. Trad. Matheus Trevizam.

sente necessidade de assegurar ao seu público que não é de uma família de pastores de porcos, apesar de seu nome, e que o nome deriva das façanhas militares de seu avô, que dispersou o inimigo “como uma porca dispersa os porcos” (*ut scrofa porcos*, 2.4.2). (KRONENBERG, 2009, p. 114)¹³⁵

Assim, Escrofa, ao tentar dissociar sua *gens* dos porcos, acaba por associar toda a estirpe romana a esses animais, devendo a eles a sua origem. A personagem, ainda, chega mesmo a se confundir nas suas prescrições sobre a criação desse animal ao inserir, nesse mesmo discurso, um ou outro código de conduta em que os porcos se inserem como peças fundamentais, o que, a critério de exemplo, trazemos:

“O começo dos sacrifícios parece ter-se originado, antes, com os suínos. Indicam-no que os porcos são imolados nos ritos iniciáticos de Ceres, que, ao iniciar-se a paz, quando o acordo é feito, um porco é morto, e que, no início das núpcias, os antigos reis e os grandes da Etrúria primeiro imolam, a noiva e noivo a unir-se em matrimônio, um porco. Também os antigos latinos e mesmo os gregos na Itália parecem amiúde ter feito o mesmo”.¹³⁶

Acreditamos, assim, que, ao prescrever sobre a criação de porcos e seus proventos, a personagem Escrofa acaba por sugerir semelhanças entre esses animais de carne nobre — presentes na História e religião romana — e os próprios romanos. É importante salientar que, a despeito do pedantismo de Escrofa, como afirma Kronenberg (2009), a personagem se mostra muito interessada na utilidade da criação dos porcos (e, conseqüentemente, no lucro dela oriundo):

“Sobre o número, julgam bastarem dez varrascos para cem porcos; alguns ainda o reduzem. As varas são de tamanhos diferentes, mas considero razoável uma de cem. Alguns as fazem maiores, tendo até cento e cinquenta. Uns duplicam as varas de porcos, outros as fazem ainda maiores. Uma vara menor é menos dispendiosa que uma maior, por requerer o porqueiro menos companheiros. E assim, o criador estabelece o tamanho das varas conforme o útil para si, e não como

¹³⁵ Do original: (...) *the repeated emphasis on the importance of selecting animals of good lineage finds a counterpart in the importance Roman families placed on their own lineage. Scrofa illustrates this importance when he feels a need to assure his audience that he is not from a family of swineherds, despite his name, and that the name instead derives from the military exploits of his grandfather, who scattered the enemy “just as a sow scatters pigs” (ut scrofa porcos, 2.4.2).* Tradução nossa.

¹³⁶ *Ab suillo enim pecore immolandi initium primum sumptum videtur, cuius vestigia, quod initiis Cereris porci immolantur, et quod initiis pacis, foedus cum feritur, porcus occiditur, et quod nuptiarum initio antiqui reges ac sublimes viri in Etruria in coniunctione nuptiali nova nupta et nouus maritus primum procum immolant. Prisci quoque Latini, etiam Graeci in Italia idem factitasse videntur.* Varrão, *De Re Rustica* II, IV. Trad. Matheus Trevizam.

estabelece o número de reprodutores, segundo os ditames da natureza”.¹³⁷

A oposição entre *utilitas* e *natura*, evidente no trecho supracitado, comporta a perspectiva da estudiosa de que, no *De Re Rustica* varroniano, o lucro é a motivação dos campos e da agricultura (Kronenberg, 2009, p. 97), desmascarando o mito do fazendeiro virtuoso e expondo a falsa relação entre a religião e a agricultura.

Na verdade, no discurso de Escrofa sobre o aspecto moral da agricultura, a assimilação entre o lucro e a moralidade torna-se clara. Como já mencionado, ele afirma que os dois fins éticos da agricultura são a *utilitas* e a *voluptas*, e que a *utilitas* é o mais importante dos dois. (1.4.2) (KRONENBEG, 2009, p. 97)¹³⁸

Assim, ao opor *natura* e *utilitas*, Escrofa reforça a perspectiva utilitária que o *De Re Rustica* dá ao campo e à agricultura. Mais do que isso, se considerada a relação que a personagem faz entre os porcos, sua *gens* e a História romana (além do seu próprio *cognomen*), acreditamos ser possível propor uma crítica de Varrão também ao universo bélico. Da mesma forma que os porcos do campo são criados a fim de que sejam úteis ao porqueiro, também os cidadãos romanos estariam submetidos a um sistema semelhante. Não é por acaso, afinal, que essa relação tenha se iniciado a partir de um contexto bélico. Também ali os homens não têm outro destino que não a *utilitas* (uma utilidade que envolve, certamente, a morte).

IV.1.2. Os asnos

No *De Re Rustica* de Varrão, não são dedicadas muitas linhas aos asnos. Isso não impede, no entanto, que o capítulo II, VI contenha algumas ambiguidades curiosas no que diz respeito à representação de animais como seres humanos. Tentaremos argumentar que, embora a figura dos asnos esteja muito mais próxima dos homens que se encarregam

¹³⁷ Do original: *De numero in centum sues decem uerres satis esse putant; quidam etiam hinc demunt. Greges inaequabiles habent; sed ego modicum puto centenarium; aliquot maiores faciunt, ita ut quinquagenos habeant. Porcorum gregem alii duplicant, alii etiam maiorem faciunt. Minor grex quam maior minus sumptuosus, quod comites subulcus pauciores quaerit. Itaque gregis numerum pastor ab sua utilitate constituit, non ut quot uerres habeat; id enim ab natura sumendum.* Varrão, *De Re Rustica* II, IV. Trad. Matheus Trevizam.

¹³⁸ Do original: *Indeed, in Scrofa's discourse on the moral aspect of farming, this assimilation of the profitable and the moral becomes clear. As already mentioned, he states that the two ethical ends of farming are utilitas and voluptas, and that utilitas is the more important of the two (1.4.2).* Tradução nossa.

do trabalho braçal e pesado, existem, no texto de Varrão, aproximações entre esses animais e a aristocracia romana.

Primeiramente, observamos que o capítulo está em grande harmonia com o que Kronenberg (2009, p. 91) propõe em sua análise sobre o *De Re Rustica* varroniano. Segundo a autora, o texto de Varrão apresenta uma progressão da *ars* e da *ratio* como ferramentas para controlar a natureza, principalmente ao longo dos livros I e II. De início, Múrrio apresenta preceitos para que se obtenha a melhor estirpe de asnos:

“Então, quem deseja obter uma boa tropa de asnos deve em primeiro lugar cuidar de ter machos e fêmeas com a idade conveniente, para que possam ambos gerar descendentes pelo maior tempo possível; e de que sejam fortes, em todas as partes belos, de corpo grande, de boa raça e vindos dos lugares que produzem os melhores. Fazem-nos os do Peloponeso quando compram de preferência aqueles da Arcádia; os itálicos, os do território de Reate”.¹³⁹

A escolha da idade dos progenitores em prol da boa estirpe nos parece curiosa. Kronenberg (2009, p. 93) observa que, nesse trecho, há o emprego de termos de cunho moral, como *bonus* e *honestus*. Nicolet (1992, p. 44), em apresentação sobre o ideário político romano, lembra que “em latim, não há nenhuma palavra que designe o ‘homem político’, a não ser, na sua nudez, aquela que designa também o cidadão, *civis*. O ‘homem político’ ideal é o *bonus* ou o *optimus civis*”. Um pouco adiante no texto de Varrão, há uma outra prescrição igualmente notável sobre a escolha dos progenitores: “Porque são gerados semelhantes aos pais, devem-se escolher macho e fêmea de qualidade”.¹⁴⁰ Kronenberg (2009, p. 93) também observa o emprego do termo *dignitas*, outra palavra que alude à boa condição moral de homens romanos, aproximando a descrição varroniana da boa (*bonus*) tropa de asnos do universo humano. A *dignitas*, um “ideal aristocrático de glória” (VEYNE, 2016, p. 98), distinguia os homens (os *boni*) de acordo com os seus serviços (públicos) em prol da cidade. Até aqui, não nos parece estranha a assimilação dos asnos em Varrão à aristocracia romana.

No entanto, é no trecho seguinte que encontramos um contraponto para essa assimilação: “Ao serem adquiridos, trocam de dono, assim como os outros animais, por

¹³⁹ Do original: *Igitur asinorum gregem qui facere uult bonum, primum uidendum ut mares feminasque bona aetate sumat, utriusque ut quam diutissime fructum ferre possint; firmos, omnibus partibus honestos, corpore amplo, seminio bono, ex his locis, unde optimi exeunt, quod faciunt Peloponnesi cum potissimum eos ex Arcadia emant, in Italia ex agro Reatino*. Varrão, *De Re Rustica* II, VI. Trad. Matheus Trevizam.

¹⁴⁰ Do original: *Quod similes parentum genuntur, eligendi et mas et femina cum dignitate ut sit*. Varrão, *De Re Rustica* II, VI. Trad. Matheus Trevizam.

compras e entregas, e costumam-se tomar precauções por sua saúde e contra prejuízos”.¹⁴¹ Veremos que, quando Varrão trata dos cavalos, apresenta a mesma característica para a compra, aproximando aqueles animais dos asnos e dos bois. Embora boa parte do Senado romano tenha como membros homens de origem equestre (NICOLET, 1977, p. 751), o título de senador, vitalício e hereditário, não se adquiria, de modo algum, apenas com o milhão de sestércios necessários aos seus membros.¹⁴² Já os escravos romanos, mercadoria que eram, estavam submetidos à venda e mudança de senhor, realidade muito distante dos membros das ordens elevadas. Nicolet (1977) aproxima a ordem senatorial da ordem equestre no que diz respeito ao trato com os negócios agrícolas, apontando a existência de um estamento superior, os *nobilitas*, famílias com imenso poder político e fortuna. Thébert (1980, p. 902) concorda com Nicolet e reforça:

Parece difícil considerar o conjunto da ordem senatorial como uma ‘classe política’ homogênea à qual o exercício do *imperium* fornece lucros imensos: isso só é verdade para a *nobilitas*; a maior parte da ordem senatorial é essencialmente uma classe de proprietários de terra. A glória militar, com todos os proveitos políticos e financeiros que ela sozinha produz, os grandes lucros advindos com a vitória ou a gestão de províncias são monopolizados pela minoria que detém as mais altas magistraturas. (THÉBERT, 1980, p. 902)¹⁴³

A ideia de uma ordem senatorial dependente dos proventos agrícolas é também comentada por Alföldy (1996, p. 72), que lembra ser o serviço público uma obrigação sagrada para os senadores romanos: “Por outro lado, na vida privada, tinha como meta prioritária o crescimento do patrimônio herdado. A obra de Catão sobre agricultura estava basicamente consagrada ao problema de como retirar o máximo lucro de uma propriedade com os mínimos investimentos”.¹⁴⁴ Assim, a menção a uma submissão dos burros ao comércio, em uma aparente aproximação dos animais aos escravos romanos, parece-nos um contraponto para a própria aristocracia romana, que, embora proprietária de terras e

¹⁴¹ Do original: *In mercado item ut ceterae pecudes emptionibus et traditionibus dominum mutant, et de sanitate ac noxa solet cauere*. Varrão, *De Re Rustica* II, VI. Trad. Matheus Trevizam.

¹⁴² Fosse assim, a personagem Trimalquião, de Petronio, faria parte da mais alta ordem oficial romana.

¹⁴³ Do original: *Il apparaît donc difficile de considérer ensemble de ordre sénatorial comme une classe politique homogène laquelle exerce de imperium fournit des profits immenses cela est pleinement vrai que pour la nobilitas la majorité de ordre sénatorial reste essentiellement une classe de propriétaires fonciers la gloire militaire avec tous les avantages politiques et financiers elle seule procure les gros profits issus de la victoire ou de la gestion des provinces sont accaparés par la minorité qui gère les plus hautes magistratures*. Tradução nossa.

¹⁴⁴ Do original: *en la vida privada, en cambio, antojábasele meta prioritaria el acrecentamiento del patrimonio heredado. La obra de Catón sobre agricultura estaba básicamente consagrada al problema de cómo sacar los máximos*. Tradução nossa.

grande riqueza, muitas vezes estava submetida ao lucro. Como veremos a seguir, é a partir desse trecho que, no plano formal, se encerra o emprego dos termos que designavam a nobreza romana; além disso, no plano semântico, inicia-se a apresentação dos trabalhos a que devem ser submetidos os asnos. Quando Múrrio fala da cópula dos animais, também em alusão à manipulação da natureza, observamos significativa diferença entre o trecho anterior que trata da escolha dos progenitores, tema semelhante:

“São postos para cobrir antes do solstício, para darem à luz na mesma época do ano seguinte. Depois de doze meses, parem os filhotes. Moderamos os trabalhos da asna grávida, pois, trabalhando, o fruto de seu ventre é piorado. Mas não afastam o macho dos trabalhos, pois, com o relaxamento dos esforços, pioram-se”.¹⁴⁵

A primeira observação que fazemos é, como dissemos, a inexistência de palavras relacionadas à moral de homens da aristocracia, ao contrário do que ocorria em outros trechos do *De Re Rustica*. Há também um reforço no trabalho dos animais. A fêmea é poupada apenas durante a gravidez; já o macho, em momento algum tem descanso, com o risco de deteriorar-se com o relaxamento dos esforços. Na sequência, aconselham-se os filhotes serem presos por correias ou amarras durante a noite e, em seguida:

“No terceiro ano, começam a domar para aquelas habilidades a que cada qual os destina. Falta sobre a quantidade. Não se formam quase tropas deles, a não ser daqueles que levam cargas, pois a maior parte é repartida entre os moinhos ou a agricultura, para transportar o necessário, ou mesmo para arar onde a terra é leve, como na Campânia. Em geral, formam-se as tropas dos mercadores, como daqueles que, de Brundísio ou da Apúlia, transportam em asnos de carga para o mar, o azeite, o vinho, o trigo ou algo mais”.¹⁴⁶

Nesse trecho, em que Varrão continua reforçando o trabalho e a utilidade dos asnos, há a curiosa menção ao azeite, vinho e trigo, produtos de grande valor em Roma e, portanto, produzidos pela aristocracia. Catão, no *De agri cultura*, em trecho por nós já

¹⁴⁵ Do original: *Admittuntur ante solstitium, ut eodem tempore alterius anni pariant; duodecimo enim mense conceptum semen reddunt. Praegnates opere leuant; uenter enim labore nationem reddit deteriolem. Marem non deiungunt ab opere, quod remissione laboris fit deterior.* Varrão, *De Re Rustica* II, VII. Trad. Matheus Trevizam.

¹⁴⁶ Do original: *Tertio anno domare incipiunt ad eas res, ad quas quisque eos uult habere in usu. Relinquitur de numero, quorum greges non sane fiunt, nisi ex eis qui onera portant, ideo quod plerique diducuntur ad molas aut ad agri culturam, ubi quid uehendum est, aut etiam ad arandum, ubi leuis est terra, ut in Campania. Greges fiunt fere mercatorum, ut eorum qui e Brundisino aut Apulia asellis dossuariis comportant ad mare oleum aut uinum itemque frumentum aut quid aliud.* Varrão, *De Re Rustica* II, VI. Trad. Matheus Trevizam.

apresentado,¹⁴⁷ aconselha os senhores a vender o excedente. É certo que os proprietários não se ocupavam, eles próprios, do transporte de suas mercadorias, como conclui Andreau (1999, p. 276) a partir das inscrições de nomes de senadores nas ânforas com o objetivo de identificar a produção. No entanto, no plano temático do texto varroniano, a associação entre os animais e esses produtos não nos parece aleatória. Ora, às escolhas lexicais no início do trecho, em que substantivos típicos da aristocracia são empregados para designar características desses animais, seguem prescrições para o trabalho agrícola (atividade sob o “controle” da aristocracia) e o comércio de vinho, azeite e trigo, o tesouro das famílias mais abastadas de Roma.

IV.1.3. Os cavalos

Kronenberg (2009, p. 115) comenta, em sua interpretação do *De Re Rustica* de Varrão, a relação entre a observância da boa linhagem de animais no *fundus*, frequentemente discutida pelos personagens do diálogo, e a importância que as famílias romanas atribuíam à sua própria linhagem (*gens*). É o que observamos no capítulo que trata dos porcos, quando a personagem Escrofa aponta que esses animais estão presentes na História e religião romanas, participando, ao lado dos homens, de eventos importantes para aquela sociedade.

O capítulo VII do livro II do *De Re Rustica* varroniano apresenta prescrições sobre a criação de cavalos, bem como sua utilidade. Kronenberg (2009, p. 115) comenta que, nesse capítulo, não há comparações explícitas entre os animais e os homens, limitando-as à descrição que a personagem Lucieno faz de um *Quintus Modius Equiculus*, “homem de grande coragem e filho de soldado”.¹⁴⁸ A autora observa, ainda, que:

Ecos dos guardiões de Sócrates talvez também apareçam na discussão sobre cavalos e cães. Por exemplo, assim como Sócrates detalha as qualidades físicas necessárias dos guardiões, discutindo as naturezas corajosas e espirituosas de cavalos e cães bem-criados (375a-b), Lucieno observa que, entre as características de um *equus bonus*, estão o espírito competitivo do cavalo, no pasto ou na corrida, e sua ousadia em atravessar um rio sem olhar para trás (2.7.6). Um paralelo ainda mais próximo da República encontra-se na instrução de expor o potro à vista e ao som das rédeas para que não se assuste quando precisar colocá-la (2.7.12; cf. R. 413d). Finalmente, o destaque na importância

¹⁴⁷ *Auctionem uti faciat: uendat oleum, si pretium habeat; uinum, frumentum quod supersit, uendat.* Catão, *De agri cultura*, II.

¹⁴⁸ *Vir fortissimus, etiam patre militari.* Varrão, *De Re Rustica* II, VII. Trad. Matheus Trevizam.

de ter cavalos “ferozes” (*acres*) e “gentis” (*placidos*) para diferentes trabalhos (2.7.15) é uma reminiscência da ênfase de Sócrates em encontrar guardiões que sejam ferozes com o inimigo e gentis com seu próprio rebanho (por exemplo, R. 375c). (KRONENBERG, 2009, p. 115)¹⁴⁹

Observamos, no entanto, que o texto de Varrão contém outras referências implícitas à vida humana. Para além do *cognomen Equiculus*, uma evidente referência ao universo rural e animal,¹⁵⁰ em derivação de *equus*, também o *nomen Modius* carrega essa relação. Ora, Nicolet (1974, p. 957), em sua prosopografia das famílias equestres da República, apresenta *Modius* como uma *gens* pertencente a essa ordem. Sobre a onomástica romana, Trevizam (2010, p. 238) esclarece que:

(...) na onomástica romana, um *nomen*, como Flávio ou Júlio, designava o clã familiar dos cidadãos livres, enquanto correspondia ao *praenomen*, não mencionado na passagem, o nome próprio dos indivíduos e, ao *cognomen*, a designação específica de cada família interna aos clãs. Assim, em *Marcus Tullius Cicero*, que designa o mais célebre orador de Roma, colhemos as informações de ter ele sido um homem chamado Marco, do clã Túlio e da família dos Cíceros, de resto, também ela dotada de algum vínculo para com o mundo rural, pois se sabe que *cicer*, em latim, é o nome do grão-de-bico.

Há que se observar, ainda, o sintagma *patre militari* (filho de soldado) associado a *Quintus Modius*. Assim, o texto de Varrão, para além da sugestão mais evidente do *cognomen Equiculus*, sugerindo o vínculo rural, em especial com a equinocultura, também aponta para o caráter social tanto da personagem *Q. Modius Equiculus* quanto do tema tratado, uma vez que o clã dos *Modius* tinha o seu lugar político (e econômico!) no seio da sociedade romana. A nosso ver, vão-se desenhando, a partir da apresentação

¹⁴⁹ Do original: *Echoes of Socrates' guardians perhaps also appear in the discussion of horses and dogs. For instance, just as Socrates details the necessary physical qualities of the guardians by discussing the brave and spirited natures of well-bred horses and dogs (375a–b), so the speaker Lucienus notes that signs of an equus bonus include the horse's competitive spirit in the pasture or race and his boldness in crossing a river without looking back (2.7.6). An even closer parallel to the Republic is found in the instruction to expose the colt to the sight and sound of the harness so that it does not get frightened when he must put it on (2.7.12; cf. R. 413d). Finally the emphasis on the importance of having both "fierce" (*acres*) and "gentle" (*placidos*) horses for different jobs (2.7.15) is reminiscent of Socrates' emphasis on finding guardians that are both fierce to the enemy and gentle to their own flock (e.g. R. 375c). Tradução nossa.*

¹⁵⁰ Como observa Trevizam (2010, p. 238), “Portanto, de uma forma nunca de todo esquecida pelos romanos antigos, a Cidade tivera origens humildes e rurais, o que, em alguma medida, acabou-se por refletir concretamente em sua língua e cultura. O próprio Varrão, em passagem esclarecedora do *De Re Rustica* II, menciona que os latinos tinham ‘muitos *nomes* provenientes dos dois tipos de rebanho, o maior e o menor (do menor, Pórcio, Ovínio e Caprílio; mas, do maior, Equício, Táurio e Asínio)’, bem como *cognomes* de mesma origem, ‘a exemplo dos Ânios *Capras*, dos Estatílios *Tauros* e dos Pompônios *Vitulos*’”.

dessa personagem, os caminhos de interpretação do texto, podendo esta aliar-se a relações político-econômicas da época em questão.

Assim, em consonância com o exposto no capítulo anterior,¹⁵¹ propomos um olhar mais atento para algumas nuances da *ordo equester* durante a República.

Os homens cavaleiros, *equites equo publico*, que dispunham literalmente de um cavalo, eram membros de uma das duas ordens oficiais do mundo romano. Na pirâmide social, os *equites* ocupavam os primeiros andares de cima. Sua fortuna deveria estar acima de 400 mil sestércios,¹⁵² o que lhes permitia viver com certo conforto e até dedicar-se ao ócio.¹⁵³ Embora não tivessem o prestígio de que dispunham os senadores, que ocupavam os mais altos cargos das magistraturas, os *equites* contavam também com grande reconhecimento na sociedade romana.¹⁵⁴

Leonard (2004, p. 1) aponta que a ordem equestre era majoritariamente formada por grandes homens do comércio, preferindo a economia privada à vida política. Essas características os diferenciavam dos senadores, geralmente homens públicos que viviam quase exclusivamente dos frutos da terra, embora os *equites* também contassem com a terra para a soma de suas riquezas. Brunt e Carme (1967), por outro lado, discordam dessa tão acentuada divisão entre as duas ordens mesmo na República:

Argumentei que os próprios *equites* eram geralmente proprietários de terra e poucos entre eles, ou mesmo nenhum, deviam sua riqueza ao comércio ou à indústria, à medida que essas atividades se diferiam dos empréstimos usurários e das convenções públicas. Acrescentei que não havia nenhuma prova suficiente que nos permitisse pensar que os *equites* procuravam, por motivos comerciais, obrigar o Senado a praticar uma política - à qual este grupo se opunha - de expansão do Império. (BRUNT e CARME, 1967, p. 1091)¹⁵⁵

Os autores argumentam que o fato de os *equites* serem recrutados para o Senado, em caso de necessidade, é uma prova de que essa ordem não era completamente

¹⁵¹ Referimo-nos à aproximação do universo do outro, como recomenda Vasconcellos (2007).

¹⁵² Giordani (1968, p. 191); Brunt e Carme (1967, p. 1097); Leonard (2004, p. 1).

¹⁵³ Nota-se que poetas elegíacos, por exemplo, eram predominantemente da ordem equestre (LEONARD, 2004, p. 1-2).

¹⁵⁴ Avellar (2015, p. 158) aponta que o eu poético dos *Tristia* de Ovídio, comentando sobre aspectos particulares da sua vida, diz pertencer à ordem equestre (*Tristia*, IV, 10, 7-8; IV, 2, 15-16; II, 109-116). Além disso, a estudiosa lembra que os poetas elegíacos se apresentavam como pertencentes à ordem equestre, o que justificaria sua dedicação ao *otium*, dadas as boas condições materiais daquele estamento.

¹⁵⁵ Do original: *Je soutenais que les équités eux-mêmes étaient généralement propriétaires terriens et que peu d'entre eux, sinon aucun, devaient leur richesse au commerce et à l'industrie, dans la mesure où ces activités se distinguent du prêt usuraire et des conventions publiques. J'ajoutais qu'il existait aucune preuve suffisante permettant de penser qu'ils cherchaient pour des motifs commerciaux à contraindre le sénat à pratiquer une politique — à laquelle il était opposé — d'expansion de l'Empire.* Tradução nossa.

desinteressada dos negócios públicos, tampouco alheia ao que se passava no âmbito da coisa pública. Além disso, por ocuparem cargos no tribunal, os cavaleiros eram geralmente um obstáculo para os membros da ordem senatorial, que preferiam ser julgados pelos seus pares. Assim, embora os *equites* não fossem um grupo tão coeso quanto a ordem senatorial (BRUNT e CARME, 1967, p. 1095), a que estavam submetidos, detinham certo poder e, por isso, eram alvo de conflitos com os senadores.

Sendo ou não a terra a sua principal fonte de renda, é consenso entre os estudiosos que os *equites* dispunham de negócios. Mesmo Brunt e Carme (1967) avaliam que, nessas atividades, os *equites* ocupariam a posição de mandatários ao passo que os senadores dirigiam as atividades. Por essa e outras razões, seria um equívoco supor que os cavaleiros negligenciavam as relações políticas e públicas.

Costa e Venturini (2017, p. 31), em análise das transformações da ordem equestre no período do Principado, observam que a ordem equestre se envolvia em atividades comerciais e “na constituição de sociedades responsáveis pela coleta de impostos”, passando a integrar, aos poucos, “os quadros administrativos do Principado juntamente com membros da ordem senatorial” (COSTA & VENTURINI, 2017, p. 31).

Assim, observa-se que o dinamismo econômico dos *equites* era muito maior do que o dos senadores, o que possivelmente lhes garantia um mais profundo entendimento dos negócios e burocracias, seja da República, seja do Império. A ordem equestre foi um grupo mais heterogêneo do que aquele diretamente acima de si.

Os membros da ordem senatorial, todavia, tinham os principais e mais altos cargos, e poucos eram, durante a República, os *equites* que ascendiam a uma posição de maior prestígio, tornando-se senadores (BRUNT e CARME, 1967, p. 1091). Em sua descrição sobre a criação dos cavalos, Varrão parece aludir a essa posição mediana dos *equites*, que, embora reconhecidos, não covinha que fossem grandes para além da necessidade:

“Quanto ao físico, é preciso que eles sejam medianamente grandes, pois não convém serem enormes nem pequenos, mas é preciso escolher as éguas de ancas e ventres largos; os cavalos que quiseres destinar à cobertura, corpulentos, belos, em parte alguma do corpo desproporcionados”.¹⁵⁶

¹⁵⁶ Do original: *De forma esse oportet magnitudine modica, quod nec uastos nec minutos decet esse, equas clunibus ac uentribus latis. Equos, ad admissuram quos uelis habere, legere oportet amplo corpore, formosos, nulla parte corporis inter se non congruenti.* Varrão, *De Re Rustica* II, VII. Trad. Matheus Trevizam.

Atentemo-nos ao sintagma *magnitudine modica* (medianamente grandes), em especial à palavra *modica* (moderado), cuja raiz, *modus*, carrega, como valor semântico, a boa medida. O tamanho físico dos animais provavelmente seria equiparado ao prestígio político e econômico dos *equites* na República tardia, os quais, embora dispusessem de fortuna e certo poder, eram limitados pela supremacia da ordem senatorial. A relação entre as duas ordens (*concordia ordinum*) parece-nos também ter uma justa medida entre conflitos de interesses e proteção. Ainda segundo Brunt e Carme (1967, p. 1090), senadores e cavaleiros uniam-se em favor dos interesses mútuos, principalmente no que diz respeito à proteção da propriedade e do lucro. Assim, tanto os *equites* toleravam a supremacia dos senadores, quanto estes entendiam depender, em certa medida, da força, dinamismo econômico e poder jurídico daqueles.

Varrão apresenta-nos, ainda, uma referência a essa diversidade de que se ocupava a ordem da cavalaria romana:

“Como alguns cavalos são próprios para a lida militar, outros para o transporte, outros para a cobertura, outros para as corridas, não devem ser considerados e avaliados do mesmo modo. E assim, um especialista na guerra escolhe, alimenta e ensina uns; diversamente, um condutor de quadriga e um acrobata; mas não pensa o mesmo quem deseja ter cavalos de carga para a sela ou a carroça e quem os deseja para a lida militar, pois, assim como desejam tê-los impetuosos lá junto dos acampamentos, nas vias, pelo contrário, preferem tê-los mansos”.¹⁵⁷

É interessante observar que, nesse trecho (bem como ao longo de todo o capítulo), o criador de cavalos tem total controle sobre os animais, criando-os para fins específicos e de seu interesse. Curiosamente, o Estado romano, durante a República, dispunha da ordem equestre de maneira semelhante. Alföldy (1996, p. 75), sobre o surgimento da ordem equestre, mostra-nos que, após a Segunda Guerra Púnica, não apenas nas mãos dos membros da aristocracia estavam as riquezas do então jovem domínio romano. As possibilidades de negócios e exploração no Mediterrâneo fizeram nascer um próspero

¹⁵⁷ Do original: *Equi quod alii sunt ad rem militarem idonei, alii ad uecturam, alii ad admissuram, alii ad cursuram, non item sunt spectandi atque habendi. Itaque peritus belli alios eligit atque alit ac docet; aliter quadrigarius ac desultor; neque idem qui uectorios facere uult ad ephippium aut ad raedam, quod qui ad rem militarem, quod ut ibi ad castra habere uolunt acres, sic contra in uiis habere malunt placidos. Propter quod discrimen maxime institutum ut castrentur equi.* Varrão, *De Re Rustica* II, VII. Trad. Matheus Trevizam.

estamento que, pouco a pouco, definiu-se como um “*ordo* à parte no estamento equestre romano”, o que, mais tarde, terminou por consolidar-se como a ordem equestre:

Já a partir da Segunda Guerra Púnica, se fez notória a relevância desta camada social. Pessoas ricas constituíram sociedades empresariais e prestaram sua ajuda ao estado romano, tomando a seu cargo distintos serviços públicos (Liv. 23, 49, 1 s. e 24, 18, 10). Essas sociedades (*societates publicanorum*) se encarregavam da manutenção do exército ou da realização de obras públicas, como a construção ou reparo de edifícios, calçadas e pontes; alugavam a exploração de minas do Estado, a cobrança de taxas aduaneiras e a arrecadação de impostos, de tal forma que nesses ramos econômicos já não era possível prescindir deles. (vid. Liv. 45,18,3) (ALFÖDY, 1996, p. 75)¹⁵⁸

Assim, observa-se que a diversidade de funções de um cavalo, na obra de Varrão, também carrega semelhanças com a variedade de funções públicas dos *equites*. Percebe-se, ainda, que o autor, ao refletir sobre a ordem dos cavaleiros, tradicionalmente detentora de grande fortuna, apresenta-a submetida às necessidades públicas. A natureza (dos cavalos e dos *equites*) é submetida à ordem do proveito econômico (do senhor e do Estado).

Varrão, no *De Re Rustica*, apresenta uma breve discussão sobre essa submissão. Em passagem anterior, a personagem Lucieno diz que “A aquisição de cavalos é quase igual à dos bois e asnos, porque trocam de dono na compra pelos mesmos termos que foram descritos nos atos de Manílio”.¹⁵⁹ Em nota de sua tradução da obra, Trevizam (2012, p. 198) aponta que, ao que tudo indica, a referência é a Mânio Manílio, pretor das Espanhas em 154 a.C. e reconhecido autor jurídico. Assim, no trecho em questão, Varrão faz alusão à esfera jurídica, no que diz respeito ao processo de compra e venda dos animais. Espíndola (1978), em discussão sobre as menções à *emptio* nos textos de Varrão, observa que a venda de cavalos se dava a partir da simples transferência de bens (*traditio*), não sendo necessárias as formalidades contratuais (*mancipatio*) características da República, já em desuso à época de Varrão (ESPÍNDOLA, 1978, p. 34). O autor lembra, ainda, que o *De Re Rustica* de Varrão está longe de ser uma obra com prescrições

¹⁵⁸ Do original: *Ya a partir de la segunda guerra púnica se hizo notoria la relevancia de esta capa social. Personas acaudaladas constituyeron sociedades empresariales y prestaron su ayuda al estado romano tomando a su cargo distintos servicios públicos (Li. 23,49,1 s. y 24, 18,10). Estas sociedades (societates publicanorum) se encargaban del mantenimiento del ejército o de la realización de obras públicas, como el levantamiento o reparación de edificios, calzadas y puentes; tomaban en arriendo la explotación de las minas estatales, el cobro de tasas aduaneras y la recaudación de impuestos, de tal forma que en estos apartados económicos ya no era posible prescindir de ellas* (vid. Liv. 45,18,3). Tradução nossa.

¹⁵⁹ Do original: *Emptio equina similis fere ac boum et asinorum, quod eisdem rebus in emptione dominum mutant, ut in Manili actionibus sunt perscripta.* Varrão, *De Re Rustica* II, VII. Trad. Matheus Trevizam.

jurídicas, havendo apenas “conselhos aos agricultores de seu tempo para precavê-los, apontando a forma de aderir aos sistemas jurisprudenciais vigentes na época”¹⁶⁰ (ESPÍNDOLA, 1978, p. 28).¹⁶¹ Ainda sobre o trecho destacado, é preciso considerar que os cavaleiros romanos (*equites*), podiam ascender à ordem senatorial mediante sua fortuna (ALFÖDY, 1996, p. 69), apresentando-se para a seleção das baixas magistraturas, regra que também se aplicava para a pertença à própria ordem equestre.¹⁶²

O poder econômico do cidadão não era, nem de longe, o único fator para determinar a sua posição na organização romana (FAVERSANI, 1999, p. 54); no entanto, Varrão, ao comentar a venda dos cavalos, aludindo também aos bois e asnos, parece-nos restringir seu discurso a estamentos determinados. Espíndola, em discussão sobre os processos de venda (*emptio*) e a aquisição apresentados no *De Re Rustica* de Varrão, esclarece-nos que, para determinados animais, havia situações distintas:

No entanto, é preciso notar algumas diferenças nos efeitos de compra e venda que aparecem no texto, tendo provocado debates entre os estudiosos. A maior diferença está nos fragmentos que tratam dos asnos e cães em relação com aqueles que falam dos cavalos. No primeiro se diz que a aquisição se faz por venda e entrega (*emptionibus et traditionibus*) como regra geral (*ut ceterae pecudes*) ao passo que, no caso dos cães, fala-se da entrega do primeiro ao segundo dono (*cum priore domino secundo traditus est*). Nesses textos não há nenhuma dúvida de que apenas a venda não garante a posse, devendo esta ser seguida da entrega, sem a qual não há a aquisição do direito indicado, ou, em outras palavras, transferência do primeiro dono ao comprador. Por outro lado, quando Varrão trata dos cavalos, usa termos diferentes e diz “*in emptione dominum mutante*”, ou seja, a compra e venda, por si só, produziria a transferência da posse. (ESPÍNDOLA, 1978, p. 33)¹⁶³

¹⁶⁰ Do original: (...) *consejos a los agricultores de su tiempo para precaverlos, senálándoles la forma de ceñirse a los sistemas jurisprudenciales vigentes entonces*. Tradução nossa.

¹⁶¹ Há que se considerar, de acordo com Espíndola (1978, p. 32), que o fim da República, época em que Varrão compôs o *De Re Rustica*, foi um período de mudanças jurídicas, com algumas fórmulas legais já em decadência, a exemplo da *mancipatio*.

¹⁶² Em reflexão sobre a posse do cavalo público por um cidadão e sua relação com o direito de voto na ordem equestre, Giovannini (2010, p. 362) destaca que, no fim da República, era a fortuna o principal critério para a manutenção de um cidadão nesse estamento. Assim, a sua membresia não dependia do cavalo público, mesmo porque o Estado romano, seguindo um costume, retirava o animal do seu dono tendo este atingido a idade máxima de 50 anos.

¹⁶³ Do original: *Sin embargo hay que notar algunas diferencias en los efectos de la compraventa que resaltan del texto, no que ha dado lugar a discusiones entre los autores. La mayor diferencia está en los fragmentos de los asnos y de los perros en relación con el de los caballos. En el primero se dice que la adquisición se hace por venta y tradición (emptionibus et traditionibus) como regla general (Ut ceterae pecudes) mientras que en el caso de los canes se habla de tradición del primero al segundo dueño (cum a priore domino secundo traditus est). En estos textos no hay ninguna duda de que la venta sola no da el dominio sino que además debe seguirse la tradición, sin la cual no hay adquisición del señalado derecho, o en otras palabras transferencia del primitivo dueño al adquirente. En cambio, cuando Varrón trata de los caballos usa términos diferentes y dice “in emptione dominum mutante”, es decir que la compraventa produciría la transferencia del domino por si sola*. Tradução nossa.

Vale lembrar que o censo romano organizava as ordens senatoriais e equestres a partir das posses de sua membresia, sendo 400.000 sestércios a quantia necessária para que um cidadão possuísse a dignidade de um *eques*, e 1.000.000 para garantir a posição de senador (NICOLET, 1977, p. 742). Nicolet (1977) lembra-nos, ainda, que a fortuna não era a única garantia de um cidadão ter o reconhecimento de que gozavam os membros da ordem equestre, sendo também necessário um prestígio prévio que sustentasse a posição de destaque na sociedade romana, o que o autor chama de “significação nobilitária”. No *De Re Rustica* varroniano, o seguinte trecho, logo antes da descrição do processo de venda, parece também se referir a essa característica:

“É do maior interesse a raça, pois os tipos são muitos. E assim, os que se distinguem são denominados a partir das regiões donde vêm; na Grécia, os cavalos tessálicos pela Tessália; na Itália, os apulianos pela Apúlia e os roseanos de Rósea”.¹⁶⁴

A fortuna, no entanto, era como o primeiro passo para que se recebesse a dignidade equestre (ou qualquer outra, podemos dizer, durante o fim da República romana). O acesso a magistraturas não necessariamente restritas aos *equites*, como o ofício de escriba e arauto, era concedido a cidadãos comuns mediante a aprovação do censor (NICOLET, 1977, p. 739), o que Nicolet chama de uma “vocação equestre”. Assim, o autor sugere que esse tipo de função poderia ser adquirido, mediante pagamento, por um cidadão, ainda que dependesse da aprovação dos censores. Ora, o acesso à decúria dos escribas, cargo essencialmente equestre, seria a porta de entrada para a própria ordem equestre. Assim, consideramos ser possível associar, em alguma medida, essas características da ordem equestre, o reconhecimento prévio e a mudança de estamento social mediante fortuna, à forma como Varrão destaca serem os cavalos os animais que mudam de proprietário mediante a venda, ou seja, à simples troca da mercadoria pelo valor pecuniário. Também é importante destacar o relevo dado pelo autor à questão da origem e raça dos cavalos, característica “da maior importância”, uma vez que o reconhecimento social romano estava fortemente atrelado ao nascimento e origem do cidadão.

¹⁶⁴ Do original: *De stirpe magni interest qua sint, quod genera sunt multa. Itaque ab hoc nobiles a regionibus dicuntur, in Graecia Thessalici equi a Thessalia, in Italia ab Apulia Apuli, ab Rosea Roseani.* Varrão, *De Re Rustica* II, VII. Trad. Matheus Trevizam.

A assimilação com asnos e bois, presente no fim do trecho, também é um ponto a ser considerado, uma vez que o texto varroniano apresenta semelhanças entre estes animais e outros estamentos da sociedade romana (os senadores e os escravos/libertos, como veremos adiante), cujos membros contam com o soldo (ou a absoluta falta dele) para alcançar certa posição.

No trecho imediatamente a seguir, há uma prescrição sobre o valor dos cavalos que disputam no pasto (*in pabulo*) ou em corridas (*in currendo*) com seus companheiros (*cum gregalibus*) a fim de se destacarem (*futuri signa*):

“São prenúncios de um bom cavalo que dispute com os companheiros no pasto em corridas ou algo mais para destacar-se; que, devendo um rio ser atravessado pela tropa, avance entre os primeiros e não olhe para os outros. A aquisição de cavalos é quase igual à dos bois e asnos, porque trocam de dono na compra pelos mesmos termos que foram descritos nos atos de Manílio”.¹⁶⁵

Percebemos nesse trecho certa ambiguidade quando consideramos o contexto histórico da ordem equestre na República romana. Ora, os *equites* romanos ocupavam a maioria dos cargos militares e, como já discutimos, aspiravam ao Senado, ordem a cuja membresia estavam reservadas as mais altas magistraturas:

É importante lembrar que a maior parte dos postos militares eram ocupados por *equites*, dentre esses as prefeituras - que se tornariam, sob o Principado, importantes cargos públicos - e que os *equites* aspiravam a entrar no Senado e foram bem sucedidos em números cada vez maiores, embora raros fossem os senadores que voluntariamente desceriam ao posto de *equites* (BRUNT e CARME, 1967, p. 1095).¹⁶⁶

Assim, não nos parece estranha a associação entre a corrida de cavalos estimulada por Lucieno e o próprio *cursus honorum* romano, uma vez que os *equites*, caso se destacassem seja pela fortuna, seja pelo reconhecimento, também dele participariam.

¹⁶⁵ Do original: *Equi boni futuri signa, si cum gregalibus in pabulo contendit in currendo aliaue qua re, quo potior sit; si, cum flumen traehundum est gregi, in primis progreditur ac non respectat alios. Emptio equina similis fere ac boum et asinorum, quod eisdem rebus in emptione dominum mutant, ut in Manili actionibus sunt perscripta.* Varrão, *De Re Rustica* II, VII. Trad. Matheus Trevizam.

¹⁶⁶ Do original: *Il est cependant important de noter que la plupart des emplois militaires étaient tenus par des equites, y compris les préfectures - qui devaient devenir sous le Principat d'importantes charges publiques - et que les equites aspiraient à entrer au sénat et y parvinrent en nombre de plus en plus grand, alors que rares étaient les sénateurs à descendre de plein gré au rang d'equites.* Tradução nossa.

IV.1.4 - As aves

Os preceitos para a criação de aves no *De Re Rustica* varroniano são carregados de elementos antropomorfizantes. Kronenberg (2009) e Green (1997) apresentam esses elementos e consideram que, também nesse trecho, Varrão faz alusões ao universo dos cidadãos mais distintos e abastados da República.

No início do livro III, Varrão está na companhia do senador Q. Áxio, homem de sua tribo. Como ambos tinham acabado de votar na eleição para edil, e desejavam estar na presença de seu candidato quando este retornasse a casa, Áxio convida Varrão para se sentarem à sombra da *Villa Publica*, a fim de que aguardassem a contagem de votos. Lá chegando, encontram Ápio Cláudio, áugure, na companhia de outros homens igualmente nobres, Cornélio Mérula, Fircélio Pavão, Minúcio Pica e M. Petrônio Passer. Sobre a alusão que os *cognomina* fazem às aves, o próprio Áxio comenta:

“Tendo-nos nós aproximado dele, Áxio disse a Ápio, sorrindo: ‘Tu nos recebes em teu viveiro de aves, onde estás sentado entre pássaros?’”¹⁶⁷

O participio *subridens* (sorrindo) favorece o tom cômico da passagem, em que a personagem sugere se aproximar de um viveiro (*ornithon*). Ora, é nesse ponto que consideramos haver a primeira sugestão à antropomorfização do diálogo no livro III. Ápio, em resposta, diz:

“Eu, na verdade, particularmente a ti, cujas aves apresentadas na mesa a um convidado continuo arrotando. Tu mas serviste poucos dias atrás em tua casa de campo de Reate, quando eu ia ao Lago Velino a propósito das querelas entre os de Interamna e os de Reate. Mas’, disse ainda, ‘não é esta Villa, que nossos ancestrais construíram, mais frugal e melhor do que aquela tua impecável no território de Reate? Acaso em alguma parte vês aqui madeira de cidreira ou ouro? Acaso vermelhão ou pó azul? Acaso algum folheado ou piso de mosaico? Ali, isso tudo é diferente. E, embora esta seja comum a todo o povo, aquela é apenas tua; esta tem para onde venham do Campo cidadãos e os demais homens; aquela, para onde as éguas e os burros; além disso, sendo esta útil para a administração da República, onde se postem as coortes trazidas para a triagem do cônsul, onde apresentem as armas, onde os censores acolham o povo no recenseamento’”.¹⁶⁸

¹⁶⁷ Do original: *Ad quem cum accessissemus, Axius Appio subridens, Recipis nos, inquit, in tuum ornithona, ubi sedes inter aues?.* Varrão, *De Re Rustica* III, II. Trad. Matheus Trevizam.

¹⁶⁸ Do original: *Ille, Ego uero, inquit, te praesertim, quouis aues hospitales etiam nunc ructor, quas mihi apposuisti paucis ante diebus in Villa Reatina ad lacum Velini eunti de controuersiis Interamnatium et Reatinorum. Sed non haec, inquit, uilla, quam aedificarunt maiores nostri, frugalior ac melior est quam tua illa perpolita in Reatino? Nuncubi hic uides citrum aut aurum? Num minium aut armenium? Num quod*

A *Villa Publica*, é interessante observar, era um edifício situado em Roma, no Campo de Marte, “destinado a muitos usos estatais, como a contagem dos cidadãos nos censos e a acolhida dos embaixadores estrangeiros”.¹⁶⁹ Kronenberg (2009, p. 99) sustenta que, no *De Re Rustica* varroniano, há uma inversão nas noções de texto e subtexto tais como foram aplicadas no *Oeconomicus* de Xenofonte. Ora, no *De Re Rustica*, o texto é o pastoreamento, a administração do *fundus*, ao passo que o subtexto se concentra na política romana contemporânea ao autor. Essa perspectiva se observa na superfície do livro III, quando as personagens, situadas num espaço público e de caráter político, discutem a criação de animais na casa de campo. A comparação que faz Ápio entre a *Villa Publica* e a casa de campo contribui, a nosso ver, para uma certa confluência entre esses dois espaços, efeito tão caro para a compreensão do subtexto da obra, qual seja, o aspecto político. A seguir, a personagem sustenta outras diferenças entre os espaços, sendo a principal delas o requinte e o luxo presentes na *Villa Publica*:

“Mas essa tua, naturalmente’, disse Áxio, ‘ao fim do Campo de Marte, é útil e não mais rica em prazeres do que todas as de todos em Reate inteira? A tua, com efeito, é coberta de quadros e, não menos, de estátuas; a minha, contudo, não contém nenhum vestígio de Lisipo ou de Antifilo, mas é abarrotada de lavradores e pastores. E, não sendo ela desprovida de grandes terras nem, por seu bom cuidado, do cultivo, essa tua não tem campo algum, nem boi, nem égua”’.¹⁷⁰

Em seguida, o diálogo se afasta da *Villa Publica* e aproxima-se do universo rural, quando Ápio diz desconhecer do que se trata a casa de campo. A personagem se diz interessada em adquirir uma casa de campo de Seio, no território de Óstia, a qual não conta com animais de pastoreio, bem como não se veem por ali “quadro, nem estátua de bronze ou mármore alguma, e não mais prensas de uvas, jarros de azeite ou mós de lagar”.¹⁷¹ Assim, Áxio e Mérula discutem a respeito das características da casa de campo

emblema aut lithostrotum? Quae illic omnia contra. Et cum haec sit communis uniuersi populi, illa solius tua; haec quo succedant e campo ciues et reliqui homines, illa quo equae et asini; praeterea cum ad rem publicam administrandam haec sit utilis, ubi cohortes ad dilectum consuli adductae considant, ubi arma ostendant, ubi censores censu admittant populum. Varrão, *De Re Rustica* III, II. Trad. Matheus Trevizam.

¹⁶⁹ Como esclarece Trevizam, 2012, p. 269, em nota à tradução do livro III do *De Re Rustica*.

¹⁷⁰ Do original: *Tua scilicet, inquit Axius, haec in campo Martio extremo utilis et non deliciis sumptuosior quam omnes omnium uniuersae Reatinae? Tua enim oblita tabulis pictis nec minus signis; at mea, uestigium ubi sit nullum Lysippi aut Antiphili, at crebra sartoris et pastoris. Et cum illa non sit sine fundo magno et eo polito cultura, tua ista neque agrum habeat ullum nec bouem nec equam.* Varrão, *De Re Rustica* III, II. Trad. Matheus Trevizam.

¹⁷¹ Do original: *nec tamen ibi se uidisse tabulam pictam neque signum aheneum aut marmoreum ullum, nihilo magis torcula uasa indemiatoria aut serias olearias aut trapetas.* Trad. Matheus Trevizam.

e, ao longo desse trecho, são apresentadas algumas categorias: a casa de campo “sem recursos urbanos e sem equipamentos rústicos” (*nec urbana habet ornamenta neque rustica membra*); a casa de campo que conta apenas com elementos rústicos (*simplex rustica*); e a casa de campo que, “em razão das pastagens, são auferidos muitos lucros” (*qua propter pastiones fructus capiuntur magni*). Mérula, no entanto, sugere que é uma casa de campo aquela que, independentemente dos elementos presentes, garante lucro. A personagem, inclusive, brinca, como aponta Green (1997, p. 434), ao comparar as propriedades de Áxio, dizendo que uma delas, porque conta com enfeites, o requinte de trabalhos de estuque e com um único asno — com quem Áxio compartilha a propriedade — é chamada casa de campo. Assim, a conclusão a que se chega é que a casa de campo é aquela propriedade que auferir lucros, não importando se a origem é o pastoreio ou a criação:

“Por quê? Se, por causa das pastagens, tua propriedade de Rósea merece aprovação, e, por ali ser o rebanho apascentado e abrigado, com acerto é chamada de 'casa de campo', por um motivo semelhante também deve ser chamada de 'casa de campo' aquela onde, em razão das pastagens, são auferidos muitos lucros. De que, na verdade, importa se auferes lucros pelas ovelhas ou pelas aves? Acaso é mais doce junto de ti o lucro que vem do gado bovino, donde nascem as abelhas, do que o que vem das abelhas, que, ao lado da casa de campo de Seio, trabalham nas colmeias? E acaso vendes mais caro ao açougueiro os porcos castrados da casa de campo nascidos ali do que Seio os javalis de suas terras ao negociante?”¹⁷²

A discussão a respeito do espaço da *villa*, suas características e a criação nela presente servem de conformação para o subtexto. Ora, ainda que discutam sobre as características da casa de campo (*villa*), qual seja o centro da administração do *fundus*, as personagens continuam no espaço urbano, na *Villa Publica*, à espera do resultado das eleições para uma das mais importantes magistraturas (edilidade). É interessante mencionar o estudo de Agache (1987) a respeito desse espaço: a autora, analisando a imagem da *Villa Publica* estampada em uma emissão monetária de P. Fonteius Capito, 61 a.C., identifica paralelos entre a nova arquitetura da *Villa Publica*, restaurada por César

¹⁷² Do original: *Quid? inquit, si propter pastiones tuus fundus in Rosea probandus sit, et quod ibi pascitur pecus ac stabulatur, recte uilla appellatur, haec quoque simili de causa debet uocari uilla, in qua propter pastiones fructus capiuntur magni. Quid enim refert, utrum propter oves, an propter aues fructus capias? Anne dulcior est fructus apud te ex bubulo pecore, unde apes nascuntur, quam ex apibus, quae ad uillam Sei in aluariis opus faciunt? Et num pluris tu e uilla illic natos uerres lanio uendis, quam hinc apros macellario Seius? Varrão, De Re Rustica III, II. Trad. Matheus Trevizam.*

a partir de 54 a.C, e o livro III do *De Re Rustica* de Varrão. Segundo a autora, Varrão teria se apropriado, em seu texto, de três importantes características daquele edifício:

A primeira observação formulada sobre a importância da Villa diz respeito precisamente a este ponto: ...*haec quo succedant e campo ciues* ... (“É a esta Villa que os cidadãos acedem quando saem da zona do comício”). Trata-se, assim, da sua própria utilidade. Ela serve à administração do Estado de duas maneiras fundamentais: é o lugar onde as tropas se reúnem no momento do dilectus, e onde as armas são revistas; ali também o povo é recebido pelos censores. Ora, cada um desses três componentes de importância cívica, como definido por Varrão — dilectus, censura, conexão com os assuntos eleitorais, respeitando a ordem de exame que nós seguimos —, constitui, ainda que de modo mais ou menos marcante, um tema da atualidade em 55-54. (AGACHE, 1987, p. 222)¹⁷³

A *Villa rustica* e a *Villa Publica* são, a princípio, recintos bastante diferentes. Enquanto o primeiro está a serviço do lucro privado, o segundo serve a interesses coletivos e estatais, como Ápio sugere: “E, embora esta seja comum a todo o povo, aquela é apenas tua; esta tem para onde venham do Campo cidadãos e os demais homens; aquela, para onde as éguas e os burros; além disso, sendo esta útil para a administração da República”.¹⁷⁴ Kronenberg (2009, p. 116) considera a *Villa Publica* ser representada, no *De Re Rustica* de Varrão, como símbolo de uma República ideal. É o que Ápio sugere ao associar a *Villa Publica* ao passado de Roma: “‘Mas’, disse ainda, ‘não é esta Villa, que nossos ancestrais construíram, mais frugal e melhor do que aquela tua impecável no território de Reate?’”.¹⁷⁵ Ora, e as personagens não estariam, do mesmo modo, preceituando uma casa de campo também ideal, adequada à sua função (a criação e o lucro)?

¹⁷³ Do original: *La première remarque formulée sur l'importance de la Villa porte d'ailleurs précisément sur ce point : ... haec quo succedant e campo ciues. . . («c'est à cette Villa qu'accèdent les citoyens lorsqu'ils quittent la zone comitale»). Il s'agit ensuite seulement de son utilité propre. Elle sert de deux manières fondamentales à l'administration de l'État: là se rassemblent les cohortes au moment du dilectus et les armes y sont passées en revue; là encore est accueilli par les censeurs le peuple pour le recensement. Or, chacune de ces trois composantes de son importance civique ainsi définie par Varron – dilectus, censure, connexion avec les enclos de vote, selon l'ordre d'examen que nous allons suivre –, constitue au plus haut point, bien que de façon plus ou moins sensationnelle, un sujet d'actualité en 55-54.* Tradução nossa.

¹⁷⁴ Do original: *Et cum haec sit communis uniuersi populi, illa solius tua; haec quo succedant e campo ciues et reliqui homines, illa quo equae et asini; praeterea cum ad rem publicam administrandam haec sit utilis.* Varrão, *De Re Rustica* III, II. Trad. Matheus Trevizam.

¹⁷⁵ Do original: *Sed non haec, inquit, uilla, quam aedificarunt maiores nostri, frugalior ac melior est quam tua illa perpolitata in Reatino?.* Varrão, *De Re Rustica* III, II. Trad. Matheus Trevizam.

A relação entre a casa de campo e a *Villa Publica* continua quando as personagens tratam do lucro auferido pela primeira. O próprio Varrão, sobre o lucro de sua casa de campo em Reate (sessenta mil sestércios), diz:

“Nessa casa de campo, pois, em que há um viveiro de aves, sei que foram vendidos desse único cinco mil tordos por três denários cada, de modo que tal parte rendeu para a casa de campo sessenta mil sestércios naquele ano, duas vezes tanto quanto rendeu tua propriedade de duzentas jeiras em Reate”.¹⁷⁶

Mais adiante, a personagem acrescenta:

“Mas, para alcançares esse lucro, ser-te-á necessário o banquete ou o triunfo de alguém, como foi outrora o de Cipião Metelo, ou os jantares dos colégios, que, agora, infindáveis, tornam estratosféricos os preços do mercado. Em todos os outros anos, se não esperarás essa soma, confio que não te arruinará o viveiro de aves; e, pelos costumes de hoje, não acontece que te decepciones a não ser raramente. Na verdade, quão raro é o ano em que não se vejam um festim, um triunfo ou não se banquetearem os colégios?”.¹⁷⁷

Nota-se que o lucro garantido pela criação na casa de campo está diretamente relacionado aos infindáveis (*innumerabiles*) banquetes e jantares oferecidos na *Vrbs*, além de algum triunfo. No entanto, Áxio comenta não serem poucos: “‘Mas, devido ao luxo’, disse ele, ‘de certo modo há um banquete diário dentro dos portões de Roma’”.¹⁷⁸ Assim, a criação no campo — o lucro dela auferido — torna-se diretamente dependente do luxo (*luxuria*) urbano. Kronenberg (2009, p. 120) chama a atenção para esse aspecto quando afirma que os lucrativos aviários mencionados por Mérula, a pedido de Áxio, servem a um “luxuoso presente”. Green (1997), sobre a criação de aves prescrita no *De Re Rustica*, comenta:

Estes animais, como o uso de *pastio* (3.2.10-11) deixa claro, são mantidos em “grupos” ou “rebanhos”, como o gado, e assim uma *villa*

¹⁷⁶ Do original: *Atque in hac uilla qui est ornithon, ex eo uno quinque milia scio uenisse turdorum denariis ternis, ut sexaginta milia ea pars reddiderit eo anno uillae, bis tantum quam tuus fundus ducentum iugerum Reate reddit.* Varrão, *De Re Rustica* III, II. Trad. Matheus Trevizam.

¹⁷⁷ Do original: *Sed ad hunc bolum ut peruenias, opus erit tibi aut epulum aut triumphus alicuius, ut tunc fuit Scipionis Metelli, aut collegiorum cenae, quae nunc innumerabiles excandefaciunt annonam macelli. Reliquis annis omnibus si non hanc expectabis summam, spero, non tibi decoquet ornithon; neque hoc accidit his moribus nisi raro ut decipiaris. Quotus quisque enim est annus, quo non uideas epulum aut triumphum aut collegia non epulari?.* Varrão, *De Re Rustica* III, II. Trad. Matheus Trevizam.

¹⁷⁸ Do original: *Sed propter luxuriam, inquit, quodam modo epulum cotidianum est intra ianuas Romae.* Varrão *De Re Rustica* III, II. Trad. Matheus Trevizam.

é agora definida pela equação feita entre o *pecus* de Áxio — o rebanho que, conforme definido até agora, é (a) um asno (b) uma fonte de grande lucro e (c) coproprietário da *villa* — e grupos de ovelhas ou pássaros que também garantem lucro (*magni fructus*). Ainda estamos claramente no domínio dos jogos de palavras e das alusões contemporâneas, mas deixamos de lado a *villa* simbólica, a *res publica*, como propriedade do povo romano? Se considerarmos os dois grupos de Mérula — ovelhas e pássaros — que geram lucro para o proprietário de uma *villa*, encontramos nossa resposta. A conexão das ovelhas com a *Villa Publica* é clara: Varrão e Áxio acabam de vir do *Ovile*, o curral de ovelhas, onde os romanos elegem um edil. Portanto, a *Villa Publica* tem seu rebanho de ovelhas e um curral para elas. Os pássaros podem, a princípio, parecer menos receptivos a tal interpretação — até que nos lembremos daqueles sentados com Ápio. (GREEN, 1997, p. 434)¹⁷⁹

Assim, Green (1997) observa que a *Villa Publica* contava com seu próprio aviário, sendo este um espaço simbólico onde havia homens ilustres (e aves) de grande valor. É preciso retomar o que Santos (2011) discute a respeito da conformação do segundo caso na obra literária. No *De Re Rustica* varroniano, a *Villa Publica* é representada em meio a sucessões de metáforas, a primeira delas, como vimos, quando Áxio se refere às outras personagens como “pássaros”. Uma outra, apontada por Green (1997), refere-se ao antigo local de votação dos romanos nos *comitia centuriata et tributa*, então conhecida como *Ovile*. O segundo caso, assim, evidencia-se ao longo do trecho. E a *Villa Publica* torna-se não apenas um espaço absolutamente urbano, mas parece imiscuir-se, pelo diálogo, no universo rural. Ora, a nossa hipótese do espelho alegórico nos parece, aqui, adequada. O reflexo da *Villa Publica* está aqui subvertido, distorcendo-se de modo a parecer refletir outra coisa.

Também Kronenberg (2009, p. 119) comenta a aproximação da casa de campo com o universo urbano (e político). A autora, aproximando o *De Re Rustica* varroniano do *De Republica* de Cícero, lembra que, assim como Cipião (*Rep.* 1, 44) discursa sobre três tipos de governo (monarquia, aristocracia e democracia), também Mérula apresenta três formas de *pastio villatica* (viveiros de aves, criadores e tanques de peixes), dividindo cada tipo em dois modelos, superior e inferior: “Em todos esses três tipos, há dois passos:

¹⁷⁹ Do original: *These, as the use of pastio (3.2.10-11) makes clear, are animals kept in “flocks” or “herds”, like cattle, and thus a villa is now further defined by the equation made between Axius’ pecus – the herd that as defined so far is (a) an ass (b) a source of great profit and (c) co-owner of the villa – and flocks of sheep or birds which also make a profit (magni fructus). We are clearly still within the realm of wordplay and contemporary allusions, but have we left behind the symbolic villa, the res publica as the estate of the Roman people? If we consider Merula’s two flocks? sheep and birds – that create a profit for the owner of a villa, we find our answer. The connection of sheep with the Villa Publica is of course clear: Varro and Axius have just come from the Ovile, the sheep pen, where the Romans are voting for an aedile. So the Villa Publica does have its flock of sheep, and a sheep pen for them. Birds might at first seem less amenable to such an interpretation – until we remember those sitting with Appius.* Tradução nossa.

o dos anteriores, pela frugalidade antiga, e o dos posteriores, agregado pelo luxo subsequente”.¹⁸⁰

Convencidos de que o espaço da *Villa Publica* no livro III não é um descompromissado cenário para o diálogo, mas sim uma sugestão alegórica que une o meio urbano e rural, avancemos para a parte da nossa interpretação que vê não apenas as personagens presentes na cena como “pássaros”, mas sim os pássaros dos viveiros como homens:

Mas, como penso que preferes, Áxio, falarei daquilo que fazem com vistas ao lucro, e donde, não onde, tomam-se os tordos gordos. Portanto, faz-se uma grande abóbada ou uma colunata coberta por telhas ou por uma rede, onde possam encerrar alguns milhares de tordos e melros. Alguns, a isso, ainda juntam também outras aves que, depois de engordadas, são vendidas caro, como as hortulananas e codornizes. Convém que chegue água a esse abrigo por um cano, que ela, de preferência, difunda-se por canais estreitos que se possam facilmente limpar (na verdade, se a água fica muito espalhada ali, com maior facilidade se suja e com menor proveito se bebe) e que a umidade excedente, a derramar-se deles, saia por outro cano, para não sofrerem as aves com o lodo.¹⁸¹

A estrutura do aviário, descrita por Mérula, carrega algumas semelhanças com a *domus* romana. Leão (2018, p. 88-89), em estudo sobre a estrutura arquitetônica da *domus*, apoiada nas descrições de Vitruvius, aponta que o peristilo era uma “espécie de pátio descoberto, cercado por uma colunata alpendrada, em que os ambientes de entorno são destinados ao uso da família ou à recepção de convidados mais íntimos”. Um pouco adiante, a autora complementa que as salas de jantar eram geralmente situadas em torno do peristilo. Já o acesso à água, garantido por um cano (*fistulam*), permite aos pássaros o mesmo conforto de que dispunham os cidadãos romanos.

É importante notar que tratamos aqui de um elemento arquitetônico presente nas casas daqueles romanos mais abastados, muito diferentes das *insulae*, complexos habitacionais que contavam com vários quartos destinados à plebe. A *domus* romana

¹⁸⁰ Do original: *Omnibus tribus his generibus sunt bini gradus; superiores, quos frugalitas antique, inferiores, quos luxuria posterior adiecit.* Varrão, *De Re Rustica* III, III. Trad. Matheus Trevizam.

¹⁸¹ Do original: *Sed quod te malle arbitror, Axi, dicam de hoc quod fructus causa faciunt, unde, non ubi, sumuntur pingues turdi. Igitur testudo, aut peristylum tectum tegulis aut rete, fit magna, in qua milia aliquot turdorum ac merularum includere possint, quidam cum eo adiciant praeterea aves alias quoque, quae pingues ueneunt care, ut miliariae ac coturnices. In hoc tectum aquam uenire oportet per fistulam et eam potius per canales angustas serpere, quae facile extergeri possint (si enim late ibi diffusa aqua, et inquinatur facilius et bibitur inutilius), et ex eis caduca quae abundat per fistulam exire, ne luto aves laborent.* Varrão, *De Re Rustica* III, V. Trad. Matheus Trevizam.

contava, além do átrio, com espaços destinados ao jantar, à recepção de clientes, com a cozinha e outros cômodos que garantiam tanto o conforto quanto a ostentação do luxo do *pater familias*.

Mérula prossegue na descrição do aviário:

“Que tenha uma porta baixa, estreita e antes daquele tipo a que chamam *coelia*, como costuma haver no fossado onde, de ordinário, lutam os outros; poucas aberturas, pelas quais não vejam fora árvores ou aves, porque a visão e a falta delas fazem definharem os pássaros fechados. Convém que o espaço tenha luz suficiente para que as aves possam ver onde pousam, onde está o alimento e onde está a água”.¹⁸²

Um pouco adiante:

“Em volta das paredes desse edifício, por dentro, que haja muitos paus, onde as aves possam pousar e, além disso, bastões inclinados do chão para a parede; presos a estes, outros bastões atravessados em degraus, a curtos intervalos, como as balaustradas do teatro e do circo”.¹⁸³

Green (1997, p. 443) comenta, sobre o trecho em questão, que o aviário varroniano seria um confinamento fisicamente confortável, mas espiritualmente perturbador. “Assim como em Roma, há [no aviário] um teatro; comida e água são fornecidas em abundância, como em Roma; mas não há saída. Os pássaros estão em *huis clos*. Os leitores podem tirar suas próprias conclusões”.¹⁸⁴ Kronenberg (2009, p. 121) acrescenta que o aviário de Mérula, embora protegido do mundo exterior, não o está do seu verdadeiro predador: o proprietário. Pois é o proprietário o responsável pela edificação luxuosa, pelas garantias e segurança das aves; também é o proprietário quem decidiu ser melhor para essas aves não ter nenhum contato com o mundo exterior.

Kronenberg (2009, p. 122) pontua, ainda, que a interpretação de Green parece restrita ao aviário de Mérula, não havendo distinção entre este espaço e o aviário proposto

¹⁸² Do original: *Ostium habere humile et angustum et potissimum eius generis, quod cocliam appellant, ut solet esse in cauea, in qua tauri pugnare solent; fenestras raras, per quas non uideantur extrinsecus arbores aut aues, quod earum aspectus ac desiderium marcescere facit uolucres inclusas. Tantum locum luminis habere oportet, ut aues uidere possint, ubi assidant, ubi cibus, ubi aqua sit.* Varrão, *De Re Rustica* III, V. Trad. Matheus Trevizam.

¹⁸³ Do original: *Circum huius aedifici parietes intrinsecus multos esse palos, ubi aues assidere possint, praeterea perticis inclinatis ex humo ad parietem et in eis transuersis gradatim modicis interuallis perticis adnexis ad speciem cancellorum scaenicorum ac theatri.* Varrão, *De Re Rustica* III, V. Trad. Matheus Trevizam.

¹⁸⁴ Do original: *There is a theater, as in Rome; basic food and water are supplied in abundance, as in Rome; but there is no way out. The birds are in a huis clos. Readers could draw their own conclusions.* Tradução nossa.

por Varrão, que não teria fins lucrativos, diferente “em vários aspectos importantes”. De fato, podemos chamar a atenção para o convite que Ápio faz a Varrão: “Fala daquele outro tipo de viveiro de aves, que se diz formado por ti próximo a Casino para distrair (...)”.¹⁸⁵ Ora, propõe-se, ali, a apresentação de um *alterum genus ornithonis*. Kronenberg propõe que o aviário varroniano, mais do que uma discussão política, seria um elogio à vida contemplativa (*otium*):

Quando Varrão descreve o seu próprio aviário, o simbolismo literário se intensifica. Varrão primeiro compara explicitamente a forma de seu aviário a uma “tábua de escrever” (*tabulae litterariae*, 3.5.10) e então continua a metáfora da escrita descrevendo uma *ambulatio* que está inscrita na parte inferior da “tábua” (3.5.11). Os pássaros que povoam o aviário evocam a poesia e, em particular, a natureza multigenérica da produção literária de Varrão: ele, duas vezes, diz que ali estão pássaros “de toda espécie” (*omnigenus*, 3.5.11 e 3.5.14), embora ele destaque que a maioria são “pássaros canoros” (*cantrices*), como “rouxinóis” (*lusciniolae*) e “melros” (*merulae*) (3.5.14). O rouxinol é um símbolo da poesia, enquanto a inclusão de *merulae* incentiva o efeito de espelho desse aviário, uma vez que o diálogo de Varrão também contém um Mérula. Assim, seu aviário pode ser interpretado como uma *mise en abyme*, ou uma imagem de seu diálogo em miniatura. Os pássaros de Varrão também participam do teatro e do simpósio, talvez sinalizando os aspectos dramáticos, filosóficos e menipeanos da sua obra. Há um pequeno teatro de pássaros dentro do aviário (*theatridion avium*, 3.5.13), e os pássaros são descritos como “convidados” (*convivae*) em um jantar (3.5.14-15). Varrão oferece entretenimento para seus pássaros não para engordá-los ou distraí-los de suas mortes iminentes, mas porque o prazer, e não o lucro, é o objetivo do aviário, e o prazer é tido como distintamente artístico e intelectual. (KRONENBERG, 2009, p. 122)¹⁸⁶

¹⁸⁵ Do original: *tu dic illud alterum genus ornithonis, qui animi causa constitutus a te sub Casino fertur (...)*. Varrão, *De Re Rustica* III, V. Trad. Matheus Trevizam.

¹⁸⁶ Do original: *When Varro describes the aviary itself, the literary symbolism intensifies. He first explicitly compares the shape of his aviary to a “writing tablet” (tabulae litterariae, 3.5.10) and then continues the writing metaphor by describing an ambulatio which is inscribed at the bottom of the “tablet” (3.5.11). The birds which populate the aviary evoke poetry and particularly the multigeneric nature of Varro’s literary production: he twice says that birds “of every kind” (omnigenus, 3.5.11 and 3.5.14) are within, though he specifies that most of them are songbirds (cantrices), such as nightingales (lusciniolae) and blackbirds (merulae) (3.5.14). The nightingale is a frequent symbol of poetry, while the inclusion of merulae encourages the mirroring effect of this aviary since Varro’s dialogue, too, contains a Merula. Thus, his aviary might be interpreted as a mise en abyme, or an image of his dialogue in miniature. Varro’s birds also take part in the theater and symposium, perhaps signaling the dramatic, philosophical, and Menippean aspects of Varro’s work. There is a little bird theater within the aviary (theatridion avium, 3.5.13), and the birds are described as “guests” (convivae) at a dinner party (3.5.14–15). Varro provides entertainment for his birds not in order to fatten them up or distract them from their impending deaths, but because pleasure and not profit is the goal of the aviary, and the pleasure is of a distinctly artistic and intellectual kind. Tradução nossa.*

Aspecto importante também observado por Kronenberg (2009, p. 123) diz respeito à própria estrutura do aviário varroniano. Diferentemente do que propõe Mérula, Varrão substituiu as paredes por redes, possibilitando, assim, que os pássaros vejam o mundo exterior: “Entre as colunas exteriores, há redinhas de corda em vez de paredes, de modo que se possa olhar para o bosque e ser visto o que está lá, mas não as aves atravessarem-nas”.¹⁸⁷ Um pouco adiante, a descrição do aviário termina com a menção de um sistema que permite saber de que lado o vento sopra (KRONENBERG, 2009, p. 123), além de um relógio:

“Dentro, sob o *tholos*, há a Estrela da manhã durante o dia e a Estrela da tarde durante a noite, e circulam na parte inferior do hemisfério e se movem de modo a indicar que horas são. Ao meio do mesmo hemisfério, em torno de um eixo, está o anemômetro dos oito ventos, como no relógio de Atenas, feito pelo homem de Cirros; aí, um ponteiro que se projeta do eixo para o anemômetro de tal forma se move que toca o vento que sopra, para que dentro se possa saber”.¹⁸⁸

A autora sugere que, embora os pássaros de Varrão estejam também presos, eles não serão mortos pelo lucro, e podem, ainda, observar o mundo exterior. Além disso, o conhecimento chega ao viveiro. Assim, em uma analogia com a caverna de Platão, Kronenberg (2009, p. 124) comenta que, apesar de os pássaros de Varrão serem privados de sua liberdade, ao menos podem ver a luz. Logo, o aviário de Varrão seria uma alternativa para uma vida de privação da liberdade. Embora a vida urbana conduzisse os cidadãos a uma série de obrigações e restrições, o *otium* seria uma forma de “alívio”, que, se não garante a liberdade literal, ao menos o prazer contemplativo e o conhecimento.

Green, a respeito do aviário varroniano, também sugere a privação da liberdade. Segundo o autor:

Os pássaros de Varrão podem ver o mundo exterior; não podem voar para lá, mas estão bem entretidos e todas as suas necessidades são supridas. A liberdade natural é sua somente se você não for capturado. ‘Para quem antes concedia o *imperium*, os *fasces*, as legiões, tudo, agora se restringe e espera ansiosamente duas coisas: o pão e o circo’

¹⁸⁷ Do original: *Inter columnas exteriores pro pariete reticuli e neruis sunt, ut prospici in siluam possit et quae ibi sunt uideri neque auis ea transire.* Varrão, *De Re Rustica* III, V. Trad. Matheus Trevizam.

¹⁸⁸ Do original: *Intrinsecus sub tholo stella lucifer interdium, noctu hesperus, ita circumeunt ad infimum hemisphaerium ac mouentur, ut indicent, quot sint horae. In eodem hemisphaerio medio circum cardinem est orbis uentorum octo, ut Athenis in horologio, quod fecit Cyrrestes; ibique eminens radius a cardine ad orbem ita mouetur, ut eum tangat uentum, qui flet, ut intus scire possis.* Varrão, *De Re Rustica* III, V. Trad. Matheus Trevizam.

(Juvenal, 10.78-81). O aviário de Varrão afirma a mesma coisa um século antes.¹⁸⁹

Assim, apesar das diferentes perspectivas a respeito do aviário varroniano, a ideia de prisão está presente em ambas as interpretações. No entanto, é preciso considerar que a leitura de Green aponta em uma direção política, principalmente no que diz respeito à época de composição do texto. Segundo o autor, o livro III, que teria sido escrito entre 37 e 36 a.C., quando Marco Antônio e Cleópatra já tinham um romance e Augusto se estabelecia e a República terminava, retrata eventos do ano 50 a.C., na última eleição para edil (Green, 1997, p. 432). Assim, Varrão atentaria para uma carência da cidade, qual seja, a liberdade, além da perda dos valores e modo de vida rústicos. Os cidadãos dos estamentos mais elevados aceitariam trocar esses elementos pela garantia de luxo e conforto. Daí a relação que Green faz entre esse aspecto e as palavras de Juvenal.

IV.1.5 As abelhas

Kronenberg (2009, p. 125), em sua análise a respeito do Livro III do *De Re Rustica* varroniano, apresenta algumas perspectivas do emprego das abelhas na tradição, tal como no *Oeconomicus* de Xenofonte, em que Iscômaco aconselha à esposa que a casa deve ser cuidada tal como se cuida de uma colmeia (*Oec.* 7.32-34), ou a comparação que Platão faz entre os reis-filósofos com os líderes da colmeia (520b). No que diz respeito à cultura romana, a autora sustenta que Cícero provavelmente tenha feito essa comparação na *Republica*, em trecho perdido (KRONENBERG, 2009, p. 125). A autora, no entanto, aponta a menção que Cícero faz às abelhas no *De officiis*:

Do mesmo modo que os enxames não se agrupam em razão da produção de favos, mas sim porque seus agrupamentos são naturais - e daí se produzem favos -, assim também os homens — estes ainda mais! —, agrupados pela própria natureza, aprimoram sua habilidade de agir e discernir. E assim, a não ser que aquela virtude, que vem da vigilância dos homens, isto é, das alianças humanas, possibilite o conhecimento das coisas, esse conhecimento pareceria vazio e solitário — tal como a grandeza de uma alma, estando distante da comunidade, sem a união

¹⁸⁹ Do original: *Varro's birds can see the outside world; they cannot fly there, but they are well entertained and all their needs are supplied. Natural liberty is yours only if you are not caught. "For those who once granted imperium, the fasces, legions, everything, now restrain themselves and anxiously await two things: bread and circuses"* (Juvenal 10.78-81). *Varro's aviary makes the same point a century earlier.* Tradução nossa.

humana, tornar-se-á feroz e cruel. Sendo assim, a sociedade e a comunidade dos homens promovem a dedicação ao conhecimento.¹⁹⁰

No trecho acima, Cícero apresenta uma comparação entre as sociedades humanas e as colmeias de abelhas, sustentando que ambas as espécies são dependentes do grupo, sendo as suas virtudes (os favos ou o conhecimento) possíveis apenas quando os indivíduos estão inseridos no grupo. Como sustenta Kronenberg (2009, p.125), a perspectiva positivista com relação ao modo de vida das abelhas é uma tradição para a teorização política de estados perfeitos. Ora, sendo as abelhas animais tão produtivos e organizados, tal perspectiva não nos parece estranha.

Varrão, em seu diálogo, inicialmente aparenta repetir esse olhar para a organização das colmeias e o modo de vida das abelhas. No Livro III do *De Re Rustica*, a personagem Ápio afirma:

As abelhas não têm natureza solitária, como as águias, mas são como os homens. Se nesse ponto também se igualam aos gaios, por outro lado não é o mesmo: aqui, há partilha do trabalho e das casas que não há ali, aqui há inteligência e técnica, com que aprendem a produzir, a construir e a armazenar o alimento. Três, com efeito, são suas obras: comida, casa, trabalho, e não é a cera o mesmo que o alimento, nem que o mel, nem que a casa.¹⁹¹

No trecho acima, a personagem, elogiando a técnica (*ars*) e o engenho (*ratio*) das abelhas e a organização do trabalho na colmeia, diz que esses animais são como os homens (*ut homines*). Um pouco adiante, Ápio acrescenta:

São como as cidades dos homens, pois aqui há um rei, poder e sociedade. Todas as coisas limpas as atraem. E assim, nenhuma delas se assenta em local sujo ou no que cheira mal, nem, ainda, no que recende a bom perfume.¹⁹²

¹⁹⁰ Do original: *Atque ut apium examina non fingendorum fauorum causa congregantur, sed cum congregabilia natura sint, fingunt fauos, sic homines, ac multo etiam magis, natura congregati adhibent agendi cogitandique sollertiam. Itaque, nisi ea uirtus, quae constat ex hominibus tuendis, id est ex societate generis humani, attingat cognitionem rerum, soliuaga cognitio et ieiuna uideatur, itemque magnitudo animi remota communitate coniunctioneque humana feritas sit quaedam et immanitas. Ita fit, ut uincat cognitionis studium consociatio hominum atque communitas.* Cícero, *De officiis*, I,57. Tradução nossa.

¹⁹¹ Do original: *Apes non sunt solitaria natura, ut aquilae, sed ut homines. Quod si in hoc faciunt etiam graculi, at non idem, quod hic societas operis et aedificiorum, quod illic non est, hic ratio atque ars, ab his opus facere discunt, ab his aedificare, ab his cibaria condere. Triam etiam harum: cibus, domus, opus, neque idem quod cera cibus, nec quod mel, nec quod domus.* Varrão, *De Re Rustica* III, XVI. Trad. Matheus Trevizam.

¹⁹² Do original: *Haec ut hominum ciuitates, quod hic est et rex et imperium et societas. Secuntur omnia pura. Itaque nulla harum adsidit in loco inquinato aut eo qui male oleat, neque etiam in eo qui bona olet unguenta.* Varrão, *De Re Rustica* III, XVI. Trad. Matheus Trevizam.

Nesse trecho, é evidente a comparação que Ápio faz entre as colmeias e a sociedade humana. Para isso, a personagem aponta a presença de um líder tanto nas colmeias quanto na comunidade humana. No entanto, nota-se um aspecto particular (e muito caro!) da romanidade: a justa medida. Segundo Novak (1999), foi entre o fim do século II e início (ou meados) do século I que a corrente epicurista encontrou lugar entre os romanos: “A filosofia do Jardim, que, segundo parece, atingiu primeiro o povo, chega à aristocracia, e muitos são os romanos epicuristas” (NOVAK, 1999, p. 262). Assim, não é de se espantar que Varrão, um erudito de sua época, tenha feito em sua obra menções à doutrina de Epicuro. Ao dizer que nenhuma das abelhas “se assenta em local sujo ou no que cheira mal, nem, ainda, no que recende a bom perfume”, o autor sugere que esses animais vivem sob a égide da “ataraxia”, pois não se rendem a um recinto insalubre, mas também não se apegam ao luxo do bom perfume.

A título de exemplificação, deixamos alguns versos de Horácio, uma das vozes do epicurismo em Roma:

Tu viverás mais corretamente, Licínio, se não
perseguires nem o alto mar e nem,
cauteloso, temendo as tempestades,
muito te apressares para o litoral acidentado.

Quem quer que ame a justa medida,
afasta-se, moderado, da sordidez
de uma morada obsoleta,
e, sóbrio, afasta-se também da invejável mansão.¹⁹³

É possível ver a semelhança entre o modo de vida que Horácio propõe a Licínio e a descrição que Ápio faz das abelhas, no que diz respeito à moderação, à justa medida, como padrão da boa conduta. Afinal, “(...) nenhuma delas se assenta em local sujo ou no que cheira mal, nem, ainda, no que recende a bom perfume”, diz o apicultor sobre as abelhas. Este trecho muito se assemelha aos dizeres de Horácio: “(...) afasta-se, moderado, da sordidez de uma morada obsoleta, e, sóbrio, afasta-se também da invejável mansão”.

No trecho seguinte, ainda em elogio à comunidade das abelhas, Ápio discorre sobre um aspecto particularmente interessante para a nossa análise: o trabalho.

¹⁹³ Do original: *Rectius uiues, Licini, neque altum / semper urgendo neque, dum procellas / cautus horrescis, nimium premendo / litus iniquum. / Auream quisquis mediocritatem / diligit, tutus caret obsoleti / sordibus tecti, caret inuidenda / sobrius aula.* Hor. *Odes*, II, 10, vv. 1 – 8. Tradução nossa.

Seguem seu rei para onde quer que vá; cansado, auxiliam; se não pode voar, carregam nas costas, porque desejam salvá-lo. Nem elas mesmas são ociosas nem deixam de odiar os inertes. E assim, expulsam de junto delas os zangões perseguindo, porque não ajudam e consomem mel; fazendo eles muito barulho, mesmo poucas, perseguem grande número deles.¹⁹⁴

Nesse trecho, a personagem apresenta a subserviência das abelhas ao seu rei, pois o carregam nas costas, e ao trabalho, pois não são ociosas e odeiam os inertes. No entanto, há que se observar a motivação: o mel. Os zangões, que consomem o mel e não ajudam na sua produção, são expulsos da colmeia. A vida na colmeia tem um preço: a produção.

Um pouco adiante, Ápio fala sobre a organização das abelhas:

Todas vivem como no exército, dormem e trabalham igualmente em turnos; também enviam como que colônias, e seus chefes dão certas ordens com a voz como se imitassem uma trombeta. Agem assim quando têm sinais de paz e de guerra entre si.¹⁹⁵

Antes de prosseguirmos com nossa análise, é importante apresentar o discurso de Mérula sobre as abelhas. Atentemos, pois, ao que o próprio Áxio sugere: “Mas, Mérula, para que não emagreça o nosso Áxio enquanto ouve essas explicações naturais, porque nada falei dos rendimentos, agora entrego a ti as tochas da corrida”.¹⁹⁶ Ora, a oposição entre os vocábulos *physica* e *fructu*, as coisas da natureza e a produção (ou rendimentos), respectivamente, apresentam desde já, a oposição tanto temática quanto estrutural do discurso. Se Ápio discorreu sobre a organização e a vida das abelhas (*physica*), Mérula apresentará os ganhos humanos dessa organização (*fructus*).

Sobre os rendimentos, afirmo isto, ó Áxio, que talvez te baste. Tenho por conselheiro não apenas Seio, que a cada ano arrenda suas colmeias por cinco mil libras de mel, mas também o nosso Varrão, que ouvi dizer ter tido na Espanha dois soldados, irmãos chamados Veiânios, do território de Falérios e de posses. Tendo-lhes sido deixadas pelo pai uma pequena casa de campo e uma terrinha sem dúvida não maior que

¹⁹⁴ Do original: *Regem suum secuntur, quocumque it, et fessum subleuant, et si nequit uolare, succollant, quod eum seruare uolunt. Neque ipsae sunt inficientes nec non oderunt inertes. Itaque insectantes ab se eiciunt fucos, quod hi neque adiuuant et mel consumunt, quos uocificantes plures persecuntur etiam paucae.* Varrão, *De Re Rustica* III, XVI. Trad. Matheus Trevizam.

¹⁹⁵ Do original: *Omnes ut in exercitu uiuunt atque alternis dormiunt et opus faciunt pariter et ut colonias mittunt, iique duces conficiunt quaedam ad uocem ut imitatione tubae. Tum id faciunt, cum inter se signa pacis ac belli habeant.* Varrão, *De Re Rustica* III, XVI. Trad. Matheus Trevizam.

¹⁹⁶ Do original: *Sed, Merula, Axius noster ne, dum haec audit physica, macescat, quod de fructu nihil dixi, nunc cursu lâmpada tibe trado.* Varrão, *De Re Rustica* III, XVI. Trad. Matheus Trevizam.

uma jeira, fizeram colmeias em volta da casa de campo toda (...). Eles nunca costumaram obter do mel menos de dez mil sestércios, por uma estimativa média, e diziam preferir aguardar o recebimento do mercador em seu próprio tempo a fazê-lo mais rápido no dos outros.¹⁹⁷

No trecho acima, bastante significativo para nossa proposta de análise, salta aos olhos o aspecto econômico da apicultura, qual seja, o lucro. De início, menciona-se Seio, personagem recorrente no livro III do *De Re Rustica* varroniano. Ora, Seio é citado em III, 2, como um próspero produtor e criador de javalis; em III, 6, como criador de pavões; e em III, 10, como criador de gansos. É importante mencionar que, nesses trechos, há uma forte relação entre as criações de Seio e o luxo. Recordamos a anedota apresentada em III, 6, segundo a qual Q. Hortênsio teria servido pavões pela primeira vez em um jantar, o que agradou mais aos homens de luxo (*uiri luxuriosi*), em contraste com os homens severos e honestos (*seueri boni uiri*). Em III, 2, no entanto, há uma passagem curiosa: quando as personagens Áxio e Mérula discutem a *uilla* de Seio:

(...) temo comprar por uma casa de campo uma mera casa de Seio na praia. Tal prédio, este Lúcio Mérula me levou a querer possuir, dizendo que em nenhuma casa fora recebido que mais o tivesse agradado, quando passou alguns dias junto daquele homem; mas ele não viu ali quadro, nem estátua de bronze ou mármore alguma, e não mais prensas de uva, jarros de azeite ou mós de lagar'. Áxio olhou Mérula e disse: "O que, então, é essa casa de campo, se não tem nem os recursos urbanos nem os equipamentos rústicos?". E ele respondeu: "Acaso será menos uma casa de campo a tua no 'golfo' do Velino, que nunca nenhum pintor e nenhum estucador viu, do que, em Rósea, aquela benfeita pelo requinte dos trabalhos em estuque, e partilhada por ti, como dono, com um asno?"¹⁹⁸

Assim, embora a produção agrícola de Seio tenha uma íntima relação com o luxo, o mesmo não acontece com a estrutura de sua *uilla*. A esse respeito, a personagem mostra-

¹⁹⁷ Do original: *Merula, De fructu, inquit, hoc dico, quod fortasse an tibi satis sit, Axi, in quo auctorem habeo non solum Seium, qui aluaria sua locata habet quotannis quinibus milibus pondo mellis, sed etiam hunc Varronem nostrum, quem audiui dicentem duo milites se habuisse in Hispania fratres Veianos ex agro Falisco locupletis, quibus cum a patre relicta esset parua uilla et agellus non sane maior iugero uno, hos circum uillam totam aluaria fecisse (...) Hos numquam minus, ut perarque ducerent, dena milia sestertia ex melle recipere esse solitos, cum dicerent uelle exspectare, ut suo potius tempore mercatorem admitterent, quam celerius alieno.* Varrão, *De Re Rustica* III, XVI. Trad. Matheus Trevizam.

¹⁹⁸ Do original: (...) *metuo ne pro uilla emam in litore Seianas aedes. Quod aedificium hic me Lucius Merula impulit ut cuperem habere, cum diceret nullam se accepisse uillam, qua magis delectatus esset, cum apud eum dies aliquota fuisset; nec tamen ibi se uidisse tabulam pictam neque signum ahenerum aut marmoreum ullum, nihilo magis torcula uasa uindemiatoria aut serias olearias aut trapetas. Axius aspicit Merulam et, Quid igitur, inquit, est ista uilla, si nec urbana habet ornamenta neque rustica membra? Quoi ille; Num minus uilla tua erit ad angulum Velini, quam neque pictor neque tector uidit umquam, quam in Rosia quae est polita opere tectorio eleganter, quam dominus habes communem cum asino?* Varrão. *De Re Rustica* III, II. Trad. Matheus Trevizam.

se muito mais preocupada com a *utilitas*, de modo que dela obtenha o lucro (*fructus*), do que com o luxo (*uoluptas*).

Algumas características de Seio como personagem do *De Re Rustica* de Varrão muito o aproximam da figura histórica de M. Seio. Segundo Nicolet (1966, p. 1016), M. Seio foi amigo de Ático e Cícero, tendo sido citado nas cartas que este escrevera a Trebonio (*Fam.*, VII, 12, 1) e ao próprio Varrão (*Fam.* IV, 7, 1). Seio tinha uma *uilla* em Óstia, que rendia cerca de 50 mil sestércios por ano. Ainda segundo Nicolet (1966), Seio era filho de M. Seio,¹⁹⁹ edil em 74 a.C. e de origem equestre. Este perdeu parte de sua fortuna, tendo, no entanto, preservado o suficiente para o seu *census equester*.

Assim, podemos inferir que Seio, personagem do *De Re Rustica*, além de ser um próspero produtor, como apontamos, pertenceria à ordem equestre. Não por acaso, logo após a menção a Seio, Mérula fala sobre os irmãos Veiânios, dois soldados a que fora deixada uma pequena propriedade de duas jeiras. Mérula não menciona, no entanto, a ordem a que esses soldados pertenceriam, mas garante que são “de posses” (*locupletis*). Aqui, encontramos um jogo etimológico varroniano. A palavra *locupletis*, em seu sentido etimológico, sugere a “riqueza em terra”.²⁰⁰ Assim, as personagens são descritas como ricas em terras, sem, no entanto, haver de fato essa abundância, uma vez que a propriedade por elas herdada tem apenas duas jeiras. Quanto ao lucro por eles obtido (10 mil sestércios), a informação é, para nós, vaga. Blandier (2004), em estudo sobre a importância do mel na economia greco-romana, destaca a dificuldade da modernidade em precisar o valor monetário de produtos da Antiguidade.²⁰¹

Os dados a que temos acesso, no entanto, permitem-nos destacar algumas características contrastantes entre Seio e os irmãos Veiânios: Seio era um próspero produtor oriundo de uma família abastada, filho de um edil, M. Seio; já os irmãos

¹⁹⁹ Apesar dos nomes idênticos, Nicolet (1966) apresenta as diferenças entre as duas figuras. M. Seio pai foi, por exemplo, citado por Plínio e também por Cícero, em *Pro Plancio*, 12, e em *De Officiis*, II, 58.

²⁰⁰ De *loco-ple-t-s*, (...) *locus* sendo aqui sinônimo de *χλῆρος*, ‘lote de terra’, ‘bem’ (...) A aproximação com *locus* foi percebida pelos latinos (...). Do original: *De loco-ple-t-s, (...) locus é tant ici synonyme de χλῆρος ‘lot de terre’, ‘bien’ (...). Le rapprochement avec locus a été aperçu des Latins (...)*”. Tradução nossa. Ernout & Meillet (1951, p. 650).

²⁰¹ O autor apresenta o preço do mel estabelecido no Edito de Diocleciano (40 e 80 denários por meio litro, para média e boa qualidade respectivamente), de 301 d.C. Além de se tratar de um documento já tardio, trata-se, ainda segundo Blandier (2004, p. 188), de uma forma de controle do Estado sobre os preços, em tentativa de conter a inflação da época. Assim, é provável que os valores cobrados pelo mel no mercado romano do século IV fossem ainda mais altos. Se convertermos esses valores para o texto varroniano, encontramos uma renda de 130 mil sestércios para a produção de M. Seio (5 mil libras), um valor que, acreditamos, seria pouco realista para a época. Ora, se 40 denários comprariam meio litro de mel de baixa qualidade, logo Seio obteria, considerando essa qualidade, 32.600 denários (815*40). Assim, convertamos os denários para sestércios: 32.600*4=130.400, uma vez que um denário equivalia a quatro sestércios.

Veiânios herdaram duas jeiras de sua família dita de posses (complemento que, como vimos, não passa de um jogo etimológico de Varrão); Seio tinha uma vasta produção, incluindo pavões, javalis e gansos, produtos comumente associados ao luxo em sua época; os irmãos Veiânios, pelo tamanho de sua propriedade,²⁰² podiam dedicar-se apenas à apicultura.

Em seguida, Mérula conta que os dois soldados preferiam “aguardar o recebimento do mercador em seu próprio tempo a fazê-lo mais rápido no dos outros”,²⁰³ o que segundo Blandier (2004, p. 185), tratava-se de especulação.

O trecho diz, ainda, que Seio arrendava suas colmeias anualmente por 5 mil libras de mel. Essa informação, a nosso ver, sustenta toda a crítica sociopolítica que Varrão propôs ao dissertar sobre a apicultura em seu *De Re Rustica*. Para mostrar isso, apoiarnos-emos em estudos a respeito da relação de colonato durante os últimos anos da República.

Na Roma republicana, eram muito complexas e amplas as relações de trabalho no campo. Não nos propomos, aqui, a dissertar sobre todas elas, mas consideramos necessário apresentar alguns aspectos relevantes para nossa análise.

Havia, na propriedade agrária romana, o *uilicus*,²⁰⁴ um escravo de maior confiança do senhor, ao qual era confiada a vigilância dos demais escravos em troca de alguma vantagem no tratamento recebido. Era dever do *vilicus* zelar pela *uilla* na ausência do senhor. JOLY (2017) aponta que o *vilicus* era uma peça fundamental para a organização e controle da propriedade. Destacamos essa figura e a posição hierárquica em que ela se encontra perante os outros trabalhadores para apontar que, na propriedade rural romana, a mão de obra escrava era organizada e produtiva. Ora, por qual razão, então, haveria outras formas de trabalho que não a escrava? É preciso compreender que a propriedade rural não era homogênea. A plantação e a colheita dependiam, obviamente, das épocas do ano, e isso significa que cada produto tinha seu tempo. Além disso, uma propriedade rural tradicional romana rendia uma imensa variedade de produtos. Destarte, havia particularidades entre os tipos e modos de produção da propriedade. Sobre a mão de obra escrava, vale destacar que, para o senhor

²⁰² Blandier (2004, p. 184) comenta que a apicultura era uma possibilidade de aproveitamento de terras ou pequenas, ou inviáveis para as demais produções.

²⁰³ Do original: *expectare, ut suo potius tempore mercatorem admitterent, quam celerius alieno*. Varrão, *De Re Rustica* III, XVI. Trad. Matheus Trevizam.

²⁰⁴ Sobre a figura do *uilicus*, NICOLET (1984, p. 44); ROSTOVITZEFF (2003, p. 76); JOLY (2017, 75).

Manter durante todo o ano o número de escravos necessários na temporada de colheita significava manter durante longos meses força de trabalho supérflua (...) A colheita de cereais que não oferecia boas possibilidades de venda ficava a seu cargo e lhe era necessária, entre outras coisas, para manter a *familia*. (WEBER, 1994, p. 192)

Mas a propriedade não produzia apenas cereais. Weber (1984, p. 181) também nos mostra que, já em Catão, o interesse pelo trigo era quase restrito à manutenção da *uilla*, ao passo que o cultivo de olivais e vinhedos, assim como a criação de gado, tinham como destino primordial o comércio. Ao longo do *De Re Rustica* varroniano, percebemos ter sido de interesse do senhor a produção de bens de alto consumo, como o azeite, a uva e, além disso, como já vimos, alguns animais que eram dignos dos suntuosos banquetes das ordens oficiais e seus mais elevados estamentos.²⁰⁵

Quanto mais aumentava a importância do nível da renda em dinheiro para o proprietário, tanto mais desconsiderada se fazia a exploração da força de trabalho dos escravos, do 'capital falante' (*instumentum uocale*) (...). (WEBER, 1994, p. 193)

Assim, o proprietário recorria a outras formas de explorar a terra que não por meio do trabalho escravo. A *locatio conductio* era um contrato entre partes que, quando da exploração da terra, era empregada de modo que o proprietário arrendava parte da propriedade (de acordo com o tipo de colheita) para trabalhadores livres, os *coloni*. Estes deveriam cuidar da terra e da produção, podendo valer-se ou não da mão de obra escrava. Em contrapartida, davam uma parte dos rendimentos ao proprietário, um tributo.²⁰⁶

Os contratos *locatio conductio* duravam cinco anos e eram um consenso entre duas partes, proprietários e colonos. Eles se davam, segundo Fajardo (2021, p. 92), de forma semelhante à compra e venda (*emptio uenditio*), podendo ser escritos ou não (*non uerbis*). O autor salienta, no entanto, a falta de garantias do colono nessas transações, pois a legislação da época protegia o proprietário de todas as perdas, mas não protegia o colono.

²⁰⁵ WEBER (1994, p. 186) aponta que o interesse do proprietário em aumentar sua renda e, ausentar-se da propriedade para viver na *Vrbs* tinha motivações políticas. Ora, a sua presença no senado e nos tribunais tinha como consequência a sua influência nas suas próprias garantias sobre seus bens. Além disso, é preciso considerar que a vida na *Vrbs* se tornou, ao longo do tempo, consideravelmente mais dispendiosa.

²⁰⁶ Catão já prescreve, em sua obra, o emprego de trabalhadores livres, os quais nomeia *partiarium*. Os *partiarium*, trabalhadores livres que arrendavam a terra e, como pagamento, davam ao proprietário uma parte dos rendimentos *in natura*. C.f. Catão, *De agri cultura*, CXXXVI e CXXXVII. Fajardo (2021, p. 92), no entanto, em estudo sobre o colonato nas fontes jurídicas, aponta que o *partiarium* seria o colono que paga o arrendamento com dinheiro (*ad pecuniam*). A despeito dos esforços de estudiosos em definir as relações de trabalho nas propriedades romanas, a nomenclatura é vasta e, algumas vezes, contraditória até mesmo nas fontes. Limitar-nos-emos, aqui, apenas aos modos como o trabalho se dava, apontando algumas variações da nomenclatura.

O proprietário poderia, por exemplo, romper o contrato de *locatio conducto* a qualquer momento, podendo, até mesmo, vender sua propriedade durante o período de vigência do contrato.

Embora o estudo de Fajardo se limite ao início do principado, também Weber (1984, p. 187) comenta que, ao longo da República, os contratos de *locatio conductio* eram formas de proteção apenas para o proprietário, deixando os colonos à margem de qualquer garantia, uma vez que estes não detinham qualquer direito sobre a propriedade — exceto, é claro, do trabalho. “Não só o arrendatário estava privado de qualquer meio jurídico de defesa contra terceiros (inclusive no caso de atos atentatórios efetuados com violência), como sua posição tampouco era protegida diante do dominus” (WEBER, 1984, p. 187). O autor comenta, no entanto, que, em época de crise e baixa colheita, os prejuízos eram repartidos entre o colono e o senhor (WEBER, 1984, p. 191).

Os ganhos do colono tampouco o aproximavam de uma “classe” empreendedora, uma vez que todo o instrumento de trabalho (o moinho, o arado, a prensa etc.) pertenceriam, em uma situação normal, ao proprietário, cabendo ao colono apenas a força de trabalho sua, de sua eventual esposa e, em alguns casos, de seus escravos.

Além disso, como o colono não tinha nenhum direito sobre a terra, havendo, ali, muito mais um compromisso pessoal com o proprietário, baseado na “boa-fé” (*bona fides*), seu enriquecimento tornava-se ainda mais difícil:

As condições necessárias, ao menos do ponto de vista jurídico, para um processo de enriquecimento baseado na figura do arrendatário estavam completamente ausentes. Não deveria surpreender, assim, a escassez de referências de membros da elite que arrendaram terras ou casas. (FAJARDO, 2021, p. 99)²⁰⁷

Ora, diante dessa relação laboral entre *colonus* e *dominus*, entendemos que a menção a Seio no trecho em questão (*De Re Rustica* III, XVI) torna-se muito mais significativa. É preciso considerar que, a exemplo dos *domini* de sua época, o Seio varroniano não arrendava toda a sua propriedade, mas sim as colmeias, fonte de um dos mais caros produtos da Roma Antiga. O mel era um produto de grande importância para a culinária, como conserva ou adoçante, e para a farmacologia, além de ser um alimento

²⁰⁷ Do original: *Las condiciones necesarias, por lo menos desde el punto de vista jurídico, para un proceso de acumulación económica basado en la figura del arrendatario estaban completamente ausentes. No debería sorprender entonces la escasez de referencias de miembros de la elite que arrendaran tierras o casas.* Tradução nossa.

repleto de simbolismos religiosos (BLANDIER, 2004, p. 183). Weber (1984, p. 191) aponta que os produtos com mais facilidade de venda eram administrados de forma direta pelo proprietário (através do trabalho escravo ou trabalhadores livres); Blandier (2004, p. 189), por outro lado, menciona o trabalho de colonos na apicultura. É certo que as divergências se devem não a más interpretações, mas sim ao fato de que a sociedade romana foi, assim como Virgílio prognosticou,²⁰⁸ vasta em tempo e espaço, havendo, assim, variações em sua organização.

Veremos adiante como Varrão, valendo-se da alegoria das abelhas, discutiu as relações de colonato nas propriedades romanas.

Consideremos o seguinte trecho em que Mérula fala da colheita dos favos:

Ao retirar, uns dizem ser preciso tomar como que nove partes e deixar a décima, pois se retirares tudo, dar-se-á que partam. Outros deixam mais do que aquilo que eu disse. Assim como, nos campos cultivados, quem deixa as searas de pousio consegue mais trigo fazendo pausa, nas colmeias, se não retirares anualmente ou não na mesma quantidade, tanto terias assim abelhas mais trabalhadoras quanto mais produtivas.²⁰⁹

Kronenberg (2009, p. 126) argumenta que, quando Ápio “passa a tocha” para Mérula, há uma quebra no discurso sobre as abelhas. Se antes eram apresentadas segundo a tradição, como seres inteligentes, com superioridade técnica, agora são expostos os seus conflitos internos,²¹⁰ de modo que até mesmo isso seja manipulado pelo apicultor. No trecho acima, também é evidente a manipulação. Há, no entanto, um aspecto que consideramos relevante: ocorre, aqui, a manipulação do comportamento das abelhas. Ora, os adjetivos *assiduas* e *fructuosas* designam as abelhas cujo produto fora retirado em doses que não lhes perturbam o ânimo. A imagem de abelhas indignadas, conscientes de que foram usurpadas e abandonando a colmeia, parece-nos estranha, bem como abelhas pacificadas porque lhes fora retirado apenas o devido.

²⁰⁸ *His ego nec metas rerum nec tempora pono; imperium sine fine dedi* ("Para os romanos não imponho metas nem tempos, dei-lhes um império sem fim"). Eneida, I, vv. 278-279. Tradução nossa.

²⁰⁹ Do original: *In eximendo quidam dicunt oportere ita ut nouem partes tollere, decumam relinquere; quod si omne eximas, fore ut discedant. Alii hoc plus relincunt, quam dixi. Ut in aratis qui faciunt restibiles segetes, plus tollunt frumenti ex intervallis, sic in aluis, si non quotannis eximas aut non aequae multum, et magis his assiduas habeas apes et magis fructuosas*. Varrão, *De Re Rustica* III, XVI. Trad. Matheus Trevizam.

²¹⁰ Tratamos, aqui, de um trecho em que Mérula ensina como dispersar as abelhas em caso de conflitos: É preciso que sejam aspergidas com água misturada com mel aquelas que lutarem com muita frequência entre si. Do original: *Quae crebrius inter se pugnabunt, aspargi eas oportet aqua mulsa*. Varrão, *De Re Rustica* III, XVI. Trad. Matheus Trevizam.

Em trecho anterior, encontramos outro aspecto curioso da relação entre apicultor e abelhas:

“(...) se a colmeia for produtiva, não se retire além de uma terça parte do mel, a fim de deixar o restante para o inverno; mas se a colmeia não for produtiva, que não se retire nada. Quando a retirada é maior, é preciso que não se retire tudo ou à sua vista, para não esmorecerem”²¹¹

O sintagma *ne deficiant animum*, a nosso ver, é antropomorfizante. Em estudo sobre os conceitos de psique e corpo na obra de Santo Agostinho, Lima (2015) apresenta um comentário do Santo a respeito da gradação da *anima*, encontrada na obra *De diis selectis*, de Varrão:

É certo que, no livro citado sobre os deuses seletos, o próprio Varrão declara haver três graus de alma em toda natureza e na natureza universal. O primeiro, que circula por todas as partes do corpo que vive e não tem sentido, mas apenas força para viver. Tal força, diz o referido autor, infiltra-se em nosso corpo, nos ossos, nas unhas e nos cabelos, do mesmo modo que no mundo as árvores se alimentam e crescem sem sentido e de certa maneira vivem. No segundo grau a alma é sensitiva e comunica a sensibilidade aos olhos, aos ouvidos, ao nariz, à boca e ao tato. O terceiro grau, ou seja, o grau supremo, é o espírito, em que domina a inteligência, nobre privilégio de que, exceto o homem, todos os animais carecem. E, como assemelha o homem a Deus, no mundo a referida parte da alma universal chama-se Deus, e no homem, Gênio.²¹²

Assim, o *animus*, segundo o próprio Varrão, é atributo humano. Outro aspecto do trecho antropomorfizante é o fato de haver certa compreensão do apicultor com as abelhas em face a uma baixa produção de mel. Weber (1984, p. 191) argumenta que, na relação entre colono e proprietário, “as consequências das crises devidas às safras mais desastrosas se repartiam, dada a elasticidade da relação, na administração do conjunto da fazenda”.

²¹¹ Do original: *si fecunda sit alvos, ut ne plus tertia pars eximatur mellis, reliquum ut hiemationi relinquatur; sin alius non sit fertilis, ne quid eximatur. Exemptio cum est maior, neque uniuersam neque palam facere oportet, ne deficiant animum.* Varrão, *De Re Rustica* III, XVI. Trad. Matheus Trevizam.

²¹² Do original: *Et certe idem Varro in eodem de diis selectis libro tres esse adfirmat animae gradus in omni uniuersaque natura: unum, quod omnes partes corporis quae uiuunt transit et non habet sensum, sed tantum ad uiuendum ualetudinem; hanc uim in nostro corpore permanere dicit in ossa, ungues, capillos; sicut in mundo arbores sine sensu aluntur et crescunt et modo quodam suo uiuunt: secundum gradum animae, in quo sensus est; hanc uim peruenire in oculos, aures, nares, os, tactum: tertium gradum esse animae summum, quod uocatur animus, in quo intellegentia praeminet; hoc praeter hominem omnes carere mortales. Hanc partem animae mundi dicit Deum, in nobis autem genium uocari.* Santo Agostinho, *De civitate Dei*. Trad. Oscar Paes Leme. *Apud* Lima (2015, p. 22)

Feitas as considerações e reflexões a respeito do discurso de Mérula, é oportuno um retorno às palavras de Ápio, quando este, como vimos, alia-se à tradição de elogio às abelhas e à organização da colmeia:

A abelha não é nada daninha, pois o trabalho de ninguém estraga ao sugar, nem covarde, sem resistir a quem tente perturbar o seu; contudo, não ignora que é frágil. Com razão se diz serem chamadas as 'criaturas aladas das musas' porque também, se às vezes se desagarraram, prontamente com os címbalos e aplausos são trazidas para um só lugar; e assim como a essas deusas os homens atribuíram o Hélicon e o Olimpo, a natureza atribuiu a elas os montes floridos incultos.²¹³

Nesse trecho, é curiosa a forma como Ápio se refere às abelhas. De início, a fragilidade da abelha pode ser associada à semelhante condição dos colonos perante a lei romana, por nós discutida neste subcapítulo. Logo adiante, quando a personagem diz que esses animais se desagarram e, em seguida, retornam com címbalos e aplausos, acreditamos ser também uma referência à condição de colonato, uma vez que a *locatio conductio* tinha um prazo de duração de cinco anos (FAJARDO, 2021, p. 99). Além disso, essa imagem muito se assemelha à figura de Lúcio Cincinato, recordada por Corassin (2006) em ensaio sobre o caráter cívico do homem romano. Segundo a lenda, apresentada por Tito Lívio (Livo III), Lúcio Quíncio Cincinato recebera a notícia de que os senadores o nomearam ditador e, abandonando o arado e vestindo a toga, ainda limpando o suor da lida agrária, apresentou-se ao Senado para assumir, por seis meses, a magistratura. Ao fim do período, Cincinato retorna ao campo. Não pretendemos, aqui, uma analogia entre Cincinato e as abelhas apresentadas no *De Re Rustica* varroniano; de modo mais amplo, sugerimos um olhar atento para os costumes antigos (*mos maiorum*), dos quais Cincinato é um representante. Weber (1984) aponta que:

O poderio político da aristocracia fundiária consistia essencialmente na possibilidade de tomar parte de forma estável na vida política de Roma. Figuras do tipo Cincinato, como Lívio descreve, eram autênticos modelos e, na prática, eram muito pouco comuns (WEBER, 1984, p. 186).

²¹³ Do original: *Minime malefica, quod nullius opus uellicans facit deterius, neque ignaua, ut non, qui eius conetur disturbare, resistat; neque tamen nescia suae imbecillitatis. Quae cum causa Musarum esse dicuntur uolucres, quod et, si quando displicatae sunt, cymbalis et plausibus numero redducunt in locum unum; et ut his dis Helicon atque Olympon adtribuerunt homines, sic his floridos et incultos natura adtribuit montes.* Varrão, *De Re Rustica* III, XVI. Trad. Matheus Trevizam.

Assim, os címbalos e aplausos de que fala Ápio são, a nosso ver, uma satirização varroniana desses costumes. Ora, se o campo era o lugar dos melhores cidadãos, por que os proprietários deixavam a terra a serviço de colonos e escravos para se dedicar inteiramente aos temas cívicos? Ao que parece, o imaginário a que se remetiam os “melhores cidadãos” não correspondia às suas práticas, a menos no que diz respeito ao cotidiano da lida agrária.

CAPÍTULO IV.2 - Fábulas de Fedro

IV.2.1 – Os pavões e as gralhas (fábula I, 3)

A fim de acalantar os ânimos de uma sociedade que acabava de deixar as lutas fratricidas do fim da República, Augusto, no início de seu reinado, como aponta Giordani (1968, p. 189), submeteu “todo o corpo social a uma revisão, estratificando-o em camadas que se sobrepõem de modo a lembrar os degraus de uma gigantesca pirâmide”. Assim, o imperador constituiu duas ordens oficiais no cimo da pirâmide social: a ordem equestre (*ordo equester*) e a ordem senatorial (*ordo senatorius*). Essa organização, longe de ser uma novidade, baseava-se no que já havia de estruturante na própria República. A ordem da cavalaria, homens de posse e submetidos ao censo de 400 mil sestércios, e os senadores, antigos magistrados provenientes do *ordo equester* e que ocupavam as cadeiras do Senado,²¹⁴ já eram, ao longo da República, os homens mais próximos do poder estatal e, conseqüentemente, com maior poder econômico. A inovação de Augusto foi oficializar a ordem senatorial e fixar a quantia necessária (um milhão de sestércios) para que o cidadão nela ingressasse. Ora, apesar de ter sido radicalmente reformada, a nova *Vrbs* valia-se de valores e instituições do passado, republicanos, a fim de promover o seu futuro.

Assim, a sociedade imperial era rigidamente hierarquizada, com os limites entre as ordens e estamentos muito bem estabelecidos e garantidos. Ocorre que o acesso às ordens superiores, assim como acontecia na República, era bastante restrito. O *census equester*, de 400 mil sestércios, continuava. Nicolet (1977), em seu estudo sobre as classes

²¹⁴ Vale lembrar que o *ordo senatorius* é criação imperial. Os senadores, ao longo da República, diferentemente da cavalaria, não formavam legalmente uma ordem, embora assim fossem socialmente reconhecidos (NICOLET, 1977, p. 731).

dirigentes romanas, apresenta, embora com reconhecidas imprecisões e com especial atenção para a República, alguma noção de valor na sociedade romana:

Nós ignoramos quase tudo sobre os salários e renda dos proletários ou dos mais pobres dentre os cidadãos romanos. No entanto, chegou até nós que o salário de um escravo trabalhador manual podia chegar a 12 asses por dia; na melhor das hipóteses, então, cerca de 300 denários por ano, mas é claro que era muito menos do que isso. O soldo do simples soldado, até César, será de 5 asses por dia, sobre os quais retira-se a comida, mas aos quais somam-se recompensas e gratificações extraordinárias; passará de 10 asses por volta de 50 a.C. (NICOLET, 1977, p. 742)²¹⁵

Ora, não é preciso dizer que o acúmulo de riquezas, quando ocorre, é, em toda e qualquer sociedade, privilégio de alguns. Além disso, Nicolet (1977) demonstra que a riqueza dos proprietários de terra dos altos estamentos, em especial aquele que viria a ser o *ordo senatorius*, cresceu exponencialmente. Segundo o estudioso, não haveria, no ciclo normal de compra e venda de propriedades e produtos rurais, um acúmulo tão grandioso de riquezas por parte dos magnatas romanos:

Se examinarmos a lista de alguns magnatas, percebemos que a origem da sua fortuna pode ser, quase sempre, encontrada em períodos de turbulências civis e, sobretudo, mais precisamente, nas proscricções de Sula. Sem dúvida, empresta-se dinheiro apenas aos ricos; e esses homens, beneficiários das pilhagens, já eram certamente ricos. (NICOLET, 1977, p. 745)²¹⁶

Havia, além da restrição financeira para o acesso às ordens superiores, também a restrição aos próprios recursos. Os homens de que fala Nicolet estavam próximos ao Estado; sendo senadores, podemos dizer que compunham o próprio Estado. Podemos associar isso ao que aponta Weber (1994) sobre a *locatio conductio* do *ager publicus* para os *nobilitas*, que, tendo prazos longuíssimos, acabavam por se confundir com a

²¹⁵ Do original: *Nous ignorons presque tout des salaires et des revenus des prolétaires ou des plus pauvres parmi les citoyens. On nous cite cependant le salaire d'un esclave travailleur manuel comme pouvant se monter à 12 as par jour; au mieux, donc, autour de 300 deniers par an, en fait, sensiblement moins. Le solde du simple soldat, jusqu'à César, sera de 5 as par jour, sur lesquels on retiendra la nourriture, mais auxquels s'ajouteront des récompenses et gratifications extraordinaires; elle passera à 10 as vers 50 av. J.-C.* Tradução nossa.

²¹⁶ Do original: *Si l'on examine la liste de ces quelques magnats, on s'aperçoit que l'origine de leur fortune peut presque toujours être trouvée dans la période des troubles civils et surtout, plus précisément, des proscriptions syllaniennes. Sans doute on ne prête qu'aux riches; et ces hommes, bénéficiaires de ces pillages, étaient certainement déjà riches auparavant.* Tradução nossa.

propriedade desses homens (chegando mesmo a tornar-se sua propriedade, acrescenta o estudioso):

(...) existiam duas variedades de arrendamentos de bens do patrimônio nacional: uma de *iure* limitada a um lustro, outra com prazo de cem anos. Estes últimos arrendamentos eram estipulados com grandes contratistas, *mancipes*, por meio de leilões portanto, e transcorrido o prazo, contratava-se da mesma forma novo arrendamento. (WEBER, 1994, p. 115)

O dinheiro, entretanto, não era o único fator limitante para o ingresso nas ordens superiores. Faversoni (1999), em minucioso estudo a respeito do pobre no *Satyricon* de Petronio, reflete sobre a classe social a que pertenceria o liberto Trimalquião. Inicialmente, o estudioso vale-se de critérios estabelecidos pela modernidade (e, portanto, que consideram o sistema econômico moderno) para definir a classe que ocupa um sujeito, quais sejam: o controle ou não dos meios de produção; a posição dos agentes nas relações de exploração do trabalho; a relação dos agentes no mercado; e o poder dos agentes nas relações de trabalho.

Portanto, Trimalchio, rico proprietário de terras e escravos, controlador de meios de produção e de seres humanos, pertenceria, segundo a aplicação do conceito, à classe dominante romana. Mas ele, assim conduzido à condição de membro da classe exploradora e poderosa pelo uso do conceito de classe social, não a ocupava concretamente. (FAVERSANI, 1999, p. 54)

Weber (1982, p. 212) estabelece que a situação de classe pode ser explicada a partir de alguns fatores, quais sejam:

oportunidade típica de uma oferta de bens, de condições de vida exteriores e experiências pessoais de vida, e na medida em que essa oportunidade é determinada pelo volume e tipo de poder, ou falta deles, de dispor de bens ou habilidades em benefício de renda de uma determinada ordem econômica. A palavra “classe” refere-se a qualquer grupo de pessoas que se encontrem na mesma situação de classe. (WEBER, 1982, p. 212)

O termo “classe” seria, portanto, insuficiente para compreender a situação econômica de Trimalquião. Ora, a personagem, um escravo liberto, possuía riqueza mais do que o suficiente (trinta milhões de sestércios)²¹⁷ para pertencer à ordem senatorial. No

²¹⁷ Cf. *Satyricon*, 71, 12.

entanto, como pontua Fav ersani (1999, p. 55), ainda que Trimalquião ocupasse uma "posição estrutural bastante privilegiada, isso não garantia uma equivalência com respeito a sua concreta situação sociopolítica, para a qual eram relevantes características superestruturais das quais ele carecia".

Na sociedade romana, como vimos, a situação de classe, as oportunidades econômicas, de consumo, não definiam o cidadão. O reconhecimento, a *dignitas*, o reconhecimento público, o nascimento eram fatores mais relevantes para a distinção de alguns cidadãos do que a sua fortuna. Weber propõe, então, o termo “estamento” para a estratificação social romana. Ele afirma que “No conteúdo, a honra estamental é expressa normalmente pelo fato de que acima de tudo um estilo de vida específico pode ser esperado de todos os que desejam pertencer ao círculo” (WEBER, 1982, p. 221).

Fav ersani, ainda em análise sobre Trimalquião, tenta valer-se do termo “estamento” para referir-se à situação econômica da personagem no seio da sociedade romana. Ocorre que, como foi apontado anteriormente, o estamento, na definição de Weber (1982, p. 218), ao contrário da “classe”, corresponde a um “grupo de *status*”, cujos membros compartilham um estilo de vida específico. De qual grupo de *status* participa Trimalquião? Segundo Fav ersani, também o estamento é insuficiente, pois “Se fôssemos atribuir um estilo de vida a Trimalchio, certamente, teríamos que atentar a três pontos básicos: a precariedade de seus conhecimentos no campo da cultura erudita; a ausência de atividades vinculadas à vida pública e a superexposição de sua riqueza” (FAVERSANI, 1999, p. 56). Trimalquião, ao longo de sua *cena*, esforçando-se para fazer as vezes de um nobre, emula os modos de vida da elite romana. A personagem, no entanto, incorre em equívocos e extravagâncias que, aos olhos da personagem narradora Encólpio, denunciam sua origem.

Não podemos dizer que Trimalquião pertencesse ao grupo dos libertos, pois a sua fortuna lhe garantia considerável destaque e, até mesmo, a posição de patrono — ora, foi ele o anfitrião de um dos jantares mais famosos da literatura ocidental! Trimalquião, ainda que abastado, não possuía a erudição necessária para adotar genuinamente um estilo de vida próprio dos estamentos superiores — embora indivíduos com o mesmo *status* jurídico da personagem, como aponta Fav ersani (1999, p. 56), viessem a alcançar, por vias diversas, a educação digna da “mais fina elite romana”. Trimalquião tampouco menciona qualquer pretensão na carreira política, estando, assim, à margem do *cursus honorum*. Um homem extremamente rico, embora inculto e marcado pela servidão. Trimalquião é o nosso melhor exemplo do inferno social dos libertos, como sugere Veyne

(2016, p. 86) no título do capítulo que discute o tema. O autor, sobre essa semicidadania, comenta: “O *Satyricon* de Petrônio pinta com cruel lucidez sua existência de imitação”.

A questão do deslocamento estamental, a nosso ver, é discutida por Fedro na fábula I, 3, *Graculus superbus et pauo*:

A gralha arrogante e o pavão

Para que não queira glorificar-se com os bens alheios
e, de preferência, se conduza a vida a seu próprio modo,
Esopo nos deixou este exemplo.
Inchando-se de vazio orgulho, a gralha
apanhou as penas que caíram do pavão,
e enfeitou-se. Em seguida, desprezando os seus,
misturou-se ao formoso grupo dos pavões.
Aqueles puxam as penas da ave imprudente
e expulsam-na com os bicos.
A gralha, muito machucada, lamentando-se,
começa a voltar para o seu próprio bando,
pelos quais, rejeitada, conservou uma triste marca.
Então, um deles aos quais há pouco ela desprezara, disse:
“Se tu tivesses sido contente com as nossas moradas
e se tivesses desejado aceitar o que oferecera a natureza,
nem terias experimentado aquela injúria,
nem a tua desgraça sofreria esta repulsa”.²¹⁸

O promítio da fábula é bastante claro: *ne gloriari libeat alienis bonis, suoque tu potius habitu uitam degere, Aesopus nobis hoc exemplum prodidit*. No entanto, seria esse um conselho ou apenas uma constatação dos costumes? A palavra *exemplum*, no dicionário, está no campo semântico da “reprodução”, da “cópia”, havendo também a possibilidade de “minuta original” e “modelo”. Horácio, na *Epistula ad Pisones*,²¹⁹ aconselha ao poeta que visite os modelos gregos (*exemplaria Graeca*). Esopo, assim, deixou como *exemplum* a fábula da gralha e do pavão para que saibamos não ser bom desejar os bens alheios. Que se reproduza a atitude exemplar!

Mas *Graculus superbus et pauo* foi escrita, em latim, por Fedro. A nosso ver, não podemos, de modo algum, esquivarmo-nos da máxima fedriana inscrita no prólogo do

²¹⁸ Do original: *Ne gloriari libeat alienis bonis / suoque tu potius habitu uitam degere / Aesopus nobis hoc exemplum prodidit. / Tumens inani graculus superbia / pennas pauoni quae deciderant sustulit / seque exornavit. Vnde contemnens suos / inmiscet se pauonum formoso gregi. / Illi impudenti pennas eripiunt aui / fugantque rostris. Male mulcatus graculus / redire maerens coepit ad proprium genus; / a quis repulsus tristem sustinuit notam. / Tum quidam ex illis quos prius despexerat: / "contentus nostris si fuisses sedibus / et quod natura dederat uoluisses pati, / nec illam expertus esses contumeliam, / nec hanc repulsam tua sentiret calamitas". Fedro, *Fabulae*, I, 3. Tradução nossa.*

²¹⁹ Cf. *Epistula ad Pisones*, v. 268.

livro III.²²⁰ Não o fez Noejgaard, um exemplo seguido por nós, quando afirma que “Fedro é talvez o único autor da Antiguidade que fortemente se proclama proletário”²²¹ (NOEJGAARD, 1967, p. 176). O autor sugere, ainda, ser Fedro implacável com aqueles que ousam abandonar sua própria classe.²²² E um pouco adiante, tendo como exemplo, entre outras fábulas, a I, 3, o estudioso afirma que “a condenação é dirigida, sem dúvida, aos ‘novos ricos’, os libertos corrompidos que se passam por aristocratas”²²³ (NOEJGAARD, 1967, p. 176). Ora, não nos restam dúvidas do aspecto sociopolítico das fábulas de Fedro. No entanto, apresentaremos uma breve análise de trecho varroniano que trata também dos pavões. Optamos por alocá-lo aqui de modo que fosse melhor aproveitada, principalmente, a significativa semelhança vocabular entre a fábula I, 3 de Fedro e o trecho varroniano sobre o pavão, no livro III do *De Re Rustica*:

Áxio disse: “Podes falar livremente [*libere*] dos pavões, já que Fircélio partiu, pois, se dissesses algo divergente sobre eles, talvez entrasse em atrito contigo por causa da família”. Mérula disse a ele: “Sobre os pavões, pelo que me lembro, os bandos [*greges*] deles no começo [*coepti*] eram mantidos [*haberi*] e vendidos caro. Diz-se que M. Aufídio Lurcão consegue deles, por ano, mais de sessenta mil sestércios. Deve-se ter desses um pouco menos machos que fêmeas, se tens em vista os lucros; se tens em vista o prazer, o contrário. Com efeito, o macho é mais bonito [*formosior*]. Os bandos [*greges*] devem ser alimentados nos campos. Diz-se que há os de além-mar nas ilhas, no bosque de Juno em Samos, bem como na ilha Planásia de M. Pisão. Adquirem-se, para formar os bandos [*greges*], com boa [*bona*] idade e bonitos [*bona forma*]. A eles, com efeito, a natureza [*natura*] concedeu [*dedi*] a palma da aparência dentre as aves. Para serem cobertas, as de menos de dois anos de idade não são apropriadas, nem as já maiores. Alimentam-se com todo tipo [*genus*] de cereal dado, especialmente a cevada. E assim, Seio dá-lhes a cada mês um módio de cevada, e mais ao se reproduzirem, antes de começarem a cobrir. Por cada fêmea, exige três filhotes do intendente e, depois de crescidos, vende-os cada por cinquenta denários, de modo que ave alguma alcança tal rendimento. Além disso, compra ovos e dá-os a chocar às galinhas, donde leva os filhotes que nasceram àquela abóbada onde tem os pavões. Esse edifício deve ser feito proporcionalmente ao número de pavões e ter compartimentos em separado revestidos com estuque, para que nem serpente nem animal algum possam aproximar-se; além disso, um

²²⁰ A sujeição servil, sempre culpada, porque não ousava dizer o que desejava, expressou seus próprios sentimentos por meio das fábulas, e expôs a injustiça com palavras jocosas. Do original: *Seruitus obnoxia, / quia quae uolebat non audebat dicere, / affectus proprios in fabellas transtulit / calumniamque dictis elusit iocis*. Fedro, *Fabulae*, III, pr., vv. 10-13. Tradução nossa.

²²¹ Do original: *Phèdre est peut-être le seul auteur de l'antiquité qui se proclame hautement prolétaire (...)*. Tradução nossa.

²²² Noejgaard, em seu estudo, vale-se do termo “classe”, cujo emprego, embora tenhamos já discutido sua ineficiência, reproduzimos.

²²³ Do original: *La condamnation vise sans doute les "nouveaux riches", les affranchis qui passaient même les aristocrates en corruption*. Tradução nossa.

espaço defronte, aonde saiam a alimentar-se nos dias de sol. Essas aves requerem que ambos os lugares sejam limpos. E assim, é preciso que o guardador delas circule com uma pá e recolha e guarde o esterco, porque é bom para a agricultura e para a forração dos filhotes. Diz-se que Q. Hortênsio, pela primeira vez, serviu-os no jantar de inauguração de sua edilidade, e o que se fez, então, mais os [*potius*] amigos do luxo do que os homens severos e honestos [*boni*] elogiavam. Muitos, tendo o logo copiado, fizeram-lhes aumentar [*extulerunt*] o preço, de modo que se venda um ovo por cinco denários, eles mesmos, sem dificuldade, por cinquenta, e renda [*reddat*] um bando [*grex*] de cem, facilmente, quarenta mil sestércios. E decerto, como dizia Abúcio, se por cada se exigirem três filhotes, podem-se atingir sessenta”.²²⁴

No trecho acima, transcrevemos em latim, à exceção de *pauo*, os vocábulos idênticos ou de mesma raiz empregados na fábula I, 3 de Fedro. São 12 os vocábulos empregados tanto em um quanto em outro texto. A nosso ver, o fabulista não se valeu desses vocábulos casualmente; lidos em latim, o capítulo III, VI do *De Re Rustica* e a fábula I, 3 de Fedro apresentam significativas semelhanças lexicais. Ora, como discutimos em subcapítulo anterior deste trabalho,²²⁵ as aves do livro III do *De Re Rustica* varroniano aludem aos cidadãos mais ilustres e bastados da República romana. Não por acaso, o vocábulo *bonus*, por exemplo, é empregado, ao longo do trecho III, VII do *De Re Rustica* de Varrão, para referir-se tanto a pavões com boa idade e bonitos (*bona aetate et bona forma*) quanto aos homens severos e honestos (*severi boni uiri*). Nicolet (1977, p.728) comenta sobre as qualificações dadas aos altos estamentos da sociedade romana, que, embora de caráter extraoficial, representavam o valor de certos cidadãos pertencentes

²²⁴ Do original: *Axius, De pauonibus, inquit, libere licet dicas, quoniam discessit Fircellius, qui, secus siquid diceres de iis, gentilitatis causa fortasse an tecum duceret serrat. Quoi Merula, De pauonibus nostra memoria, inquit, greges haberi coepti et uenire magno. Ex iis M. Aufidius Lurco supra sexagena milia nummum in anno dicitur capere. Ii aliquanto pauciores esse debent mares quam feminae, si ad fructum spectes; si ad delectationem, contra; formosior enim mas. Pascendi greges agrestes. Transmarini esse dicuntur in insulis, Sami in luco Iunonis, item in Planasia insula M. Pisonis. Hi ad greges constituendos parantur bona aetate et bona forma. Huic enim natura formae e uolucris dedit palmam. Ad admissuram haec minores bimae non idoneae nec iam maiores natu. Pascuntur omne genus obiecto frumento, maxime hordeo. Itaque Seiis iis dat in menses singulos hordei singulos modios, ita ut in fetura det uberius, antequam salire incipiant. In has a procuratore ternos pullos exigit eosque, cum creuerunt, quinquagenis denariis vendit, ut nulla auis hunc assequatur fructum. Praeterea oua emit ac supponit gallinis, ex quibus excusos pullos refert in testudinem eam, in qua pauones habet. Quod tectum pro multitudine pauonum fieri debet et habere cubilia discreta, tectorio leuata, quo neque serpens neque bestia accedere ulla possit; praeterea habere locum ante se, quo pastum exeant diebus apricis. Vtrumque locum purum esse uolunt hae uolucres. Itaque pastorem earum cum uatillo circumire oportet ac stercus tollere ac conseruare, quod et ad agri culturam idoneum est et ad substramen pullorum. Primus hos Q. Hortensius augurali adituali cena posuisse dicitur, quod potius factum tum luxuriosi quam seueri boni uiri laudabant. Quem cito secuti multi extulerunt eorum pretia, ita ut oua eorum denariis ueneant quinque, ipsi facile quinquagenis, grex centenarius facile quadragena milia sestertia ut reddat, ut quidem Abucius aiebat, si in singulos ternos exigeret pullos, perfici sexagenas posse. Varrão, *De Re Rustica*, III, VII. Trad. Matheus Trevizam.*

²²⁵ Vide capítulo IV.1.4.

às ordens senatorial e equestre, quais sejam: *clarissimus*, *splendidus*, *bonus*, *optimi*, *nobilis*²²⁶ etc. Vasconcellos (2001), a respeito da operação intertextual, insiste que, uma vez reconhecida pelo leitor, “jamais pode ser neutra, isto é, sempre cria novos sentidos que se sobrepõem ou contrastam com o do original reproduzido ou evocado” (VASCONCELLOS, 2001, p. 38).

Mérula, no trecho III, VI, comenta que os pavões, no começo, eram mantidos e vendidos caro. Não nos é informado quando foi o começo — expresso apenas pelo participio *coepti* — tampouco o valor adquirido pelos pavões naquele período. Em seguida, a personagem diz que M. Aufídio Lurcão alcança, com a venda dos pavões, sessenta mil sestércios ao ano. Adiante, afirma que Seio vende cada pavão crescido por cinquenta denários. Após as recomendações de cobertura, alimentação e asseio para as aves, a personagem põe-se a explicar a razão de o valor do pavão ser tão alto: fora adotado como parte do banquete do edil Q. Hortênsio, provocando elogios dos homens de luxo (*luxuriosi uiri*). Nicolet (1977, p. 742) comenta que, entre o fim da República e a época de Plínio o Velho, os artigos de luxo — produção artesanal e industrial — tiveram significativa valorização no mercado romano — o que não se passou com os produtos de base, cujo preço se manteve. O historiador acrescenta, a propósito desse possível processo inflacionário, que o censo senatorial de um milhão de sestércios foi adotado pelo imperador Augusto porque o valor exigido para a cavalaria (quatrocentos mil) teria sido “muito medíocre” em 45 a.C. A nosso ver, considerando a época representada por Varrão — 50 a.C. segundo Green (1997, p. 432) —, o autor empregou essa diferença entre pavões de um passado e do fim da República a fim de demonstrar que tanto aqueles homens *boni* quanto os *luxuriosi* estariam submetidos ao lucro, havendo ou não uma suposta degradação de costumes. A propósito, o adjetivo *bonus* que, no início do trecho, é atribuído aos pavões, serve também aos homens severos (*seueri boni uiri*) do fim do discurso de Mérula. Ora, se houvesse uma correlação entre os homens de luxo e os pavões, não seria mais lógica a aproximação vocabular entre ambos? O que se fez, no entanto, foi o contrário.

Em subcapítulo anterior, quando discutimos sobre a representação das aves do *De Re Rustica* de Varrão, apontamos a proposição de Green (1997, p. 434), que sugere todo

²²⁶ Como aponta o estudioso, embora não houvesse um valor legal para essas qualificações, o seu emprego não era indiscriminado, havendo “hierarquizações diversas, obedecendo a critérios diferentes” (Do original: “*hiérarchisations diverses, obéissant à des critères différents*”. Tradução nossa). (NICOLET, 1977, p. 728).

o viveiro de Varrão ser antropomorfizado, assemelhando-se, devido ao zelo e conforto dignos do “pão e circo” varroniano (GREEN, 1997, p. 443), com a *domus* romana. Os pavões contam também com aquelas benesses apontadas por Green (1997), quais sejam, o asseio, a boa alimentação, a guarda etc. No trecho III, 4 do *De Re Rustica*, Áxio, logo no início, rende-se ao lucro dos viveiros ao enunciar o seguinte:

Eu, na verdade, como dizem no acampamento, *post principia*, ou seja, destes nossos tempos antes que dos anteriores, pois se colhem frutos maiores dos pavões que das galinhas. E, por isso, não dissimularei o que desejo primeiro dos viveiros de aves, porque os tordos fizeram-nos significar lucro; com efeito, os sessenta mil fircelianos deixaram-me com um apetite ardente.²²⁷

Os pavões, as aves às quais a natureza concedeu “a palma da beleza” (*formae e uolucribus dedit palmam*) e que valem muito mais do que todas as outras (*nulla auis hunc assequatur fructum*), estão também submetidos ao lucro. Thébert (1980, p. 902) e Nicolet (1977, p. 751), sobre os altos estamentos, concordam ter havido, entre os senadores, uma minoria a quem era destinada a maior parte dos proventos das glórias militares e da política (THÉBERT, 1980, p. 902): os *nobilitas*.²²⁸

Ainda sobre isso, Rostovtzeff (2003, p. 12), no seu estudo sobre a economia romana, aponta terem vivido as famílias romanas primitivas exclusivamente da agricultura, trabalhando a terra com um pequeno número de escravos, geralmente ligados à família por tradição religiosa. As conquistas romanas, que fizeram aumentar o terreno fértil e a mão de obra por meio das pilhagens, fizeram enriquecer algumas dessas famílias. Em pouco tempo, Roma já contava com homens de negócios que transitavam entre o campo e a cidade (ROSTOVITZEFF, 2003, p. 16). Ora, o mito romano do homem do campo, que lavra a terra e se prepara para a guerra, representado pela figura de Lúcio Quíncio Cincinato,²²⁹ que fora duas vezes nomeado ditador, abandonando os campos, é exemplo do ideal instituído pelo *mos maiorum*.

A nosso ver, Varrão denuncia, no trecho III, VI, o enriquecimento dos romanos mais abastados, os *nobilitas* — os quais *nulla auis hunc assequatur fructum* — sua

²²⁷ Do original: *Ego uero, ut aiunt post principia in castris, id est ab his temporibus quam superioribus, quod ex pauonibus fructus capiuntur maiores quam e gallinis. Atque adeo non dissimulabo, quod uolo de ornithone primum, quod lucri fecerunt hoc nomen turdi. Sexaginta enim milia Fircelina excande me fecerunt cupiditate.* Varrão, *De Re Rustica*, III, 4. Trad. Matheus Trevizam.

²²⁸ Vide discussão do capítulo IV.1.2, em que apresentamos o conceito de *nobilitas*.

²²⁹ Cf. Tito Lívio, *História de Roma*, III, 26; III, 29 e IV, 13.

aproximação das extravagâncias urbanas, como os banquetes luxuosos e, ainda, sua submissão ao lucro.

Ora, Kronenberg (2009, p. 97), como já comentamos, sugere que “O *De Re Rustica* desconstrói o mito do agricultor virtuoso ao revelar que a vida agrícola passou a ser associada, na cultura romana, à moral e à religião em razão dos benefícios materiais (lucros) que ela proporciona aos romanos”.²³⁰

Ainda no fim do trecho, a cena de um banquete em que fora servido um pavão, culminando num hábito dos jantares luxuosos e, conseqüentemente, no aumento de seu preço, coaduna, a nosso ver, com uma observação de Green (1997) sobre o aviário varroniano:

Em outras palavras, cercado como está pela visão da floresta e de pássaros soltos acomodados nas árvores, o aviário varroniano é um estudo de — digamos assim? — confinamento fisicamente confortável, mas espiritualmente atormentador. (GREEN, 1997, p. 443)²³¹

O fim dos *nobilitas*, na perspectiva de Varrão, seria a mesa de jantar, onde essas pessoas eram servidas ao luxo — e não dele se serviam. Em outras palavras: um destino atormentador.

E a fábula I, 3, de Fedro? O fabulista, como discutimos, empregou o pavão também para representar um estamento elevado, uma ordem dirigente do Alto Império Romano. Entretanto, Fedro não deixa pistas sobre o seu pavão se tratar de um *nobilitas* ou de um membro das ordens oficiais sem outra distinção. Isso ocorre porque a fábula *Graculus superbus et pauo*, ao contrário do trecho varroniano supracitado, tem a gralha como personagem (ou partido) principal; ora, o promítio²³² refere-se a uma atitude da gralha, que se disfarçou de pavão e se imiscuiu no formoso grupo, e não a dos pavões, que a rejeitaram. Assim, a perspectiva expressa é a dos menos favorecidos: as gralhas.

*Tumens inani graculus superbia
pennas pauoni quae deciderant sustulit*

²³⁰ Do original: *The De Re Rustica debunks the myth of the virtuous farmer by revealing that the farming life became associated in Roman culture with morality and religion because of the material benefits it provides the Romans*. Tradução nossa.

²³¹ Do original: *In other words, surrounded as it is by the sight of woodland and of free birds settled in the trees, the Varronian aviary is a study of — shall we say? — physically comfortable but spiritually tormenting confinement*. Tradução nossa.

²³² Essa perspectiva encontra correspondência, por exemplo, no epítio da fábula I,1, *Lupus et agnus*, em que os “homens que oprimem com falsos argumentos” refere-se, evidentemente, à atitude do lobo; o mesmo ocorre em I, 24 (*Rana rupta et bos*); III, 6 (*Musca et mula*); III, 7 (*Lupus ad canem*) etc.

seque exornauit.

Nos versos acima, em que a gralha encontra a pena do pavão, temos a primeira marca do seu *error*: encheu-se de vazio orgulho (*tumens inani superbia*). Ernout & Meillet (1951) estabelecem que existe um parentesco entre *sub-* e *super* (sufixo formador de *superbia*). Segundo os autores, esse parentesco “aparece em compostos como *suspicio*, que não significa ‘olhar para baixo’, mas ‘olhar de baixo para cima, olhar de baixo’”²³³ (ERNOUT & MEILLET, 1951, p. 1165).²³⁴ Assim, a nosso ver, o emprego de *superbia* e *sustulit*, referindo-se ao caráter e a uma ação da gralha respectivamente, é um reforço expressivo do sentido. A personagem, ao recolher, de baixo para cima, uma pena, movida pela soberba, tem o seu movimento questionado pelo emprego desses vocábulos. Ora, existe no substantivo que lhe serve de referência, a soberba (*superbia*) um sufixo raiz que já sugeria a impossibilidade de ascensão da gralha. Além disso, as penas recolhidas haviam caído dos pavões. Entre *superbia* e *sustulit*, há o verbo *deciderant*, ou seja, a ação da gralha é também questionada pelo movimento das penas do pavão, pois ela precisou atentar-se ao que havia caído (e, conseqüentemente, ao chão) para poder enfeitar-se (*exornauit*). Para um romano nobre, se os ganhos econômicos não garantem a honra estamental (WEBER, 1982, p. 225), o que dizer sobre os ganhos que são, na verdade, os restos de outrem? Trimalquião herdou os bens de seu antigo senhor²³⁵ e, com empenho, fê-lo aumentar. A gralha de Fedro recolheu do chão aquilo com que pretendia adentrar no formoso grupo dos pavões (*pauonum formoso gregi*).

*Vnde contemnens suos
inmiscet se pauonum formoso gregi.
Illi impudenti pennas eripiunt aui
fugantque rostris.*

Também é significativo o emprego do verbo *inmiscet*. A gralha, desprezando os seus iguais, as outras gralhas, não adentra o grupo dos pavões, mas valendo-se das penas, mistura-se. As penas, na fábula I, 3, representam, a nosso ver, um elemento que distingue os altos estamentos dos demais: o luxo; como vimos, o acesso ao luxo, já restrito, não era o suficiente para o acesso aos altos ciclos sociais romanos. Lembremo-nos, mais uma vez,

²³³ Do original: “*Le parenté avec super apparait dans des composés comme suspicio qui ne veut pas dire ‘regarder en dessous’, mais ‘regarder d’en bas vers le haut’, ‘regarder d’en dessous’*”. Tradução nossa.

²³⁴ A discussão, que foge ao nosso propósito, é mais longa e remonta ao indo-europeu.

²³⁵ Cf. *Satyricon*, LXXVI.

de Trimalquião: embora muito abastado, não possuía os requisitos extraeconômicos para participar dos altos ciclos sociais romanos, restando-lhe, assim, oferecer banquetes a libertos como ele próprio, num inconstante esforço de imitação dos banquetes da elite romana. Mas a gralha de Fedro, não ciente de suas limitações naturais, acreditou que, apossando-se das belas penas dos pavões, poderia unir-se àquele formoso grupo. O resultado, como vimos, é a sua expulsão. Atentemo-nos, no entanto, para a forma como ela foi expulsa daquele grupo: por meio da violência. Os pavões arrancaram as falsas penas da gralha e, feito isso, expulsaram-na com os bicos. Weber (1947) explica-nos essa atitude:

Se a simples aquisição econômica e o poder econômico puro, ainda trazendo o estigma de sua origem extraestamental, pudessem conceder a quem os tivesse conseguido as mesmas honras que os interessados em estamentos em virtude de um estilo de vida que pretendem para si, a ordem estamental estaria ameaçada em suas bases mesmas, principalmente tendo em vista que, em condições de igualdade de honras estamentais, a posse per se representa um acréscimo mesmo não sendo abertamente reconhecida como tal. Não obstante, se essa aquisição e poder econômico proporcionassem ao agente qualquer honraria, sua riqueza resultaria em alcançar mais honras do que as pessoas que reivindicam, com êxito, as honras em virtude de um estilo de vida. Portanto, todos os grupos que têm interesses na ordem estamental reagem com especial violência precisamente contra as pretensões de aquisição exclusivamente econômica. (WEBER, 1947, p. 224)

Em seguida ao ataque dos pavões, a gralha se afasta daquele grupo carregando (*sustinuit*) uma triste marca (*tristem notam*). O emprego do verbo *sustinuit*, a nosso ver, é uma alusão ao jogo etimológico entre *superbia* e *sustulit*. Ora, a gralha manteve erguida não a sua falsa honra estamental, a sua probidade²³⁶ entre os altos estamentos, conquistada por vias duvidosas, mas sim uma marca (*notam*).

O vocábulo *notam* tem um amplo campo semântico, podendo significar a qualidade (do vinho ou de outros produtos), um fermento, uma marca de distinção etc.²³⁷ Atentar-nos-emos aos dois sentidos possíveis no contexto da fábula I, 3 de Fedro. O primeiro deles, evidente na intelecção, é o machucado, a ferida; a *tristem notam* é o resultado da violência a que a gralha foi submetida pelos pavões com seus bicos raivosos. No entanto, há a subintelecção proposta por Santos (2011, p. 255) e sobre a qual

²³⁶ Como sustentam Ernout & Meillet (1951, p. 950), os vocábulos *probus* (a partir deste, *probatio*) e *superbia* têm raízes semelhantes, também no indo-europeu.

²³⁷ Cf. *Oxford Latin Dictionary* (1968).

discorreremos em capítulos anteriores.²³⁸ Assim, a *tristem notam* da gralha é também, a nosso ver, uma referência à *nota censoria* promovida, principalmente durante a República, pelos censores:

É na atividade de regulador dos costumes que exerce o censor sua mais austera função. Tem ele o poder de julgar o comportamento dos indivíduos e de reprimir o incivismo e a imoralidade por meio da aplicação de multas ou pela nota censória que pode culminar na exclusão do Senado, na retirada do cavalo público de um cavaleiro, na mudança ou exclusão de uma tribo e na supressão provisória dos direitos políticos. (MADEIRA, 2008, p. 159)

A censura era uma magistratura com significativa autoridade em especial no período republicano. Era função do censor avaliar os bens dos cidadãos de modo que ocupassem suas classes na Assembleia das Centúrias. Havia, assim, um caráter discricionário no exercício da censura. Ora, ainda que a fábula I, 3 não trate especificamente de uma deliberação de cidadãos, não podemos deixar de notar essa relação uma vez que, também ali, há uma seleção para a participação no *formoso gregi pauoni*; e a exclusão da gralha se dá, também na fábula, por meio de uma *notam* provocada pela ação dos pavões.

Nos versos finais, é narrado o retorno da gralha ao seu grupo de origem. Ali, uma das gralhas toma a palavra e reforça o promítio da fábula: “Se tu tivesses sido contente com as nossas moradas e se tivesses desejado aceitar o que oferecera a natureza, nem terias sido submetida àquela injúria, nem a tua desgraça sofreria esta repulsa”. O vocábulo *natura*, no verso 14, também é uma via para a subintelecção. Podemos, sem sombra de dúvidas, entender que a gralha se referia à condição natural da outra, de gralha, independentemente se se enfeitasse com as penas de um pavão. No entanto, o espelho alegórico reflete outra coisa: o status político daqueles romanos que, embora enriquecidos, embora talvez presentes nos banquetes de seus patronos, jamais seriam vistos como um membro dos altos estamentos. Weber (1972, p. 222) sugere que

O sentimento de dignidade que caracteriza os estamentos positivamente privilegiados relaciona-se, naturalmente, com seu ‘ser’ que não transcende a si mesmo, isto é, relaciona-se com sua ‘beleza e excelência’. Seu reino é ‘deste mundo’. Vivem para o presente e explorando seu grande passado. (WEBER, 1972, p. 222)

²³⁸ Vide capítulo II.4.

Embora essa análise do autor não se refira especificamente aos romanos, tendo como objeto as sociedades estamentais de modo mais generalizante,²³⁹ consideramos pertinente a ideia de uma relação natural com o “ser”. Isso não significa, no entanto, que a “dignidade essencial” da nobreza romana fosse, no cotidiano, entendida com essa solidez. É o que aponta Nicolet (1977, p. 732) ao sugerir que a hierarquia romana, dotada de uma nobreza sustentada pela antiguidade do nome, precisava de constante manutenção, pois ela tinha uma relação de dependência com a função exercida pelo nobre e sua *gens*: “Em outros termos, o que importa é menos a antiguidade e a ‘nobreza’ do nome do que a permanência, e a renovação a cada geração de uma mesma família, nos cargos superiores da cidade” (NICOLET, 1977, p. 732).²⁴⁰ De todo modo, é inegável que o acesso fosse restrito; daí, o emprego de *natura* na fábula I, 13, uma vez que o nascimento, em primeira instância, era a primeira via de acesso à nobreza romana.

IV.2.2 – Os zangões e outras abelhas (fábula III, 13)

Na fábula III, 13, há a seguinte narração: alguns zangões reivindicam a propriedade dos favos produzidos pelas abelhas. Assim, a pendência é levada ao tribunal, onde uma vespa, no papel de juiz, decide que ambos os grupos deverão produzir mais favos e mel, a fim de que, pelo sabor, se compare a origem daqueles sobre os quais há dúvida. Os zangões, insatisfeitos, rejeitam a proposição. Assim, a vespa decide pelas abelhas.

Ora, é evidente que a trama de *Apes et Fuci Vespa Iudice*, tem, como pano de fundo, uma questão jurídica. Portanto, a nossa leitura alicerçar-se-á, a princípio, em outra fábula, também de Fedro, com tema semelhante: *Lupus et Vulpes Iudice Simio* (I, 11), em que um lobo acusava uma raposa pelo crime de furto e esta, por sua vez, negava sua culpa, ao passo que também acusava o outro. Um macaco, tendo assumido o papel de juiz, diz que nem um, nem outro é inocente: “Tu não pareces ter perdido o que alegas; quanto a ti, acredito teres surrupiado o que lindamente negas”.²⁴¹

²³⁹ O autor, inclusive, relaciona o sentimento de dignidade estamental dos membros inferiores a um futuro distante, a um reino prometido neste ou em outra vida. Esse tipo de perspectiva, a nosso ver, não se sustenta no universo de crenças romano do século I. d.C.

²⁴⁰ Do original: *En d'autres termes, ce qui compte, c'est moins l'antiquité et la “noblesse” du nom que la permanence, et le renouvellement à chaque génération dans une même famille, des charges supérieures de la cité.* Tradução nossa.

²⁴¹ Do original: *Tu non uideris perdidisse quos petis; / te credo subripuisse quod pulchre negas.* Fedro, *Fabulae*, I, 11, vv. 9 e 10. Tradução nossa.

De início, os títulos. Ambas as fábulas têm, em seus títulos, o emprego do ablativo absoluto (*uespa iudice e iudice simio*). Consideramos essa uma observação pertinente uma vez que, em outros textos fedrianos, as personagens aparecem em nominativo, valendo-se de conjunções aditivas: *Lupus et agnus*, *Canis et Capella*, *Ouis et Leo*, *Aquila Feles et Aper*, ou com sintaxes mais elaboradas, em que a preposição pode indicar a interlocução entre as personagens, como em *Asinus ad Senem Pastorem*, ou, ainda, com o emprego de um verbo para delimitar a ação principal da fábula, como ocorre em *Ranae Regem Petunt*. O emprego do ablativo absoluto nas fábulas *Lupus et Vulpes Iudice Simio* e *Apes et Fuci Vespa Iudice* coloca um sintagma em evidência no aspecto formal e, no aspecto semântico, carrega a noção de circunstancialidade, qual seja, um evento não comum ou cotidiano. Essa escolha não é casual, como veremos.

Se considerarmos o caráter do macaco (*simius*) em outra fábula, *Vulpes et Simius*,²⁴² vemos que o animal é representado, ali, em tom jocoso, pois tendo pedido à raposa uma parte de sua cauda para que cobrisse seu traseiro, recebe uma resposta negativa: “Quando ela se tornar mais longa, eu preferirei arrastá-la na lama e nos espinhos a te oferecer uma mínima parte”.²⁴³ Em outro texto, III, 4, *Lanius et Simius*, o macaco também é referido de forma jocosa, pois o açougueiro (*lanius*), tendo sido questionado sobre um macaco dependurado em sua porta entre outras mercadorias e comidas, afirma, gracejando (*iocans*), que o gosto do animal seria tal qual a sua cabeça. Em seguida, o epílogo complementa a ideia: “Acho que isto foi dito mais por graça do que por verdadeiro julgamento; frequentemente encontrei homens péssimos e formosos, mas também conheci muitos homens de torpe face e de muito bom caráter”.²⁴⁴ Noejpgard (1963, p. 172) sugere, em seu estudo sobre as fábulas de Fedro, que a sociedade ali representada se divide entre grandes e pequenos. O estudioso argumenta, ainda, que, a despeito de a fábula esopiana também estabelecer uma estrutura bipartidária entre as personagens, a saber, *os fortes e os fracos*, é originalidade de Fedro tanto a sua atualização para *os grandes e os pequenos* como a associação da virtude e do estatuto (social) a essas categorias. Para ele, “os pequenos são inocentes, mas oprimidos; os grandes, viciosos, mas vitoriosos”.²⁴⁵

²⁴² Fedro, *Fabulae*, a, 1.

²⁴³ Do original: *Longior fiat licet, tamen illam citius per lutum et spinas traham quam tibi particulam quamuis parvam impartiar*. Fedro, *Fabulae*, a., 1, vv. 3-5. Tradução nossa.

²⁴⁴ Do original: *Ridicule magis hoc dictum quam uere aestimo; quando et formosos saepe inueni pessimos, et turpi facie multos cognoui optimos*. Fedro, *Fabulae*, III, 4, vv. 5-7. Tradução nossa.

²⁴⁵ Do original: *les petits sont innocents, mais opprimés; les grands vicieux, mais victorieux* (NOEJGAARD, 1972, p. 172). Tradução nossa.

Ora, o emprego do ablativo absoluto em *Lupus et Vulpes Iudice Simio* ocorre, a nosso ver, não apenas para destacar e representar a circunstancialidade, mas também para indicar um evento inusitado: se um ser desprezado como o macaco assumisse o papel de *iudex*, a sentença seria desfavorável para aqueles de maior prestígio (o lobo e a raposa). Assim, quando o macaco, sendo *iudex*, associa o lobo e a raposa, animais comumente associados à força e à grandeza, a uma constante torpeza por conhecê-los muito bem (*pulcherrime*), é capaz de proferir uma sentença que condene ambos, o que, no universo das constantes relações de opressão nas fábulas de Fedro, é uma sentença justa (embora inusitada, tal qual a figura do macaco como *iudex*).

A partir dessas reflexões, retornamos à fábula *Apes et Fuci Vespa Iudice*, em que, valendo-se do ablativo absoluto, uma vespa é apresentada como *iudex*. O caráter da vespa não é algo que encontramos nos textos de Fedro, uma vez que o animal é representado apenas na fábula em questão. Acreditamos, no entanto, que dois trechos de Varrão podem dizer alguma coisa não apenas sobre a vespa, mas também sobre as outras personagens, os zangões e as abelhas:

E assim, expulsam de junto delas os zangões perseguindo, porque não ajudam e consomem o mel; fazendo eles muito barulho, mesmo poucas, perseguem grande número deles.²⁴⁶

Um pouco adiante:

O que alguns chamam de ladrão, outros de tavão, é negro, e de ventre avolumado. A vespa, que é semelhante à abelha, não partilha seus trabalhos e costuma prejudicar com a picada; as abelhas a afastam de si.²⁴⁷

Nesses trechos percebemos que, em Varrão, a vespa, a abelha e o zangão são inimigos. Essa relação é muito bem-vinda para a estrutura da fábula fedriana, uma vez que, segundo Onelley & Peçanha (2010, p. 176):

²⁴⁶ Do original: *Itaque insectantes ab se eiciunt fucos, quod hi neque adiuuant et mel consumunt, quos uocificantes plures persecuntur etiam paucae.* Varrão, *De Re Rustica*, III, XVI. Trad. Matheus Trevizam.

²⁴⁷ Do original: *Fur qui uocabitur, ab aliis fucus, est ater et lato uentre. Vespa, quae similitudinem habet apis, neque socia est operis et nocere solet morsu, quam apes a se secernunt.* Varrão, *De Re Rustica*, III, XVI. Trad. Matheus Trevizam.

O relato fabulístico apresenta, de modo geral, uma relação de antinomia entre dois partidos, que se decide por meio da ação ou do debate. Além disso, um dos partidos pode conter mais de um representante, sendo admissível, ainda, o aparecimento de um terceiro personagem em conflito ou de um árbitro, que anuncia a conclusão.

Fedro teria empregado esses animais na fábula III, 13 como uma alusão ao *De Re Rustica* varroniano? É provável, e tentaremos, ao longo desta análise, demonstrar algumas semelhanças, inclusive de cunho lexical. Ambos os autores nos dizem, de todo modo, que a relação desses animais é conflituosa — seja isso verdadeiro ou não, estaria no universo de expectativas do séc. I.

Consideremos a figura da vespa nos dois autores. Em Varrão, ela está em oposição às abelhas, pois “não partilha seus trabalhos e prejudica com a picada”. A vespa é, portanto, um incômodo para as abelhas. Já em Fedro, a vespa assume o papel de árbitro (ou terceiro partido) em uma contenda entre abelhas e zangões.

A fim de que nossa leitura seja mais bem sustentada, consideramos necessários alguns apontamentos sobre o Direito Romano Clássico.

Segundo alguns manuais que versam sobre a disciplina,²⁴⁸ o Direito Romano teve três fases: a *legis actiones* (“ações da lei”), esta mais afeita ao aspecto sacro, além de extremamente formal;²⁴⁹ o processo *per formulas* (formular), mais flexível, laico e propenso ao texto escrito; e a *cognitio extra ordinem*, esta já no período pós-clássico e exercida com maior influência do Estado. Para a nossa análise, interessa o processo formular, uma vez que sua vigência (instituído como processo oficial e efeitos no *ius civile* a partir 17 a.C.)²⁵⁰ está em consonância com o período em que Fedro teria escrito suas fábulas.²⁵¹ Além disso, a configuração inicial do julgamento (*litis contestatio*), com a pretensão dos zangões (*intentio*), a apresentação do litígio (*demonstratio*), das personagens e o modo como foi proferida a sentença (*adiudicatio*) são aspectos da fábula que muito se assemelham, a nosso ver, ao curso de um processo litigioso *per formulas*.

No início, a questão é apresentada:

²⁴⁸ Borges (1987); Alves (2016); Correia & Sciascia (s.d.).

²⁴⁹ O formalismo das ações da lei era tamanho que, se alguém, em juízo, não recitasse a lei de modo estrito, perderia a ação.

²⁵⁰ Embora as três fases sejam apresentadas separadamente nos principais manuais, o processo *per formulas* e a *cognitio extra ordinem* coexistiram até que esta última tornou-se o principal meio de exercer o Direito, já no período do Dominato (há que se considerar, no entanto, a sua origem no Principado, 27 a.C., quando o Estado pretendeu afigurar-se com mais ímpeto na justiça). Vale lembrar que o *ius civile* era aplicado apenas a cidadãos romanos.

²⁵¹ No período Júlio-Claudiano (MARINHO, 2016, p. 52).

No alto de um carvalho, as abelhas fizeram favos;
os quais alguns zangões preguiçosos disseram ser seus.
A ação foi conduzida ao tribunal, sendo juiz uma vespa.²⁵²

De início, reconhecemos a questão tratada, a propriedade²⁵³ dos favos, como a *rei vindicatio*. É nas *Institutas* de Gaio que encontramos a definição de uma ação de reivindicação

A ação *in rem* é, quando desejamos ser nossa uma coisa corpórea, ou ter algum direito para nós, seja de uso ou usufruto, de passagem, de caminho para a água ser conduzida (aqueduto) ou de elevar uma construção ou de observar(...).²⁵⁴

Dillon (2000, p. 203) diz, assim, que “A *rei vindicatio* era, pois, a ação real que no direito romano se concedia ao proprietário quiritário para recuperar sua coisa, móvel ou imóvel de quem a possuía”.²⁵⁵

É interessante observar, ainda, que Fedro resumiu, nos três versos acima, um aspecto importante do processo formular, que era dividido em duas partes, *in iure* e *apud iudicem*. Na etapa *in iure*, a questão era levada ao pretor, ao magistrado, que decidia a fórmula a ser usada e nomeava o *iudex* e o tribunal onde se daria a lide. A etapa *apud iudicem* se dava perante o *iudex* escolhido pelo pretor, estando de acordo as partes do litígio, o demandante e o demandado (BORGES, 1987, p. 39). Vale salientar, ainda, que a introdução da fábula se encerra com o ablativo absoluto *uespa iudice*.

Em seguida à introdução, justifica-se a razão de ser a vespa o juiz, bem como, tomada a palavra, esta profere o modo como será conduzida a ação:

A vespa, porque conhecia muito bem tanto as abelhas quanto os zangões, apresentou esta lei para as duas partes:
O corpo é mesmo parecido e a cor é idêntica,
e, não sem razão, a decisão seria bastante duvidosa.
Mas para que, sendo imprudente, a minha consciência não erre,

²⁵² Do original: *Apes in alta fecerant quercu fauos / hos fuci inertes esse dicebant suos / Lis ad forum deducta est uespa iudice*. Fedro, *Fabulae*, III, 13, vv. 1-3. Tradução nossa.

²⁵³ É importante ressaltar, aqui, a diferença conceitual entre “posse” e “propriedade”. Correia & Sciascia (s.d., p. 117) definem a posse como o poder físico sobre uma coisa; já a propriedade era o poder jurídico. A questão se torna mais clara quando pensamos nas relações de colonato: os proprietários eram os senhores das terras, mas possuíam-nas os colonos, que as arrendavam. Na fábula em questão, os zangões reivindicam a propriedade, ao passo que as abelhas possuem os favos.

²⁵⁴ Do original: *In rem actio est, cum aut corporalem rem intendimus nostram esse aut ius aliquod nobis competere, uelut utendi aut utendi fruendi, eundi, agendi aquamue ducendi uel altius tollendi prospiciendiue (...)*. *Institutas*, Gaio, 4,3. Trad. José Cretella Jr. e Agnes Cretella.

²⁵⁵ Do original: *La “rei vindicatio” era pues la acción real que en el derecho romano se concedía al propietario quiritarario para recuperar su cosa, mueble o inmueble de quien la poseyera*. Tradução nossa.

preparai vossos ventres e derramai o produto nos favos,
para que, pelo sabor do mel e pela forma do favo,
apareça o autor destes, aquele sobre quem se trata.²⁵⁶

No quarto verso, o advérbio *pulcherrime*, para além de um possível complemento para a referência de Fedro a Varrão, garante certa comicidade ao primeiro verso. Ora, se a vespa conhecia maravilhosamente bem tanto um quanto outro grupo, a sua sentença seria, a princípio, viciada. Lembremo-nos do modo como as abelhas e as vespas se davam no texto varroniano! Além disso, o sistema *ordo iudiciorum privatorum*, segundo estudiosos,²⁵⁷ por ter um caráter privatista e certa independência do Estado, muito distinto daquele instaurado a partir do Principado e consolidado no Dominato (*cognito extra ordinem*), possibilitava certa subjetividade às sentenças dos *iudices*, de modo que não lhes escapava alguma arbitrariedade. Guedes (2010, p. 20) lembra-nos conhecida passagem de Aulo Gélío, em que o autor narra um episódio de quando fora chamado pelos pretores para assumir julgamentos privados. Na ocasião, apresentou-se como reclamante um homem de “conhecida e comprovada boa fé e de vida impecabilíssima, e se lhes conheciam muitos e manifestos exemplos de probidade e sinceridade”,²⁵⁸ mas que não apresentava provas sobre a dívida que imputava. O reclamado correspondia a “homem não de bom valor, de vida torpe e sórdida, provado publicamente em mentiras, pleno de perfídias e de fraudes”.²⁵⁹ Este, acompanhado de advogados, dizia que o valor supostamente devido não podia ser provado, pois não havia registro em contas de mesa do banqueiro, em assinalação em tábuas, e em nenhum outro meio costumeiro. Gélío, em passagem posterior, conta-nos que adiou a causa por não haver meio de julgá-la, embora tenha sido aconselhado por homens mais experientes na justiça que o reclamante deveria

²⁵⁶ Do original: *Quae, genus utrumque nosset cum pulcherrime / legem duabus hanc proposuit partibus / Non inconueniens corpus et par est colos / in dubium plane res ut merito uenerit / Sed ne religio peccet inprudens mea / alios accipite et ceris opus infundite / ut ex sapore mellis et forma faui / de quis nunc agitur, auctor horum appareat.* Fedro, *Fabulae*, III, 13, vv. 6-11. Tradução nossa.

²⁵⁷ Guedes (2010, p. 14) e Nascimento (2001, p. 105) comentam da subjetividade da sentença do *iudex* no *ordo iudiciorum privatorum*. Há, no entanto, que se considerar que os respectivos estudos não versam sobre a regra do Direito Romano Clássico, mas sim apontam possibilidades no exercício da justiça à época. Schäfer (2013, p. 155), sobre isso, lembra-nos que a atividade dos pretores urbanos era orientada por “grandes princípios jurídicos”, de modo que os seus *edicta*, ou programas de ação (CRUZ, 1984, p. 340), reafirmavam o *ius civile*, adaptando-o para os casos concretos locais. Vale ressaltar, ainda, que a fase *in iure* era orientada pelos *edicta*, de modo que também a etapa *apud iudicem* o fosse.

²⁵⁸ Do original: *Firme bonum notaeque et expertae fidei et uitae inculpatissimae, multaque et industria exempla probitatis sinceritatisque.* Aulo Gélío, *Noites Áticas*, XIV. II. 4. Trad. José R. Seabra.

²⁵⁹ Do original: *Hominem esse non bonae rei uitaeque turpi et sordida conuictumque uolgo in mendaciis plenumque esse perfidiarum et fraudum ostendebatur.* Aulo Gélío, *Noites Áticas*, XIV. II. 6. Trad. José R. Seabra.

ser absolvido.²⁶⁰ Esse trecho, a nosso ver, exemplifica bem a razão do emprego de *pulcherrime* na fábula III, 13 de Fedro, uma vez que o juízo que se fazia das partes, embora não estivesse registrado nos editos dos pretores, poderia, sim, ser um fator determinante para a sentença.

No oitavo verso da fábula (“Mas para que, sendo imprudente, a minha consciência não erre”), o verbo *peccet*, se lido à luz da cultura do Direito Clássico, é bastante significativo; ocorre que, no período em questão (*ordo iudiciorum privatorum*), como lembra Borges (1987, p. 50), não havia a possibilidade de recursos. Uma vez proferida a sentença, a coisa estava julgada e tinha efeito executório. Assim, ainda que conhecendo bem as partes (*pulcherrime*) e tendo inimizade especial com uma delas (as abelhas), a vespa é prudente e sugere provas antes de proferir a sentença.

Acerca da regulação das provas pelo *ius civile* e pelo *ius honorarium* no período em foco, Jean Philippe Levy assevera, em estudo dedicado à teoria das provas, que os fragmentos encontrados nas Leis das XII Tábuas não apresentavam uma disciplina sistematizada do tema, mas limitavam-se a regular minimamente alguns meios de prova já conhecidos por outros povos da antiguidade; posteriormente, nenhuma lei, nenhum *senatus consulta* ou constituição tratou das provas em seu conjunto; por outro lado, o Edito do Pretor não continha nada – ou quase nada sobre as provas –, ressalvadas algumas passagens sobre o juramento voluntário ou o juramento necessário. (GUEDES, 2010, p. 15)

Como aponta Guedes, a atividade probatória não foi documentada. Em sua discussão, a autora acrescenta, um pouco adiante (GUEDES, 2010, p. 18), que a ausência de registro possivelmente se deve ao baixo interesse do Estado e mesmo dos pretores na preceituação e valoração das provas na fase *apud iudicem*, dado o caráter privado do processo à época. É por essa razão que, a nosso ver, a vespa sugere as provas sem o intermédio de um quarto partido (os pretores urbanos), exercendo a liberdade de *iudex* naquela etapa do processo. Por essa mesma razão, consideramos que, a despeito do emprego do imperativo no nono verso da fábula (*accipite e infundite*), trata-se ali de uma sugestão e não de uma ordem. A *iudex vespa* sugere um pacto entre as partes de modo que a questão se resolva mediante provas.

Guedes comenta, ainda, um preceito do Digesto de Justiniano: *ei incumbit probatio qui dicit, non qui negat*²⁶¹ (“a prova recai sobre aquele que declara, não sobre

²⁶⁰ Aulo Gélío, *Noites Áticas*, XIV. II. 9.

²⁶¹ *Digesta* de Justiniano, 22.3.2.

quem nega”). Segundo a estudiosa, esse preceito seria uma “uma simples orientação destinada aos práticos e aos juizes privados, despido de qualquer obrigatoriedade” (GUEDES, 2010, p. 20). Curiosamente, é o que se verifica na fábula III, 13, uma vez que o fato de os zangões serem os demandantes da ação não desobrigou as abelhas de também produzirem provas.

Vale ressaltar que a produção de provas se dava perante o *iudex* e as partes tinham também ampla liberdade nessa etapa, sendo admitidas qualquer espécie delas (GUEDES, 2010, p. 15). No entanto, na fábula III, 13, as provas são pedidas pelo próprio *iudex*, cabendo às partes aceitar ou não o pacto. Dillon (2000, p. 206) afirma que, na ação de *rei vindicatio*, poderiam ser dados como prova “a documentação, a confissão, o juramento, as testemunhas, a perícia e o reconhecimento judicial (inspeção ocular)”.²⁶² Neste último, utilizado especialmente para a *rei vindicatio* de bens imóveis, o juiz poderia valer-se de avaliadores terceiros.

Passemos aos últimos versos da fábula:

Os zangões recusam, a condição agrada às abelhas.
Então a vespa proferiu a sentença para o litígio:
“Está evidente quem não é capaz e quem tem a experiência,
de modo que restituo às abelhas o seu fruto”.
Eu passaria em silêncio por esta fábula,
se os zangões não tivessem recusado o pacto de boa-fé.²⁶³

Nesses versos, os zangões negam as condições da prova. Notemos que eles não deixam de provar a propriedade sobre os favos, tampouco apresentam provas fraudulentas, mas, antes, discordam das condições do litígio. Isto é, desistem da ação. Se assim fazem, perdem a ação. Nos dois últimos versos, o autor anuncia que, caso os zangões aceitassem o pacto, a fábula não existiria; isto é, o caso não seria narrado. Ora, ocorre que, nesta fábula, Fedro não denuncia um caso de abuso de poder, mas sim aponta uma suposta anomalia jurídica, isto é, a decisão favorável à verdade. Não por acaso, é no prólogo do III livro que o fabulista narra o viciado processo judicial do qual teria sido “vítima”:

Se houvesse outro acusador que não Sejano,

²⁶² Do original: (...) *el ofrecimiento de documentos, confesión, juramento, testigos, pericia de expertos, reconocimiento judicial (inspección ocular)*. Tradução nossa.

²⁶³ Do original: *Fuci recusant, apibus condicio placet / Tunc illa hac litem sustulit sententiam / “Apertum est quis non possit aut consueuerit / quapropter apibus fructum restituo suum”. / Hanc praeterissem fabulam silentio / si pactam fuci non recusassent fidem*. Fedro, *Fabulae*, III, 13. vv. 12-17. Tradução nossa.

outra testemunha, outro juiz talvez,
 eu me reconheceria digno de tantos males
 e não atenuaria a minha dor com estes remédios.
 Eu queria ser perdoado por ele, nada menos;
 pois não está em meus planos apontar indivíduos,
 mas sim expor a própria vida e os costumes dos homens.²⁶⁴

Vale ressaltar que, na fábula III, 13, não apenas a figura da vespa como *iudex* é incomum; também o é a relação entre os dois partidos. Plínio o Velho, na sua *Naturalis Historia*, esclarece que os zangões são escravos das abelhas, e estas, por possuírem o ferrão, matam os zangões quando eles não lhes são mais úteis.²⁶⁵ Ora, a força estaria, assim, muito mais próxima das abelhas, sendo os zangões o partido oprimido,²⁶⁶ por trabalharem sem direito aos frutos. Há que se considerar, no entanto, a observação de Portella (1983) de que as associações de que se vale a fábula para a representação de valores em animais não têm necessariamente compromissos com o discurso e o conhecimento científico. O autor exemplifica: “Para a fábula é totalmente indiferente se a preferência que tem por exemplo, a raposa por uvas ou queijos corresponde aos nossos conhecimentos científicos sobre esse animal” (PORTELLA, 1983, p. 136). Além disso, os dois primeiros versos são muito enfáticos ao afirmar que as abelhas fizeram (*fecerant*) os favos e que aqueles zangões são ineficazes (*inertes*), isto é, inaptos aos trabalhos da colmeia. Assim, se considerarmos as descrições de Plínio, o Velho, e de Varrão para a análise da fábula III, 13, a virtude estaria, de modo incomum, próxima da força, ao passo que o vício seria característica atribuída aos mais fracos.

Concluimos, assim, que a fábula III, 13, valendo-se principalmente do ablativo absoluto *vespa iudice*, é uma exposição do que, aos olhos do poeta, seria incomum, qual seja, um processo justo, cujo *iudex* não se permite à arbitrariedade despropositada e faz

²⁶⁴ Do original: *Quodsi accusator alius Seiano foret / si testis alius, iudex alius denique / dignum faterer esse me tantis malis / nec his dolorem delenirem remediis / Huic excusatum me uelim nihilo minus / neque enim notare singulos mens est mihi / uerum ipsam uitam et mores hominum ostendere*. Fedro, *Fabulae*, III, pr. vv. 17-23. Tradução nossa.

²⁶⁵ *Sunt autem fuci sine aculeo, uelut imperfectae apes nouissimaeque, a fessis et iam emeritis inchoatae, serotinus fetus et quasi seruitia uerarum apium, quamobrem imperant is primosque expellunt in opera, tardantis sine clementia puniunt*. “Os zangões não possuem ferrão e são, assim, como abelhas imperfeitas e muito jovens, criadas pelas mais antigas, estas já cansadas. Zangões são rebentos tardios e como que escravos das verdadeiras abelhas, as quais imperam sobre eles, enviando-os primeiro ao trabalho, punindo os preguiçosos sem qualquer piedade”. Um pouco adiante, o autor acrescenta: *Certe quo maior eorum fuit multitudo, hoc maior fit examinum proventus. Cum mella coeperunt maturescere, abigunt eos, multaeque singulos adgressae trucidant*. “Certamente, quão maior a multidão dos zangões, maior também o produto dos enxames. Quando o mel começa a diminuir, as abelhas picam-nos, e muitas, juntas, matam um a um”. Plínio, o Velho, *Nat.* XI, 11. Tradução nossa.

²⁶⁶ O termo *oprimidos*, vale lembrar, é uma referência ao epíteto da fábula I, 1, vv. 14-15: *Haec propter illos scripta est homines fabula / qui fictis causis innocentes opprimunt*. “Esta fábula foi escrita para aqueles homens que, com falsos argumentos, oprimem os inocentes”. Tradução nossa.

bom exercício de sua função. As fontes do Direito Romano apresentam-nos um bom controle da função do *iudex* e dos próprios editos pretorianos. Há, no entanto, a fábula III, 13 — que nos parece querer mostrar coisa diferente. Logo, a referida fábula é, a nosso ver, uma crítica (velada) ao sistema jurídico do tempo de Fedro.

IV.2.3 – Porcas e lobos (fábula A, 17)

Em Roma, as relações entre os indivíduos refletiam a rigidez da hierarquizada estrutura da *Vrbs*. Na verdade, essas relações talvez fossem a própria estrutura social romana. Ocorre que, como lembra Leite (2003, p. 19), Dionísio de Halicarnasso menciona, em *Antiquitates Romanae*, II, 9, que, desde o início, a organização da *Vrbs* foi pensada de modo que houvesse uma interdependência entre os dois principais estamentos: patrícios e plebeus:

Rómulo, después que distinguió a los poderosos de los humildes, dio leyes acordes con ello y dispuso lo que cada grupo debía hacer. Los patricios realizar las funciones religiosas, desempeñar los cargos, administrar justicia y dirigir con él los asuntos públicos, dedicándose a lo concerniente a la ciudad. Los plebeyos estaban excluidos de todo lo anterior por ser inexpertos en estas ocupaciones y no tener tiempo para ellas a causa de su escasez de medios; debían cultivar la tierra, criar ganado y dedicarse a oficios lucrativos para evitar sediciones, como sucede en las otras ciudades cuando los que tienen cargos ultrajan a los humildes o la muchedumbre y los pobres envidian a las autoridades. A los patricios les entregó los plebeyos como depósito, ordenando que cada plebeyo escogiera al que quisiera como patrono. (...) Rómulo prestigió la relación con un nombre adecuado, llamando patronazgo a esta protección de los pobres y humildes; asignó a unos y otros funciones útiles haciendo de esta mutua dependencia algo benéfico y social.²⁶⁷

Ainda segundo Leite (2003), ao relacionar a estrutura hierárquica da *Vrbs* com os tempos do lendário Rômulo, Dionísio garante-lhe uma aura de respeitabilidade. No entanto, a autora pondera ao dizer que Dionísio não relatava, ali, fatos históricos, mas sim a crença dos romanos sobre o seu próprio passado. “Isto certamente não significa que o testemunho de Dionísio de Halicarnasso seja desprovido de valor. Ao contrário, ele descreve o ideal, compreendido pelos romanos de sua época (o século I a.C.), do que deveria ser a relação patrono-cliente” (LEITE, 2003, p. 19).

²⁶⁷ Dionísio de Halicarnasso, *Antiquitates romanae*, II. 9. Trad. Elvira Jiménez e Ester Sánchez.

Essa organização, tradicionalmente atribuída a Rômulo e que garantia uma relação de interdependência entre patrícios e plebeus, atravessou a história romana. Assim, durante a República, o patronato manteve-se como pilar da estrutura social romana. Sobre a relação patrono-cliente, é interessante observar que, embora sua forma mais “palpável” seja a relação entre pessoas, não se limitava a esse aspecto. Leite (2003, p. 27) aponta que Roma era como um patrono para as províncias subjugadas, uma vez que lhes garantia proteção e solidez institucional em troca de apoio em forma de produtos. Essa perspectiva é também destacada por Ardanaz (2005, p. 6). Ora, quando Roma instaurava e repetia suas estruturas institucionais nas províncias, ampliando o fluxo de favores entre seus integrantes, estava, evidentemente, alocando indivíduos na hierarquia e, conseqüentemente, na pirâmide social.

Ardanaz (2005, p. 5) aponta, de modo incisivo, a que se dava a relação patrono-cliente. Segundo a estudiosa, o patronato era essencial e necessariamente uma relação entre desiguais, havendo um controle daquele que oferece sobre aquele que recebe. Ela argumenta que os patronos, além de possuírem recursos materiais, contavam também com certo livre acesso aos centros do poder estatal.

Mas quais eram esses favores de que comentam os estudiosos? De que modo os dois estamentos se ajudavam? De início, é importante salientar que o patronato/clientelismo não tinha respaldo legal/escrito; dava-se, sobretudo, apoiado na *fides*. Logo, quando um plebeu se associava a um determinado patrono, havia entre esses sujeitos uma relação de confiança, esta, por sua vez, apoiada em proteção, prestígio e sustento. Um patrono dependia moralmente do seu cliente; este, por sua vez, lhe prestigiava com saudações diárias, apoio nas eleições e presença nos eventos promovidos pelo patrono. Embora, para os nossos dias, isso não seja tão significativo, era-o para um romano patrício:

(...) os patronos lucravam em possuir extensa rede de clientes, ainda mais quando estes clientes eram pessoas de prestígio em suas comunidades. Membros de realezas provinciais eram disputados por patronos ávidos por maior poder em forma de contatos, que a elite das províncias era pródiga em ofertar. (LEITE, 2003, p. 26)

Na outra ponta, os clientes também tinham seus benefícios. Mas é preciso salientar, antes, que a relação de patronato/clientelismo não se dava apenas entre pessoas pobres e abastadas, ao contrário do que descreve Dionísio de Halicarnasso. Em Roma, todos eram clientes de alguém. Imaginemo-nos correndo os olhos pelo modelo da

pirâmide, de baixo para cima; perceberemos, tão logo, que à medida que nossos olhos migram de um estamento para o seu superior, a clientela se torna mais abastada, e mais abastados também os seus patronos. Pois, como dissemos, havia, a cada “degrau”, uma relação de patronato/clientela. Logo, patrícios poderiam ser clientes de outros patrícios, bastando apenas que o primeiro alcançasse o centro de poder estatal com maior facilidade, e isso significava, evidentemente, estar um degrau acima no *cursus honorum*.

Independentemente do estatuto a que pertenceriam os patronos e seus clientes, a sua relação era baseada na desigualdade material. O patrono sempre tinha mais posses do que o cliente; e o cliente, por sua vez, retribuía, como dissemos, com aquilo de que o patrono mais precisava: o prestígio.

E havia a *sportula*. Originalmente, os patronos ofereciam uma cesta com o jantar de seus clientes; mais tarde, essa cesta transformou-se em uma irrisória quantia em dinheiro. Além disso, cabia aos patronos

Outorgar uma toga aos seus clientes, para que se apresentassem conformes à ocasião e ao estatuto. Inclusivamente os artistas, nomeadamente os que se votavam (*sic*) às artes da escrita, poética ou histórica, corriam atrás de um patrono que os apoiasse e financiasse, em verdadeira atitude mecenática. (GRAÇA, 2000, p. 124)

Até mesmo os clientes de melhor situação recebiam a *sportula*. É o que parece sugerir, como lembra Graça (2000, p. 127), um trecho de Juvenal:

Mas, terminado o ano, até mesmo o mais honrado cargo calcula o quanto a *espórtula* rendeu.²⁶⁸

Ocorre que, ao longo da República, o clientelismo representava grande vantagem para os patronos, uma vez que, quando em eleições, era o prestígio dos clientes um grande contributo para que o patrono galgasse cargos políticos e magistraturas. Com o advento do Império,²⁶⁹ essa situação sofreu algumas mudanças. Os patronos, pouco a pouco, foram deixando de depender do voto e da persuasão dos clientes. Por outro lado, como o imperador se propunha a ser um grande patrono de todos, também os clientes se veriam desobrigados das saudações e apoio aos seus patronos. A solução era a exigência de

²⁶⁸ Do original: *Sed cum summus honor finito computet anno, sportula quid referat*. Juvenal, *Sátiras*, I, 117-118. Tradução nossa.

²⁶⁹ Graça (2000, p. 7) comenta que o patronato nas províncias preparou o terreno para o principado, uma vez que os líderes militares perceberam que, graças ao prestígio com que contavam, podiam transformar seus recursos militares em recursos políticos.

prestígio e *dignitas* para o acesso às magistraturas; assim, o patronato não se veria desobrigado da *sportula* e outras benesses para os clientes. Mas o patronato, por outro lado, manteve-se o mesmo: pois “os imperadores tiveram sempre muito cuidado em manter os direitos de patronato da aristocracia, convertendo as redes clientelares em uma verdadeira pirâmide de influências”. (ARDANAZ, 2005, p. 7)²⁷⁰

Ora, podemos dizer que, ao longo de toda a história romana, o patronato manteve-se como um pilar da hierarquia e organização social de Roma. O fluxo de influências e benefícios era uma garantia de que todos os homens livres tivessem, de alguma forma, a fidelidade de alguém acima ou abaixo de si, fidelidade esta que exigia, em contrapartida, um *officium* ou um *beneficium*. Segundo Leite (2003), ocorre que o

conjunto de deveres que se impunha entre aqueles unidos pela *fides* do patronato era conhecido por *officium*. Os próprios romanos reconheciam o *officium* como um elemento essencial da sua estrutura social, mas isto não implica em precisão em relação ao termo. (...) o termo *officium* se confunde com outros, mais notadamente *beneficium* e, até certo ponto, *Gratia*. (LEITE, 2003, p. 28)

No entanto, Piñero (1996, p. 558) pontua que o *officium* seria a forma como o cliente recompensava o patrono pelo *beneficium*: “Em um amplo sentido da palavra, cada *beneficium* criava uma relação de clientela, obrigando o receptor a devolver alguns *officia* em troca”.²⁷¹ Em seu estudo sobre as relações de clientela à época de Cícero, Deniaux (1993, p. 30) também comenta que “(...) na realidade social romana, os *beneficia* dão direito aos *officia*”.²⁷²

Assim, é a partir dos vocábulos *beneficium* e *officium* que leremos a fábula A, 17 (*Scrofa parturiens et lupus*):

A, 17 A porca parturiente e o lobo

A porca gemia estendida no chão,
pressionada pelo parto.
o lobo, prometendo ajuda,
aproxima-se e diz poder fazer-se
de obstetra para o parto.

²⁷⁰ Do original: *los emperadores tuvieron siempre mucho cuidado en mantener los derechos de patronazgo de la aristocracia, convirtiendo las redes clientelares en una verdadera pirámide de influencias*. Tradução nossa.

²⁷¹ Do original: *En un amplio sentido de la palabra, cada beneficium creaba una relación de clientela, obligando al receptor a rendir unos officia a cambio*. Tradução nossa.

²⁷² Do original: *(...) dans la réalité sociale romaine, les beneficia donnent droit à des officia*. Tradução nossa.

A porca, como conhecesse a má fama,
daquele ímprobo coração,
repudiou o suspeito ofício do malfeitor
e disse: “Já será o bastante se tu te afastares”.
Mas se ela tivesse se unido à perfídia do lobo,
teria lamentado, a mãe recente, os seus raptados.²⁷³

Antes de uma análise mais retida no vocabulário, observemos a configuração da cena da fábula:²⁷⁴ uma porca está estendida no chão (*iacens*), gemendo pela dor do parto, quando um lobo acorre, prometendo-lhe ajuda. O lobo é tradicionalmente relacionado à força, ou, como propõe Portella (1983, p. 136), à “maldade, prepotência, ferocidade”. No universo fedriano,²⁷⁵ é evidente a superioridade física do lobo: em I, 1, *Lupus et agnus*, o lobo procura motivos para uma contenda com o cordeiro; como não encontrou, usou da força sem se valer de argumentos; em I, 8, *Lupus et gruis*, tendo sido ajudado por um grou que lhe retirou um osso preso nos dentes, o lobo diz que a recompensa pelo serviço é o outro ter saído com vida após retirar a cabeça de sua boca; já em a, 26, *Lupus et bubulcus*, um homem escondeu o lobo de um caçador e, tendo este já se afastado, ele questionou-se sobre a gratidão daquele, percebendo que corria perigo. Notemos, ainda, que na fábula I, 1, *Lupus et agnus*, a posição dos animais é bastante significativa tanto para a inteligência (um lobo está bebendo na parte de cima do rio, sendo, assim, impossível que o cordeiro, que bebe abaixo, suje sua água) quanto para a subinteligência (o lobo representa os homens poderosos, que se valem de falsos argumentos para oprimir os mais fracos):

O lobo e o cordeiro, compelidos pela sede, chegaram a um mesmo rio;
o lobo estava acima, e o cordeiro, mais distante, abaixo.
(...)

²⁷³ *Premente partu scrofa cum gemeret iacens, / accurrit lupus et obstetricis partibus / se posse fungi dixit, promittens opem. / Quae uero nosset pectoris fraudem improbi, / suspectum officium repudiavit malefici / et: “satis” est inquit “si recedis longius”. / Quodsi perfidiae se commisisset lupi, / Raptos dolose feta deflesset suos.* Fedro, *Fabulae*, A, 17. Tradução nossa.

²⁷⁴ Sobre a palavra ‘cena’, referimo-nos à certa definição de fábula apresentada por Portella (1983, p. 127): “a fábula é um drama em miniatura em que domina a unidade de lugar, de tempo e de ação”. Um pouco adiante, o autor complementa essa definição ao interpretar a fábula I, 7, *Vulpis ad personam tragicam*: “A cena se passa num abrir e fechar de olhos como quando a cortina do palco se levanta e logo se abaixa para dar ao espectador apenas uma curta visão” (PORTELLA, 1983, p. 128).

²⁷⁵ Chamamos, aqui, “universo fedriano” o que Noejaard (1967, p. 74) chama “estrutura fedriana” na etapa de seu estudo em que analisa *Le caractère éthique constant*, qual seja, uma constância do caráter ético das personagens que perpassa todas as fábulas. Assim, nas palavras do autor, “*le lion restera l’opresseur, quelques efforts qu’il fasse pour se changer en prince de paix*” [“o leão permanecerá como o opressor, não importa quais esforços ele faça para se apresentar como príncipe da paz”]. Optamos por “universo fedriano” porque, a nosso ver, o termo “estrutura” pode remeter a outras variáveis do texto literário, como a sintaxe, a sonoridade, a própria semântica, coisas, de certo modo, distantes da representação *per se*, embora a componham e lhe sirvam de alicerces.

Esta fábula foi escrita por causa daqueles homens que,
com falsos argumentos, oprimem os inocentes.²⁷⁶

A partir dessa breve consideração do caráter do lobo, podemos dizer, assim, que não há dúvidas de que na fábula A, 17 há uma oposição de forças entre a porca e o lobo. Além disso, como vimos, a configuração da cena propõe esse contraste: o lobo, conhecidamente mais forte, está perante uma porca estendida no chão, gemendo de dor.

Lembremo-nos de Quintiliano: “o enigma é uma sucessão de metáforas”. A fábula A, 17, a princípio, como é comum em muitos dos textos de Fedro, aproxima-se do enigma. No entanto, devemos nos lembrar de que ela foi escrita por um romano do século I d.C. para os seus conterrâneos e contemporâneos. Trata-se, assim, de uma alegoria, aquela que o mesmo Quintiliano diz ser “pura” quando pode permutar o caso por completo. Repetimos essas coisas não por ser uma excepcionalidade da fábula A, 17, mas sim porque acreditamos ser conveniente ao leitor. Voltemos: Quintiliano propõe que, quando a alegoria é pura, constitui-se inteiramente de metáforas. Ora, a fábula A, 17 poderia representar apenas a desconfiança de uma *scrofa* com relação ao *lupus*? Não acreditamos nessa hipótese. Não podemos deixar de notar que, ainda que esse fosse o caso, seria estranho: por que razão um lobo ofereceria ajuda para uma porca a fim de enganá-la, podendo ele, sem nenhuma outra forma de processo, tomar seus filhos e ela própria? Daí, a “alegoria das partes”, quando há alusões a um caso e outro, podendo o texto aliar-se à intelecção ou à subintelecção. Não seria possível ler a fábula A, 17 apenas como uma contenda entre uma porca e um lobo, uma vez que, estando a porca estendida no chão, evidentemente indefesa, seria presa fácil para o outro.

E o lobo prometia à porca um serviço (*opem*), no qual ele faria as vezes de obstetra para ajudá-la a parir, extinguindo, assim, o seu mal. A oração em que isso é narrado, que se vale de dois versos, declara ser a ajuda do lobo uma ficção, uma invenção da personagem:

*accurrit lupus et obstetricis partibus
se posse fungi dixit, promittens opem.*

²⁷⁶ Do original: *Ad riuum eundem lupus et agnus uenerant / siti compulsi; superior stabat lupus / longeque inferior agnus. (...) Haec propter illos scripta est homines fabula / qui fictis causis innocentes opprimunt.* Fedro, *Fabulae*, I, 1, vv. 1-2; 14-15. Tradução nossa.

Assim, o lobo é declarado pela própria narração como um fingidor, o que é evidenciado pelo infinitivo pessoal de *fungor*. A porca, por sua vez, tem razões para não acreditar na falsa promessa:

*Quae uero nosset pectoris fraudem improbi,
suspectum officium repudiauit malefici.*

O emprego do vocábulo *officium* é, aqui, significativo, uma vez que, como vimos, era chamado *officium* o “conjunto de deveres que se impunha entre aqueles unidos pela *fides* do patronato” (LEITE, 2003, p. 28). Mas o que a porca percebe é um *suspectum officium*, uma vez que ela reconhece, a *fraudem improbi pectoris*, a má fama do ímprobo coração [do lobo]. Assim, a porca repudia o suspeito favor do malfeitor (*malefici*). A palavra *malefici* faz, a nosso ver, outra alusão ao sistema do patronato, uma vez que, ainda segundo Leite (2003, p. 28), “o termo *officium* se confunde com outros, mais notadamente *beneficium* (...)”.

Ocorre que, como observa Ardanaz (2005, p. 3), o fluxo de favores, que já pressupunha uma desigualdade entre as partes, não era constante. A autora argumenta que, para o patrono, essa relação de dependência era satisfatória desde que o valor dos bens que este recebia do cliente não ultrapassasse os custos para mantê-lo a seu serviço. Além disso, mesmo tendo havido mudanças na relação de colonato entre a República e o Império, esse fluxo ainda era interessante, uma vez que os patronos necessitavam, como vimos, de prestígio para alcançar magistraturas.

et: “satis est” inquit “si recedis longius”.

No sexto verso da fábula, a porca é enfática ao dizer que seria o suficiente (*satis est*) se o lobo se mantivesse distante de si (*si recedis longius*). Há, assim, uma negação do *officium* oferecido pelo lobo. Pudera! Tratava-se de um *suspectum officium*! É ainda no plano da intelecção que a narrativa sugere ser o interesse do lobo não ajudar a porca, mas acessar os seus rebentos — para alimentar-se. Afiemos o nosso olhar para melhor enxergar o reflexo alegórico: a subintelecção denuncia o verdadeiro interesse dos patronos ao oferecer *beneficia* aos clientes: seus próprios ganhos.

*Quodsi perfidiae se commisisset lupi,
Raptos dolose feta deflessset suos.*

Nos dois últimos versos da fábula, encerrado o discurso indireto, o narrador retoma a palavra. A narração, já fechadas as cortinas da cena, termina com uma oração subordinada condicional, a qual vislumbra um cenário diferente daquele narrado: a porca teria sido prejudicada se tivesse aceitado a ajuda oferecida pelo lobo, pelo mais forte — pelo poderoso enfim. Noejaard (1967, p. 182) sugere haver em algumas fábulas de Fedro um *fatalismo parcial*, qual seja, uma opressão nem sempre bem sucedida. Ocorre que, como afirma o estudioso, em alguns textos de Fedro a personagem oprimida consegue escapar de seu mal. Sabemos, por exemplo, que, na fábula I, 1 (*Lupus et agnus*), o lobo devora o cordeiro; em I, 11 (*Asinus et leo venantes*), o leão se aproveita da boa vontade do asno e explora seus esforços sem lhe conceder parte do prêmio de uma caça; por outro lado, na fábula a, 23 (*Serpens et larcerla*), o lagarto, como tinha pegado um pedaço de madeira, prende a boca de seu predador e consegue escapar da boca da serpente. Noejaard denomina *fatalismo parcial* eventos como o da fábula a, 23 e da fábula A, 17. Ora, tanto o lagarto quanto a porca estiveram em situação de risco perante uma personagem mais forte, entretanto, souberam escapar por meio da engenhosidade — material ou discursiva. No entanto, como aponta Noejaard (1967, p. 183): “Se podemos escapar do mal, raramente podemos vingarmo-nos dele, tampouco exterminá-lo”.²⁷⁷ Assim, a nosso ver, embora a porca tenha escapado do lobo, rejeitando seu *suspectum officium*, não pôde, de modo algum, livrar-se do seu subjugo, tal como um cliente, embora rejeitasse os *beneficia*, continuava dependente da *sportula*.

As críticas às relações de patronato e clientela não são, como se sabe, uma exclusividade de Fedro. Marcial, segundo Leite (2003), questiona o patronato de seu tempo, mas o faz sem desconsiderar sua legitimidade; na verdade, o poeta

aponta para nós, seus leitores de então e de agora, é que a importante e legítima instituição do patronato romano está ruindo, e que assim não deveria ser. Marcial deseja pois não o fim, mas a manutenção do patronato como fonte de benefícios. (LEITE, 2003, p. 45)

A critério de curiosidade, trazemos alguns excertos de Marcial:

Rufo, porque vês Sélio com o cenho fechado,

²⁷⁷ Do original: (...) *si l'on peut échapper au mal, il est fort rare que l'on puisse s'en venger et surtout l'exterminer*. Tradução nossa.

Porque, sem rumo, trilha o pórtico tarde da noite,
 Porque seu rosto estéril cala algo de lúgubre,
 Porque seu horrível nariz quase toca o chão,
 Porque sua mão direita soca o peito e arranca os cabelos:
 Não pense que ele lamenta o destino de um amigo ou irmão,
 Um e outro filho vive, e eu desejo que viva,
 Inclume está a esposa, e os pertences, e os escravos,
 O lavrador e o feitor não causaram nenhum prejuízo
 Então, qual  a causa da aflio? Está jantando em casa.²⁷⁸

No epigrama acima, segundo Leite (2003, p. 47), Marcial denuncia o não cumprimento das obrigações do patrono. Ora, uma vez que o cliente jantava em sua própria casa, não teria havido um convite para jantar na casa do patrono. O convite para jantar, um *beneficium*, estava entre as atribuições de um patrono para o seu cliente. O poeta, assim, questiona não a instituição do patronato, mas a sua má realizaco por agentes pouco compromissados.

Como aponta Cairolli (2014, p. 34), também no epigrama V, 25 Marcial apresenta uma crítica ao patronato mal realizado:

'Quatrocentos não tens, Querstrato, levanta,
 Leto vem aí: se esconde, corre!
 Mas quem o chama e faz voltar quando já desce?
 Mas qual amigo expõe riquezas suas?
 Quem dou  fama,  folha, ao povo pra que falem? (...).²⁷⁹

Cairolli (2014, p. 35) comenta que a personagem Querstrato, tendo sido convidada por seu patrono para assistir a uma corrida, não dispunha do capital necessário para ocupar o assento destinado aos cavaleiros. Assim,  "constrangida a fugir dos fiscais" (CAIROLLI, 2014, p. 35). Entretanto, tendo o patrono pedido a companhia de seu cliente, caberia a ele garantir que este não fosse irregularmente para os assentos.

Todavia, Marcial tece também elogios aos patronos.  o que atesta, por exemplo, o epigrama X, 20, em que o poeta pede  musa Tlia que leve seu livrinho (*libellum*) at Plnio, o Jovem:

²⁷⁸ Do original: *Quod fronte Selium nubila uides, Rufe, / Quod ambulator porticum terit seram / Lugubre quiddam quod tacet piger uoltus, / Quod paene terram nasus indecens tangit, / Quod dextra pectus pulsat et comam uellit: / Non ille amici fata luget aut fratris, / Vterque natus uiuit et precor uiuat, / Salua est et uxor sarcinaeque seruique, / Nihil colonus uilicusque decoxit. / Maeroris igitur causa quae? Domi cenat.* Marcial, *Epigramas*, II, 11. Trad. Leni Ribeiro Leite.

²⁷⁹ Do original: *'Quadraginta tibi non sunt, Chaerestrata: surge, / Leitus ecce uenit: sta, fuge, curre, late.'* / *Ecquis, io, reuocat discedentemque reducit? / Ecquis, io, largas pandit amicus opes? / Quem chartis famaеque damus populisque loquendum?(...)* Marcial, *Epigramas*, V, 25, vv. 1-5. Trad. Fábio Paifer Cairolli.

Este livrinho não bastante douto,
pouco severo, mas jamais grosseiro,
leva ao fecundo Plínio, minha Tália:
é breve o esforço de vencer os altos
caminhos de Suburra transcorrida (...).²⁸⁰

A relação de patronato entre Plínio, o Jovem, e Marcial também pode ser verificada em uma carta que o orador envia a seu amigo Cornélio Prisco, lamentando a morte do poeta. Abaixo, seguem os trechos iniciais do documento:

Caio Plínio saúda seu amigo Cornélio Prisco
[1] Soube, com grande pesar, que Valério Marcial morreu. Era um homem engenhoso, agudo, ardente e que, escrevendo, tinha muito tempero e não menos candura. [2] Presenteei-o com recursos quando partiu; fi-lo pela nossa amizade, fi-lo também pelos versinhos que compôs sobre mim. (...).²⁸¹

Nos trechos acima, fica evidente a relação entre Plínio, o Jovem, e Marcial: o primeiro era patrono; o segundo, seu cliente. Atentemo-nos para o emprego do termo *amicitiae* tanto para se referir à motivação de Plínio, o Jovem, para presentear o poeta quanto para o orador se referir a Cornélio Prisco na saudação (*amicus*). Ocorre que, como aponta Leite (2003, p. 22), o emprego do termo *amicus* ou *amicitia* pode iludir o leitor moderno, uma vez que não era conveniente chamar *cliens* a um membro da elite (cavaleiros, senadores e afins), essa observância se estendendo, algumas vezes, também para os humildes, sob o risco de causar ofensa. Assim, “Ainda que o termo latino usado seja *amicus*, os romanos estavam bastante conscientes das diferenças sociais que os separavam, tanto que os *amici* de um aristocrata eram subdivididos em *amici superiores*, *pares e inferiores*” (LEITE, 2003, p. 22).

Ainda, no epigrama I, 70, como aponta Agnolon (2014), Marcial evidencia a relação de clientela que tinha com Próculo. Nesses versos, o poeta “personifica o próprio livro e o envia, na qualidade de *saluator*, para Gaio Júlio Próculo, rico patrono de Marcial” (AGNOLON, 2014, p. 34):

²⁸⁰ Do original: *Nec doctum satis et parum seuerum / sed non rusticulum tamen libellum / facundo mea Plinio Thalia / i perfer: breuis est labor peractae / altum uincere tramitem Suburae*. Marcial, X, 20. Trad. Fábio Paifer Cairolli.

²⁸¹ Do original: *C. Plinius Cornelio Prisco suo s. / [1] Audio Valerium Martialem decessisse et moleste fero. Erat homo ingeniosus, acutus, acer, et qui plurimum in scribendo et salis haberet et fellis nec candoris minus. [2] Prosecutus eram uiatico secedentem; dederam hoc amicitiae, dederam etiam uersiculis, quos de me composuit (...)*. Plínio, o Jovem, epístola III, 21. Trad. Fábio Paifer Cairolli.

Vai, Livro, em meu lugar, prestar saudações: ordeno-te
ires, serviçal, às moradas luzidias de Próculo (...).²⁸²

Também Juvenal teceu críticas ao patronato de seu tempo. Graça (2000), em análise das sátiras, aponta como Juvenal criticava a relação de patronato/clientela da Roma do séc. II:

Retratando algumas particularidades das vivências diárias do cliente de Roma, Juvenal realiza de forma satírica a peritagem dos principais factos ou situações que desencadeiam atitudes de indignação, desespero e rebelião por parte daqueles que, do ponto de vista social, dependem de outrem. Empenhado em desmistificar a aliança do binómio patrono/cliente, é com toda a lucidez que critica as injustiças de um sistema, que em muito se aproxima da plutocracia, e que usa eufemisticamente o termo cliente para designar a pessoa subjugada. (GRAÇA, 2000, p. 136)

Observemos, no trecho abaixo, como Juvenal, ao narrar um jantar oferecido pelo patrono Virrão ao seu cliente, faz troça do descaso com que é tratado o conviva. Ora, ainda que o senhor ofereça um lugar à sua mesa, é diversa a comida servida, restando ao cliente aquela de pior qualidade. O narrador aponta, assim, que o conviva suporta muitas injúrias em função de jantares (*tantine iniuria cenae*):

Para Virrão é servida moreia, a maior das que venham
dos sicilianos abismos; enquanto segura-se o Austro,
enquanto se senta secando na gruta suas úmidas asas,
redes audazes desdenham das águas que agita Caríbdis.
Sobra pra ti uma enguia, parente da cobra marinha,
ou salpicado de manchas de gelo, um pescado do Tibre,
ele também nessas margens nascido, já gordo de esgoto
e acostumado a adentrar as cavernas centrais da suburra.²⁸³

Como se pôde ver a partir desses exemplos, a temática do patronato era frequente na literatura latina. Não seria possível apresentar todos os textos que discutem a questão (esquivamo-nos, por exemplo, do Trimalquião de Petrónio em seu suntuoso banquete),

²⁸² Do original: *Vade salutatum, pro me, liber, ire iuberis / ad Proculi nitidos, oiciose, lares.* Marcial, *Epigramas*, I, 70, vv. 1-2. Trad. Alexandre Agnolon.

²⁸³ Do original: *Virroni muraena datur, quae maxima uenit / gurgite de Siculo; nam dum se continet Auster, / dum sedet et siccat madidas in carcere pinnas, / contemnunt mediam temeraria lina Charybdim: / uos anguilla manet longae cognata colubrae / aut ~glacie aspensus~ maculis Tiberinus et ipse / uernula riparum, pinguis torrente cloaca / et solitus mediae cryptam penetrare Suburae.* Juvenal, *Sátiras*, I, 5, vv. 99-106. Trad. Rafael Cavalcanti Carmo.

mas matéria não faltaria para discutir o tema. Importa-nos, aqui, a perspectiva de Fedro, e o que dizem Marcial e Juvenal, quase um século depois, serve-nos de contraponto. Pois Marcial e Juvenal, embora tecessem críticas à instituição, não pretendiam extingui-la. Marcial, como vimos, teve seus patronos. Eles pretendiam, com seus textos, criticar o patronato de seu tempo, saudosos, talvez, de tempos remotos e mais frutíferos para os clientes. Fedro, por outro lado, denuncia a fraude (*fraudem*) do fluxo de favores entre patronos e clientes, havendo um lado sempre a ganhar e outro a perder. O partido mais fraco, embora possa reconhecer no peito (*nosset pectoris*) e rejeitar o *suspectum officium*, permanece, todavia, em posição inferior, em sofrimento (*gemeret iacens*).

IV.2.4 – Outros cavalos (fábula A, 19)

Trataremos, nesta etapa, da seguinte fábula de Fedro:

A, 19 O cavalo desgarrado

Alguém extraviou da quadriga um nobre cavalo de muita fama
e o vendeu [para trabalhar] em um moinho.
Como o cavalo tivesse sido conduzido para fora
do moinho, para beber, avistou os seus iguais
caminharem em direção ao circo,
para que voltassem à graciosa competição dos jogos.
Vertendo lágrimas, ele disse: “Ide felizes,
celebrai sem mim, com a corrida, o solene dia;
eu, aqui, para onde a sacrílega mão do ladrão me abstraiu,
chorarei o meu destino, com minha triste sorte”.²⁸⁴

Noejgaard (1963, p. 33) aponta que, nessa fábula, o cavalo teria sido vítima de um crime; um pouco adiante, o estudioso acrescenta o cavalo ter uma “sorte injusta” (NOEJGAARD, 1963, p. 62); em outro momento, ao longo de sua análise das fábulas de Fedro, Noejgaard diz ainda que “na verdade, é ao vil destino que se deve a má sorte do corredor roubado, apesar de todos os seus méritos”²⁸⁵ (NOEJGAARD, 1963, p. 187). A fábula é mencionada pelo estudioso ao longo de todo o seu trabalho, bem como ocorre com outros textos fedrianos. Há, no entanto, uma ausência marcante no que diz respeito

²⁸⁴ Do original: *Equum ex quadriga multis palmis nobilem / abegit quidam et in pistrinum uendidit. / Productus ad bibendum cum foret a molis, / in circum aequales ire conspexit suos, / ut grata ludis redderent certamina. / Lacrimis obortis: “Ite felices” ait; / “Celebrate sine me cursu sollemnem diem; / ego quo scelestas furis abstraxit manus, / ibi sorte tristi fata deflebo mea”*. Fedro, *Fabulae*, A, 19. Tradução nossa.

²⁸⁵ Do original: *C'est en réalité au destin scélérat qu'est dû le malheur du coursier volé, malgré tous ses mérites personnels*. Tradução nossa.

ao “plano social”²⁸⁶ da fábula A, 19, ponto de análise proposto pelo próprio estudioso em um dos seus subcapítulos mais apreciados por nós e ao qual é devida grande parte da reflexão de que se origina o nosso trabalho. Ora, Noejgaard (1963, p. 71) menciona, a respeito da fábula A, 19, uma certa terceira força normalmente desconhecida das personagens — embora estes, quando dela cientes, evitem sua própria desgraça. O autor cita, por exemplo, a fábula I, 16, na qual uma ovelha evita emprestar um moio de trigo a um veado, sendo o lobo fiador. O argumento do lanígero é, segundo Noejgaard, fruto do conhecimento da terceira força, qual seja, o fato de a ovelha saber, já desde muito, do caráter tanto do veado quanto do lobo:

Roubar e ir-se embora sempre foi o costume do lobo;
tu, fugir a perder de vista, com veloz ímpeto.
Onde vos reencontrarei, tendo chegado o dia?²⁸⁷

Segundo o autor, o cavalo de A, 19 não conhecia a terceira força, e por isso teria caído em desgraça. O autor sugere que a fábula em questão se trata de um evento posterior à inocência do cavalo, quando este, talvez, seguiu de bom grado quem (*quidam*) o tomou (*abegit*) e o vendeu (*uendidit*). “Normalmente a terceira força não influencia, de modo algum, as personagens, seja porque ela lhes permanece desconhecida, seja porque eles a conhecem tarde demais”.²⁸⁸

Ocorre que, a nosso ver, essa leitura muito aprofundada no caráter dos animais e nos eventos da fábula *per se* distancia o leitor de um dos pilares da fábula fedriana, atestada por ele próprio no prólogo do seu segundo livro:

A sujeição servil, sempre culpada, porque não ousava dizer o que desejava, expressou seus próprios sentimentos por meio das fábulas, e expôs a injustiça com palavras jocosas.²⁸⁹

²⁸⁶ Noejgaard, 1963, p. 172. O plano social é seguido por *Les classes sociales*, outro subcapítulo que, apesar da questionável terminologia (classes sociais, como discutido no Capítulo IV.2.1), muito contribuiu para a nossa reflexão sobre as críticas de Fedro ao exercício do poder em Roma, o que, a propósito, nomeia o subsequente subcapítulo *La critique prudente du pouvoir social*.

²⁸⁷ Do original: *Rapere atque abire semper adsuevit lupus; / tu de conspectu fugere ueloci impetu. / Ubi vos requiram, cum dies aduenerit?* Fedro, *Fabulae*, I, 16. Tradução nossa.

²⁸⁸ Do original: *Normalement la troisième force n’influe aucunement sur les personnages, parce qu’elle leur demeure inconnue ou qu’ils ne la connaissent que trop tard.* Noejgaard, 1963, p. 71. Tradução nossa.

²⁸⁹ Do original: *Seruitus obnoxia, / quia quae uolebat non audebat dicere, / affectus proprios in fabellas transtulit / calumniamque dictis elusit iocis.* Fedro, *Fabulae*, pr. III, vv. 10-13. Tradução nossa.

Um pouco adiante, Fedro acrescenta: “na verdade, não é meu objetivo apontar indivíduos, mas sim mostrar os costumes e a própria vida dos homens”.²⁹⁰ Assim, acreditamos que, embora a terceira força proposta por Noejgaard possa, de fato, ser atestada no universo fedriano, pois há qualquer coisa além do plano físico que age sobre as personagens, não se pode perder de vista que Fedro pretendia, com suas fábulas, expor “costumes dos homens” (*mores hominum*).

Há um outro subcapítulo do estudo de Noejgaard em que ele redireciona seu olhar para a questão social da fábula fedriana. Em *L'humanisation de la fable*, o autor aproxima sua leitura do prólogo supracitado de Fedro:

Sabe-se que Esopo se opõe à humanização, ao desejar se limitar à pintura das forças abstratas da existência. Estas se concretizarão em Bábrio na característica psicológica, processo que o levará a acusar a verdade zoológica de seu mundo. Fedro adota processo contrário: humanizar as aparências, mas guardar a psicologia abstrata. Sua fábula pretende representar a sociedade humana, mostrar como as grandes forças surgem e funcionam em uma sociedade determinada.²⁹¹

De fato, a fábula de Bábrio se concentra muito mais em questões universais do que o fazem os textos de Fedro. A critério de exemplo, tomemos *El caballo viejo*, tradução proposta por La Peña & Facal da fábula 29 de Bábrio:

El caballo viejo

Una vez, un caballo viejo fue vendido para moler y uncido a la muela, se pasaba toda la tarde moliendo. Entonces, supirando, dijo: “¡Y pensar en aquellas carreras del hipódromo... ¡A qué metas tengo que dar vueltas ahora para estos molineros”
No te ensalces demasiado en la arrogancia de la juventud, porque para muchos la vejez transcurre entre miserias.

Ora, a oposição entre velhice e juventude, embora universal — e justamente por ser universal —, não se localiza em uma “sociedade determinada”. Em todas as sociedades há velhos e jovens, variando, talvez, os olhares sobre esses estatutos e/ou quais

²⁹⁰ Do original: *enim notare singulos mens est mihi, uerum ipsam uitam et mores hominum ostendere*. Fedro, *Fabulae*, pr. III, vv. 25 e 26. Tradução nossa.

²⁹¹ Do original: *On sait qu'Esopé s'oppose à l'humanisation, voulant se limiter à la peinture des forces abstraites de l'existence. Celles-ci se concrétiseront chez Babrius dans le caractère psychologique, procédé qui le conduira à accuser la vérité zoologique de son monde. Phèdre adopte le procédé contraire: humaniser les apparences, mais garder la psychologie abstraite. C'est que sa fable vise à représenter la société humaine, à montrer ensuite comment les grandes forces apparaissent et fonctionnent dans une société déterminée*. Tradução nossa.

períodos da vida uma pessoa pode ser considerada jovem ou velha. Esse debate, embora profícuo,²⁹² nos parece demasiado abrangente para uma fábula de Fedro. Além disso, o texto A, 19 nos deixa poucas dúvidas a respeito da razão de o cavalo trabalhar nos moinhos: fora levado por alguém (*quidam*) que o vendeu. Noejgaard também reconhece que o tema de A, 19 tem uma íntima relação com um estatuto paralelo à questão etária: a servidão, uma vez que

(...) este tema é caro à tradição esópica, que nele vê uma oposição entre dois princípios, a vida livre e a vida subordinada. Contudo, Fedro a renova ao fazer a representação de duas condições propriamente sociais, como se vê particularmente em III, 7 e app. 19. (NOEJGAARD, 1963, p. 79)²⁹³

É evidente que, considerando esses apontamentos, a questão que se apresenta é difícil. Como fazer uma leitura social da fábula A, 19, tendo em conta que Fedro propunha em seus textos uma crítica do exercício do poder? Não há, nesse texto, a proposta de Onelley & Peçanha (2010, p. 1976), que diz que, de modo geral, a fábula é uma contenda entre dois partidos, podendo haver um terceiro. O que temos, ao longo de todos os versos de A, 19, é a reflexão sobre um cavalo de corrida que fora condenado a trabalhar no moinho; em seguida, temos os pensamentos do próprio cavalo, que lamenta profundamente sua nova condição ao ver seus antigos colegas cavalos (*aequeales*) caminharem em direção à arena (*circum*).

A despeito de nossas críticas à perspectiva de Noejgaard sobre a fábula em questão, é no texto desse estudioso que encontramos uma profícuo sugestão de análise para a fábula A, 19. O autor, em investigação sobre o momento da escrita das fábulas de Fedro, Bábrio e Horácio²⁹⁴ (que apresentou a fábula da rã e do boi na sátira II, 3, 314), opondo as versões dos fabulistas da narrativa do cavalo no moinho, faz um paralelo entre as duas condições do animal: corredor e força motriz para o moinho (NOEJGAARD, 1963, p. 396). O estudioso aponta que, tanto Fedro quanto Bábrio mantêm um mesmo falso contraste: ambas as situações, o moinho e a arena, são elípticas. Ora, embora Bábrio tenha se valido de uma reflexão mais ou menos universal (a velhice *versus* a juventude),

²⁹² Na própria Antiguidade, a questão se levantava. Lembremo-nos do *De senectute* de Cícero.

²⁹³ Do original: (...) *ce thème est cher à la tradition ésopique qui y voit une opposition entre deux principes, la vie libre et la vie subordonnée. Cependant Phèdre la renouvelle en faisant la représentation de deux conditions proprement sociales, comme on voit particulièrement dans III 7 ou dans app. 19.* Tradução nossa.

²⁹⁴ Sobre as fábulas na obra de Horácio, cf. *La fabula en Horacio y su poesia*. ADRADOS, F. R. In: *Myrtia*, n. 9, 1994, pp. 131-151.

Fedro, a nosso ver, alocou a narrativa em um contexto mais bem definido: as glórias da gladiatura romana de sua época.

Nos primeiros versos, é narrada a mudança da situação do cavalo. Ele foi retirado da quadriga (*ex quadriga*) e conduzido a um moinho (*in pistrinum*). O movimento de saída de um lugar e entrada em outro é reforçado tanto pelas preposições *ex* e *in* quanto pelo verbo *abegit*, este formado também a partir de uma preposição (*ab*) que rege o ablativo de movimento. Assim, o autor, a nosso ver, pretendeu deixar muito clara a mudança física a qual sofreu o cavalo. Além disso, temos também um contraste entre o primeiro e o segundo verso; no primeiro, temos dois sintagmas que expressam a primeira condição do cavalo, *equum nobilem* e *multis palmis*, qual seja, um ‘nobre cavalo’ e ‘de muita fama’. Já no segundo verso, há apenas termos relativos à segunda condição do animal: *in pistrinum*, *vendidit* e *quidam*, este último, ainda que não se refira ao cavalo, está em clara oposição semântica aos sintagmas *equum nobilem* e *multis palmis*; ora, a nobreza e a fama expressas no primeiro verso são subtraídas do animal por um pronome indefinido.

Em estudo sobre a gladiatura no Ocidente, Ville (1981) discorre sobre o prestígio de que gozavam as pessoas da arena. Segundo o estudioso, que recorre a versos de Estácio (*Silvae*, II, 5, vv. 25-27)²⁹⁵, a morte de um gladiador célebre era razão para um luto público. Além disso, Ville acrescenta que

A decoração de certos objetos, como xícaras, copos e lâmpadas contribui para essa exaltação dos lutadores famosos: há um esforço para seduzir o público, não apenas pela evocação de um espetáculo particularmente popular, mas também dos campeões célebres; em várias decorações de lâmpadas aparecem combatentes ilustres, como Hermeros ou Sabinus (...) (VILLE, 1981, p. 336).²⁹⁶

Garraffoni (2005) aponta que as fontes literárias para o estudo da gladiatura são escassas, principalmente porque, de modo geral, elas expressam um olhar das elites para

²⁹⁵ O poema em questão trata da morte de um leão na arena, havendo, como observam Natividade e Moure (2012/2013, p. 253), uma consolação para o morto, e não, como é usual, para os vivos lamentosos. Apresentamos os versos e a sua respectiva tradução: *Victē, feres, quod te maestī populūque patresque, / Ceu notus caderes tristī gladiator harena, / Ingemuere mori; magni quod Caesaris ora.* “(...) vencido, levarás, pois povo e senado, abatidos, / como se, famoso gladiador, na triste arena, caíesses, / deploraram a tua morte; porque ao grande César, (...)”. Estácio, *Silvae*, II, 5, vv. 25-27. Trad. Everton Natividade e Fernanda Messeder Moura.

²⁹⁶ Do original: *La décoration de certains objets, coupes, verres, lampes, contribue à cette exaltation des vedettes: l'on s'efforce de séduire le public, non seulement par l'évocation d'un spectacle particulièrement populaire, mais encore par celle de champions célèbres; sur plusieurs décors de lampes apparaissent des combattants illustres, tel Herméos ou Sabinus (...).* Tradução nossa.

os gladiadores. A estudiosa, no entanto, destaca a importância das inscrições (lápides funerárias e grafite) para uma aproximação do cotidiano dos gladiadores. Segundo a autora, as inscrições parietais enfatizam a individualidade dos gladiadores, cujos nomes são repetidos “em meio a representações de palmas e coroas, o que nos leva a pensar na popularidade dos indivíduos vencedores ali representados” (GARRAFFONI, 2005, p. 252). Ainda sobre essas inscrições, a autora sugere que

Estas particularidades na constituição do desenho destacam a figura do gladiador e enfatizam sua vitória ou derrota. Na simplicidade de seus traços, os grafites produzidos por membros das camadas populares realçam as habilidades dos gladiadores, a alegria da vitória ou a dor da derrota, marcam seus nomes e immortalizam seus corpos. Em outras palavras, a partir da leitura destas fontes epigráficas percebe-se uma ênfase no cotidiano do gladiador, seus treinos e lutas, vitórias ou derrotas, uma imagem viva e cheia de sentimentos que raramente surge em modelos que se fundamentam somente nas fontes escritas. (GARRAFFONI, 2005, p. 252)

Garraffoni destaca que essas representações são oriundas de familiares e amigos dos gladiadores, sendo, assim, expressões populares, muito distintas daquelas a que se tem acesso pela literatura. Ville (1981), em seu estudo sobre a gladiatura, também salienta esse aspecto, e acrescenta que o prestígio de que gozavam os gladiadores era restrito a uma parcela da população, a qual o autor nomeia como “cabeças fracas”,²⁹⁷ as quais, ainda segundo o autor, eram mais impressionadas pela ambivalência do exercício da gladiatura – matar ou morrer.

Assim, tendo em conta as reflexões a respeito da fama e do reconhecimento dos gladiadores perante parte da população romana e o primeiro verso da fábula (em especial os sintagmas *equum nobilem e multis palmis*), consideramos pertinente a aproximação entre o cavalo (quando *in quadriga e in circo*) da fábula A, 19 e um gladiador romano. Fauquet (2002), em estudo sobre a estrutura e as funções do *circum* romano, aponta para certo requinte nos cavalos de corrida nas apresentações públicas:

As representações imagéticas nos mostram, frequentemente, os cavalos do circo ricamente equipados. Eles portam uma pluma, uma palma ou um ramo na cabeça, uma gola e rédeas pintadas com a cor do grupo para o qual corriam. Observamos também espécies de sinos dependurados no pescoço do animal. A cauda estava elevada e presa por nó muito firme, para que ela não se prendesse nas rodas de uma carruagem e não

²⁹⁷ O autor se vale do termo “*têtes faibles*”.

atrapalhasse o auriga que se encontrava logo atrás. (FAUQUET, 2002, p. 34)²⁹⁸

Sabemos, no entanto, que apenas o vocábulo *circum* não é o suficiente para tal afirmação. Por essa razão, devemos lembrar ao leitor de que os gladiadores eram geralmente homens pertencentes à população servil ou liberta, ou, ainda, homens da plebe com dívidas ou necessitados de dinheiro. De um modo ou de outro, quando em função da gladiatura, esses homens estavam submetidos aos chefes das *familiae* gladiatoras e organizadores dos jogos, como apontam Dunand e Ludwiczak (2017). Os estudiosos apontam, ainda, para o contrato que regia a relação entre os gladiadores e os lanistas: a *auctoratio*.

O contrato de *auctoratio* não conhece nenhum outro que lhe seja semelhante. Tratava-se de um ato através do qual, em vista da execução de uma atividade, um homem livre se submete voluntária e temporariamente a um outro, dando-lhe o direito sobre sua vida e morte. O contrato continha a menção da duração contratual, o valor do prêmio e, por vezes, o número máximo de combates dos quais o gladiador deveria participar. (DUNAND & LUDWICZAK, 2017, p. 385)²⁹⁹

Essa relação de sujeição é bem representada ao longo da fábula A, 19, uma vez que o cavalo é objeto dos verbos *abegit*, *uendidit*, *abstraxit* e paciente da passiva em *productus foret* e no título da fábula *equus abactus*. O cavalo é sujeito apenas quando vê, *conspexit*, seus antigos companheiros e quando lamenta sua sorte, *deflebo*. Ora, lembremo-nos de que a submissão do cavalo à vontade alheia, ao proveito, é discutida no livro II do *De Re Rustica* varroniano, quando o autor sugere que os cavalos devem ser criados e tratados de acordo com a sua utilidade, considerando, ainda, até mesmo um controle do ânimo do... animal!

²⁹⁸ Do original: *Les représentations figurées nous montrent souvent les chevaux du cirque richement équipés. Ils portent une plume, une palme ou un rameau garni de feuillage sur la tête, un collier et des brides qui devaient être de la couleur du parti pour lequel ils courraient. On remarque également des clochettes, des grelots suspendus à leur cou. La queue était relevée et retenue par un nœud très serré, afin qu'elle ne se prenne pas dans les roues d'un char et qu'elle ne gêne pas l'aurige qui se trouvait juste derrière.* Tradução nossa.

²⁹⁹ Do original: *Le contrat d'auctoratio ne connaît nul autre pareil. Il s'agit d'un acte par lequel, en vue de l'exécution d'une activité, un homme libre se soumet volontairement et temporairement à un autre, lui accordant un droit de vie et de mort sur sa personne. Le contrat contenait la mention de la durée contractuelle, le montant de la prime et, parfois, le nombre maximal de combats auxquels le gladiateur devait participer.* Tradução nossa.

E assim, um especialista na guerra escolhe, alimenta e ensina uns; diversamente, um condutor de quadriga e um acrobata; mas não pensa o mesmo quem deseja ter cavalos de carga para a sela ou a carroça e quem os deseja para a lida militar, pois, assim como desejam tê-los impetuosos lá junto dos acampamentos, nas vias, pelo contrário, preferem tê-los mansos.³⁰⁰

Nos versos 3 a 5 da fábula A, 19, é narrado o momento em que o cavalo vê seus antigos companheiros caminharem para a arena.

*Productus ad bibendum cum foret a molis,
in circum aequales ire conspexit suos,
ut grata ludis redderent certamina.*

Atentemo-nos para o emprego do vocábulo *aequales* no quarto verso. Já no latim, a relação etimológica entre *aequalis* e *aequus* era atestada, e Fedro valeu-se dessa relação para formar um jogo etimológico, uma vez que o vocábulo tanto pode designar os companheiros (os iguais!) quanto os outros cavalos. Nos versos seguintes, o cavalo tomará a palavra para lamentar a sua atual condição em comparação com a dos seus *aequales*. Curiosamente, o vocábulo *aequales* parece reforçar uma ideia já expressa pela semelhança entre o *circum* e o *molis* (*mola*): ambos são ambientes que remetem ao círculo, como observou Noejgaard (1963, p. 396). Embora a estrutura do *circum* não fosse elíptica como o teatro, e embora a corrida fosse unidirecional (FAUQUET, 2002, p. 147), os animais, após realizarem uma longa curva na extremidade oposta ao ponto de largada, retornavam para um mesmo lugar.³⁰¹ Assim, a nosso ver, tanto o cavalo no moinho quanto os seus *aequales* estavam submetidos a movimentos circulares.

Nos últimos quatro versos da fábula, temos a introdução à lamentação do cavalo e o momento da fábula em que há o discurso indireto. Atentemo-nos para o sintagma *lacrimis obortis*, cujo emprego nos parece muito curioso. Ramires (2016), em análise do Canto IV da *Eneida* de Virgílio,³⁰² aponta para o seu emprego em um contexto que, a

³⁰⁰ *Itaque peritus belli alios eligit atque alit ac docet; aliter quadrigarius ac desultor; neque idem qui uectorios facere uult ad ephippium aut ad raedam, quod qui ad rem militarem, quod ut ibi ad castra habere uolunt acres, sic contra in uiis habere malunt placidos. Propter quod discrimen maxime institutum ut castrantur equi.* Varrão, *De Re Rustica* II, VII. Trad. Matheus Trevizam.

³⁰¹ A autora apresenta detalhada descrição sobre a estrutura do *circum* romano.

³⁰² O estudioso aponta, também, outras obras em que o sintagma é encontrado (Ovídio, *Metamorfoses*, VII 689 e I 1350; Valério Flaco, *Argonautica*, VII, 258; Estácio, *Thebais*, VI 44; Cúrcio Rufo, *Historiae Alexandri Magni*, VIII 2,8; VIII, 2,10; Sílio Itálico, *Punica*, XIV 167, estes dois últimos muito posteriores a Fedro) (RAMIRES, 2016, p. 580). A nosso ver, estas obras contrastam com a fábula de Fedro no que diz respeito ao gênero (tragédias, épicas, historiografia), não havendo, no entanto, nenhuma semelhança no aspecto formal que aproxime as referidas passagens da fábula A, 19, diferentemente do que ocorre com a *Eneida* de Virgílio.

princípio, nos parece semelhante ao da fábula A, 19: a expressão acontece logo após Dido falar sobre Eneias, rompendo sua determinação de manter-se só, e lembrando seu falecido consorte, Siqueu, cuja memória a manteve firme na decisão de não mais se unir em matrimônio. A rainha de Cártago, após discursar para a irmã, derrama lágrimas dos olhos (*lacrimis obortis*):

Tendo assim falado, inundou o peito com repentinas lágrimas (...) ³⁰³

No aspecto formal, podemos observar um contraste: no Canto IV da *Eneida*, *lacrimis obortis* é empregado logo após Dido terminar seu discurso, a narrativa tendo abandonado, assim, o discurso direto; na fábula A, 19 de Fedro, o referido sintagma é empregado logo antes de o cavalo tomar a palavra. Ramires observa que Virgílio empregou o sintagma em três outras passagens do poema: em III, 492; VI, 867 e XI, 41. Em III, 492, Eneias, deixando o reino de Heleno, despede-se dos que ali permanecem em paz; em VI, 867, Anquises, no Érebo, lamenta a Eneias a morte do jovem Marcelo; em XI, 41, Eneias, em lamento fúnebre para Palante, pede aos guerreiros que levantem o corpo do filho de Evandro. Nessas três passagens, diferentemente do que ocorre na passagem IV, 30, as personagens discursam logo após o emprego do sintagma *lacrimis obortis*, havendo, assim, uma distância formal da fábula A, 19. Ocorre, no entanto, que nessas três passagens, assim como acontece em A, 19, há uma oração imperativa logo em seguida ao sintagma *lacrimis obortis*, com destaque para III, 492, em que há uma oração formalmente muito semelhante ao sexto verso da fábula a, 19:

Viuite felices, quibus est fortuna peracta (Virgílio, *Eneida*, III, 492)

Lacrimis obortis: "Ite felices" ait (Fedro, A, 19, v. 6)³⁰⁴

Nos versos acima, como se vê, há um verbo imperativo seguido do vocábulo *felices*. Nós não nos arriscaríamos a dizer que essa semelhança seja obra da Fortuna. Essa proximidade formal provoca um contraste semântico. Ora, Eneias fala aos compatriotas de Heleno, despedindo-se para retornar ao seu destino de fundar uma Nova Troia, já o

³⁰³ Do original: *Sic effata sinum lacrimis impleuit obortis*. Virgílio, *Eneida*, IV, 30. Tradução nossa.

³⁰⁴ É importante salientar que, embora exista uma correspondência vocabular e sintática, havendo um imperativo na segunda pessoa do plural seguido do vocábulo *felices*, não há a mesma correspondência no aspecto sonoro, como se pode notar pela escansão dos versos: *Làcrimis /òbòr/tís Í/tè fé/lícés /àit; Viuítè /féli/cés, quìbùs/ ést fòr/túnà pè/ráctà*. O *i* pré-final de *uiuite* é breve, e o *i* temático do verbo *eo*, por sua vez, é longo.

cavalo lamenta seu triste destino ao passo que vê seus *aequales* em situação não tão diferente. Um pouco mais triste: o cavalo deseja estar no lugar dos antigos companheiros, ao passo que Eneias parte a caminho do destino que lhe escreveram os deuses.

Não podemos deixar de notar o contraste cômico proposto por Fedro: um cavalo lamenta seu destino de força motriz de um moinho enquanto vê seus colegas caminharem para o circo. Os lamentos do animal, no entanto, são anunciados com o mesmo sintagma de que Virgílio se valeu, na épica, para anunciar discursos de personagens grandiosos, cujas dores contribuem para o encontro do herói Eneias com a Itália.

Apontamos para os vocábulos de cunho religioso empregados na fábula: *grata* (v. 5), *celebrate* (v. 7), *sollemnem* (v. 7), *fata* (v. 9)³⁰⁵. Curiosamente, esses vocábulos surgem a partir do quinto verso, quando ocorre, na narrativa, a menção aos jogos (*ludis*). Ocorre que os gladiadores, segundo Ville (1981), por estarem muito expostos à morte, solicitavam, mais do que outros, a proteção divina. Segundo o autor, para além da devoção especial a Hércules, os gladiadores também veneram Nêmesis e, particularmente, Marte e Diana.

(...) é natural que o deus da guerra favorecesse os combatentes cujo exercício é muito próximo da empresa militar; na poesia, a arena pertence metaforicamente ao domínio de Marte; era normal, também, que Diana, deusa da caça, estendesse sua proteção aos caçadores do anfiteatro (...). (VILLE, 1981, p. 333).³⁰⁶

Atentemo-nos para o vocábulo *fata*: segundo Ernout & Meillet (1951, p. 391), a palavra tinha, com frequência, um tom pejorativo, uma vez que designava o destino; mas um destino triste, infeliz, ou mais, o termo (da vida) fixado pelo destino. Sêneca, nas *Cartas a Lucílio* (1,7), diz-nos que: “(...) o fim dos lutadores é sempre a morte”.³⁰⁷ Daí, fatalidade e fatal, termos que o autor usa como exemplo no francês, mas que, também em português, pertencem ao campo semântico da morte. Ora, não por acaso, Fedro empregou o vocábulo no último verso da fábula, também em sentido pejorativo, uma vez que o cavalo choraria o seu destino (*fata*), em triste sorte. Há, no entanto, um jogo de sentidos: são os seus antigos companheiros (*aequales*) que caminham para o circo (*circum*).

³⁰⁵ Como atestam Ernout & Meillet (1951, pp. 118 (*sollemnem*); 196 (*celebrate*); 391 (*fata*); 502 (*grata*)).

³⁰⁶ Do original: (...) *il est naturel que le dieu de la guerre patronne des combattants dont le métier est proche de celui des gens de guerre; dans la poésie, l'arène est métaphoriquement le domaine de Mars; il était normal, aussi, que Diane, déesse de la chasse, étende sa protection aux chasseurs de l'amphithéâtre (...)*. Tradução nossa.

³⁰⁷ Vide nota 39.

Vale notar, ainda, a exclusão social dos gladiadores. Também segundo Ville (1981, p. 339), os gladiadores não poderiam ingressar nas ordens senatorial e equestre, sendo proibidos também de participarem do exército ou, até mesmo, serem chamados como testemunha em uma contenda. Após o contrato de *auctoratio*, mesmo os homens livres se viam marcados por certa infâmia (VILLE, 1981, p. 341). Assim, o prestígio de que gozavam os gladiadores não ultrapassava os limites muito bem definidos pela aristocracia romana. Isso nos permite dizer que a narrativa de a,19 era um recado de um liberto para os seus iguais (ou *aequales*).

Concluimos que a fábula A, 19 alertava certo estamento social para a frugalidade das honrarias da arena, uma vez que os atores que a ela se submetiam eram objetos de divertimento, e não heróis épicos. Aqueles homens que se dedicavam ao trabalho manual, estando submetidos a mãos alheias, em nada deveriam honrar os falsos heróis do *circum*, pois estavam todos num mesmo moinho, sendo, portanto, *aequales*. Um pouco pior: tinham um destino fatal (*ibi sorte tristi fata deflebo mea*).

CAPÍTULO IV.3 – Livros III e IV das *Geórgicas* de Virgílio

IV. 3.1 - *Geórgicas*, Livro III – *estne amor omnibus idem?*

Kronenberg (2009, p. 132) pontua, na premissa de seu comentário sobre as *Geórgicas*, a diversidade de leituras a respeito dessa obra. Segundo a estudiosa, as leituras variam entre reflexões sobre a oposição entre *ratio* e *ars* no controle da natureza; sobre o ideal contemplativo; sobre a moralização da vida nos campos italianos; e sobre a deficiência da vida política a partir de analogias entre humanos e animais. Em sua reflexão, Kronenberg tece, principalmente, uma comparação entre as *Geórgicas* de Virgílio, o *Oeconomicus* de Xenofontes e o *De Re Rustica* de Varrão de modo a discutir como as *Geórgicas* se distinguem das outras duas obras no que diz respeito à moralização da vida no campo. O nosso trabalho pretende, como já foi dito, estabelecer uma relação entre os textos de Varrão, Virgílio e Fedro considerando as denúncias e críticas à sociedade romana promovidas pelos autores, valendo-se da figura de animais. Assim, atentar-nos-emos a esse ponto, aliando-nos, quando necessário, às observações de Kronenberg.

No capítulo anterior, mostramos como Varrão estabelece comparações entre o mundo animal do *fundus rusticus* e a República romana. O comércio, o colonato e a

suposta exploração estatal foram pontos que analisamos e consideramos pertinentes para a nossa pesquisa. Nesta etapa, pretendemos discutir como Virgílio, poeta que viveu entre a República e o período augustano, tece críticas ao sistema vigente. Valemo-nos das *Geórgicas*, texto de cunho didático e muito próximo do *De Re Rustica* varroniano.

De início, Virgílio, no primeiro verso do Livro I das *Geórgicas*, dedica sua obra a Mecenas. Em seguida, explana o que será tratado em sua obra (o cuidado com a terra, as plantas, o gado e o gado miúdo, as abelhas). Nossa primeira observação trata-se da extensão de conteúdo proposta para a obra. O *De Re Rustica* varroniano mostra-se uma obra muito mais completa no que diz respeito ao trato com a terra. Varrão discorre sobre o cuidado com javalis, asnos, peixes, aves, cavalos entre outros; Virgílio, por sua vez, limita sua obra didática ao trato de um número muito inferior de espécies, embora as *Geórgicas* contem com 4 livros, dois deles dedicados a animais. Além disso, perguntamos: Mecenas estaria interessado em um “manual de agricultura”? Virgílio, ainda, invoca divindades rurais: Baco, Ceres, Faunos, Pã, Netuno, Tegeu, Minerva, Silvano... No entanto, saltam aos olhos os versos que seguem logo após a invocação dessas divindades:

e tu, César, sim tu, de quem um dia
bem incerto será o que farão
os concílios dos deuses, ou olhar
pelas cidades que há ou pelos campos
ou até que o mais alto de universo
te veja autor dos frutos e dos tempos,
cingida a fronte de materno mito
ou venhas como deus do mar imenso
com todo o marinheiro a prestar culto
a ti servindo a tão longínqua Tule
e que Tétis com todas suas vagas
te compre como genro ou que te juntes
como astro novo a nossos lentos meses
no largo espaço entre Erígone e Quelas,
e com Escorpião já retraído
para do céu deixar-te o mais que muito.
Qualquer que seja nele o teu lugar,
ninguém te verá nunca rei do Tártaro
por não haver em ti uma tão fera
cobiça de mandar, embora à Grécia
tanto os Campos Elísios extasiem,
nem pense Prosérpina em responder
ao contínuo chamar de sua mãe,
oxalá facilites meu vogar
e aproves este meu audaz empenho,
comigo apiedado dos dos campos,
venhas tu, desde já te acostumando

a preces te invocarem como deus.³⁰⁸

Nos versos acima, Virgílio não só menciona César logo em seguida à invocação das divindades, mas, dedicando 18 versos do próêmio ao governante, o poeta sugere que César será recebido ou nos céus ou nos mares, como divindade. Vale notar que, ao sugerir a divinização de Otaviano, Virgílio compara o imperador à figura mítica de Rômulo. Em seguida, o poeta pede a César que aprove sua audaz (*audax*) empresa poética (as próprias *Geórgicas*) e que dele se apiede, o que, a nosso ver, é uma respeitosa *captatio benevolentiae*. Ora, dadas essas observações, perguntamo-nos: um suposto tratado de agricultura precisaria aproximar-se tanto e tão veementemente do universo político-religioso? Precisaria agradar ao imperador e pedir sua piedade? Parece-nos, assim, que Virgílio estabelece, desde o início, um laço entre sua obra e a *res publica*. Sobre esse aspecto, Weeda (2015, p. 85) aponta que “É um axioma dizer que as *Geórgicas* são mais do que um poema didático sobre a terra, as árvores, o gado e as abelhas. Há, além disso, um conteúdo sociopolítico muito evidente (...)”.³⁰⁹ Trevizam (2018, p. 131), sobre a questão, lembra que Virgílio não só não se apresenta como um agricultor ao longo do poema, mas também tece um “efeito de distanciamento” dessa figura.

O efeito de distanciamento de ‘Virgílio’ diante das realidades rústicas a que vai aludindo ao longo de seu *magisterium*, então, não se deve aos traços de um poeta associáveis a essa figura, mas antes ao fato de que ele se mostra sob colorações, antes de tudo, urbanas. (TREVIZAM, 2018, p. 132)

O estudioso alude, ainda, a certa falha no didatismo rural de Virgílio: as oliveiras. Virgílio dedica “meros cinco versos” ao trato das oliveiras (TREVIZAM, 2018, p. 134), cujos produtos (óleos de banho e massagem, óleo de lamparinas, produtos veterinários, perfumes (ANDREAU, 2010, p. 90)) eram de grande importância para a economia

³⁰⁸ Do original: *tuque adeo, quem mox quae sint habitura deorum / concilia incertum est, urbisne inuisere, Caesar, / terrarumque uelis curam, et te maximus orbis / auctorem frugum tempestatumque potentem / accipiat cingens materna tempora myrto; / an deus immensi uenias maris ac tua nautae / numina sola colant, tibi seruiat ultima Thule, / teque sibi generum Tethys emat omnibus undis; / anne nouum tardis sidus te mensibus addas, / qua locus Erigonen inter Chelasque sequentis / panditur (ipse tibi iam bracchia contrahit ardens / Scorpius et caeli iusta plus parte reliquit); / quidquid eris (nam te nec sperant Tartara regem, / nec tibi regnandi ueniat tam dira cupido, / quamuis Elysios miretur Graecia campos / nec repetita sequi curet Proserpina matrem), / da facilem cursum atque audacibus adnue coeptis, / ignarosque uiae mecum miseratus agrestis / ingredere et uotis iam nunc adsuesce uocari.* *Geórgicas*, I, vv. 24-42. Trad. Agostinho da Silva.

³⁰⁹ Do original: *It is a truism to say that the Georgics is more than a didactic poem about land, trees, cattle and bees. It also has a very visible socio-political content (...).* Tradução nossa.

romana. Além disso, Trevizam lembra que, no tratado *De agricultura* de Catão, a olericultura teve sua importância significativamente estendida ao longo da obra, de modo a “a esclarecer o cultivo dessa planta e às etapas de fabricação, armazenamento e mesmo venda do(s) produto(s) correspondente(s)” (TREVIZAM, 2018, p. 136). Wilkinson (1969, p. 92), também considerando as evidentes influências de Varrão e Catão nas *Geórgicas* de Virgílio, destaca as escolhas do poeta no que diz respeito à variedade de animais apresentados na obra (muito inferior àquela encontrada no *De Re Rustica* varroniano, como dissemos acima):

Mas por que esses animais em particular? O cavalo não era realmente um animal de fazenda na Itália. Como diz Varrão, ele era usado para o serviço militar, para o transporte, para a criação e para as corridas (II, 5). E nas fazendas, mesmo o transporte era feito em grande parte por bois. A resposta pode estar um pouco além; Virgílio escrevia um poema com significados mais amplos. O cavalo teve um significado para os homens que o asno dificilmente poderia reivindicar. Tampouco havia muito a ser dito sobre as mulas, por mais importantes que fossem, que não pudesse ser transmitido mais dignamente no trato dos cavalos. (WILKINSON, 1969, p. 92)³¹⁰

Como dissemos acima, Kronenberg (2009, p. 132) lembra-nos, sobre a questão dos animais nas *Geórgicas*, que também é profícua a discussão a respeito das alegorias.

No entanto, um ponto que consideramos importante destacar a respeito do livro III das *Geórgicas* é o pessimismo presente na obra. Boyle (1979, p. 66), sobre a questão, aponta que, no livro III, é desenvolvido um confronto com dois aspectos brutais da existência: a força das paixões e sua potencial destruição. O estudioso, um pouco adiante, sugere ainda que há duas forças disruptivas presentes no livro III, o furor sexual (vv. 242-283), pelo qual são acometidos homens e animais, e a morte, a qual é sugerida a partir da descrição da Peste Nórica (vv. 474-566). Grimal (1985, p. 123), por outro lado, apresenta uma perspectiva diferente. O estudioso estabelece que há uma gradação ao longo das *Geórgicas*: as plantas pequenas, apresentadas no livro I; as árvores, no livro II; os animais no livro III; e as abelhas, no livro IV, estas sendo as mais próximas dos homens devido à sua organização e modo de vida. Ora, não haveria, assim, um pessimismo, mas sim uma

³¹⁰ Do original: *But why these particular animals? The horse was not really a farm animal in Italy. As Varro says, it was used for military service, for hauling, for breeding and for racing (2. 15). And on farms even hauling was largely done by oxen. The further answer must be that Virgil was writing a poem with larger meanings. The horse had a significance for men which the ass could hardly claim. Nor was there much to be said about mules, however important they were, that could not more worthily be conveyed in the treatment of horses.* Tradução nossa.

aproximação da natureza do homem. A morte no livro III, para Grimal, não é um fator negativo, mas sim um ponto de recomeço para a vida. No entanto, o estudioso sugere certa injustiça na perspectiva utilitarista a que estão submetidos os animais: “Tudo isso, diz o poeta, é de uma gritante injustiça: estes animais conheceram apenas o trabalho, em nosso benefício; eles nunca, como os homens, renunciaram aos vícios cujo resgate seria esta morte” (GRIMAL, 1985, p. 123).³¹¹ Trevizam (2013) aponta, em sua análise do livro III no conjunto dos quatro livros das *Geórgicas*, uma alternância temática entre os livros, havendo, assim, um tom negativo nos livros I e III ao passo que os livros II e IV sugerem uma esperança. Além disso, o estudioso também aponta que

a existência de outra forma de alternância, grosso modo identificada com a relativa coincidência temática interna entre os Livros I e II - nos quais vemos desenvolvimentos em afinidade com aspectos botânicos - e os Livros III e IV, espaço para a abordagem de assuntos em nexos com o mundo animal, bem o vimos, propiciaria concomitantemente pensar na parte da obra que aqui nos interessa como um novo recomeço, como se, na verdade, houvesse alguma "ruptura" entre um e outro par de grandes partes sequenciais a comporem o todo do poema. (TREVIZAM, 2013, p. 92)

Assim, se para Grimal (1985) a morte (ou a peste) é um sinal de um recomeço, podemos, aliados à perspectiva apresentada por Trevizam (2013), sugerir que esse recomeço também signifique o limiar de uma outra parte das *Geórgicas*, a saber, aquela que trata de animais. É preciso considerar, no entanto, que a Peste Nórica é apresentada nos versos finais do livro III, o que, do ponto de vista sequencial, tornaria nossa perspectiva infundada. Contudo, isso ocorre após as descrições do furor das paixões, o qual perturba, negativamente, todos os seres. Além disso, a peste é apresentada antes do início do livro IV, ou seja, antes da descrição da perfeita sociedade das abelhas.

Atentemo-nos, por ora, às paixões, as quais discutiremos com mais profundidade e que são o tema de nossa análise do livro III das *Geórgicas*.

Como esclarece Veyne (2016, p. 50), o amor conjugal, em Roma, era sorte. Poderia acontecer. Era melhor se ocorresse? Não sabemos ao certo; não podemos compreender o que sentia, de fato, um romano. Não entendemos, nem mesmo, o que chamavam amor — mas sobre isso nos debruçaremos um pouco adiante. O fato é que a união conjugal, as justas núpcias, não dependiam, de modo algum, de uma recíproca

³¹¹ Do original: *Tout cela, dit le poète, est d'une criante injustice: ces animaux n'ont connu que le travail, pour notre bénéfice; ils n'ont jamais, comme les hommes, sacrifié aux vices dont cette mort serait la rançon.* Tradução nossa.

afeição entre o casal romano (um homem e uma mulher). O casamento era uma sociedade, um dever como qualquer outro, mas também uma opção. Melhor era que o homem livre, o *uir*, fosse casado, mas isso não era uma determinante:

Sendo o casamento um dever cívico e uma vantagem patrimonial, tudo que a velha moral exigia dos esposos era que executassem uma tarefa definida: ter filhos, cuidar da casa. Consequentemente a moralidade compreenderá duas esferas: de um lado, esse dever estrito, e, de outro, uma esfera facultativa — mérito suplementar ou oportunidade —, a de formar um casal unido (...). No casamento os esposos terão o dever estrito de cumprir suas respectivas tarefas. Se, além disso, se entenderem bem, será um mérito adicional, não uma pressuposição. (VEYNE, 2016, p. 50)

Uma vantagem patrimonial. O casamento acontecia entre um homem e uma mulher livres e com posses. Era uma forma de enriquecer, unir o patrimônio e perpetuar o núcleo de cidadãos (VEYNE, 2016, p.44). Os escravos não se casavam, viviam o concubinato, um simulacro da relação conjugal dos cidadãos. Embora o casamento fosse um ato privado, tinha repercussões públicas. O “clã” de cidadãos livres precisava se manter; a fortuna e a influência das famílias, *idem*. Além disso, o grau da *dignitas* de um homem livre, quando casado — tendo êxito reconhecido em sua função familiar — aumentava. E o amor? Uma eventualidade. Assim pedia o *mos maiorum*.

Contudo, a vida humana não se limita a prescrições cívicas. O amor existia em Roma (*amor omnibus idem*); o desejo não cabia nas prescrições e convenções sociais. Ainda que este nosso discurso pareça afetado demais para o gênero textual a que nos propomos, essa é uma verdade. Nesta etapa, falaremos sobre o amor e sobre as limitações a ele impostas por convenções (principalmente econômicas). Melhor: mostraremos que Virgílio, no livro III das *Geórgicas*, discorre sobre esses temas.

A questão continua: e o amor? Como vimos, não cabia. Um homem romano apaixonado é um homem de péssimo exemplo. Começemos pela etimologia: o *páthos* (πάθος). Em latim, há o verbo *patior*. Suportar, esperar, sofrer, permitir. O campo semântico, embora amplo, não deixa dúvidas: o *patiens* é aquele que sofre. Daí, a nossa ‘paixão’ — em nossos dias, elogiada, buscada; em Roma, um erro. Por quê? Porque o homem romano não se submetia a ninguém; ao menos, não declaradamente e sem contrapartidas. Os amigos se associavam. Os casais, *idem*. Um apaixonado colocava-se à porta da amada(o) e esperava (*exclusus amator*); um apaixonado chamava sua amada de

*domina*³¹² (*seruitium amoris*). A quem um homem livre chamaria *dominus*? A ninguém. É a poesia elegíaca que joga com as convenções romanas e as contravenções do desejo:

Ocorre ainda que o tipo de *otium* a que se consagram inteiramente (pois o amor elegíaco absorve por completo o apaixonado em todas as dimensões da existência) não corresponde a um valor compatível com a noção de *grauitas* (seriedade), tão cara aos moralistas: em termos sociais mais amplos, sua dedicação às amantes não é “honestá”, no sentido de que, através dos esforços empregados pelo estabelecimento e manutenção da relação amorosa, obtenha-se algo digno de louvor ou que resulte em proveito ou exemplo para os demais. (TREVIZAM, 2003, p. 112)

Os poetas elegíacos, a nosso ver, dedicavam-se a um *otium* contrário ao *mos maiorum*, qual seja, um *otium* “imoral” — consideradas as perspectivas semânticas e etimológicas deste termo. Ora, o amor, a paixão, era a permissão do eu poético elegíaco para, inebriado, desvincular-se da *grauitas*, chegando, até mesmo, a negá-la. Haveria, assim, um jogo poético com os costumes (*mos*); estes eram referenciados e negados concomitantemente, como ocorre nos seguintes versos de Catulo:

Vivamos, minha Lésbia, e amemos!
Os rumores dos velhos mais severos,
todos eles valham menos que um asse!³¹³

Nos versos expostos acima, o eu poético sugere à sua amada que eles se dediquem ao amor e ignorem os rumores de homens antiquados, dotados de valores ditos severos — os quais, a nosso ver, relacionam-se com o *mos maiorum*. Outro aspecto relevante em Catulo, V encontra-se nos seguintes versos:

Dê-me mil beijinhos, depois cem,
então mais outros mil, e outra vez cem,
depois, sem parar, outros mil e mais cem.³¹⁴

³¹² Referimo-nos, aqui, à passagem III, 16, 1 de Propércio, em que o eu poético sugere estar submetido às ordens de sua amada através de uma carta recebida no meio da noite, amada a quem ele se refere como *domina*, como observa Trevizam (2003, p. 119): *Nox media et dominae mihi uenit epistola nostrae* (“no meio da noite, chega até nós uma carta de minha senhora”). Tradução nossa.

³¹³ Do original: *Viuamos, mea Lesbia, atque amemus / rumoresque senum seueriorum / omnes unius aestimemus assis*. Catulo V, vv. 1-3. Tradução nossa.

³¹⁴ Do original: *da mi basia mille, deinde centum / dein mille altera, dein secunda centum / deinde usque altera mille, deinde centum*. Catulo, V, vv. 7-9. Tradução nossa

Nos versos acima, o eu poético apresenta uma sucessão dos números mil e cem, repetindo-os ao longo dos versos. Curiosamente, esses números referem-se a beijos, em um evidente contraste com o terceiro verso do poema, no qual o eu poético declara os valores morais não poderem ser estimados por ele nem mesmo em um único asse. Ora, a reflexão proposta pelo poeta é, a nosso ver, de caráter econômico: há uma negação dos valores tradicionais e sua evidente relação com o poder econômico dos *senes seueri*. Em contrapartida, o número de beijos de sua amada, para o eu poético, se faz muito mais relevante. Há, nesse poema, um eco do *diues amator*, o *tópos* elegíaco em que o eu poético sugere à sua amada que mais importante do que o dinheiro, do que os bens materiais, é o amor.

No entanto, essa recusa da vida prática, como aponta Trevizam (2003, p. 120), é contraditória, uma vez que, para a manutenção do seu estilo de vida, o poeta elegíaco necessita dos recursos provenientes justamente daquelas instituições às quais ele nega: “guerra, exercício político, luta pela supremacia no poder público entre rivais...” (TREVIZAM, 2003, p. 121).

Os poemas de Sulpícia, únicos expoentes da voz feminina elegíaca a que temos acesso, propõem a mesma ruptura com o *mos maiorum*:

Finalmente chegou o amor, seja eu mais conhecida por tê-lo
encoberto com pudor do que revelado a alguém.
Movida por minhas Camenas, Citereia
o trouxe e depôs em meu seio.
Vênus pagou as promessas: que alguém conte
minhas alegrias, se disserem que não teve as suas.
Eu não gostaria de confiar algo a tabuletas
seladas, para ninguém ler isto antes do meu (amado),
mas agrada ter errado, aborrece simular
pela fama: digam que fui digna com um digno.³¹⁵

O eu poético, após ter declarado ter sido tocada pelo amor (*tandem uenit amor*), fala sobre ter desnudado seus afetos e sobre a fama que isso lhe acarretaria. À primeira vista, o texto não deixa claro que tipo de fama a que o eu poético se refere, mas é possível, a partir das características do gênero elegíaco, inferir de que se trata dos mesmos rumores de que fala Catulo em seus versos para Lésbia (Catulo, V). Ora, a paixão, se era pouco

³¹⁵ Do original: *Tandem uenit amor, qualem texisse pudori / quam nudasse alicui sit mihi fama magis. / Exorata meis illum Cytherea Camenis / adtulit in nostrum deposuitque sinum. / Exsoluit promissa Venus: mea gaudia narret, / dicitur siquis non habuisse sua. / Non ego signatis quicquam mandare tabellis / ne legat id nemo quam meus ante, uelim / sed peccasse iuuat, uultus componere famae / taedet: cum digno digna fuisse ferar.* Sulpícia, I. Tradução nossa.

recomendada aos homens sérios e honestos, não o seria também para as mulheres? É o que parece se levarmos em consideração os versos de Sulpícia. Nos versos finais, o eu poético, retomando a questão da fama, declara não se importar com essa fama, pois espera seu erro ter alguma valia (v. 9). Então, no verso final, encontramos o que, a nosso ver, é a mais forte referência aos valores morais romanos — e sua conseqüente subversão: *cum digno digna fuisse ferar* (que se diga, pois, eu ter sido digna com um digno). Ora, quando o eu poético feminino atribui a si própria o adjetivo *digna*, notamos uma referência à *dignitas*, sistema de honrarias que separava os estamentos econômicos, e, aliado ao nascimento e à fortuna, promovia o reconhecimento público (WEBER, 1982, p. 221):

Se é verdade que os latinos justificaram a seu modo o que se chamou *otium cum dignitate*, ou seja, o afastamento da vida pública e militar para dedicação a certas atividades consideradas honestas, também elas laboriosas (como a cultura dos campos e o *otium* da produção intelectual séria), é inegável que apenas se poderia compartilhar plenamente de altos valores como o honor e a *dignitas* através do engajamento ativo na vida da *res publica*. (TREVIZAM, 2003, p. 111)

Ora, uma mulher não poderia ter engajamento ativo na *res publica*, pois a política e o exercício militar eram funções estritamente masculinas. No entanto, Sulpícia, num magistral jogo de sentidos, estabelece certa *recusatio puellae* no último verso de seu primeiro poema: a *docta puella* se diz *digna* em não razão do engajamento público, mas sim daquele mais íntimo e privado, qual seja, a paixão pela qual fora tomada.

O amor, a paixão, era, assim, uma questão moral de grande importância para os romanos, que procuravam, associando-se a valores tradicionais, evitar a frouxidão e a submissão (afetações garantidas para aqueles que se entregavam aos devaneios do amor). É necessário lembrar, no entanto, que os valores romanos, o *mos maiorum*, eram uma preocupação da elite política e econômica romana. Como aponta Polo (2011, p. 75), a *nobilitas* se valia da sua relação genealógica (por vezes, mítica) com os primeiros romanos para manter um conjunto de valores que, sustentado no passado, justificava a superioridade do povo romano perante os demais. Além disso, o autor comenta que, assim como ocorria com o sistema religioso, a *nobilitas* detinha o poder de modificar o *mos maiorum* de acordo com seus interesses (POLO, 2011, p. 73). No entanto, era imprescindível que os novos romanos se adequassem ao *mos maiorum* a fim de garantir a supremacia daqueles com alto *status* político e econômico. Assim, os valores passavam de geração em geração e eram manipulados de acordo com as necessidades dos grupos

detentores do poder. Lembremo-nos de que os poetas elegíacos pertenciam de forma predominante à ordem equestre,³¹⁶ estamento romano que, se não detinha a maior parte do poder político e econômico, dele se beneficiava de modo muito mais abrangente do que o faziam os membros dos estamentos médio e baixo. Ora, os poetas elegíacos denunciavam valores dos quais se beneficiavam não apenas materialmente, mas também no que diz respeito ao *status* de que gozavam perante a sociedade.

Atentemo-nos para o seguinte trecho das *Geórgicas*:

Mas quer de bois trateis, quer de corcéis, o meio
 mais certo e mais cabal para os tornardes fortes,
 é de Vênus e Amor furtá-los aos transportes.
 E aí tendes donde vem usarem os pecuários,
 pascer à parte, e longe, os touros solitários,
 com algum monte em meio, ou rio largo; ou tê-los
 fechados nos currais, ali a sós mantê-los
 à manjadoura farta (...).³¹⁷

Nos versos supracitados, o poeta aconselha que, no trato de bois ou cavalos, o meio mais eficaz para torná-los fortes é afastá-los do amor, de Vênus. Lembremo-nos de que, como apontamos anteriormente, Wilkinson (1969, p. 92) sugere que Virgílio tenha escolhido determinados animais em detrimento de outros em razão dos sentidos outros que pretendia atribuir ao texto. Os bois, ainda segundo o estudioso, eram animais usados para o transporte. Giordani (1968, p. 125) e Lepetz (1996, p. 81) comentam, ainda, que esses animais também eram empregados no trabalho de tração. Giordani (1968, p. 125) recorda, como já o vimos,³¹⁸ a importância econômica do gado para a vida. Ainda sobre os bois, também Trevizam destaca:

Também não nos podemos esquecer de que o animal símbolo da vida camponesa foi, na Grécia e em Roma Antiga, o boi, por sua evidente utilidade no transporte de cargas de maior monta – as quais podia arrastar sobre carros –, e, é evidente, por sua parceria com o agricultor na estafante tarefa de arar o solo. (TREVIZAM, 2018, p. 140)

³¹⁶ Leonard (2004, p. 1-2); Avellar (2015, p.158).

³¹⁷ Do original: *Sed non ulla magis uiris industria firmat / quam Venerem et caeci stimulos auertere amoris, / siue boum siue est cui gratior usus equorum. / atque ideo tauros procul atque in sola relegant / pascua post montem oppositum et trans flumina lata, / aut intus clausos satura ad praesepia seruant.* Virgílio, *Geórgicas*, III, vv. 209-214. Trad. António Feliciano de Castilho.

³¹⁸ Vide capítulo I.5.

Dada a importância econômica do boi, não nos seria difícil acreditar que o texto de Virgílio, ao atribuir ao boi a fraqueza caso fosse acometido pelo amor (antropomorfizando, assim, o animal), fizesse uma sutil referência ao estamento superior romano, qual seja, a ordem senatorial. A estatura física do boi é outro aspecto que o relacionaria a essa ordem. Embora Virgílio não se atenha a esse aspecto, lembremo-nos da fábula I, 24 de Fedro, *Rana rupta et bos*, em que uma rã, ao observar a grandeza de um boi, “foi tocada pela inveja” (*et tacta invidia tantae magnitudinis*) e começou, a despeito de suas limitações físicas, a inflar-se a fim de que atingisse a mesma estatura do bovino. Essa fábula, a nosso ver, propõe uma reflexão a respeito das limitações estamentais; um indivíduo, por mais que adquirisse bens, jamais poderia atingir a grandeza dos cidadãos abastados e poderosos. Isso nos leva a supor que o imaginário romano a respeito do boi colocaria esse animal em posição de grandeza nas suas representações alegóricas.

No que diz respeito ao cavalo, já discutimos, em capítulo anterior, a relação que Varrão estabelece, em seu *De Re Rustica*, entre esses animais e a ordem equestre. Vale lembrar o valor de que gozavam os cavalos principalmente em razão de seu uso como cavalo público (*equus publicus*) concedido pelo Estado à membresia equestre — o que era um símbolo de pertencimento e dignidade (*dignitas*) estamental — e também em razão do seu emprego nas corridas e/ou apresentações públicas (FAUQUET, 2002, p. 34).

O boi e o cavalo eram animais de grande importância para a economia romana e, no que diz respeito aos cavalos, símbolo de poder dos altos estamentos. Eles são retratados, nas *Geórgicas* de Virgílio, como animais passíveis de serem tocados por Vênus e perderem, assim, sua força (*uis*). Embora saibamos as *Geórgicas* tratar-se de uma obra ficcional, ela nos é apresentada, de início, como um guia para o trato no campo. Essa ambiguidade do gênero, acreditamos, sugere alguma coisa que se estende para o conteúdo da obra. Virgílio, a nosso ver, sugeriu uma relação entre a *grauitas* romana e a *uis* (força) atribuída aos cavalos e bois. A *grauitas* poderia, como vimos, ser corrompida quando da submissão do homem à paixão; nas *Geórgicas*, o mesmo acontece com a *uis* dos cavalos e bois.

Como comentamos, o amor está bastante presente no livro III das *Geórgicas*. Há, no entanto, que se fazer um breve comentário entre a possível divisão entre o amor e as relações sexuais. Ocorre que, segundo Silva (2016), em estudo que compara o amor no *De rerum natura* de Lucrécio e as *Geórgicas* de Virgílio, não há, neste último, uma distinção entre o amor e as relações sexuais, como acontece, ainda segundo a estudiosa,

no *De rerum natura* (SILVA, 2016, p. 56). Sobre o trecho das *Geórgicas* por nós supracitado, a estudiosa argumenta:

Interessante notar o uso do nome da deusa Vênus no trecho acima juntamente ao *caeci... amoris*, sugerindo que, para Virgílio, não há diferença alguma entre os efeitos da deusa e o próprio amor: diferentemente de Lucrécio, a Vênus de Virgílio não instila apenas o desejo que propicia a reprodução dos seres, mas se iguala ao amor que causa frenesi nos homens (...). (SILVA, 2016, p. 78)

Assim, estando de acordo com Silva (2016), não faremos distinção ao falar de amor nas *Geórgicas* de Virgílio. O “frenesi” e o desejo sexual são, para o poeta, o mesmo estímulo que a todos atinge.

Virgílio apresenta-nos, de início, os cuidados com a vaca, além de elogios à fisionomia de uma boa vaca (*optimae toruae*) (vv. 51-71):

Por que de ótima a vaca aplausos te mereça,
há de ser carrancuda; enorme na cabeça;
recachada em cerviz, pendendo-lhe a barbeta
do queixo até as mãos; de ilhargas ampla e bela;
grande nos pés, e em tudo; a fronte bem lunada,
a orelha bem velosa.³¹⁹

Nesses versos, há um elogio à fisionomia de uma boa vaca. Notamos o emprego do termo *optimae*, o qual, na concepção romana, designaria também aqueles cidadãos dotados de direitos jurídicos e políticos, podendo, assim, candidatar-se a magistraturas, segundo Colassin (2006, p. 277) e Nicolet (1992, p. 44). Temos, assim, um indício de que a vaca talvez não fosse exatamente uma vaca... Um pouco adiante:

Quer antes, quer depois, deixa em sossego a vaca:
para casta, não val; para lavoura, é fraca.
Enquanto os animais desfrutam ledor viço,
trata da geração, e presto! O almo feitiço
de Vênus reina agora.³²⁰

³¹⁹ Do original: *optima toruae / forma bouis cui turpe caput, cui plurima ceruix, / et crurum tenuis a mento palearia pendent; / tum longo nullus lateri modus: omnia magna, / pes etiam, et camuris hirtae sub cornibus aures*. Virgílio, *Geórgicas*, III, vv. 51-55. Trad. António Feliciano de Castilho.

³²⁰ Do original: *cetera nec feturae habilis nec fortis aratris. / interea, superat gregibus dum laeta iuventas, / solue mares; mitte in Venerem pecuaria primus / atque aliam ex alia generando suffice prolem*. Virgílio, *Geórgicas*, III, vv.62-65. Trad. António Feliciano de Castilho.

Nos versos acima, o poeta exorta para a atenção à prole. Atentemo-nos, mais uma vez, ao emprego do verbo *generando*. O verbo, com raiz no substantivo *gens*, significa “gerar, procriar”; a palavra *gens*, por sua vez, designa, segundo o dicionário Oxford, entre outros significados, “um clã romano ou grupo de famílias que compartilham um mesmo *nomen* e um mesmo suposto ancestral”.³²¹ A nosso ver, a escolha do vocábulo *generando* em se tratando de um contexto antropomorfizante, como é caso das *Geórgicas* de Virgílio, é significativo. Ora, o poeta sugere que as vacas sejam poupadas em seu período fértil e que esse período seja aproveitado para a geração da prole, uma preocupação que, não por acaso, está em harmonia com os interesses das famílias abastadas e dotadas de *status* político. Veyne (2016, p. 47), em apontamento sobre a velha moral romana (em especial aquela do século I anterior à nossa era), diz-nos que “na velha moral cívica, a esposa era apenas um instrumento da função de cidadão e chefe de família; fazia filhos e aumentava o patrimônio”. Compreendamos que “esposa”, “casamento” e “família” eram termos relacionados especialmente a cidadãos livres e, mais geralmente, àqueles abastados. Os demais, como aponta o mesmo autor, viviam o concubinato ou, no caso dos camponeses, casamentos sobre os quais nada sabemos (VEYNE, 2016, p. 46). É curioso, ainda, como Vênus está presente de forma positiva, o que não acontece quando o afetado é o boi, como veremos nos versos seguintes:

A vista só da vaca
 os inflama, os consome, e as posses lhes afraca;
 nem lhes deixa pensar em sotos e pastios.
 Se na amada gentil há tantos amavios,
 que até mil vezes força aos pretensores belos
 a travarem por ela aspérrimos duelos!
 Pasta lá na ampla Sila uma novilha linda;
 o pleito de alcançá-la entanto se deslinda
 entre bravos rivais: de amor as iras duras
 ressoam no embater das rijas armaduras;
 escorrem sangue negro; os golpes e os bramidos
 reboam na floresta e são no Olimpo ouvidos.
 Após ódios tão crus e tão feroz pendência,
 já não pode entre os dois haver mais convivência.³²²

³²¹ Do original: *A roman clan or group of families sharing the same nomen and the same supposed ancestor*. Dicionário Oxford, 1968. Tradução nossa.

³²² Do original: *carpit enim uiris paulatim uritque uidendo / femina, nec nemorum patitur meminisse nec herbae / dulcibus illa quidem inlecebris, et saepe superbos / cornibus inter se subigit decernere amantis. / pascitur in magna Sila formosa iuuenca: / illi alternantes multa ui proelia miscet / uulneribus crebris; lauit ater corpora sanguis, / uersaque in obnixos urgentur cornua uasto / cum gemitu; reboant siluaeque et longus Olympus. / nec mos bellantis una stabulare (...)*. Virgílio, *Geórgicas*, vv. 215-225. Trad. Antônio Feliciano de Castilho.

Nos versos acima, é descrito o momento em que um boi, ao ver uma vaca, tomado pelo frenesi de Vênus, perde suas forças (*uiris*) e se esquece do pasto. É curioso o emprego do vocábulo *femina* no verso 216 para referir-se à fêmea animal. O vocábulo, sabemos, não é restrito à fêmea bovina (vaca), mas a qualquer um dos seres, como oposição direta ao *mas*. Esse emprego seria, a nosso ver, um elemento que compõe a antropomorfização do boi, uma vez que o poeta se esquivou do emprego de *uacca* ou *taura*, os quais limitariam a leitura à inteligência. Esse jogo de ambiguidades, no entanto, é interrompido em outro verso (220) com o emprego de *iuuena* (“novilha / jovem vaca”), como se o poeta sugerisse ao leitor que voltasse sua atenção para a inteligência. Ora, trata-se, ainda, de uma alegoria, e o reflexo alegórico, embora exista, precisa submeter-se ao objeto que reflete. Isso não acontece no verso 225: *nec mos bellantis una stabulare*. Aqui, o emprego de *mos* é significativo. Em tradução literal: “Nem é costume do que guerreira morar junto”. Ora, tanto o vocábulo *mos*, que, em seu campo semântico, comporta os hábitos, os costumes (o *mos maiorum!*), quanto *stabulare* compõem o jogo de significação desse verso. Isso ocorre porque *stabulare* pode significar tanto “habitar” quanto “guardar em um mesmo estábulo”. Daí, Virgílio estabelece um jogo semântico (e formal) ao relacionar ambos os vocábulos quando se refere a bois/homens que não podem, em função do amor, compartilhar uma mesma morada, um mesmo costume, um mesmo estábulo. O amor divide os homens, pois os faz concorrentes em uma batalha infrutífera.

Retira-se o vencido a exílio em terra estranha,
 longe, desconhecida; ali na dor se entranha
 da afronta que amargou, das chagas que lhe há feito
 o vencedor soberbo; e geme do imo peito
 continuamente a dor, que excede às outras dores,
 de ter perdido, e inulto (inulto!) os seus amores.
 Ah! Como ele, ao sair do verde reino avito,
 fitava na arribana o longo olhar aflito!
 Por tudo isto se empenha em cobrar forças: pausa
 entre as pedras, de noite, em tosca e fria lousa;
 pasta do áspero mato e do carriço agudo;
 contínuo se exp'rimenta; ensaia-se a miúdo.
 acometendo um tronco, armando aos ventos guerra
 preludia ao combate, escarva, espalha a terra.
 Mal sente haver cobrado a força e esforço antigo,
 alça os pendões; investe o impróvido inimigo.
 Tão de levada vai, como onda que rebenta,
 do seio do mar largo, espúmea e truculenta,
 contra a praia se arroja, escolhos e fragedo
 cavalga, e com trovão que infunde ao longe medo
 qual montanha, desaba; o pélagos estuante
 remoinha desde o fundo, a areia negrejante

sobe à tona; o mar todo está sombrio e triste.³²³

Nesses versos, Virgílio descreve a aflição do boi, que, tomado por Vênus e vencido pelo concorrente, afasta-se para terra estranha (*ignotis oris*). Atentemo-nos, a princípio, para a terra estranha; o boi não poderia mais ser útil em sua morada estabelecida, a *uilla* produtiva, uma vez que tenha se retirado e afastado do rebanho. Além de não ser mais útil aos interesses humanos (pois, sabemos, é disso que se trataria um “tratado de agricultura”), o vencido (*uictus*) e não vingado (*inultus*) boi dedica-se a recobrar suas forças a fim de que retorne e, mais uma vez, trave batalha contra o inimigo. Ora, o animal, em razão de seus afetos, mal restabelece seu ânimo e já se empenha em treinar suas forças a fim de que obtenha as glórias não do *labor*, mas do *amor*. Para tanto, ele provoca os ventos (*uentos lacessit*); a nosso ver, essa é uma clara referência aos empenhos bélicos dignos de um romano atento aos costumes, à *grauitas*. A guerra contra os inimigos era travada a fim de que se obtivesse ganhos materiais, proveito de todos; já o boi, porque afetado por Vênus, o fazia contra os ventos e árvores, tendo como objetivo o ataque a outro boi.

Propércio também se valeu da alegoria com bovinos ao reclamar dos efeitos negativos do amor:

Que eu agora goze com estes grilhões, que esteja preso!
 Pois, se me vier um outro amor, que eu morra amargo!
 Assim como um touro, de início, rejeita os arados,
 e depois, manso e conformado, aceita o jugo laboral,
 assim, primeiro, os jovens trepidam ferozes no amor,
 em seguida, mansos, o justo e o injusto toleram com o tempo.³²⁴

Nos versos supracitados, a imagem de um boi que, de início, rejeita o jugo e o *labor* é associada aos jovens apaixonados, que trepidam com os efeitos do *amor* antes de

³²³ Do original: *sed alter / uictus abit longeque ignotis exsulat oris, / multa gemens ignominiam plagasque superbi / uictoris, tum quos amisit inultus amores, / et stabula aspectans regnis excessit auitis. / ergo omni cura uiris exercet et inter / dura iacet pernox instrato saxa cubili / frondibus hirsutis et carice pastus acuta, / et temptat sese atque irasci in cornua discit / arboris obnixus trunco, uentosque lacessit / ictibus, et sparsa ad pugnam proludit harena. / post ubi collectum robur uiresque relectae, / signa mouet praecepsque oblitum fertur in hostem: / fluctus uti medio coepit cum albescere ponto, / longius ex altoque sinum trahit, utque uolutus / ad terras immane sonat per saxa neque ipso / monte minor procumbit, at ima exaestuata unda / uerticibus nigramque alte subiectat harenam.* Virgílio, *Geórgicas*, III, vv. 225-241. Trad. Antônio Feliciano de Castilho.

³²⁴ Do original: *his saltem ut tenear iam finibus! aut mihi, si quis, / acrior, ut moriar, uenerit alter amor! / ac ueluti primo taurus detractat aratra, / post uenit assueto mollis ad arua iugo, / sic primo iuuenes trepidant in amore feroces, / dehinc domiti post haec aequa et iniqua ferunt.* Propércio, II, IV, vv. 1-6. Tradução nossa.

serem domados pelo hábito de suportar esse sentimento. Nos versos finais do poema, o poeta nos apresenta uma reflexão interessante sobre os objetos do amor:

Se alguém for meu inimigo, que ame as mulheres:
que se divirta com rapazes, se for meu amigo.
Descem num rio tranquilo com segura barca:
por que te perturbaria a onda de tão pequeno litoral?
Enquanto o rapaz sempre muda de ideia com uma só palavra,
a mulher, mesmo pelo próprio sangue, dificilmente amolece.³²⁵

O eu poético sugere, nesses versos, que amar mulheres é como um castigo, e que o melhor é gozar com rapazes. Num primeiro momento, lembremo-nos de que Roma era regida pelos ditames do patriarcado, sendo a mulher, nesse contexto, vista como um ser de ordem inferior. Essa perspectiva é apresentada por aquele discurso de Metelo Numídico, apresentado por Aulo Gélcio em suas *Noites Áticas*:

Se sem esposas estivéssemos bem, Quirites, todos desse aborrecimento nos absteríamos; mas porque assim a natureza transmitiu, de modo que nem com elas bastante comodamente, nem sem elas de modo algum se possa viver, deve-se atentar com vistas antes a uma saúde perpétua que a um breve prazer.³²⁶

Nesse discurso, o censor incentivava o casamento entre o povo romano. Há, no entanto, um tom misógino, pois a mulher, segundo aquelas palavras, seria um ser detestável, porém útil. Não nos parece, todavia, que Propércio se valesse dessa mesma perspectiva ao sugerir que o amor às mulheres fosse mais nocivo que aquele nutrido por rapazes. Atentemo-nos que a mulher a quem o eu poético tradicionalmente dirigia seus cantos era uma mulher inacessível. É o que observa Trevizam (2003, p. 139) a respeito da Délia de Tibulo, mulher casada e, além disso, dedicada a outros amores extraconjugais que não apenas o do eu poético; também Catulo se envolveu com uma matrona, Lésbia; e a Cíntia de Propércio, por sua vez, não se rendia ao casamento na sua condição de meretriz.³²⁷ Ocorre, ainda, como observa Veyne (2006, p.15), que essas mulheres, por

³²⁵ Do original: *hostis si quis erit nobis, amet ille puellas: / gaudeat in puero, si quis amicus erit. / tranquillo tuta descendis flumine cumba: / quid tibi tam parui litoris unda nocet? / alter saepe uno mutat praecordia uerbo, / altera uix ipso sanguine mollis erit.* Propércio, II, 4, vv. 19-22. Tradução nossa.

³²⁶ Do original: *Si sine uxores possemus, Quirites, omnes ea molestia careremus; set quoniam ita natura tradidit, ut nec cum illis satis commode, nec sine illis uno modo uiui possit, saluti perpetuae potius quam breui uoluptati consulendum est.* Aulo Gélcio, *Noites Áticas*, I, 6, l. Trad. José R. Seabra.

³²⁷ Nos versos de Sulpícia, o eu poético feminino também se declara inalcançável para o amado. O que sabemos sobre Cerinto é que seu nome, grego como tradicionalmente ocorre com o nome da musa elegíaca,

pertencerem, acima de tudo, ao universo ficcional das elegias, nem sempre preocupado com a realidade, não tinham o seu caráter tão definido:

A elegia não pinta nada em absoluto e não impõe a seus leitores que pensem na sociedade real; ocorre em um mundo de ficção em que também as heroínas são mulheres levianas, em que a realidade apenas é evocada em relances, relances pouco coerentes. De uma página a outra, Délia ou Cíntia poderiam ser cortesãs, esposas adúlteras, mulheres libertas; muitas vezes, não se sabe quem são, e ninguém se preocupa em averiguar; são irregulares, e isso é tudo. (VEYNE, 2006, p. 15)³²⁸

O “caráter” irregular dessas mulheres, no entanto, variava no inalcançável; a mulher adúltera, a meretriz, a liberta, nenhuma delas era acessível ao eu poético. O amor não poderia se concretizar. Assim, quando Propércio sugere que os rapazes garantem gozos mais tranquilos, o eu poético refere-se possivelmente a jovens escravos, a quem os costumes não impediam que se relacionassem sexualmente na posição de passivos. Além disso, estes rapazes deviam obediência aos seus senhores, o seu corpo não era inacessível ao eu poético — e, por essa razão, eles eram “maleáveis pelo discurso” (*uno mutat praecordia uerbo*).

Assim, Propércio discute, ainda que sutilmente, uma questão estamental em seus versos de amor, uma vez que aloca a mulher casada, já estabelecida socialmente graças ao possível *status* político do marido, em posição menos suscetível que escravos jovens.

É à luz dessa questão que prosseguimos em nossa análise. A nosso ver, a imagem alegórica do boi tomado pelos afetos de Vênus reflete um homem romano cujas atribuições eram muito mais sérias do que travar batalhas pelo amor; o homem pio, honesto, dotado da *grauitas*, não se dedicava à *militia amoris*, mas sim à guerra e pilhagem das quais, muitas vezes, advinham os bens do Estado. Em outras palavras, um homem livre e abastado, cujo dever político sustentava a ordem social, deveria ser como o touro de que fala Propércio: *assueto mollis ad arua iugo*.

Nos versos abaixo, Virgílio faz uma descrição bastante poética de outro animal, o cavalo.

refere-se ao néctar do pólen (Κήρινθος), alimento das abelhas (NETO, 2016, p. 270), o que seria facilmente relacionado à doçura.

³²⁸ Do original: *La elegía no pinta nada en absoluto y no impone a sus lectores el pensar en la sociedad real; ocurre en un mundo de ficción en que también las heroínas son mujeres ligeras, en que la realidad sólo se evoca por relámpagos, más aún, por relámpagos poco coherentes. De una página a otra, Delia o Cincia podrían ser cortesanas, esposas adúlteras, mujeres libres; las más de las veces no se sabe lo que son, y nadie se preocupa por averiguarlo; son “irregulares”, y eso es todo.* Tradução nossa.

Requer o trato equino igual discernimento.
 Criar co'o mor desvelo hás de, antes de mais nada,
 desde a nascença os pais, fiança da manada.
 Poldro castiço e nobre, é vê-lo na lezira!
 Como anda majestoso! E as mãos! Como as atira
 com graça, e tão de leve! Ele o que salta avante
 no investir dum caminho; ele o que arrosta ovante
 o rio ameaçador, e pisa a ponte ignota;
 de estrondos vãos não treme.
 A parte e parte o nota:
 é no colo enfunado e na cabeça esguio;
 parco em ventre; o costado, obeso e luzidio;
 o peito, musculoso.³²⁹

É digno de nota que essa descrição ocorre logo após o verso em que ele exorta o leitor a ter cuidado no trato da vaca; ou seja, após Virgílio elogiar as vacas em razão de sua capacidade reprodutiva e aconselhar ao leitor que permita que Vênus a visite durante a juventude, dá-se início à descrição dos cavalos. Talvez essa nossa suposição seja um tanto quanto exagerada, mas é preciso apontar que a ordem equestre estava logo abaixo, na pirâmide social romana, da ordem senatorial. Além disso, o vocábulo *gens* foi mais uma vez empregado quando o poeta aconselha que se preste especial cuidado para “aqueles cavalos que forem designados para a procriação da espécie” (*tu modo quos in spem statues summittere gentis*). Falamos, ainda, de cavalos e bois, animais econômica e simbolicamente importantes para as ordens superiores romanas. A propósito, a afeição dos cavalos pelas armas é descrita nos seguintes versos:

O nosso preferido
 mal que de armas ao longe acaso ouviu ruído
 já quietar não sabe: a orelha empina e vibra;
 um trêmido geral o corre fibra a fibra;
 e o fogo, já no peito opresso não cabendo,
 pelas ventas ao ar se lhe borbota horrendo.
 Que dúplice espinhaço! E quanta bizzarria
 no estrondoso escarvar co'o casco a pradaria!³³⁰

³²⁹ Do original: *Nec non et pecori est idem dilectus equino / tu modo, quos in spem statues summittere gentis / praecipuum iam inde a teneris impende laborem / continuo pecoris generosi pullus in aruis / altius ingreditur et mollia crura reponit; / primus et ire uiam et fluiuos temptare minacis / audet et ignoto sese committere ponti, / nec uanos horret strepitus. illi ardua ceruix / argutumque caput, breuis aluus obesaque terga, / luxuriatque toris animosum pectus.* Virgílio, *Geórgicas*, III, vv. 72-81. Trad. António Feliciano de Castilho.

³³⁰ Do original: *tum, si qua sonum procul arma dedere, / stare loco nescit, micat auribus et tremitt artus, / collectumque premens uoluit sub naribus ignem / densa iuba, et dextro iactata recumbit in armo / at duplex agitur per lumbos spina, cauatque / tellurem et solido grauiiter sonat ungula cornu.* Virgílio, *Geórgicas*, III, vv. 83-88. Trad. António Feliciano de Castilho.

Há, nesse trecho, uma naturalização do gosto dos cavalos pelas armas; ora, é curioso como todo o corpo do animal corresponde ao som das armas, havendo manifestações em suas orelhas e nas ventas — todo o corpo treme! No entanto, essa mesma naturalização acaba por não se verificar quando o poeta, um pouco adiante, ensina sobre a doutrinação dos cavalos, seja para a lida em teatros, seja para o gosto das armas:

Porém não cria bois; suponho que antes gostes
dos campos de batalha e de tremendas hostes,
rodar na alfeia várzea, ou transvoar vesano
no teu coche o olival do Júpiter pisano.
O que tem de fazer, logo em começo, os potros,
é ver alguma lide, e se instruir dos outros;
costumar-se à trombeta, ao retintim dos freios,
dos carros ao gemer. Perdidos tais receios,
ir-se-ão a mais e mais entrando dos louvores
do picador que os mostra aos seus aplaudidores,
e amando-lhes o carinho, e aquela destra amiga
que lhes bate no colo e os brios lhes instiga.³³¹

O que vemos, nesses versos, é bastante diferente do que foi narrado nos anteriores. Os cavalos não são afeitados à guerra a ponto de se inflarem ao ruído das armas; ocorre que eles devem ser ensinados, desde a juventude, a relacionar o prazer dos carinhos à lida dos combates e da arena. Curiosamente, a *dignitas* dos cavaleiros, ou dignidade equestre, era conquistada mediante, principalmente, a fortuna (400 mil sestércios); ocorre que a membresia equestre aspirava ao Senado, como apontam Brunt e Carme (1967, p. 1095), em comentário já mencionado por nós: “(...) os *equites* aspiravam a entrar no Senado e foram bem-sucedidos em números cada vez maiores (...)”.³³² Assim, não nos parece estranho dizer que também essa membresia se permitisse a cargos públicos e às armas a fim de receber “carícias” do poder estatal, qual seja, sua ascensão. Não por acaso, o verso 85 (*tum magis atque magis blandis gaudere magistris*) “então, mais e mais se alegra com as carícias do mestre” contém, em sua extensão, duas vezes a palavra *magis* seguida de uma derivada, *magistris*; essa repetição da raiz *magis* é, a nosso ver, uma alusão ao

³³¹ Do original: *Sin ad bella magis studium turmasque ferocis, / aut Alpheia rotis praelabi flumina Pisae / et Iouis in luco currus agitare uolantis, / primus equi labor est animos atque arma uidere / bellantum lituosque pati, tractuque gementem / ferre rotam et stabulo frenos audire sonantis; / tum magis atque magis blandis gaudere magistris / laudibus et plausae sonitum ceruicis amare. / atque haec iam primo depulsus ab ubere matris / audeat, inque uicem det mollibus ora capistris / inualidus etiamque tremens, etiam inscius aevi.* Virgílio, *Geórgicas*, III, vv. 179-189. Trad. António Feliciano de Castilho.

³³² Do original: (...) *les equites aspiraient à entrer au sénat et y parvinrent en nombre de plus en plus grand (...)*. Tradução nossa. Vide nota 166.

vocábulo *magistratus*, cuja definição é o cargo público, a função administrativa e, por extensão, a magistratura, o alto cargo concedido exclusivamente aos patrícios (ao longo da República) e, em seguida, senadores (no que diz respeito ao Império). Os carinhos concedidos aos cavalos, assim, se parecem bastante com a promessa de uma ascensão social bastante buscada pelos *equites* romanos.

Nos versos abaixo, o poeta anuncia que o amor está presente em todas as espécies (*amor omnibus idem*):

Tal a força do amor em tudo quanto existe!
 Sente-lha a espécie humana, e as raças mais ferinas;
 sente-a o peixe no oceano, o gado nas campinas,
 e até no seu ar livre as aves multicolores.
 Tudo é fogo e delírio e fuga em sol de amores:
 então, e só então, é que a leoa esquece
 os filhos no covil, campeia e se enfurece
 mais terrível que nunca; os ursos monstruosos,
 mais que em tempo nenhum, alastram rabiosos
 de estrago e mortandade o mato; nesse prazo
 é que o tigre na relva, e o javali no raso,
 mais são para tremer. Ai do imprudente humano
 que as líbicas soidões trilhe em tal prazo do ano!
 Atenta nos corcéis; não vês com que arrepio
 todo o corpo lhes freme, assim no ar vazio
 noto olor lhes chegou? Nem freio em mãos seguras,
 nem ríspido flagelo, alegres, nem fraguras
 os detêm, nem caudais de atropelado rio
 que até montes arranca.³³³

Os animais, ao longo dos versos expostos, são citados de modo, mais ou menos, *en passant*, com algumas descrições um pouco mais longas (a leoa, o tigre e o urso). No entanto, ao mencionar os cavalos, o poeta dedica cinco versos inteiros para narrar os efeitos do amor nesses animais. O verso 252, a nosso ver, é o mais significativo: *ac neque eos iam frena uirum neque uerbera saeua* (“e não vês como eles já não são contidos pelos freios humanos, nem pelos açoites?”). Ora, os demais animais, selvagens, são afetados pelo furor de Vênus e, em função disso, esquecem-se de sua própria natureza, como é o caso da leoa, que abandona seus filhos. Já o cavalo tem como prejuízo o abandono dos

³³³ Do original: *Omne adeo genus in terris hominumque ferarumque / et genus aequoreum, pecudes pictaeque uolucres, / in furias ignemque ruunt: amor omnibus idem. / tempore non alio catulorum oblita leaena / saeuior errauit campis, nec funera uulgo / tam multa informes ursi stragemque dedere / per siluas; tum saeuus aper, tum pessima tigris; / heu male tum Libyae solis erratur in agris. / nonne uides ut tota tremor pertemptet equorum / corpora, si tantum notas odor attulit auras? / ac neque eos iam frena uirum neque uerbera saeua, / non scopuli rupesque cauae atque obiecta retardant / flumina correptosque unda torquentia montis.* Virgílio, *Geórgicas*, III, vv. 242-254. Trad. António Feliciano de Castilho.

freios e açoites, qual seja, deixam de ser submissos às mãos humanas. Considerada a relação entre os cavalos nas *Geórgicas* e os *equites* romanos, essa afirmação nos parece bastante curiosa. Vejamos, a seguir, como o poeta tece essa mesma ideia um pouco adiante:

Pois um triste mancebo, a quem amor tirano
 té as medulas queima!
 É noite; o perigo insano
 tumultua medonho; é tarde; que lhe importa?
 Arroja-se-lhe; nada; embora a grande porta
 do céu lhe sobretoe, o mar nas fragas quebre,
 o atro negrume o cubra! É o delirar da febre;
 nada sempre; não ouve os pais desventurados
 que o lá ficam chamando, e nem sequer os brados
 da amante, que, se o perde, há de também perdida
 com desumano arrojo arremessar a vida.
 Pretermito de Baco as linceas mosqueadas,
 e o acre lobo, e o cão, e as lutas e as marradas
 dos cervos, raça imbele. Onde se vê domina
 mais insigne esta fúria, é na manada equina.
 Vênus mesma as dotou com esse privilégio,
 quando, para vingar o insulto e sacrilégio
 do potníade Glauco, às da quadriga sua,
 influiu devorá-lo.³³⁴

A relação entre a juventude e o amor é bastante evidente nos versos acima: *quid iuuenis, magnum cui uersat in ossibus ignem durus amor?* (“o que dizer dos jovens, para quem o duro amor atija grande ardor até nos ossos?”). Em seguida, é narrada a cena de quase absoluta insubmissão do jovem Leandro, seja aos empecilhos naturais (o mar, a noite), seja aos pais, seja, até mesmo, à própria amante (a quem a sua submissão é dirigida), para alcançar a amada Hero, jovem sacerdotisa de Afrodite. Nada o contém. O mesmo acontece com os cervos pacíficos (*imbeles cerui*), que, também tomados pelo furor de Vênus, travam batalha. Um pouco adiante, o poeta diz: “onde se vê domina mais insigne esta fúria, é na manada equina”. Em seguida, há a menção à narrativa de Glauco, filho de Sísifo, a quem as éguas devoraram. Ainda que, nesse trecho, o poeta se refira às éguas, à fêmea, nos parece significativa a relação entre a insubmissão do jovem e o mesmo comportamento das éguas de Glauco. Mais uma vez, o poeta relaciona o amor da

³³⁴ Do original: *quid iuuenis, magnum cui uersat in ossibus ignem / durus amor? nempe abruptis turbata procellis / nocte natat caeca serus freta, quem super ingens / porta tonat caeli, et scopulis inlisa reclamant / aequora; nec miseri possunt reuocare parentes, / nec moritura super crudeli funere uirgo. / quid lynces Bacchi uariae et genus acre luporum / atque canum? quid quae imbelles dant proelia cerui? / scilicet ante omnis furor est insignis equarum; / et mentem Venus ipsa dedit, quo tempore Glauci / Potniades malis membra absumpserunt quadrigae.* Virgílio, *Geórgicas*, III, vv. 258-268. Trad. António Feliciano de Castilho.

raça equina à insubmissão; não por acaso, a elegia latina cantava justamente a negação de preceitos estéticos³³⁵ de gêneros ditos maiores (como ocorre no *tópos* da *recusatio*) e de valores morais da sociedade romana — e não por acaso, a elegia romana versava sobre o amor de jovens pertencentes, especialmente, à ordem equestre.

Assim, o discurso amoroso nas *Geórgicas*, no que diz respeito aos cavalos e bois, é bastante negativo,³³⁶ acarretando-lhes prejuízos no que diz respeito à manutenção da força e à submissão aos freios, o que, conseqüentemente, empobrece a *uilla*.

No entanto, o mesmo não acontece quando o poeta descreve o trato de outros animais. Como aponta Silva (2016, p. 77), “Virgílio dedicou parte do Livro III das *Geórgicas*, v. 209-289, para discutir o amor entre os animais, especificamente os touros e os cavalos, e, mais para o final, também junto aos homens”. Vejamos, no trecho a seguir, como o poeta apresenta os cães:

O cuidado dos cães não seja o derradeiro.
Espartano veloz, molosso acre rafeiro,
quando cachorros inda estão no crescimento,
cavem-se por igual com soro suculento.
Pastor que a seus redis tem destes guardadores,
escusa de tremer dos lobos raptadores;
ri do ladrão noturno, e até do bandoleiro
ibero, que por trás assalta ao caminheiro.
Se gostas de aossar os tímidos onagros,
de ver como transpõe a lebre e a gama os agros,
fia-te nos teus cães. Sentindo-lhe os ladridos,
os brutos javalis fogem-te espavoridos
do enxurdeiro silvestre; e o giganteu veado,
voando cerro além, cai na rede enleado.³³⁷

Notemos que, assim como ocorre com os bois e os cavalos, o cão é apresentado sob uma perspectiva bastante utilitarista; ora, o animal é um instrumento de controle de outros animais, e é por essa razão que se aconselha o seu cuidado ao pastor. Essa

³³⁵ Lembremo-nos dos versos iniciais dos *Amores* de Ovídio: “Eu me preparava, com grave metro, para os violentos combates / cantar, a matéria sendo conveniente à forma / O verso de baixo era igual ao primeiro — mas o risonho Cupido / vejam só! Parece que ele surrupiou um pé métrico. *Arma gravi numero violentaque bella parabam / edere, materia conveniente modis. / par erat inferior versus —risisse Cupido / dicitur atque unum surripuisse pedem*. Ovídio, *Amores*, I, 1, vv. 1-4. Tradução nossa.

³³⁶ Corroboramos o comentário de Silva (2016, p. 84), que sugere o amor ser apresentado no Livro III das *Geórgicas* sob um ponto de vista negativo.

³³⁷ Do original: *Nec tibi cura canum fuerit postrema, sed una / uelocis Spartae catulos acremque Molossum / pasce sero pingui. numquam custodibus illis / nocturnum stabulis furem incursusque luporum / aut impacatos a tergo horrebis Hiberos. / saepe etiam cursu timidos agitabis onagros, / et canibus leporem, canibus uenabere dammas; / saepe uolutabris pulsos siluestribus apros / latratu turbabis agens, montisque per altos / ingentem clamore premes ad retia ceruum*. Virgílio, *Geórgicas*, III, vv. 404-413. Trad. Antônio Feliciano de Castilho.

perspectiva de um cão que serve exclusivamente ao seu senhor, de modo que nele se possa confiar a fim de manter afastados os males, também é encontrada em uma fábula de Fedro:

I, XXIII, O cão fiel

Aquele que é repentinamente generoso
pode agradar aos estúpidos, porém
prepara vãs armadilhas para os mais atentos.
Como um ladrão noturno lançou um pão a um cão,
tentando seduzi-lo com a comida atirada,
disse o cão: "Veja só! Quer ocupar minha boca,
de modo que eu não ladre em favor do meu senhor?
Grande erro. Na verdade, essa tua súbita bondade
obriga-me a vigiar, para que não faças lucro com minha culpa."³³⁸

Nessa fábula, Fedro expõe um valor muito caro aos romanos: a *fides*. Como já discutimos,³³⁹ as relações de patronato, esse compromisso entre desiguais, eram garantidas pela *fides*. Assim, aqueles menos abastados contavam com a *fides* dos seus superiores. Lembremo-nos, ainda, que Piñero (1996, p. 558) aponta haver na relação de patronato um *beneficium* oferecido por aqueles de melhor condição material àqueles que necessitavam do *beneficium* (seja ele material ou, até mesmo, subjetivo, como certo acesso aos centros de poder estatal). Em contrapartida, havia o *officium*, a recompensa que os clientes ofereciam ao patrono pelo *beneficium* (prestígio, apoio necessário para alcançar magistraturas etc.). Na fábula I, XXIII, o cão, absolutamente fiel ao seu senhor (*dominus*), não aceita o *beneficium* de um ladrão interessado em roubar a casa do senhor. A razão dessa atitude nos é explicada no promítio da fábula: “Aquele que é repentinamente generoso pode agradar aos estúpidos, porém prepara vãs armadilhas para os mais atentos”. Ora, o ladrão não oferecia o pão ao cão como um *beneficium*, propondo uma relação de patronato, mas sim para lhe captar a atenção a fim de que ele, o ladrão, pudesse roubar a casa. Em outras palavras, o pão era o único *beneficium* oferecido pelo ladrão, pois apenas o senhor teria posses o suficiente para garantir ao cão uma relação de patronato.

³³⁸ Do original: *Repente liberalis stultis gratus est / uerum peritis inritos tendit dolos / Nocturnus cum fur panem misisset cani / obiecto temptans an cibo posset capi / 'Heus', inquit 'linguam uis meam pracludere / ne latrem pro re domini? Multum falleris. / Namque ista subita me iubet benignitas / uigilare, facias ne mea culpa lucrum'*. Fedro, *Fabulae*, I, 24. Tradução nossa.

³³⁹ Vide capítulo IV.2.3.

Notemos, ainda, que o sintagma *nocturnus fur* é empregado tanto na fábula de Fedro (v. 3) quanto na descrição que Virgílio faz da utilidade do cão (v. 406), em contextos semelhantes (o cão protegendo os bens do senhor).

Virgílio prescreve que o cão deve ser bem cuidado a fim de que preste serviços ao senhor; não há, no entanto, uma preocupação no que diz respeito aos efeitos de Vênus tal como há junto aos bois e cavalos. Se os bois perdem sua *uis* e os cavalos negam os freios, suas funções na *uilla* ficam prejudicadas. Ora, o mesmo não acontecia com relação aos patrícios e cavaleiros? Esses homens, que se ocupavam do Estado e sua manutenção, tinham suas afeições limitadas, como vimos, pelo *mos maiorum*, o conjunto de valores que interessavam aos *nobilitas* mais do que a qualquer outro cidadão (POLO, 2011, p. 74).

Virgílio, ao enunciar que o amor é o mesmo para todos (*amor omnibus idem*), elabora, se considerado o restante do livro III, uma crítica ao *mos maiorum* e às estruturas do poder romano. É verdade que o amor é o mesmo para todos; há, no entanto, que se considerar que seus efeitos teriam consequências econômicas e políticas apenas para alguns estamentos.

IV.3.2 – *Geórgicas*, Livro IV: no fundo do rio, muitas abelhas

Uma passagem que, a nosso ver, é bastante significativa no livro IV das *Geórgicas* se dá quando Cirene, divindade marinha, explica a seu filho, Aristeu, como proceder quando encontrar Proteu, vate a quem o apicultor deveria recorrer a fim de salvar suas abelhas. Antes de apresentarmos o trecho, contextualizamos brevemente o leitor. Aristeu, o apicultor, havia perdido suas abelhas por “doença e fome” (*morbo famaue*, v. 18). Sentindo-se muito injustiçado, clama por sua mãe, Cirene, que, tendo ouvido aquele clamor “do fundo do rio” (*sub fluminis alti*, v. 333), ordena ao rio que abra passagem para o filho:

Ao mesmo tempo, ela ordena aos profundos rios que se afastem por largo espaço por onde o jovem passaria; e a água curvada em forma de montanha se manteve em volta dele, recebeu-o em seu vasto seio e conduziu-o ao fundo do rio.³⁴⁰

³⁴⁰ Do original: *Simul alta iubet discedere late / flumina, qua iuuenis gressus inferret: at illum / curuata in montis faciem circumstetit unda / accepitque sinu uasto misitque sub annem*. Virgílio, *Geórgicas*, IV, vv. 359-362. Trad. Gilson José dos Santos.

Aristeu adentra o rio. Penna (2018, p. 150), a respeito desse episódio, comenta que a catábase de Aristeu é motivada pelo “amor da honra e do louvor” (*amor honoris et laudis*); a estudiosa argumenta, ainda, que a personagem, embora esteja em um contexto didático, tem características de herói épico, uma vez que realiza “um longo e elaborado discurso”, frequenta um espaço reservado a divindades, estando “rodeado de figuras epicamente adjetivadas”, e realiza feitos sobre-humanos. Penna também estabelece uma comparação entre Aristeu e Orfeu; segundo ela, Aristeu, preocupado com suas abelhas e com a lida no campo, representaria a coletividade, ao passo que Orfeu se preocupa muito mais com suas afetações, sendo um “escravo do amor que o leva à morte” (PENNA, 2018, p. 156). Assim, Aristeu, um estadista, estaria mais próximo de figuras políticas, como Otaviano, enquanto Orfeu, um poeta, se assemelharia ao próprio Virgílio, “em ‘ocioso’ combate literário nos litorais napolitanos” (PENNA, 2018, p. 157).

A ninfa Cirene, após suplicar a Oceano, recebe um presságio; a divindade, então, aconselha Aristeu a procurar Proteu, vate de Netuno, conhecedor “das coisas do presente, do passado e do futuro” (*quae sint, quae fuerint, quae mox uentura trahantur*, v. 393). A divindade também explica ao filho o *modus operandi* do vate, oferecendo-lhe, ainda, um conselho de como proceder ao encontrar Proteu:

Mas, quando o segurares com as mãos e preso pelos laços, então mutáveis aparências e figuras de feras iludir-te-ão, porque ele se transformará subitamente em eriçado porco, em feroz tigre, em escamoso dragão e em leoa de fulva nuca; ou produzirá o ruído atroz da chama, e assim se libertará de tuas amarras, ou irá escoado em tênues águas. Mas, quanto mais ele se metamorfosear em todas as formas, tanto mais, meu filho, aperta os tenazes laços até que, mudado seu corpo, ele seja tal qual o tenhas visto, quando cerrava os olhos ao adormecer.³⁴¹

Essa passagem, embora esteja na segunda metade do livro (tem início a partir do verso 317), é, a nosso ver, de grande importância para a compreensão das alegorias presentes não apenas no livro IV, mas também no livro III (e, se estendermos as alegorias também para as plantas e árvores, nos dois primeiros livros). Ora, como vimos no capítulo anterior, a antropomorfização é uma característica das *Geórgicas*; Virgílio não fala

³⁴¹ Do original: *Verum, ubi conreptum manibus uinclisque tenebis, / tum uariae eludent species atque ora ferarum: / fiet enim subito sus horridus atraque tigris / squamosusque draco et fulua ceruice leaena; / aut acrem flammae sonitum dabit atque ita uinclis / excidet, aut in aquas tenuis dilapsus abibit. / Sed quanto ille magis formas se uertet in omnis, / tam tu, nate, magis contende tenacia uincla, / donec talis erit mutato corpore qualem / uideris, incepto tegeter cum lumina somno.* Virgílio, *Geórgicas*, IV, vv. 405-414. Trad. Gilson José dos Santos.

apenas de agricultura, não fala apenas de animais. O poeta alegoriza os animais e plantas a fim de questionar/denunciar costumes de seus contemporâneos. Kronenberg (2009, p. 180), em análise do episódio de Proteu, comenta que a personagem nunca diz a Aristeu como recuperar suas abelhas:

Em vez disso, ele profere enigmáticas palavras ao abrir a trágica história da dor de Orfeu, que o leva a tentar recuperar Eurídice do submundo através de seu canto. Na chocante versão de Proteu, Orfeu acaba por matar Eurídice mais uma vez quando a “loucura” (*dementia*, 488) toma conta de sua mente e o faz quebrar a regra aparentemente arbitrária de que ele não poderia olhar para trás, para Eurídice (488-91). (KRONENBERG, 2009, p. 180)³⁴²

Um pouco adiante, a estudiosa argumenta que o canto de Proteu não é uma contribuição sobre a retomada da ordem moral do mundo, mas sobre o caos da vida (KRONENBERG, 2009, p.181). A perspectiva apresentada por Kronenberg vê Proteu como um profeta do próprio presente; a personagem apresenta, em forma de canto, um mundo caótico e amoral, o que ela não faz, de modo algum, voluntariamente ou isenta de uma linguagem enigmática e profundamente simbólica:

Eu diria que em Proteu temos um modelo de Virgílio como um poeta didático. Os *doli...inanes* são os jogos enganosos de Virgílio, sua recalitrância contra os “comandos não gentis” de Mecenas (*haud mollia iussa*, 3.41), e sua tentativa de subverter sua própria narrativa das causas das coisas. Virgílio apresenta duas visões nas *Geórgicas*: a perspectiva de fazendeiros e poetas que lutam para moldar o mundo tanto intelectual quanto fisicamente de tal forma que produza “resultados favoráveis”, e a perspectiva de um tipo diferente de poeta, que abre buracos na lógica da primeira visão e apresenta uma imagem alternativa de universo amoral e, do ponto de vista humano, trágico. (KRONENBERG, 2009, p. 181)³⁴³

³⁴² Do original: *Proteus never does tell Aristaeus how to get his bees back, nor does he explicitly create a favorable outcome (eventusque secundet, 397). Instead, he follows up his enigmatic opening words with the tragic story of Orpheus' grief, which leads Orpheus to try to win Eurydice back from the underworld through his song. In Proteus' shocking version of the tale, Orpheus ends up killing her again when "madness" (dementia, 488) seizes his mind and causes him to break the seemingly arbitrary rule that he cannot look back at Eurydice (488–91). Tradução nossa.*

³⁴³ Do original: *I would argue that in Proteus we have a model of Virgil as a didactic poet. The sea-god's (doli . . . inanes) are Virgil's deceptive games, his recalitrance against Maecenas' "not gentle commands" (haud mollia iussa, 3.41), and his attempt to subvert his own narrative of the causes of things.53 Virgil presents two visions in the Georgics: one from the perspective of farmers and poets who struggle to mold the world both intellectually and physically such that it produces "favorable outcomes," and one from the perspective of a different type of poet figure, who pokes holes in the logic of the first vision and presents an alternative image of an amoral and, from a human perspective, tragic universe. Tradução nossa.*

Nós concordamos com Kronenberg quando ela associa Proteu a Virgílio. De fato, a figura do *uatis* que narra um mito ao passo que se propõe a uma questão prática, a cura da peste e a ressurreição das abelhas, muito se assemelha a um poema que, em hexâmetros datílicos, em tom didático, representa um “manual de agricultura”, mas, ao longo do processo, oferece descrições mitológicas e poéticas de temas muito pouco relacionados à lida do campo, embora dele se valha como pano de fundo. Assim, não nos parece difícil supor que as metamorfoses de Proteu a fim de que não diga o que Aristeu pretende talvez sejam uma forma também simbólica de Virgílio nos declarar seu *modus operandi* ao longo de toda as *Geórgicas*. O poeta, a nosso ver, tece denúncias sociopolíticas ao longo de toda a obra. O boi que sofre por amor e perde sua *uis*; o cavalo que abandona os freios; o cão, muito fiel, que não apresenta grandes prejuízos se acometido por Vênus. Essas figuras, embora se apresentem, na superfície do texto, como animais, são também outra coisa. O leitor deve, assim como Aristeu, adentrar as profundezas; no entanto, não existe um rio em questão, mas sim um texto:

Virgílio trata suas abelhas, no livro IV das *Geórgicas*, como se elas formassem uma espécie de sociedade humana. Elas têm *domus, lar, sedes, statio, tectum; fores, limina, portae; aula, oppidum, patria, penates, sedes augusta, urbs*. Elas têm razão divina e praticam uma elevadíssima comunhão. Seu patriotismo é absoluto. Elas trabalharão até a morte (204) ou darão suas vidas em batalha (218). Sua devoção ao seu governante é incomparável (210). Elas são econômicas (156, 177), ordeiras (158), infatigáveis (185); todas se movem e descansam como se fossem um único corpo (184, '*omnibus una quies operum, labor omnibus unus*'). (GRIFFIN, 1979, p. 62)³⁴⁴

A perspectiva apresentada por Griffin sobre a sociedade das abelhas é, a nosso ver, um excelente caminho para adentrarmos na profundidade do texto (ou, como já discutimos, na subintelecção) e, tendo encontrado Proteu/Virgílio, desarmarmos os *doli inanes* das metamorfoses simbólicas — desta vez, das abelhas virgilianas. O autor sugere que os termos empregados por Virgílio são dignos da organização social romana:

Mas se, ao contrário, tiverem saído para o combate (porque frequentes vezes a discórdia entre dois reis sobreveio com grande alvoroço),

³⁴⁴ Do original: *Virgil treats his bees, in the fourth Georgic, as if they formed a sort of human society.* 'They have domus, lar, sedes, statio, tectum; fores, limina, portae; aula, oppidum, patria, penates, sedes augusta, urbs. They have divine reason and practise high-minded communism. Their patriotism is absolute. They will work themselves to death (204) or give their lives in battle (218). Their devotion to their ruler is incomparable (210). They are thrifty (156, 177), orderly (158), indefatigable (185); they all move and rest as one (184, omnibus una quies operum, labor omnibus unus). Tradução nossa.

prontamente se podem prever de longe os ânimos da turba e os corações que vibram pela guerra; porque aquele som marcial do rouco bronze estimula as morosas, e ouve-se uma voz que imita os estrepitosos sons das trombetas. Então agitadas confrontam-se, exercitam as asas, afixam os dardos com as trombas, preparam os braços, aglomeram-se ao redor do rei e junto ao mesmo pretório e provocam o inimigo com grandes gritos.³⁴⁵

O trecho selecionado ilustra, de início, a perspectiva que pretendemos colocar em relevo para a nossa leitura do livro IV das *Geórgicas*: a conduta bélica das abelhas. A descrição apresentada por Virgílio, se retirada do contexto do livro IV, poderia facilmente ser associada ao povo romano. Além disso, de acordo com o que postula Griffin (1979, p. 62) a respeito dos termos empregados no livro IV das *Geórgicas*, encontramos, também no trecho supracitado, estes termos: *rex, tuba, hostis, uolcus*. Sobre este último, bastante associado a uma massa comum e indistinta de pessoas, lembramo-nos de um verso de Horácio: “odeio o vulgo profano e o afastado”,³⁴⁶ em que o poeta também se vale do mesmo vocábulo para referir-se à massa. Sobre essa indistinção das abelhas, Griffin comenta que:

As abelhas, assim, com sua virtude coletiva e sua falta de individualidade e arte, servem de contrapartida ao caráter do homem romano antigo. Seu patriotismo e abnegação (e a devoção ao seu “rei” é apenas devoção ao Estado e à autoridade, não um incentivo ao culto ao imperador) são admiráveis. (GRIFFIN, 1979, p. 69)³⁴⁷

A falta de individualidade e ausência de apreço à arte de que Griffin comenta tem eco em outro trecho do livro IV:

De fato, algumas se dedicam ao sustento e, pelo pacto estabelecido, exercitam-se nos campos; outras, fechadas no interior das habitações, a lágrima de Narciso e a viscosa goma da cortiça assentam como primeiros fundamentos dos favos. Depois suspendem as aderentes ceras; outras fazem sair os filhotes crescidos, esperança da nação; outras acumulam puríssimos méis e enchem os alvéolos com o cristalino

³⁴⁵ Do original: *Sin autem ad pugnam exierint – nam saepe duobus / regibus incessit magno discordia motu; / continuoque animos uolgi et trepidantia bello / corda licet longe praesciscere; namque morantis / Martius ille aeris rauci canor increpat, et uox / auditur fractos sonitus imitata tubarum; / tum trepidae inter se coeunt, pinnisque coruscant / spiculaque exacuunt rostris aptantque lacertos / et circa regem atque ipsa ad praetoria densae / miscentur magnisque uocant clamoribus hostem; / ergo, ubi uer nactae sudum camposque patentis, / erumpunt portis; concurritur.* Virgílio, *Geórgicas*, IV, vv. 67-78. Trad. Gilson José dos Santos.

³⁴⁶ Do original: *odi profanum uolcus et arceo.* Horácio, *Odes*, III,1, v. 1. Tradução nossa.

³⁴⁷ Do original: *The bees, then, with their collective virtues and their lack of individuality and art, serve as a counter-part to the old Roman character. Their patriotism and self-denial (and devotion to their ‘king’ is only devotion to the state and to authority, not an encouragement to emperor-worship) are admirable.* Tradução nossa.

néctar. Existem aquelas a quem coube por sorte a guarda das entradas: em turnos, observam as chuvas e as nuvens do céu.³⁴⁸

As abelhas organizam-se em funções pré-estabelecidas, compondo uma sociedade em perfeita harmonia; a comunhão (*pacto*) das abelhas é tamanha que a sua individualidade deixa de existir. Atentemo-nos para o emprego do vocábulo *gens* no verso 162, quando o poeta descreve ser de responsabilidade de algumas o futuro de todo o grupo. O termo, como vimos,³⁴⁹ é associado a um grupo de cidadãos, geralmente os mais abastados. A própria preocupação com a descendência era característica dos romanos:

Muitas vezes, também, vagando esmagam as asas em duros penhascos, e ainda entregam a vida sob o peso da carga. Tão grande o amor às flores e a glória de produzir méis! Então, ainda que o término da curta existência as espreite (pois não se estende além do sétimo verão), a estirpe permanece imortal, a fortuna da casa persiste durante muitos anos e se contam os avós dos avós.³⁵⁰

No trecho acima, o poeta sugere que o amor às flores (ou ao trabalho!) era maior do que a preocupação das abelhas com suas próprias vidas; muitas sacrificavam-se no trabalho. No entanto, a massa indistinta (ou a estirpe, *gens*) continuava a existir — e isso seria o mais importante para aquela sociedade.

Ainda, ao que parece, Virgílio retirou das abelhas o *otium*, deixando-lhes apenas as ocupações públicas e práticas das quais provinham o sustento e a descendência. Griffin (1979, p. 64) sugere que Virgílio subverteu certa tradição que associava as abelhas à poesia, ao canto. Maciel (2017, p. 67), em interpretação da *Epistula ad Torquatum* (ep. I, 15) de Horácio, mostra-nos como o poeta se valeu da figura das abelhas. Na carta em questão, o eu poético, discorrendo sobre um jantar, afirma que o vinho pode romper as barreiras da severidade e fazer falar o poeta:

O sóbrio, em prol do herdeiro, demasiado austero,
quase toca o insano; a beber, semear flores

³⁴⁸ Do original: *Namque aliae uictu inuigilant et foedere pacto / exercentur agris; pars intra saepta domorum / Narcissi lacrimam et lentum de cortice gluten / prima fauis ponunt fundamina, deinde tenacis / suspendunt ceras; aliae spem gentis adultos / educunt fetus; aliae purissima mella / stipant et liquido distendunt nectare cellas.* Virgílio, *Geórgicas*, IV, vv. 158-164. Trad. Gilson José dos Santos.

³⁴⁹ Vide capítulo IV.3.1.

³⁵⁰ Do original: *Saepe etiam duris errando in cotibus alas / attriuere, ultroque animam sub fasce dedere: / tantus amor florum et generandi gloria mellis! / Ergo ipsas quamuis angusti terminus aevi / excipiat (neque enim plus septima ducitur aestas), / et genus immortale manet, multosque per annos / stat fortuna domus, et aui numerantur auorum.* Virgílio, *Geórgicas*, IV, vv. 203-209. Trad. Gilson José dos Santos.

começarei, embora julguem-me insensato.³⁵¹

Maciel lembra-nos, ainda, da vasta referência de correlações que a tradição antiga fez entre abelhas e poetas:

Plutarco, por exemplo, nos conta H. Penna (2007, p. 57), “preservou um verso de Simônides em que o poeta diz que a abelha ‘associa-se com as flores’”. Também em Píndaro, na *Pítica* X, 53-4,163 e em Calímaco, no *Hino a Apolo*, 110-2,164 poeta e abelha são assimilados. Até Platão, no *Íon* (534b), ecoa, embora com funções outras que não deixam de reverberar motes irônicos, essa associação tradicional entre abelhas e poetas e entre poesia e mel. Não foi estranha à tradição latina anterior ao nosso poeta a vinculação desses pequenos insetos à poesia e ao poeta. No âmbito latino, com efeito, Lucrécio, na sua feliz tentativa de dar contornos poéticos à filosofia epicurista, vinculou a ideia de poesia ao mel através do elemento de doçura que compartilham. (MACIEL, 2016, p. 67)

Ora, se a tradição associava abelhas à atividade poética, ao *otium*, Virgílio, no livro IV das *Geórgicas*, ressignifica esses insetos na representação; o poeta apresenta abelhas tão pouco envolvidas consigo mesmas, com seus desejos e paixões, que acabam esquecendo-se de sua própria sobrevivência enquanto indivíduo. A existência e imortalidade do grupo é mais importante! Ainda, não nos parece estranho supor que as abelhas de Virgílio seriam dotadas da *grauitas* romana. É o que parece sugerir o seguinte trecho:

Admirarás este costume ter sido muito agradável às abelhas, que elas não se entregam ao acasalamento, nem, ociosas, soltam os corpos a Vênus, nem dão à luz os filhotes com dores. Na verdade, elas mesmas recolhem com a boca os filhos sobre as folhas e as ervas suaves; elas mesmas substituem o rei e os pequenos cidadãos, e reconstroem a corte e os reinos de cera.³⁵²

Sobre a questão, Silva (2016, p. 85) aponta que a reprodução das abelhas é “caracterizada por ser desprovida de sexo e desfrutada com alegria por elas”, havendo, assim, um afastamento do amor e seus efeitos. A sociedade de abelhas virgiliana

³⁵¹ Do original: *Parcus ob heredis curam nimiumque seuerus / adsidet insano; potare et spargere flores / incipiam patiarque uel inconsultus haberi*. Horácio, *Epistula ad Torquatum*, I, 15 vv. 13-15. Trad. Bruno Francisco dos Santos Maciel.

³⁵² Do original: *Illum adeo placuisse apibus mirabere morem, / quod nec concubitu indulgent nec corpora segnes / in Venerem soluont aut fetus nixibus edunt; / uerum ipsae e foliis natos et suauibus herbis / ore legunt, ipsae regem paruosque Quirites / sufficiunt aulasque et cerea regna refingunt*. Virgílio, *Geórgicas*, IV, vv. 197-202. Trad. Gilson José dos Santos.

representaria, desse modo, um ideal absoluto de sociedade humana/romana. Ora, o *mos maiorum* seria o ideal de valores também para as abelhas, uma vez que, como já vimos, esse ideal privilegiaria relações conjugais que estivessem de acordo com os interesses coletivos. Perspectiva semelhante encontra eco na *Eneida*, quando Eneias, ainda em Cartago, recebe a visita de Mercúrio, que o alerta para seus desígnios pátrios em detrimento de sua paixão por Dido:

O que fazes? Com que esperança aproveitas o ócio em terras líbias?
 Se em nada te move a glória de tantos feitos
 nem pelo teu próprio louvor desempenhas trabalhos,
 Olha para o jovem Ascânio, esperança da gente Júlia,
 a quem o reino da Itália e a terra romana é devido!³⁵³

Virgílio deixa-nos evidente, ainda, que a sua sociedade de abelhas, embora represente os ideais romanos, a *grauitas*, o *mos maiorum*, é também uma sociedade submetida e, de certo modo, impedida de viver o ócio:

Mas, quando incertos os enxames voam e se divertem nos ares, desdenham os favos de mel e deixam frias suas habitações, tu afastarás do frívolo divertimento os espíritos inconstantes. E afastar não é grande trabalho: extrai tu mesmo as asas aos reis; hesitando eles, nenhuma ousará tomar o caminho do céu ou arrancar as insígnias do acampamento.³⁵⁴

Observemos, de início, os vocábulos de sentido variado, sendo ao menos um desses sentidos pertencente ao universo humano. *Ludo*, que, segundo o dicionário Oxford, tem em sua gama de sentidos não apenas o jogo como brincadeira, mas também o jogo poético, a própria *mimesis*; *tecta*, segundo o mesmo dicionário, designa o telhado da morada humana; já a expressão *uellere signa* é, segundo SANTOS (2014, p. 118), em nota de sua tradução, uma “expressão militar”. Além do aspecto formal, há, no trecho supracitado, a evidente manipulação das abelhas. A associação entre o rei das abelhas e o governante romano são, a nosso ver, exageradas. É difícil imaginar que a *nobilitas* tivesse poder o suficiente para “extrair as asas” de um governante; ou, ainda mais

³⁵³ Do original: *quid struis? aut qua spe Libycis teris otia terris? / si te nulla movet tantarum gloria rerum/ nec super ipse tua moliris laude laborem, / Ascanium surgentem et spes heredis Iuli / respice, cui regnum Italiae Romanae tellus / debetur.* Virgílio, *Eneida*, VI, vv. 272-276. Tradução nossa.

³⁵⁴ Do original: *At cum incerta uolant caeloque examina ludunt / contemnuntque fauos et frigida tecta relinquunt, / instabilis animos ludo prohibebis inani. / Nec magnus prohibere labor: tu regibus alas / eripe; non illis quisquam cunctantibus altum / ire iter aut castris audebit uellere signa.* Virgílio, *Geórgicas*, IV, vv. 103-110. Trad. Gilson José dos Santos.

improvável, lançar um “jato de pó” (v. 87) em caso de conflitos entre dois governantes — não conseguimos imaginar uma frota de *nobilitas* capaz de aplacar os ânimos de Marco Antônio e Otaviano na Batalha do Ácio. Devemos, no entanto, considerar que os romanos se organizavam, em toda a estrutura da sua pirâmide social, em grupos de clientes e patronos. Ora, se a *nobilitas* tinha poder o suficiente para tornar quase eterno um contrato de *locatio conductio* (WEBER, 1994, p. 113), o que diremos da sua agência sobre patronos menos abastados? Esse estamento, como vimos, poderia, até mesmo, modificar as diretrizes do *mos maiorum*, segundo seus próprios interesses (POLO, 2011, p. 73).

Façamos eco ao comentário de Griffin a respeito de um suposto elogio de Virgílio à sociedade das abelhas:

Surgem reservas variadas se tentarmos imaginar Virgílio recomendando a seus contemporâneos como modelo absoluto uma sociedade como esta: impessoal, coletiva, stakhaovista, sem arte. Será que o autor da sexta *écloga* e do IV livro da *Eneida* realmente achava que assim seria a sociedade ideal — um lugar sem compreensão ou simpatia por Córidon, por Niso e Euríalo, pelo próprio Virgílio? (GRIFFIN, 1979, p. 63).³⁵⁵

³⁵⁵ Do original: *Reservations of several sorts arise, if we try to imagine Virgil recommending to his contemporaries as an absolute model a society like this: impersonal, collective, Stakhanovite, without art. Did the author of the sixth Eclogue and the fourth Aeneid really think that is what the ideal society would be like-a place with no comprehension or sympathy for Corydon, for Nisus and Euryal, for Virgil himself?* Tradução nossa.

Considerações finais

Para esta tese, nós nos propusemos a uma análise das alegorias dos animais nos textos de Fedro, Varrão e Virgílio, de modo que se percebesse, nessas alegorias, um plano de leitura que denunciasses e criticasses a sociedade e as instituições romanas. Estava em nossos planos, de início, uma contextualização da época de cada autor, a fim de que, no momento das análises, o fim da República e os primeiros anos do Império romano fossem os referenciais das críticas elaboradas pelos autores, além de eventuais questões políticas que saltassem dos textos quando da nossa leitura. Pretendíamos, ainda, uma breve discussão a respeito da imitação e da alegoria, para que se justificasse a nossa interpretação das figuras de animais empregadas pelos autores. Ora, uma vez percebido um caminho para a subintelecção, tínhamos, como fundamento, os dois nortes da nossa pesquisa: a contextualização político-econômica e a alegoria, garantida pelo escopo teórico elencado.

No entanto, ao longo da feitura da tese, percebemos que, além de mais longo o caminho, ele teria quantas bifurcações quantas possíveis — algumas delas levando a vãos trajetos. A discussão sobre a alegoria foi, de fato, importante e fundamental. Todavia, ela se mostrou mais extensa do que esperávamos. Não seria possível chegar à alegoria sem antes fazer o percurso teórico que a sustenta enquanto figura de linguagem, pois a alegoria depende da metáfora — a alegoria é a sucessão de metáforas —, e precisa situar-se antes do limiar do enigma. Esses conceitos, uma vez elencados na tese, ajudaram na compreensão das alegorias nos textos de Fedro, Varrão e Virgílio. Além disso, a reflexão sobre a intelecção e a subintelecção foi fundamental para que avançássemos com maior segurança nas análises e, acreditamos, para uma melhor compreensão da nossa proposta. O *corpus* por nós elencado precisava ser lido com a menor ingenuidade possível, com a maior desconfiança a fim de que se solvessem os nós engendrados pelos autores na realização das alegorias. Ainda, a reflexão sobre a “arte alusiva” (VASCONCELLOS, 2007) contribuiu, e muito, para que, desfeitos os nós, pudéssemos observar de onde vinham os laços e quais sujeitos os haviam constituído. As lágrimas do cavalo (*lacrimis obortis*) da fábula A, 19 de Fedro, por exemplo, só puderam ser compreendidas a partir da leitura alegórica e da percepção das alusões; daí, o cavalo, uma figura enfraquecidíssima, absolutamente submissa, chorou como Dido, a honrosa rainha de Cartago.

Nós optamos por transformar a discussão a respeito das épocas em que viveram Fedro, Varrão e Virgílio em um debate sobre os animais em Roma. Pode parecer estranha a nossa decisão; explicamo-nos: esta tese não pretendia ser um estudo sobre a vida e obra dos três autores, mas sim, como dissemos, uma proposta de leitura das alegorias dos animais em determinadas obras suas. Assim, após uma discussão sobre a própria alegoria, apresentando exemplos de como os animais foram e continuam sendo alegorizados, ao menos, na Literatura Ocidental, seria de maior valia uma discussão sobre a percepção que os romanos dos séculos I a.C e I d.C. tinham das bestas. Ocorre que, embora os animais estivessem alegorizados no nosso *corpus*, é certo que essas figuras contariam com alguma semelhança com o mundo prático, o “mundo real”. Os animais, em Roma, foram úteis — símbolo de poder, força de tração, objeto de divertimento, servis vigilantes, representação da conquista e mercadoria. Esses usos e empregos dos animais constariam nos textos. Varrão não se referiria à ordem equestre a partir de um cavalo se este animal não representasse todo um estamento, sendo, inclusive, símbolo de pertença para sua membresia. O mesmo dizemos sobre Virgílio. Assim, era necessária uma discussão sobre a presença dos animais em Roma. Acreditamos que essa foi uma boa decisão, uma vez que tornou a nossa discussão sobre o contexto político muito mais próxima dos objetivos da tese. Não podemos deixar de citar, ainda, as variadas referências ao contexto político-econômico que fizemos ao longo das próprias análises do *corpus*. Um capítulo inteiro apresentando a Roma republicana e imperial seria, a nosso ver, uma etapa dispensável para o que nos propusemos a fazer.

Na delimitação do *corpus*, nós pretendíamos eleger um grupo de animais que estivessem nas obras dos três autores. Essa não parecia uma tarefa difícil; as 125 fábulas de Fedro contam com uma grande variedade de animais, o mesmo podendo ser dito a respeito do *De Re Rustica* varroniano. Apenas Virgílio, pelas razões expostas ao longo da tese,³⁵⁶ elegeu um pequeno grupo de animais para compor as alegorias (e ensinamentos) de sua obra. Nem sempre tivemos sucesso nessa nossa empresa de coincidir os animais nas três obras. Na verdade, apenas o cavalo e a abelha, entre aqueles escolhidos por nós, estão presentes no *corpus* do modo como havíamos planejado; o cachorro, por exemplo, embora não contasse na nossa delimitação, fez-se notar no livro III de Virgílio e ao longo das análises de Fedro; o pavão, embora não faça parte do escopo de animais presentes nas *Geórgicas*, foi de significativa importância para nós, pois, além de a escolha vocabular

³⁵⁶ Vide capítulo 3.1.

de Fedro e Varrão aproximar ambos os textos no aspecto formal, a discussão parecia ser a mesma — o luxo. O boi, animal de grande relevância para o livro III das *Geórgicas*, foi empregado por Virgílio a fim de que se discutisse os efeitos do amor nos homens dos mais elevados estamentos; essa não foi a perspectiva adotada por Fedro, por exemplo, na fábula *Rana rupta et bos* (III, 6), que aborda a insuficiência da riqueza para a pertença à elite romana; Varrão, por outro lado, menciona o boi no *De Re Rustica*, mas sem, a nosso ver, aspectos antropomorfizantes que justificassem a leitura daquele trecho como uma alegoria para a membresia do Senado. Nós apresentamos a discussão sobre o amor no livro III de Virgílio e, para os outros dois autores, elencamos um animal cuja temática abordada se aproximasse: o porco, animal ausente nas *Geórgicas* de Virgílio. Ao fim, percebemos que, mais importante do que a coincidência dos animais nas obras, é a discussão que essas alegorias possibilitam, as quais fazem transparecer o olhar dos autores a partir de seus respectivos lugares na hierarquia social e econômica em Roma — ora, não por acaso Fedro discute a gladiatura a partir do cavalo ao passo que Varrão e Virgílio apresentam debates dignos dos estamentos mais elevados, a compra e venda e o amor, respectivamente. O que obtivemos, ao fim, foi um mosaico de questões da sociedade romana representada nas alegorias e a partir de pontos de vista distintos.

A literatura latina é — como não poderia deixar de ser — atravessada por questões e por inquietações de seus autores, de seus contemporâneos, do povo romano enfim. Não é novidade que Fedro, Varrão e Virgílio permearam seus textos com a política, o Direito, os costumes, temas caros para os romanos. Não esgotamos, com esta tese — e tampouco pretendemos fazê-lo — as possibilidades de leitura comparada das alegorias nas obras dos autores. No entanto, acreditamos ter apresentado, a partir do *corpus* escolhido, as diferenças entre os olhares de três autores pertencentes a estamentos distintos na sociedade romana. Ora, ao passo que Fedro discute a soberba dos repentinamente endinheirados na fábula I, 3 (*Graculus superbus et pauo*), Varrão declara o destino dos mais endinheirados e mais poderosos romanos (*nobilitas*): atormentador, pois vivem enclausurados pelo luxo ao passo que acreditam apenas dispor desse mesmo luxo. Ambos os autores se valem, para isso, da alegoria do pavão, que representaria o grupo social mais elevado econômica e politicamente. Virgílio, por sua vez, reflete sobre os costumes desse mesmo grupo de homens, mas o fez a partir da alegoria com bois.

É importante pontuar, ainda, a nossa reflexão sobre o didatismo nas obras de Fedro, Varrão e Virgílio. Os três autores compuseram obras com intentos didáticos. Varrão e Virgílio, aliados à tradição, elaboraram, à primeira vista, “tratados de

agricultura”. No entanto, ambos os autores, munidos do discurso alegórico, discorreram a respeito dos costumes, da riqueza, da hipocrisia do *mos maiorum* e da clausura em que os homens de negócios viviam (a exemplo do burro no *De Re Rustica* varroniano, que sugere os homens mais abastados, proprietários de terra, estarem submetidos ao lucro). O fabulista Fedro, por outro lado, anuncia, no prólogo do livro I, os intentos das suas fábulas:

A matéria que o autor Esopo deixou,
eu poli em senários jâmbicos.
Duplo é o objetivo do livrinho: fazer rir
e oferecer um prudente conselho para a vida.
Mas se alguém desejar caluniar
porque não apenas as feras falam, mas também as árvores,
que se lembre: com histórias falsas, falamos brincando.³⁵⁷

Há que se considerar, ainda, um aspecto relevante dos textos: a comicidade. Ora, Virgílio, ao descrever os efeitos do amor em um boi (*Geórgicas*, III, vv. 215 – 241); Varrão, com seus “nomes falantes”; Fedro, por sua vez, desloca o sintagma *lacrimis obortis* e, com isso, compara o vão sofrimento de um cavalo (A, 19, v. 6) ao da rainha Dido (*Eneida*, IV, v. 30). Essas e outras passagens atestam o intento dos autores de provocar o riso ao passo que ensinam (*docere et delectare*).

Kronenberg (2009), Weeda (2015) e Noejgaard (1964/1967) foram o ponto de partida para as nossas reflexões ao longo das análises do *corpus*. Kronenberg apresenta uma leitura alegórica da literatura agrária nas obras de Varrão (*De Re Rustica*), Virgílio (*Geórgicas*) e Xenofonte (*Oeconomicus*); Weeda, uma discussão sobre aspectos sócio-políticos na obra de Virgílio; Noejgaard, por sua vez, discute detalhadamente uma vastidão de aspectos da obra de Fedro, dentre os quais elencamos aqueles que mais se aproximavam da leitura a que nos propomos — a moral, a política, o engajamento social dos textos etc. Esperamos que, tendo partido principalmente desses três estudiosos, tenhamos acrescentado mais uma possibilidade de leitura das obras de Fedro, Varrão e Virgílio: a didática dos bichos.

³⁵⁷ Do original: *Aesopus auctor quam materiam repperit, / hanc ego poliui uersibus senariis. / Duplex libelli dos est: quod risum mouet / et quod prudenti uitam consilio monet. / Calumniari si quis autem uoluerit, / quod arbores loquantur, non tantum ferae, / fictis iocari nos meminerit fabulis.* Fedro, *Fabulae*, I, pr. Tradução nossa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ADRADOS, F. R. La fábula en Horacio y sua poesía. **Myrtia**, [S.l.], n. 9, p. 131-151, 1994.
- ADRADOS, F. R. La fábula en Horacio y sua poesía. **Myrtia**, [S.l.], n. 9, p. 131-151, 1994.
- AGACHE, S. L'actualité de la Villa Publica en 55 av. J.-C. *In: L'Urbs: espace urbain et histoire (Ier siècle av. J.-C. – IIIe siècle ap. J.-C.), Actes du colloque international de Rome (8-12 mai 1985)*, 1987 ; Roma. Roma: Publications de l'École française de Rome, 1987, p. 211-234.
- AGNOLON, A. Qual é o Império Romano de Marcial? *In: FAVERSANI, F.; JOLY, F. D. (Org.). As formas do Império Romano*. Mariana: UFOP, 2014, pp. 29-44.
- ALFÖLDY, G. **História social de Roma**. Trad. Víctor Alonso Troncoso. 3. ed. Madrid: Alianza Editorial, 1996.
- ALMEIDA, J. C. S. A recepção da filosofia grega em Roma. *In: POMPEU, A. M. C.; SOUZA, F. E. O. (Org.). Grécia e Roma no universo de Augusto*. São Paulo/Coimbra: Annablume/Imprensa da Universidade de Coimbra, 2015, pp. 21-31.
- ALVES, J. C. M. **Direito Romano**. Rio de Janeiro: Forense, 2016.
- AMAT, J. **Les animaux familiers dans la Rome Antique**. Paris: Les Belles Lettres, 2002.
- ANDREAU, J. Intérêts non agricoles des chevaliers romains (IIe siècle av. J.-C. - IIIe siècle ap. J.-C.). *In: L'ordre équestre. Histoire d'une aristocratie (IIe siècle av. J.-C. - IIIe siècle ap. J.-C.), Actes du colloque international de Bruxelles-Leuven*, 1999; Roma. Roma: Publications de l'École française de Rome, 1999, p. 271-290.
- ANDREAU, J. **L'économie du monde romain**. Paris: Ellipses, 2010.
- APULEIO. **As metamorfoses de um burro de ouro**. Trad. e notas de Sandra Braga Bianchet. Curitiba: Appris, 2020.
- AQUATI, C. O grotesco no *Satíricon*, de Petrónio. **Classica**, São Paulo, v. 2, n. 19, pp. 245-256, 2006. Disponível em <<https://revista.classica.org.br/classica/article/view/118>> Acesso em: 3 ago. 2020.
- ARAUJO, A. A. L.; VIEIRA, A. L. B. As visões historiográficas sobre o pão e circo: a *plebs* no contexto político-social da Roma imperial, séculos I - II d.C. **Revista Mundo Antigo**, Campos dos Goitacazes (RJ), v. 4, n. 07, p. 27-47, 2015.
- ARAUJO, A. A. L.; VIEIRA, A. L. B. O Poder Imperial Romano Representado nas Mãos dos Césares e o Oferecimento de Divertimentos Públicos: Uma Análise sobre as interpretações classicistas concernentes aos jogos de gladiadores. *In: ABRANTES, E. S.; VIEIRA, A. L. B.; ZIERER, A. (Org.). Nas Trilhas da Antiguidade e Idade Média*. São Luís: Editora UEMA, v. 1, p. 51-58, 2014.
- ARDANAZ, A. P. El clientelismo en la Roma clásica: las transformaciones de los vínculos clientelares con la llegada del imperio. *In: Jornadas Interescuelas/Departamentos de Historia*, X, 2005, Rosario. **Anais [...]**. Rosário: Universidad Nacional del Rosario, 2005, p. 1-15.
- ARISTÓTELES. **Poética**. Trad. Ana Maria Valente. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2008.

- AUBERT, A. LEBE, R. OKTAVIANA, A. D. *et al.* Earliest hunting scene in prehistoric art. **Nature**, Berlim: Nature Publishing Group, 2019. Disponível em: <https://www.nature.com/articles/s41586-019-1806-y>. Acesso em: 5 maio 2020.
- AVELLAR, J. B. C. **As metamorfoses do eu e do texto: o jogo ficcional nos *Tristia* de Ovídio**. 2015. 320 f. Dissertação (Mestrado em Letras: Estudos Literários) - Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2015.
- BARBOSA, T. V. R.; TREVIZAM, M.; AVELLAR, J. B. C. **Tempestades clássicas: dos Antigos à Era dos Descobrimentos**. Coimbra/São Paulo: Imprensa da Universidade de Coimbra/Annablume, 2018.
- BARTHES, R. **Essais critiques IV: Le bruissement de la langue**. Paris: Le Seuil, 1984.
- BIANCHET, S. M. G. B. **Satyricon de Petrônio: estudo linguístico e tradução**. 2002. 406 p. Tese (Doutorado em Estudos Linguísticos). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.
- BLANDIER, C. L'importance de la production du miel dans l'économie gréco-romaine. **Pallas**, Toulouse, n. 64, p. 183-196, 2004.
- BOLTING, R. **Dicionário Grego-Português**. Ministério da Educação e Cultura, Instituto Rio de Janeiro: Nacional do Livro, 1953.
- BORGES, M. A. Breve notícia sobre a evolução histórica do direito processual civil. **Revista da Faculdade de Direito da UFG**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 1, p. 37-68, 1987.
- BOYLE, A. J. In Medio Caesar: Paradox and Politics in Virgil's *Georgics*. **Ramus**, Cambridge, v. 8, n. 1, p. 65-86, 1979.
- BRANDÃO, I. C. **Nem só de Opérculos Vivem os *Serpulidae Rafinesque, 1815 (Anelida)* – Discussão de Novos Caracteres Morfológicos para Utilização na Sistemática do Grupo**. 2020. 196 p. Dissertação (Mestrado em Zoologia) - Instituto de Ciências Biológicas, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2020.
- BRANDÃO, J. L.; OLIVEIRA, F. (org). **História de Roma Antiga volume I: das origens à morte de César**. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2015.
- BRUGGER, M. R. **Expressividade do *primus liber fabularum* de Fedro: leitura das fábulas pela fonologia da expressão**. 2018. 181 p. Dissertação (Mestrado em Letras: Estudos Literários) - Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2018.
- BRUMM, A. *et al.* Earliest hunting scene in prehistoric art. **Nature**, [S.l.], n. 576, p. 442-445, 2019. Disponível em: <https://www.nature.com/articles/s41586-019-1806-y#citeas>. Acesso em: 26 jun. 2020.
- BRUNT, P. A.; CARME, C. Les equites romains à la fin de la République. In: **Annales: économies, sociétés, civilisations**, Paris, v. 22, n° 5, p. 1090-1098, 1967.
- CABRERO PIQUERO, J.; CORDENTE VAQUERO, F. Los oficios de la diversión en Roma. **Espacio, Tiempo y Forma, Serie II, Historia Antigua**, Madrid, v. 24, p. 349-366, 2011.
- CAIROLI, F. P. **Marcial Brasileiro**. 2014. 498 p. Tese (Doutorado em Letras: Estudos Literários) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.
- CARCOPINO, J. **La vida cotidiana en Roma**. Buenos Aires: Hachette, 1984.
- CARDOSO, Z. A. **A Literatura Latina**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2011.

- CÁRITON. **Quéreas e Calíroo**. Trad. do grego, introdução e comentário de Maria de Fátima Silva. Coimbra: IUC/Annablume, 2018.
- CARMO, R. C. **Difficile est saturam bene vertere: os desafios da tradução poética de uma versão brasileira das sátiras de Juvenal**. 2018. 291 p. Tese (Doutorado: Estudos Literários), Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2018.
- CATÃO, M. P. **Da agricultura**. Trad., apresentação e notas de Matheus Trevizam. Campinas: Editora da Unicamp, 2016.
- CATULO. **O livro de Catulo**. Trad., introdução e notas de J. A. Oliva Neto. São Paulo: Edusp, 1996.
- CATULO. **The Poems of Catullus**. Trad. e comentário de Peter Green. Londres: University of California Press, 2005.
- CHARLES-PICARD, G. Essai sur les chasses romaines des origines à la fin du siècle des Antonins (Cynegetica). **Journal des savants**, Paris, v. 171, p.72-85, 1951.
- CÍCERO. **Correspondances**. Trad. CONSTANS, L. A.; BAYER, J.; BEAUJEU, J. Paris: Les Belles Lettres, 2021.
- CÍCERO. **De Officiis**. Trad. inglesa de Walter Miller. Cambridge: Harvard University Press, 1913. Disponível em: <https://www.perseus.tufts.edu/hopper/text?doc=urn:cts:latinLit:phi0474.phi055.perseus-lat1:1.1>. Acesso em jan. 2021.
- CÍCERO. **De senectute**. Edição, introdução e comentário de J. G. F. Powell. Cambridge: Cambridge University Press, 1988.
- CÍCERO. **Opere Retoriche: De Oratore; Brutus; Orator**. Trad. Giuseppe Norcio. Turim: Unione Tipografico - Editrice Torinese, 1970.
- CÍCERO. **Sobre la República**. Introdução, trad. e notas de Álvaro D'Ors. Madrid: Gredos, 1991.
- CONNOR, P. The *Georgics* as Description: Aspects and Qualifications. **Ramus**, Cambridge, v. 8, n. 1, p. 34-58, 1979.
- CONTE, G. B. Anatomy of a style: enallage and the new sublime. In: CONTE, G. B. **The poetry of pathos: studies in Virgilian epic**. Oxford: Oxford University Press, 2007, p. 58-122.
- CONTE, G. B. Aristeo, Orfeo e le *Georgiche*: una seconda volta. **Studi Classici e Orientali**, Pisa, v. 46, n. 1, p. 103-128, 1998.
- CORASSIN, M. L. O cidadão romano na república. **Projeto História**, São Paulo, n. 33, p. 271-287, 2006.
- CORREIA, A.; SCIASCIA, G. **Manual de Direito Romano**. 5. ed. Rio de Janeiro: Série Cadernos Didáticos. S/ ano.
- COSTA, A. A.; VENTURINI, R. B. *Ordo senatorius et ordo equester*: a equiparação das ordens superiores romanas e o apoio ao Sistema do Principado. **Alétheia**, Goiânia, v. 1, p. 30-44, 2017.
- CROFTON-SLEIGH, E. J. The Building of Verse: Descriptions of Architectural Structures in Roman Poetry. 2014. 287 f. Dissertação. University of Washington, 2014.
- CRUZ, S. **Direito Romano: vol. I**. Coimbra: Dislivro, 1984.
- DARWIN, C. **A Origem das Espécies**. Trad. Daniel Moreira Miranda. São Paulo: Edipro, 2018.
- DENIAUX, E. **Clientèles et pouvoir à l'époque de Cicéron**. Roma: École Française de Rome, 1993.

- DILLON, A. G. La prueba en la *rei vindicatio* y en la actio publiciana en materia de inmuebles en el derecho romano y su recepción en el derecho argentino. *In: Atas do VI Congresso Iberoamericano e III Congresso Internacional de Direito Romano*. Madrid, 2000, pp. 203-214.
- DIONÍSIO DE HALICARNASSO. **Historia Antigua de Roma: livros I-III**. Trad. e notas de Elvira Jiménez e Ester Sánchez. Madrid: Gredos, 1984.
- DUNAND, J. P., LUDWICZAK, M. Le gladiateur romain et le sportif professionnel contemporain: hommes libres soumis à la volonté d'autrui? *In: LEUBA, A. (org). Le droit en question: mélanges en l'honneur de la Professeure Margareta Baddeley*. Genebra: Schulthess éd. romandes, 2017, p. 379-394.
- EBINGER-RIST, N. et al. L'homme-lion d'Hohlenstein - Stadel. **L'Anthropologie**, Paris, v. 122, n. 3, 2018. Disponível em <https://doi.org/10.1016/j.anthro.2017.12.004>. Acesso em jun. 2020.
- EICHLER, M. Um estudo da recepção do epicurismo pela elite romana do século I AEC: alguns problemas e revisão crítica. **Cantareira**, Rio de Janeiro, vol. 22, p. 95-104, 2015.
- ERNOUT, A; MEILLET, A. **Dictionnaire etymologique de la langue latine: histoire des mots**. 4. ed. Paris: Librairie C. Klincksieck, 1951.
- ESPÍNDOLA, H. H. Contribucion al estudio de los textos de Varron sobre la venta. *In: Revista Chilena de Historia del Derecho*, Santiago, n. 7, p. 21-36, 1978.
- ÉSQUILO. Prometeu acorrentado. **O melhor do teatro grego**. Trad. Mário da Gama Kury. São Paulo: Zahar, 2013 (edição Kindle).
- FAJARDO, M. E. P. El estatus dependiente del colono romano en los contratos de arrendamiento: análisis de las fuentes jurídicas. **Espacio, Tiempo y Formas**, Madrid, n. 34, p 89-108, 2021. Disponível em: <http://revistas.uned.es/index.php/ETFII/issue/view/1448>. Acesso em: 25 jan. 2021.
- FAUQUET, F. Le cirque romain: essai de théorisation de sa forme et de ses fonctions. 2002. 537 f. Tese (doutorado em Arqueologia e Pré-história). Université Michel de Montaigne Bordeaux III, Bodeaux, 2002.
- FAVERSANI, F. **A pobreza no Satyricon, de Petrônio**. Ouro Preto: Editora UFOP, 1999.
- FAVERSANI, F. Panem et circenses: breve análise de uma perspectiva de incompreensão da pobreza no mundo romano. **Varia Historia**, Belo Horizonte, n. 22, p. 81-87, 2000.
- FERREIRA, N. H. S. **Aesópica: a fábula esópica e a tradição fabular grega**. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2014.
- FLORES, G. G. A *Arte Poética* de Horácio: uma nova tradução poética. **Em Tese**, Belo Horizonte, vol. 25, n. 1 p. 234-268, 2019.
- FOUCAULT, M. **Estética: literatura e pintura, música e cinema**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009.
- GAIO. **Institutas**. Trad. José Cretella Jr. e Agnes Cretella. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais LTDA, 2004.
- GARRAFFONI, R. S. Contribuições da Epigrafia para o estudo do cotidiano dos gladiadores romanos no início do Principado. **História**, São Paulo, vol. 24, n. 1, pp. 247-261, 2005.
- GÉLIO, A. **Noites Áticas**. Trad. e notas de José R. Seabra F.; introdução de Bruno Fregni Basseto. Londrina: Edual, 2020.

- GIORDANI, M. **História de Roma**. Petrópolis: Vozes, 1968.
- GIOVANNINI, A. Cheval public et ordre équestre à la fin de la République. **Athenaeum**, Genebra, v. 90, n. 2, p. 354-364, 2010.
- GONTIJO FLORES, G. **Elegias de Sexto Propércio**. Belo Horizonte: Autêntica, 2014.
- GRAÇA, I. Patronato e clientelismo sob o olhar crítico de Juvenal. **Ágora: Estudos Clássicos em Debate**, Aveiro, vol. 2, p. 121-136, 2000.
- GREEN, C. “Free as a bird”: Varro *De Re Rustica* 3. **American Journal of Philology**, Baltimore, v. 118, n. 3, p. 427-448, 1997.
- GRIFFIN, J. The Fourth “Georgic”, Virgil and Rome. **G&R**, Cambridge, v. 26, n. 1, p. 61-80, 1979.
- GRIMAL, P. **Virgile, ou la seconde naissance de Rome**. Paris: Flammarion, 1985.
- GUAGNIN, M.; ANGELA, R. P.; MICHAEL D. P. Pre-Neolithic evidence for dog-assisted hunting strategies in Arabia. **Journal of Anthropological Archaeology**, Elsevier: Amsterdã, v. 49, p. 225-236, 2017. Disponível em <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0278416517301174?via%3Dihub>. Acesso em: 15 mai. 2020.
- GUAL, C. G. *et alii*. **Fábulas de Esopo; Vida de Esopo; Fábulas de Babrio**. Madrid: Gredos, 1985.
- GUARINELLO, N. L. Violência como espetáculo: o pão, o sangue e o circo. **História**, São Paulo, v. 26, p. 125-132, 2007.
- GUEDES, C. D. Atividade probatória das partes e sistemas de apreciação das provas no Direito Romano. **Revista Forense**, Rio de Janeiro, vol. 410, pp. 113-164, julho/agosto de 2010.
- HORÁCIO. **Arte Poética**. Introdução, trad. e comentário de R. M. Rosado Fernandes. Lisboa: Inquérito, 1984.
- HORÁCIO. **Epistula ad Pisones**. Trad. organizada por Sandra B. Bianchet *et alii*. Belo Horizonte: VivaVoz, 2013.
- HORÁCIO. **Odes e Canto Secular**. Trad. organizada por Heloísa Maria Moraes Moreira Penna *et alii*. Belo Horizonte: VivaVoz, 2014.
- JOLY, F. D. **A escravidão na Roma Antiga**. São Paulo: Alameda: 2017 (edição Kindle).
- JUSTO, A. S. O contrato de sociedade no direito romano (breve referência ao direito português). **Lusíada**, Lisboa, n. 12, p. 11–49, 2015.
- KIND, C. *et al.* The smile of the Lion Man. Recent excavations ins Stadel Cave (Baden-Württemberg, south-westerns Germany) and the restoration of the famous upper paleolithic figurine. **Quartär**, Rahden, n. 61, p. 129-145, 2014. Disponível em <https://journals.ub.uni-heidelberg.de/index.php/qu/issue/view/5416>. Acesso em: 20 jun. 2020.
- KRONENBERG, L. **Allegories of Farming from Greece and Rome: Philosophical Satire in Xenophon, Varro and Virgil**. Cambridge: Cambridge University Press, 2009.
- LA DRIÈRE, C. Horace and the theory of imitation. **American Journal of Philology**, Baltimore, v. 60, n. 3, p. 288-300, 1939.
- LEÃO, S. L. C. *Domus* Real X *Domus* Ideal: Considerações sobre a casa urbana da Antiga Roma. **Revista 5% arquitetura + arte**, São Paulo, v. 15, n. 1, p. 89.1-89.26, 2018.

- LEITE, L. R. **O patronato em Marcial**. 2003. 82 f. Dissertação (Mestrado em Letras Clássicas) - Faculdade de Letras da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2003.
- LEMOS, C. A. A imitação em Aristóteles. **Anais de Filosofia Clássica**, Rio de Janeiro. v. 3, n. 5, p. 84-90, 2009.
- LEONARD, Amy K. The social and political context for obstruction in roman love elegy. 2004. 114 f. Dissertação (Mestrado em Artes) - The University of Georgia, Athens, 2004.
- LEPETZ, S. L'animal dans l'économie gallo-romaine. **Revue archéologique de Picardie. L'animal dans la société gallo-romaine de la France du nord**, Compiègne, n. 12, p. 81-147, 1996.
- LIMA, R. P. S. **Uma análise conceitual da relação entre psique e corpo em Agostinho: os rudimentos do problema mente-corpo**. 2015. 96 f. Dissertação (Mestrado em Filosofia) - Instituto de Filosofia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2015.
- LÍVIO, T. **História de Roma (Ab Urbe Condita Libri): vol. 1**. Introdução, trad. e notas de Paulo Matos Peixoso. São Paulo: Paumape, 1989.
- LUCRÉCIO. **De Rerum Natura Libri Sex**. Trad., notas e edição de H. A. J. Munro. Cambridge: Cambridge University Press, 2009.
- MACIEL, B. F. S. **O poeta ensina a ousar: ironia e ditatismo nas Epístolas de Horácio**, 2017. 362 f. Dissertação (Mestrado em Letras: Estudos Literários) - Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2017.
- MACIEL, B. F. S. Paisagens metapoéticas nas epístolas 1,5 e 1,13 de Horácio. **Em Tese**, Belo Horizonte, v. 22, n. 1, p. 144-156, 2016.
- MADEIRA, E. M. A. A censura na antiga Roma. **Revista da Faculdade Direito de São Bernardo do Campo**, São Bernardo do Campo, nº 14, p. 149-162, 2008.
- MAILLARD, N. L'animal au cirque. Communion civique et divertissement collectif autour de l'asservissement et de la mort animale. **Revue Semestrielle de Droit Animalier**, Limoges, n. 2, p. 191-208, 2016.
- MALLOSSINI, F. L'uomo e gli animali: dalla caccia alla zooantropologia. Atti Accademia Roveretana degli Agiati, **Rovereto**, [S.l.] n. VIII v. VI, B, p. 253-340, 2006.
- MARCIAL. **Epigramas**. Trad., introdução e notas de José Guillén. Saragoça: Institución Fernando el Católico, 2004.
- MARCIAL. **Epigrams, vol. I**. Trad. Walter C. A. Ker, M. A. Nova York: G. P. Putnam's Sons, 1919.
- MARINHO, L. A. **Uma conversa sobre as fábulas de Fedro**. 2016. 149 f. Tese (Doutorado em Letras Clássicas) – Faculdade de Letras da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.
- MELO, V. A. Educação do corpo - bailes no Rio de Janeiro do século XIX: o olhar de Paranhos. **Educação Pesquisa - Revista da Faculdade de Educação da USP**, São Paulo, v. 40, p. 751-766, 2014.
- MENDES, N. M. *et al.* A experiência imperialista romana: teorias e práticas. **Tempo**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 18, p. 17-41, 2005.
- MENDES, N. M. Império e romanização: "estratégias", dominação e colapso. **Brathair**, São Luís do Maranhão, n. 7, p. 25-48, 2007.

- MINAUD, G. Passer Catulli, le petit oiseau de Catulle. **Mélanges de l'École française de Rome - Antiquité**, Roma, v. 113, n. 2, p. 1045-1057, 2001.
- MOURA, F. M.; NATIVIDADE, E. Estácio, *Silvas* 2.5. **Nuntius Antiquus**, Belo Horizonte, v. VIII/IX, n. 1/2, p. 251-256, jul-dez/jan-jun 2012/2013.
- MUÑOZ-SANTOS, M. E. Animales exóticos como actores secundarios en las dramatizaciones mitológicas de la antigua Roma: verdugos en los espectáculos. TYCHO. **Revista de Iniciación en la Investigación del teatro clásico grecolatino y su tradición**, Valência, n. 4, p. 147-166, 2016.
- NASCIMENTO J. J. M. Considerações acerca do *iudex qui litem suam fecit*. **Revista da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo**, São Paulo, vol. 96, p. 103-118, 2001.
- NETO, J. A. O. Sulpícia e as elegias amorosas de uma jovem romana. **Organon**, Porto Alegre, v. 31, n. 60, p. 267-278, 2016.
- NEVES, M. S. Fábulas na ágora: de Aristóteles ao século das luzes. **Matraga**, Rio de Janeiro, n. 20, p. 137-158, 2013.
- NICOLET, C. **L'Ordre Équestre: A L'Époque Républicaine (312-43 av. J.-C.)**. Tome 2: Prosographie des chevaliers romaines. Paris: E. Bocard, 1974.
- NICOLET, C. Les classes dirigeantes romaines sous la République: ordre sénatorial et ordre équestre. **Annales: économies, sociétés, civilisations**, Paris, v. 32, n. 4, p. 726-755, 1977.
- NICOLET, C. O cidadão e o político. In: GIARDINA, A. (org.). **O homem romano**. Trad. Maria Jorge Vilar de Figueiredo. Lisboa: Editora Presença, 1992, pp. 19-49.
- NICOLET, C. **Strutture dell'Italia Romana**. Milão: Antiquitas, 1984.
- NOEJGAARD, V. M. **La fable antique: tomes I et II**. Copenhagen: Nyt Nordisk Forlag, 1964/1967.
- NOVAK, M. G. Estoicismo e epicurismo em Roma. **Letras clássicas**, São Paulo, n. 3, pp. 257-273, 1999. Disponível em: <https://facbel.edu.br/wp-content/uploads/2020/09/Texto-do-artigo-99244-1-10-20140206.pdf>. Acesso em: 11 nov. 2021.
- ONELLEY, G.; PEÇANHA, S. O relato fabulístico na Grécia Antiga e em Roma. **Politeia: História e Sociedade**, Vitória da Conquista, v. 10, p. 175-185, 2010.
- ORWELL, G. **A revolução dos bichos**. Trad. Heitor Aquino Ferreira, posfácio de Christopher Hitchens. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- PENNA, H. M. M. M. As catábases virgilianas (*Geórgicas* IV e *Eneida* VI): omnia uincit amor. **Aletria**, Belo Horizonte, v. 28, n. 3, p. 149-162, 2018.
- PENNA, H. M. M. M. **Implicações da métrica nas Odes de Horácio**. 2007. 343 f. Tese (Doutorado em Letras: Estudos Literários) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.
- PHÈDRE. **Fables**. Texte établi et traduit par Alice Brenot. Paris: Les Belles Lettres, 1961.
- PIÑERO, A. M. S. Sobre el papel de las relaciones de clientela y patronato en la política de la tardía Republicana Romana. **Gallaecia: revista de arqueología e antigüidade**, Santiago de Compostela, n. 14-15, p. 557-569, 1996.
- PINEZI, G. Arte, fantasia e amor na metafísica ocidental: a interpretação de Agamben sobre a cisão entre poesia e filosofia em Platão. **Fronteiraz. Revista do Programa de**

Estudos Pós-Graduados em Literatura e Crítica Literária da PUC-SP, São Paulo, n. 20, p. 115-134, 2018.

PINHEIRO, C. S. **O percurso de Dido, rainha de Cartago, na literatura latina**. Coimbra e São Paulo: Imprensa da Universidade de Coimbra e Annablume, 2010.

PLATÃO. **A República**. Trad. Carlos Alberto Nunes. 3. ed. Belém: EDUFPA, 2000.

PLÍNIO, o Velho. **Histoire Naturelle**. Trad. Émile Littré, 1848. Edição Kindle.

POCETTI, P. Un animal au centre du monde. Le cochon dans l'Antiquité italique et Romaine. **Schedae**, Caen, v. 8, n. 1, p. 125-142, 2009.

POLO, F. P. *Mos maiorum* como instrumento de control social de la nobilitas romana. **Páginas**, Rosário, v. 3, n. 4, p. 53-77, 2011.

POMPEU, A. M. C. **Grécia e Roma no universo de Augusto**. In: SOUZA, F. E. O. (org.). Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra/Annablume, 2015.

PORTELLA, O. O. A Fábula. **Revista Letras**, Curitiba, n. 32, p. 119-138, 1983. Disponível em <<https://revistas.ufpr.br/letras/article/view/19338>> Acesso em 10 ag. 2019.

QUINTILIANO. **Institutio Oratoria, livro III**. Trad. Harold Edgeworth Butler. Cambridge: Harvard University Press, 1959.

QUINTILIANO. **Institutio Oratoria, livro X**. Trad. Harold Edgeworth Butler. Cambridge, Mass./London: Harvard University Press/William Heinemann, Ltd. 1922. Disponível em: Quintilian, Institutio Oratoria, Book 10, chapter 1, section 1 (tufts.edu). Acesso em: 13 jan. 2021.

RAMIRES, G. Le prime lacrime di Didone: un'interpretazione di *Aen.* IV 30. In: SETAIOLI, A. (org.). **Apis Matina: Studi in onore di Carlo Santini**. Università di Trieste: EUT Edizioni, 2016, p. 576-588.

REBELLO, I. S. O tópos lugar ameno (*locus amoenus*) e suas múltiplas facetas: da antiguidade clássica à época contemporânea. **Anais do 14º Congresso Brasileiro de Língua Portuguesa e 5º Congresso Internacional de Lusofonia do IP-PUC/SP - Língua Portuguesa e Lusofonia: das tradições quinhentistas à infotecnologia do século XXI**. São Paulo, 2012, s/paginação. Disponível em: http://www.ippucsp.org.br/downloads/anais_15_congresso/ivone-da-silva-rebello.pdf. Acesso em: 18 maio 2020.

REZENDE, A. M. **Rompendo o silêncio: A construção do discurso oratório em Quintiliano**, 2009. 274 f. Tese (Doutorado em Linguística) - Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009.

RODRIGUES, N. S. *Quae fuerat fabula, poena fuit*. Mitologia e justiça na arena romana. **Cultura. Revista de História e Teoria das Ideias**, Coimbra, vol. 30, 2012. Disponível em: <https://journals.openedition.org/cultura/1641>. Acesso em: 21 jun. 2019.

ROSTOVITZ, M. **Storia economica e sociale dell'impero romano**. Milano: Sansoni, 2003.

RUSSELL, D. A. *Ars poetica*. In: LAIRD, A. (Org.). **Ancient Literary Criticism**. Oxford: Oxford University Press, 2006, p. 325-345.

SALTARELLI, T. Imitação, emulação, modelos e glosas: o paradigma da mímesis na literatura dos séculos XVI, XVII e XVIII. **Aletria**, Belo Horizonte, n. especial, p. 251-264, 2009.

SALÚSTIO. **A conjuração de Catilina**. Trad. e organização: Adriano Scatolin. São Paulo: Hedra, 2015. Edição Kindle.

- SANTOS, G. J. **Literatura agrária latina: tradução e estudo do *De Re Rustica* (livro IC) de Columela, e *Geórgicas* (canto IV), de Virgílio**. 2014. 184 f. Dissertação (Mestrado em Estudos Literários) - Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2014.
- SANTOS, M. M. A definição de alegoria segundo os gramáticos e rétores gregos e latinos. **Clássica**, São Paulo, v. 21, p. 252-264, 2011.
- SANTOS, M. M. O *monstrum* da Arte poética de Horácio. **Letras Clássicas**, São Paulo, vol. 4, p. 191-265, 2000.
- SCHÄFER, G. A atividade de pretor romano: antecedentes remotos do processo de sumularização. **Revista da AJURIS**, Porto Alegre, v. 40, n. 132, p. 143-166, 2013.
- SCOPACASA, R. Poder popular e expansão da república romana, 200-150 a.C. **Topoi**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 37, p. 80-101, 2018.
- SÊNECA. **Ad Lucilium Epistulae Morales**, volume 1-3. Trad. Richard M. Gummere. Cambridge/Londres: Cambridge University Press/William Heinemann, Ltd. 1917-1925. Disp. em <Seneca, Ad Lucilium Epistulae Morales, Seneca Lucilio suo salutem, section 1 (tufts.edu)> Acesso em janeiro 2021.
- SÊNECA. **Tragedie**. A cura di Giancarlo Giardina, con la collaborazione di Rita Cuccioli Melloni. Turim: Unione Tipografico-Editrice Torinese, 1987.
- SERIGNOLLI, L. V. G. **Imagine amoris: as figurações de Amor em Roma do final da República ao Período Augustano**. 2013. 215 f. Dissertação (Mestrado em Estudos Literários) Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.
- SIENKIEWICZ, H. **Quo Vadis**. Trad. Lemos de Nápoles. Mimética, Edição Kindle, 2019.
- SILVA, D. G. M. **O amor em Lucrécio e Virgílio: um estudo comparado entre o início do livro I e trechos do livro IV do *De rerum natura* e as *Geórgicas***. 2016. 183 f. Dissertação (Mestrado em Estudos Literários) – Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais, 2016.
- SILVA, E. M. A gênese sócio-histórica do homem e a re-volução neolítica. **Revista de Ciências Humanas**, Paripiranga, v. 1, p. 12-30, 2018.
- SOARES, F. C.; AMORIM, C. L.; PENA, W. L. S. Um fio de fumaça nos mares do sul cachimbos de caulim e masculinidades. **Revista de Arqueologia da SAB**, v. 32, n. 1, p. 129, 2019. Disponível em: <https://revista.sabnet.org/ojs/index.php/sab/issue/view/7>. Acesso em: 3 jun 2020.
- THÉBERT, Y. Économie, société et politique aux deux derniers siècles de la République romaine. **Annales. Economies, sociétés, civilisations**, Paris, v. 35, n. 5, p. 895-911, 1980.
- TOLEDO, A. M. **Mimesis e tragédia na Poética de Aristóteles**. 2005. 153 f. Dissertação (Mestrado em Filosofia) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2005.
- TORRÃO, J. M. N. Autores de referência na obra de Marcial. **Humanitas**, Coimbra, v. 56, p. 137-159, 2004.
- TREVIZAM, M. **A elegia erótica romana e a tradição didascálica como matrizes compositivas da *Ars amatoria* de Ovídio**. 2003. 271 f. Dissertação (Mestrado em Estudos da Linguagem) – Instituto de Estudos da Linguagem da Universidade de Campinas, 2003.

- TREVIZAM, M. Figurações poéticas da vida rural nas *Geórgicas*. **Nuntius Antiquus**, Belo Horizonte, v. 14, n. 2, p. 125-153, 2018.
- TREVIZAM, M. O *de re rustica* II de Varrão Reatino e a comédia greco-romana: analogias. **Caligrama**. Belo Horizonte, v. 15, n. 1, p. 229-251, 2010.
- TREVIZAM, M. O terceiro livro das *Geórgicas* e a estrutura do poema. **Phoênix**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 1, p. 91-107, 2013.
- TREVIZAM, M. **Poesia Didática: Virgílio, Ovídio e Lucrécio**. Campinas: Unicamp, 2014a.
- TREVIZAM, M. **Prosa Técnica: Catão, Varrão, Vitruvius e Columela**. Campinas: Unicamp, 2014b.
- TREVIZAM, M. Senes sapientes, senhores fundiários, intendentos e trabalhadores nos campos romanos. **Aletria**, [S.l.], n. 22, v. 3, p. 265-278, 2012.
- VARRÃO. **Das Coisas do Campo**. Introdução, trad. e notas de Matheus Trevizam. Campinas: Unicamp, 2012.
- VASCONCELLOS, P. S. *et alii* (Org.). **Eneida brasileira ou tradução poética da epopéia de Públio Virgílio Maro por Manoel Odorico Mendes**. Campinas: Editora da Unicamp, 2008.
- VASCONCELLOS, P. S. **Efeitos intertextuais na Eneida de Virgílio**. São Paulo: Humanitas/ FAPESP, 2001.
- VASCONCELLOS, P. S. Reflexões sobre a noção de "arte alusiva" e de intertextualidade no estudo da poesia latina. **Clássica**, São Paulo, v. 20, n. 2, p. 239-260, 2007. Disponível em: <https://revista.classica.Org.br/classica/article/view/147>. Acesso em: 6 jan. 2021.
- VEYNE, P. (org). **História da vida privada – vol. 1: do Império Romano ao ano mil**. Trad. Hildergard Feist. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.
- VEYNE, P. **La elegia erótica romana: el amor, la poesia y el occidente**. Trad. Juan José Utrilla-2ª ed. México: FCE, 2006.
- VEYNE, P. **Quando nosso mundo se tornou cristão**. Trad. Marcos de Castro. 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.
- VICTORRI, B. Homo narrans: le rôle de la narration dans l'émergence du langage. **Langages**, Paris, n. 146 (L'origine du langage), p. 112-125, 2002.
- VIEIRA, A. T. B. A exposição dos animais na obra de Plínio o Velho: exotismo e monstruosidade na *Naturalis Historia*. **Clássica**, São Paulo, v. 30, n. 2, p. 91-109, 2017. Disponível em <<https://revista.classica.Org.br/classica/article/view/434>> Acesso em mai. 2020.
- VILLE, G. **La gladiature en Occident des origines à la mort de Domitien**. Rome: École Française de Rome, 1981.
- VIRGÍLIO. **Eneida**. Trad. Carlos Alberto Nunes. São Paulo: A Montanha, 1983.
- VIRGÍLIO. **Geórgicas III**. Trad. Antônio Feliciano de Castilho. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2019.
- VIRGÍLIO. **Geórgiques**. Trad. E. de Saint-Denis. Paris: Les Belles Lettres, 1998.
- WASZINK, J. H. Fonction et formes principales de l'imitation dans la poésie préovidienne. **Comptes rendus des séances de l'Académie des Inscriptions et Belles-Lettres**, Paris, v. 116, n. 2, p. 240-253, 1972.
- WEBER, M. **Ensaio de Sociologia**. Organização de H. H. Gerth e C. Wrigth Mills. Rio de Janeiro: Guanabara, 1982.

- WEBER, M. **História Agrária Romana**. São Paulo: Martins Fontes, 1994.
- WEEDA, Leendert. **Vergil's political commentary in the *Eclogues*, *Georgics* and *Aeneid***. Berlin/New York: De Gruyter, 2015.
- WILKINSON, L. P. **The *Georgics* of Virgil: a critical survey**. Cambridge: University Press, 1969.
- WOLFF, É. **Relire aujourd'hui Quo vadis**. Bulletin de l'Association Guillaume Budé, [S.l], v. 2, p. 217-231.
- WOLFF, Étienne. Relire aujourd'hui Quo vadis. **Bulletin de l'Association Guillaume Budé**, [S.l], v. 2, p. 217-231, 2002.
- XENOFONTES. *Oeconomicus*. In: **XENOFONTE. Memorabilia. Oeconomicus. Symposium. Apology**. Trad. MARCHANT, E. C.; TODD, O. J. Harvard: Loeb Classical Library, 1997.
- XENOFONTES. **Oeconomicus**. In: XENOFONTE. Memorabilia. *Oeconomicus*. Symposium. Apology. Trad. MARCHANT, E. C.; TODD, O. J. Harvard: Loeb Classical Library, 1997.